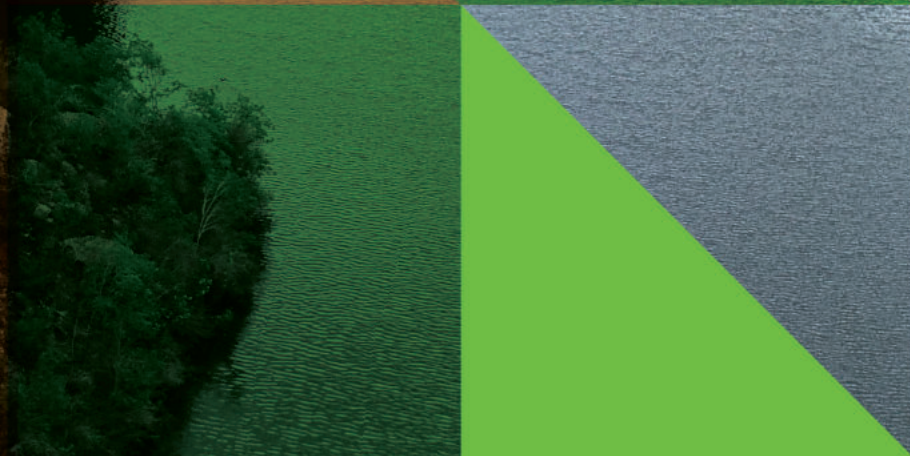




UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

AS RIQUEZAS DAS
ÁREAS PROTEGIDAS NO
TERRITÓRIO ALAGOANO



IMA
INSTITUTO DO MEIO AMBIENT
ESTADO DE ALAGOÁ

UNIDADES DE
CONSERVAÇÃO



**UNIDADES DE
CONSERVAÇÃO**

2ª EDIÇÃO

AS RIQUEZAS DAS
**ÁREAS PROTEGIDAS NO
TERRITÓRIO ALAGOANO**



**UNIDADES DE
CONSERVAÇÃO**

2ª EDIÇÃO



2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Lumos Assessoria Editorial
Bibliotecária: Priscila Pena Machado CRB-7/6971

048 Oliveira, Alex Nazário Silva.
Alagoas : unidades de conservação : as riquezas das
áreas protegidas no território alagoano / [Alex Nazário
Silva Oliveira, Clarice Maia F. de Amorim e Rosângela P.
de Lyra Lemos]. — 2. ed. — Maceió : Instituto do Meio
Ambiente do Estado de Alagoas, 2020.
346 p. : il. ; 24 cm.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-5854-019-9

1. Áreas protegidas - Alagoas. 2. Conservação da
natureza - Alagoas. 3. Proteção ambiental - Alagoas. 4.
Biodiversidade - Conservação - Brasil. I. Amorim, Clarice
Maia F. de. II. Lemos, Rosângela P. de Lyra. III. Título.

CDD 333.720981

Expediente (2ª edição)

Estado de Alagoas

Renan Calheiros Filho – GOVERNADOR

Luciano Barbosa – VICE-GOVERNADOR

João Paulo Tavares Pacheco – SECRETÁRIO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

Ênio Lins – SECRETÁRIO DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO

Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas

Gustavo Ressurreição Lopes – DIRETOR-PRESIDENTE

Leonardo Lopes de Azevedo Vieira – ASSESSOR EXECUTIVO DE GESTÃO INTERNA

Epitácio Correia de Farias Júnior – GERENTE DE FAUNA, FLORA E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Rosângela P. de Lyra Lemos – CURADORA DO HERBÁRIO MAC

Livro – Equipe técnica

AUTORES – **Alex Nazário Silva Oliveira, Clarice Maia F. de Amorim, Rosângela P. de Lyra Lemos**

CARACTERIZAÇÃO FÍSICA – **Alex Nazário Silva Oliveira, Esdras de Lima Andrade**

CARACTERIZAÇÃO DA FLORA – **Rosângela P. de Lyra Lemos**

CARACTERIZAÇÃO DA FAUNA – **Ana Cecília Pires de Azevedo Lopes, Epitácio Correia de Farias Júnior, Gabriela**

Mota Gama

CARACTERIZAÇÃO SOCIAL (REVISÃO) – **Clarice Maia F. de Amorim**

GEOPROCESSAMENTO E MAPEAMENTO – **Esdras de Lima Andrade, Daniel Nivaldo da Conceição**

EDIÇÃO – **Clarice Maia F. de Amorim**

FOTOGRAFIAS – **Neno Canuto, Pedro Teia, Gabriela Gama, Marcos Dubeux, Willams Fagner, Ubiratan Gonçal-**

ves da Silva, Arthur Andrade, Laerte William Lobo de Araújo, Juliano Maurício Fritscher, Maurício Carnaúba,

Micheline Lima, Alexandre dos Santos, Marcos Freitas, Diogo Amorim, Earl Chagas, Clarice Maia, Jarina Alves,

Alex Nazário, Daniel da Conceição, Ana Cecília Pires, Pedro Bocca, Fernando Pinto Neto

APOIO TÉCNICO - **ICMBio, Jarina Waléria Alves Silva, Marcelo Normande, Daniel Nivaldo da Conceição, Epitácio**

Correia de Farias Júnior

APOIO LOGÍSTICO – **Ezequiel de Jesus Caiano**

PROJETO GRÁFICO – **Ulysses Ribas e Werner Salles Bagetti**

CAPA – **Werner Salles Bagetti**

ILUSTRAÇÕES – **Weber Salles Bagetti**

DIAGRAMAÇÃO – **Ulysses Ribas**

Fotos da capa

PERERECA-MACACO – **Marcos Dubeux**

CANIONS DO RIO SÃO FRANCISCO – **Daniel N. da Conceição**

Equipe técnica da 1ª Edição

ORGANIZAÇÃO - **Alex Nazário Silva Oliveira, Clarice Maia F. de Amorim, Rosângela P. de Lyra Lemos**

CARACTERIZAÇÃO FÍSICA - **Alex Nazário Silva Oliveira e Esdras de Lima Andrade**

CARACTERIZAÇÃO DA FLORA - **Rosângela P. de Lyra Lemos**

CARACTERIZAÇÃO DA FAUNA - **Laerte William Lobo de Araújo**

CARACTERIZAÇÃO SOCIAL - **Kadja Angélica da S. Tavares e Clarice Maia F. de Amorim**

GEOPROCESSAMENTO E MAPEAMENTO - **Esdras de Lima Andrade, Antonio José Pereira de Almeida**

EDIÇÃO - **Clarice Maia F. de Amorim**

FOTOGRAFIAS - **Neno Canuto, Sérgio Roberto Moura Leal, Laerte William Lobo de Araújo, Juliano Maurício**

Fritscher, Fernando Pinto, Alex Nazário Silva Oliveira, Alexandre dos Santos, Maurício Carnaúba, Micheline

Lima, Clarice Maia, Jarina Alves

REVISÃO DE TEXTO - **Maria Lígia Toledo de Lima Cavalcanti, Bruno Ribeiro, Nilton Resende**

EQUIPE TÉCNICA DE LEVANTAMENTO DE CAMPO E INFORMAÇÕES - **Djalma Gama Brêda, Gustavo Costa Farias, Ja-**

rina Waléria Alves Silva; José Roberto de Farias; Kleyton Alysson da Silva Tavares; Lana Ingrid Pereira Navarro;

Luciano Cavalcante Palmeira; Madysson Wesley da Silva; Marco Antonio Diniz do Nascimento; Maria Lígia To-

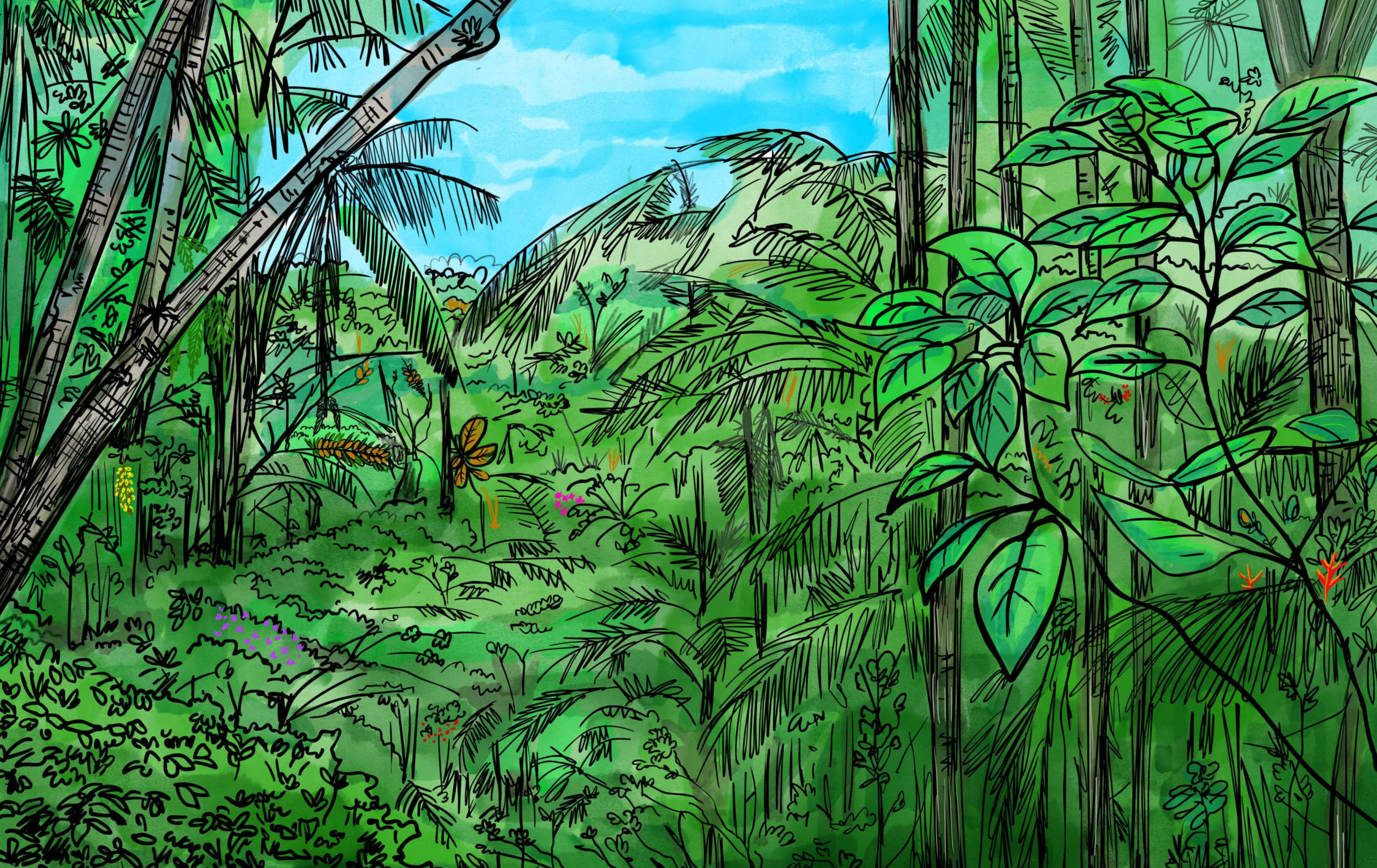
ledo de Lima Cavalcanti; Maurício Carnaúba da Silva; Meraldo Correia da Rocha; Patrícia Vieira Pacífico; Pedro

Lins Normande; Raíssa Cavalcante Pinto; Rodrigo Gouveia Amorim; Ykson Teotônio de Emery.

APOIO LOGÍSTICO - **Ezequiel de Jesus Caiano**

MOTORISTAS - **Alcides Francisco dos Santos; Wilson Augusto dos Santos; Djalma Magalhães Sabino**

PROJETO GRÁFICO – **Núcleo Zero**



Agradecimento e dedicatória

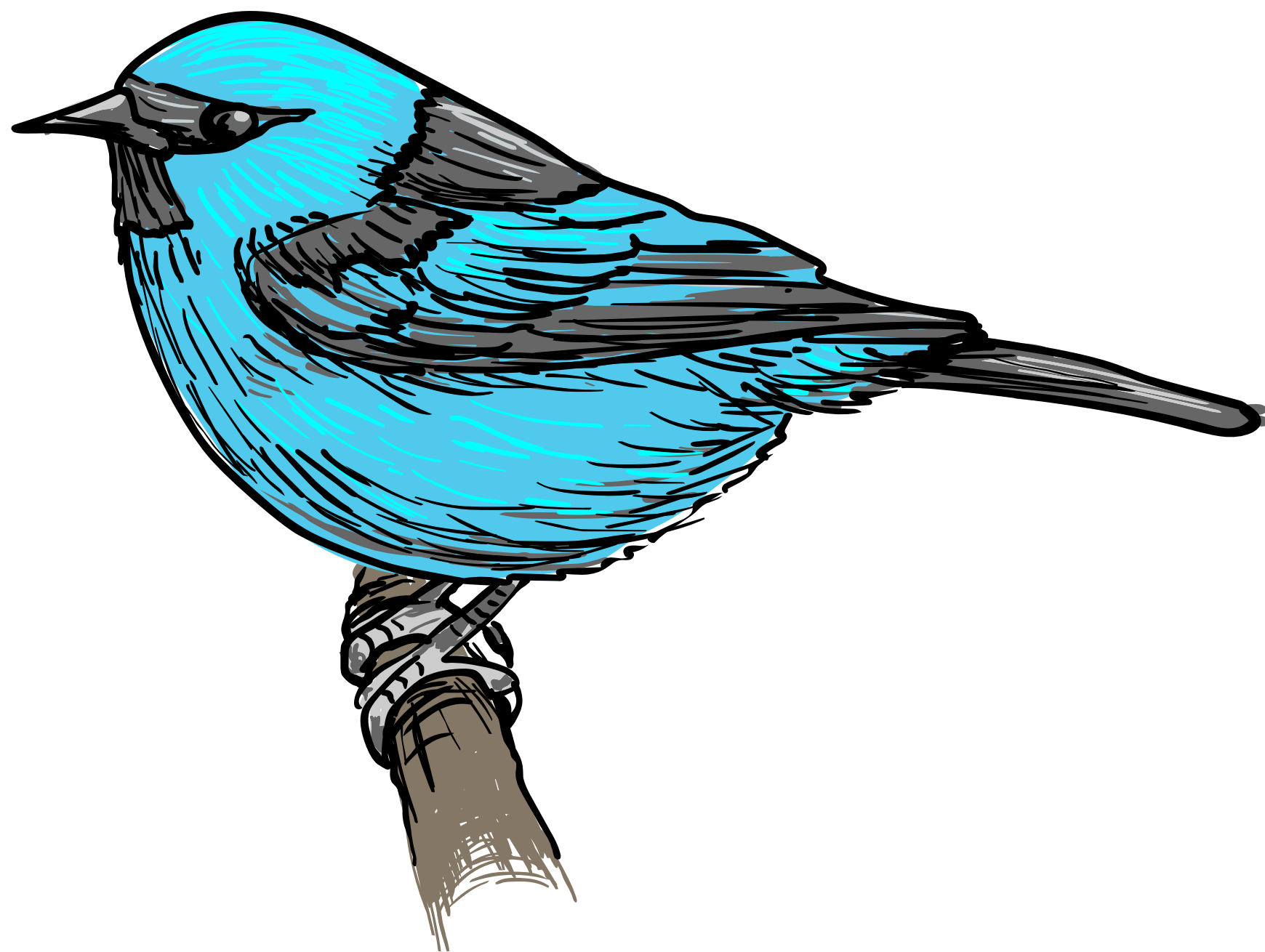
Nós que coordenamos a parte técnica nos vemos na obrigação de agradecer ao empenho de todos os colaboradores, desde aquelas pessoas que cederam fotografias até as que foram ao campo para coletar mais informações. Todas foram importantes e nós fizemos o possível para registrar todos os nomes, no sumário e nos créditos.

É importante ressaltar que esse trabalho não seria possível sem que o IMA/AL tivesse um diretor-presidente como o atual, o engenheiro Gustavo Ressurreição Lopes. Vimo-nos no dever de reconhecer que, para dar continuidade ao trabalho iniciado na gestão anterior, de produzir a publicação que ficou conhecida como o livro verde do IMA, seria imprescindível que o atual gestor reconhecesse que ela acompanha todo o trabalho de criação e reconhecimento das Unidades de Conservação de Alagoas, se configurando um marco para o Estado, não apenas como uma política de governo, e, por isso mesmo, atemporal.

Um trabalho que, ainda que carregue nomes de gestores e técnicos, tem sua importância pela reunião e disponibilização pública de dados e informações acerca das áreas legalmente protegidas, existentes no território alagoano. Além disso, é importante reconhecer o empenho do Gustavo para a concretização dessa segunda edição, seja reunindo recursos financeiros, seja nos cobrando pela finalização.

Somos sinceramente gratos pelo espaço e condições objetivas de trabalho.

Clarice, Alex e Rosângela.



Sumário

14 Mapa de Alagoas e as Unidades de Conservação

17 **Apresentação**

19 Unidades de Conservação: uma estratégia que combina proteção e desenvolvimento

21 O crescimento e as perspectivas para as Unidades de Conservação em Alagoas

25 **Bioma Caatinga**

27 Mapa da Região

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO PÚBLICAS

31 Estação Ecológica (ESEC) Curral do Meio

37 Monumento Natural (MONA) do São Francisco

47 Parque Ecológico Municipal da Pedra do Sino

55 Refúgio de Vida Silvestre (RVS) dos Morros do Craunã e do Padre

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO PARTICULARES

67 Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Estância São Luiz

69 Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Jader Ferreira Ramos

71 Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) José Abdon Malta Marques

73 Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Mato da Onça

75 Reserva do Patrimônio Natural (RPPN) Tocaia

ÁREAS EM ESTUDO PARA CRIAÇÃO DE NOVAS UCS

79 Área de Proteção Ambiental da Serra da Caiçara

81 Serra da Taborda

83 Serra das Mãos

85 **Bioma Mata Atlântica**

87 Mapa da Região

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO PÚBLICAS

91 Área de Proteção Ambiental (APA) Costa dos Corais

103 Área de Proteção Ambiental (APA) da Marituba do Peixe

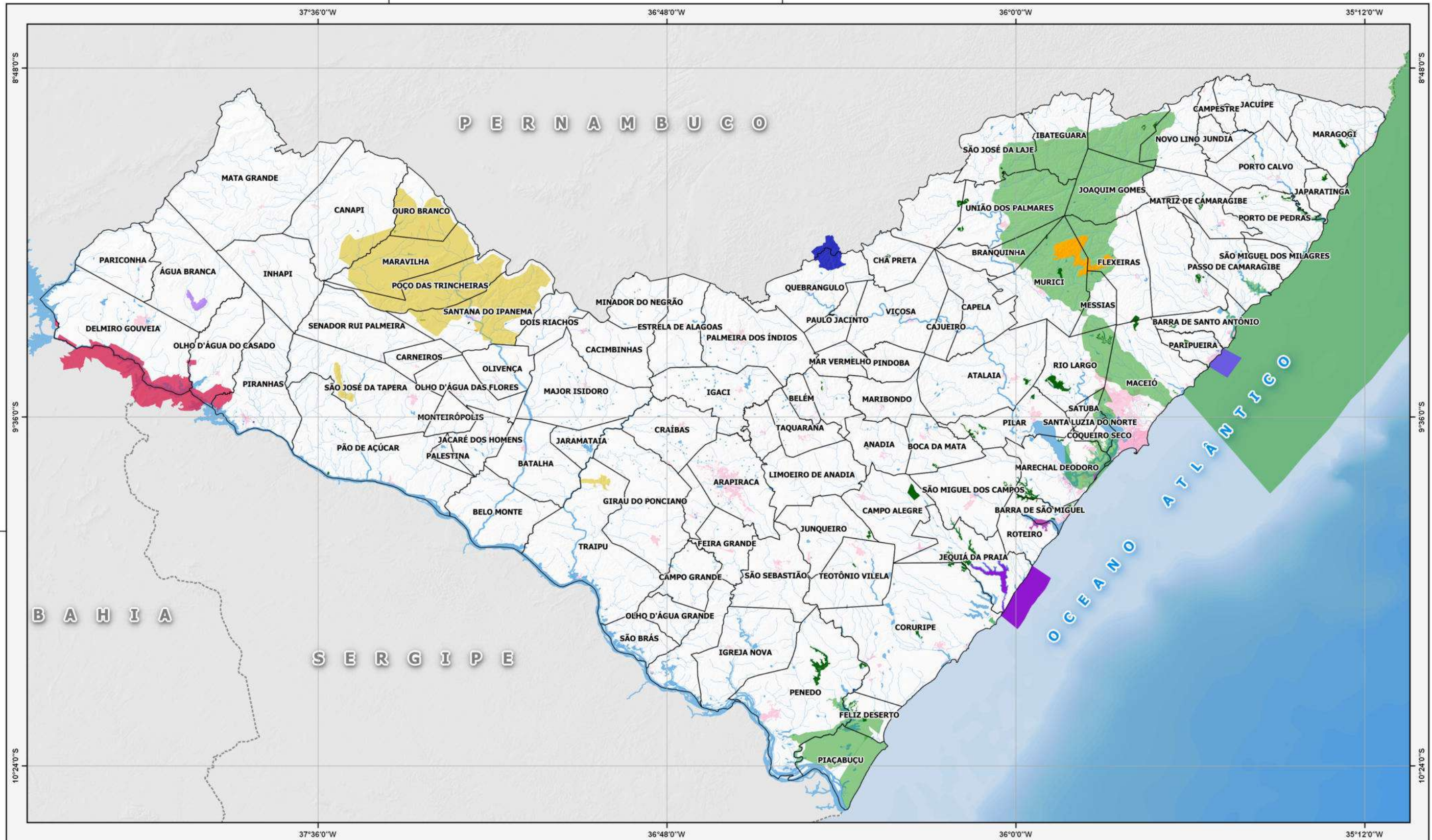
115 Área de Proteção Ambiental (APA) da Santa Rita

- 129 Área de Proteção Ambiental (APA) de Murici
- 139 Área de Proteção Ambiental (APA) de Piaçabuçu
- 151 Área de Proteção Ambiental (APA) do Catolé e Fernão Velho
- 165 Área de Proteção Ambiental (APA) do Poxim
- 173 Área de Proteção Ambiental (APA) do Pratygy
- 183 Estação Ecológica (ESEC) de Murici
- 195 Parque Municipal de Maceió
- 205 Parque Municipal Marinho de Paripueira
- 213 Reserva Biológica (REBIO) de Pedra Talhada
- 221 Reserva Ecológica (RESEC) dos Manguezais da Lagoa de Roteiro
- 229 Reserva Ecológica (RESEC) do Saco da Pedra
- 235 Reserva Extrativista (RESEX) Marinha da Lagoa de Jequiá

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO PARTICULARES

- 245 Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Aldeia do Mar
- 247 Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Aldeia Verde
- 249 Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Alfredo Elias da Rosa Oiticica
- 251 Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN): Anhumas I, Anhumas III e Guanabara
- 255 Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN): Antonio Coutinho, Benedito Coutinho, Julia Silveira Coutinho
- 257 Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN): Apolinário e Senador Carlos Lyra
- 259 Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Baixa Grande
- 261 Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Boa Sorte
- 265 Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN): Boca do Rio, Olho d'Água, Pindoba e Santa Cristina
- 267 Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) Bosque, Cachoeira e Triunfo
- 271 Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) Cachoeira e Santa Fé
- 273 Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Canadá
- 275 Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN): Conceição Lyra 1, Conceição Lyra 2, Conceição Lyra 3, Conceição Lyra 4
- 277 Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Dubinha Guimarães
- 279 Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN): Estrela do Sul, Papa Mel e Porto Alegre

- 283 Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN): Eustáquio Toledo Neto e Tarcizo Toledo Carnaúba
- 285 Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN): Garabú e Serra d'Água
- 287 Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Gulandim
- 289 Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Luiz Jatobá Filho
- 291 Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Luiz Joaquim Barbosa
- 293 Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Lula Lobo
- 295 Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN): Macacos e Sereno
- 297 Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Madeiras
- 299 Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Mata da Suíça II
- 301 Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Mata do Cedro
- 303 Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Oriente
- 305 Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Osvaldo Timóteo
- 307 Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Pereira
- 309 Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Placas
- 311 Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Planalto
- 313 Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Porto Seguro
- 315 Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Quebra Carro
- 317 Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Riacho Seco
- 319 Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Rosa do Sol
- 321 Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN): Saint Michel 1, Saint Michel 2 e Saint Michel 3
- 323 Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Salvador Lyra
- 325 Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Santa Maria
- 327 Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Santa Tereza
- 329 Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) São Pedro
- 331 Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Sítio Bica
- 333 Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Tobogã
- 335 Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Vera Cruz
- 337 Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Vila D'Água
- 339 Referências






LEGENDA E CONVENÇÕES CARTOGRÁFICAS

- Convenções**
- Limites Intermunicipais
 - Áreas Urbanas
 - Corps D'água
 - Hidrografia
- Unidades de Conservação**
- Monumento Natural (01)
 - Refúgio de Vida Silvestre (01)
 - Reserva Biológica (01)
 - Reserva Extrativista (01)
 - Estação Ecológica (02)
 - Reserva Ecológica (02)
 - Parque Municipal (03)
 - Proposta de Criação em Análise (03)
 - Área de Proteção Ambiental (08)
 - RPPNs (69)


 ESCALA 1:820.000
 8.2 0 8.2 16.4 24.6 32.8 m
 1 cm no mapa equivale a 8.2 km no terreno
 Sistema de Coordenadas Geográficas
 Datum Horizontal SIRGAS 2000
 Dados Vetoriais: IBGE / IMA / SEMARH
 Modelo elaborado pela Assessoria Ambiental de Geoprocessamento usando o Software Livre QGIS 2.18.



MAPA DE LOCALIZAÇÃO
Distribuição das Unidades de Conservação no Estado de Alagoas

RESP. TÉCNICO	PERÍODO DE REFERÊNCIA	ASSINATURA	Nº DO MAPA
DANIEL DA CONCEIÇÃO	AGO/2020		
ESCALA	ELABORADO POR	APROVADO POR	FOLHA
1:820.000	ASSESSORIA DE GEOPROCESSAMENTO		
LOCAL	DATA	Nº DO PROCESSO	REVISÃO
ALAGOAS	30/08/2020		

Apresentação



Unidades de Conservação: uma estratégia que combina proteção e desenvolvimento

No Estado de Alagoas o investimento para criação das áreas legalmente protegidas está alcançando números e resultados significativos

Gustavo Lopes

Diretor – presidente do IMA/AL, Msc em Tecnologia Ambiental e Recursos Hídricos na Universidade de Brasília, Especialista em Gestão Empresarial com Ênfase em Estratégia na Fundação Getúlio Vargas.

Comparado a anos anteriores a 2015, no período compreendido entre os anos de 2015 e 2019, Alagoas ganhou mais de 100% em área legalmente protegida, conforme o que estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), na modalidade de Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN). A estratégia adotada, principalmente pelas equipes do Instituto do Meio Ambiente (IMA), fez com que o Estado passasse a abrigar de 52 para um total de 88 Unidades de Conservação (UC).

Comparado a números registrados em anos anteriores, sem dúvida esse é um grande avanço. Por isso, foi decidido por uma nova publicação sobre o tema, considerando a necessidade de atualização de informações.

A primeira edição do Livro Unidades de Conservação de Alagoas – As Riquezas das Áreas Protegidas no Território Alagoano, que também ficou conhecida popularmente como o Livro Verde do IMA/AL, reuniu informações sobre a caracterização física e biológica (fauna e flora) de todas as UCs existentes no Estado. Foi uma publicação inédita e um esforço para reunir as informações que eram acessíveis a poucos, mais especificamente técnicos ou pesquisadores do assunto.

A segunda edição não é apenas uma revisão do que foi produzido, mas é uma nova publicação. Isso considerando que há novas informações baseadas nas grandes mudanças ocasionadas pela criação das novas UCs. O trabalho reúne também novas imagens e, especialmente, uma nova organização das caracterizações. O que antes estava relacionado apenas a partir da unidade federativa em que foi criada, passa a ser relacionada pelo bioma a que faz parte.

A equipe técnica, envolvida nesse trabalho, observou que o mais importante para a existência de uma UC é a sua capacidade de proteger remanescentes florestais e tudo aquilo que abriga: fauna, flora e, por vezes, características tradicionais de grupos específicos da população.

Por isso, a identificação dos biomas é fundamental. No caso de Alagoas: Caatinga e Mata Atlântica.

Vale ainda uma observação especial em relação às 69 RPPNs: praticamente dobrou o tamanho da área protegida nessa modalidade, considerada uma das mais importantes alternativas para preservação de remanescentes florestais por causa do seu caráter de perpetuidade dentro de uma propriedade privada. Os números expressivos foram conquistados em menos de quatro anos e indicam a possibilidade de crescimento.

Conforme os dados da Gerência de Fauna, Flora e Unidades de Conservação do IMA/AL, até o ano de 2015 havia apenas 33 RRPPNs. Na atual gestão foram mais 36. Até o ano de 2015 havia apenas 33 RPPNs. Na atual gestão foram mais 36. Até 2015, havia 3.890,55ha compreendidos por essas Unidades. De lá para cá esse número foi acrescido de 6.693,1ha, ou seja, aumentou em mais de 100%, chegando a 10.583,65ha.

Quando se fala que os números resultam de esforços de diversas equipes, vale explicar que o processo de reconhecimento dessas Unidades exige esforços coletivos. Um exemplo foi o impulso dado após a criação do Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC), através da Lei 7776/16, com fundamental aproximação e parceria entre os técnicos do IMA/AL e da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (Semarh).

Sobre as Unidades de Conservação públicas, atualmente Alagoas possui em seu território 19, sendo: nove criadas em âmbito estadual, seis federais e quatro municipais. Esse total se divide em, nove classificadas como de Usos Sustentável, oito de Proteção Integral e outras duas que estão em processo de reclassificação.

Além disso, está em fase de estudo a criação de novas áreas públicas legalmente protegidas compreendendo os municípios de: Penedo, São José da Tapera, Traipu, Maceió, Maravilha, Ouro Branco, Poço das Trincheiras, Canapi e Santana do Ipanema. Entre as modalidades em estudo estão, por exemplo, Parque Estadual e Área de Proteção Ambiental (APA).



O crescimento e as perspectivas para as Unidades de Conservação em Alagoas

Alex Nazário Silva Oliveira

* Geógrafo, Especialista em Análise Ambiental e Mestre em Geografia pelo Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente - IGDEMA/ UFAL. -; Consultor técnico e colaborador do IMA/AL.

As Unidades de Conservação representam uma importante ferramenta na proteção e no manejo dos recursos ambientais em todo o Brasil e se corretamente implementadas apresentam-se efetivas na execução de políticas de preservação e conservação. Associadas a ações de gestão, essas políticas podem ser aplicadas pelas diferentes esferas da administração, bem como pela sociedade na necessidade de proteger ecossistemas naturais e/ou ameaçados, áreas que resguardam recursos estratégicos para a manutenção dos processos ambientais e populações tradicionais.

Para tanto, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), criado pela Lei nº 9.985/2000, promove o reconhecimento dessas áreas protegidas no território nacional em dois grupos: de Proteção Integral, com o objetivo de preservar a natureza, permitindo apenas o uso indireto dos recursos naturais com exceção dos casos previstos em lei; e de Uso Sustentável, com objetivo de compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parte dos recursos naturais.

As Unidades de Proteção Integral são representadas pelas seguintes categorias: Estações Ecológicas, Reservas Biológicas, Parques Nacionais, Monumentos Naturais e Refúgios de Vida Silvestre. As categorias de Unidades de Uso Sustentável são as Áreas de Proteção Ambiental, Áreas de Relevante Interesse Ecológico, Florestas Nacionais, Reservas Extrativistas, Reservas de Fauna, Reservas de Desenvolvimento Sustentável e as Reservas Particulares do Patrimônio Natural.

Cada categoria de Unidade de Conservação possui características próprias e específicas, com o objetivo de proporcionar normas adequadas de proteção a diferentes espaços territoriais e seus recursos. Por isso, existem diferentes tipos de unidades que devem atender a níveis diferenciados de proteção e gestão. Por esse motivo e, visando abranger diferentes escalas com características regionais, territoriais e locais de proteção, o SNUC expõe que as Unidades de Conservação podem ser instituídas pelos governos Federal, Estadual e Municipal.

No caso de Alagoas, é importante ressaltar que a trajetória no reconhecimento das Unidades de Conservação tem início com a criação do Parque Municipal de Maceió, criado pela Lei Municipal nº 2.514, de 27 de julho de 1978, sendo a primeira Unidade de Conservação do Estado. Entretanto, é a partir da década de 1980, com a criação das Áreas de Proteção Ambiental (APAs) de Piaçabuçu, em junho de 1983, e de Santa Rita, em dezembro de 1984, que importantes ecossistemas do território alagoano passaram a receber especial proteção. A criação dessas unidades foi baseada na antiga Lei nº 6.938 de 1981, a Política Nacional do Meio Ambiente, que estabelecia as categorias de APA, de Reserva Ecológica (Resec), dentre outras.

Nos anos seguintes, outras Unidades, principalmente as instituídas pelo Estado, seguiram essa tendência, a exemplo da RESEC do Saco da Pedra (1985), RESEC de Manguezais da Laguna do Roteiro (1987), APA do Catolé e Fernão Velho (1992), APA de Murici (1997), APA do Pratagy (1998). Com isso, verificamos historicamente em Alagoas, antes do SNUC, que a proteção do meio ambiente via áreas protegidas levou ao reconhecimento de importantes espaços onde a presença humana e a conservação dos recursos naturais deveriam ser compatibilizadas.

No decorrer do tempo, houve a implantação de outras categorias de Unidades de Conservação e, após o ano 2000, com o amparo e embasamento do SNUC, seguindo a vocação das áreas estudadas e propostas, foram reconhecidas áreas com maiores e diferenciados graus de restrição, devido a sua fragilidade ou importância ambiental,



O tico-tico-rei-cinza também está entre os animais que se beneficiam com as áreas protegidas.
Foto - Pedro Teia.

verificadas por estudos técnicos mais apurados e consultas junto à população residente ou de entorno.

No que se refere à distribuição, até meados de 2001, o Estado de Alagoas apresentava uma malha de Unidades de Conservação concentrada na mesorregião do Leste Alagoano, compreendendo a zona da mata, litoral e encaves interioranos do bioma Mata Atlântica. Dentre os fatores determinantes para essa distribuição, destacam-se o desconhecimento e a pouca divulgação de áreas interioranas com características relevantes, bem como seu avançado estado de degradação dos ecossistemas na região do Sertão e Agreste pela pecuária e culturas diversas. Na zona da mata, as áreas naturais remanescentes foram limitadas e fragmentadas nos topos dos tabuleiros costeiros, áreas serranas e algumas várzeas devido a implantação da monocultura da cana-de-açúcar, além do crescimento desordenado das cidades litorâneas que descaracterizaram grandes áreas costeiras naturais.

A partir do ano de 2007, o Estado inicia um movimento de interiorização de ações de reconhecimento e proteção da Caatinga, que, até o ano de 2008, não possuía Unidades de Conservação reconhecidas em Alagoas. A partir desse mesmo ano, o Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas (IMA/AL) promoveu o reconhecimento da primeira Unidade de Conservação da Caatinga alagoana, a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Tocaia, localizada no município de Santana do Ipanema, de propriedade do saudoso Senhor Alberto Nepomuceno Agra, grande entusiasta das questões ambientais, a quem nós tivemos o privilégio de conhecer em vida.

A partir desse marco, as três esferas da administração pública avançaram na criação de novas Unidades de Conservação no Bioma Caatinga em Alagoas: o Monumento Natural do Rio São Francisco (2009), pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio); o Parque Ecológico da Pedra do Sino (2009), pelo município de Piranhas; o Refúgio de Vida Silvestre dos Morros do Craunã e do Padre (2012); a Estação Ecológica Curral do Meio (2014), além de cinco RPPNs reconhecidas no sertão pelo Governo de Alagoas.

O número de Unidades de Conservação no Estado cresceu consideravelmente, graças a essas ações envolvendo estudos o Bioma Caatinga e ao reconhecimento das RPPNs pelo IMA/AL, através do Decreto Estadual nº 3.050/2006, construído graças à importante parceria firmada entre o IMA, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH) e o Instituto de Preservação da Mata Atlântica (IPMA). Com isso, entre 2006 e 2014, o Estado havia reconhecido 26 RPPNs, que, somadas as 7 reservas federais já existentes, totalizaram 33 RPPN, com área total de 4.047 hectares, representando importantes fragmentos dos ecossistemas presentes nos Biomas Mata Atlântica e Caatinga.

Após isso, o modelo de parceria só tem crescido, agregando também colaboradores como o Ministério Público Estadual (MPE), o setor sucroenergético, proprietários de terras de áreas conservadas, o Batalhão de Polícia Ambiental (BPA), a ONG SOS Caatinga, a Associação de Notários e Registradores de Alagoas (ANOREG), dentre outros que, a partir de ações de divulgação dos benefícios dessas Reservas, vêm gerando novos pedidos de reconhecimento ao IMA/AL e originando importantes avanços, como a diminuição de custos cartoriais para a averbação da perpetuidade das RPPNs.

Acrescendo a isso, o Projeto + RPPN do IMA/AL, que também traz diversos avanços técnicos e de celeridade no atendimento dos processos, foi possível avançar com a criação de mais 36 reservas de 2015 até o final de 2019, com área total de 6.693 ha, perfazendo em Alagoas, atualmente, um total de 69 RPPNs com 10.583,65 ha de áreas protegidas. Com isso, segundo dados do Painel de Indicadores da Confederação Nacional de RPPNs, o Estado de Alagoas está em 12º lugar em área coberta por RPPN e em 8º lugar em número de reservas criadas no Brasil¹.

Com relação a criação de novas UCs, destacamos a proposta que se encontra atualmente em vias de reconhecimento pelo Governo do Estado: A APA da Serra da Caiçara, com área de 103.295 ha, situada em terras dos muni-

cípios de Maravilha, Poço das Trincheiras, Santana do Ipanema, Ouro Branco e Canapi, localizados na mesorregião geográfica do Sertão Alagoano e nas microrregiões de Santana do Ipanema e Serrana do Sertão Alagoano. Possui o objetivo principal de garantir a conservação do Bioma Caatinga e suas fitofisnomias associadas no território alagoano, visando proteger a sua fauna e flora nativas bem como resguardar áreas que detêm sítios arqueológicos e paleontológicos na região, com base em ações e políticas que busquem acompanhar, normatizar e disciplinar o uso e ocupação do solo e dos recursos ambientais, bem como o incentivo ao turismo na Unidade de Conservação e no Sertão de Alagoas.

Quanto à abrangência das Unidades de Conservação em Alagoas atualmente, considerando a área terrestre, temos um total de 223.624,52 ha², o que representa, aproximadamente, 7,88% do território alagoano. Com relação aos principais Biomas, atualmente, a Mata Atlântica detém 14,67% do seu domínio no Estado abrangido pelas UCs, enquanto a Caatinga, apenas 1%. Com a criação de novas Unidades de Conservação, com destaque para a APA da Serra da Caiçara e algumas RPPNs no semiárido, haverá um acréscimo da área total protegida no Estado para 326.618,6 ha, aumentando o percentual de 7,88% para 11,53% do território alagoano abrangido por Unidades de Conservação. Com ganho significativo no Bioma Caatinga, que passará de 1% para 10,71% de cobertura total de áreas protegidas em Alagoas.

Há diversos avanços também no que se refere à participação da sociedade na gestão dessas áreas. A criação de diversos conselhos gestores, tanto nas esferas federais quanto estaduais, representou um importante progresso na administração e resolução de conflitos nas Unidades de Conservação. No caso das unidades estaduais, já faz parte de calendário obrigatório a realização dos Encontros de Conselhos Gestores das Unidades de Conservação Estaduais, com o objetivo de garantir a troca de experiências, o reconhecimento de problemas em comum e a busca por soluções conjuntas.

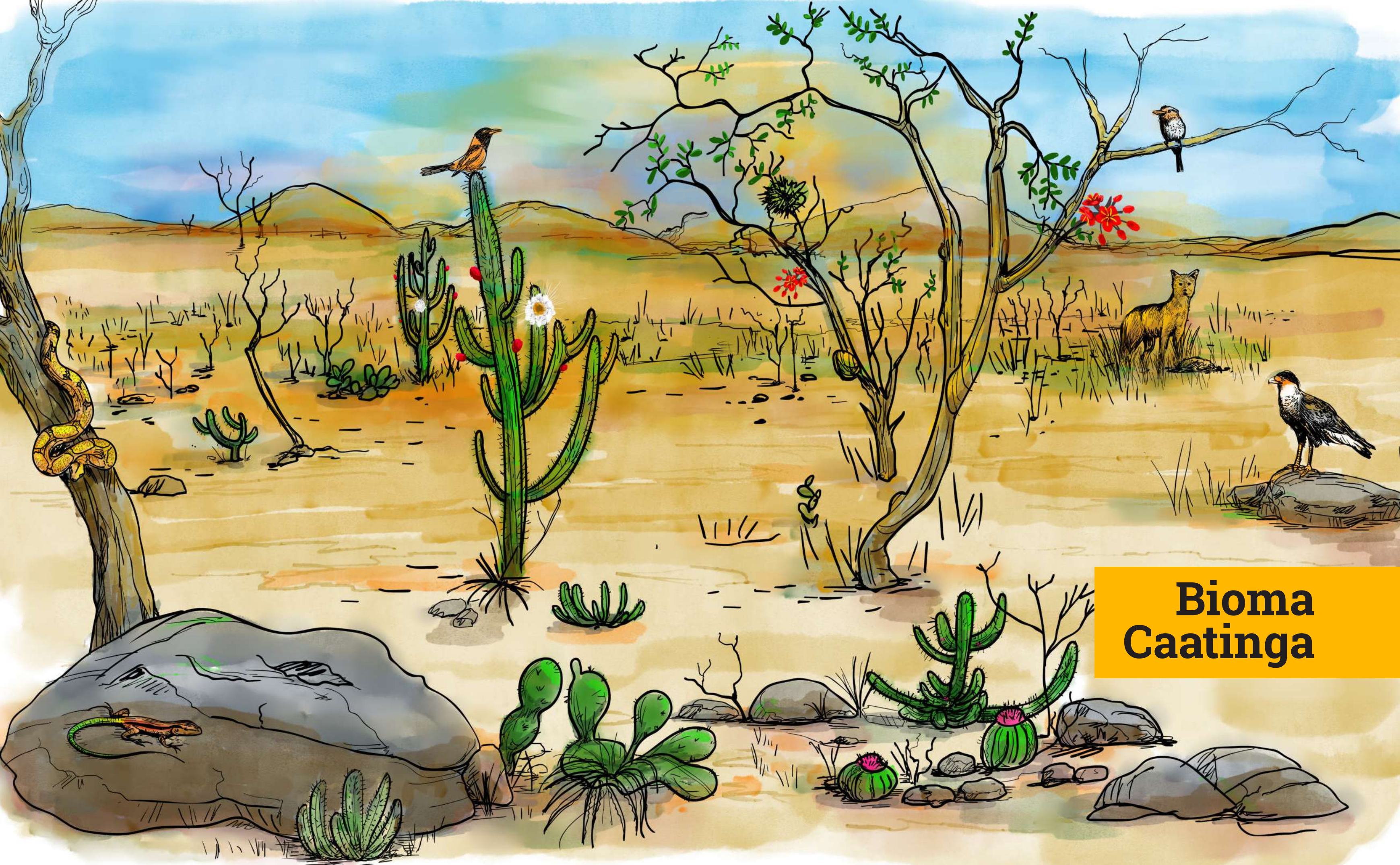
A formulação dos Planos de Manejo das Unidades também seguiu em evolução. Muitos deles tardiamente, o que não é uma situação local, mas uma realidade nacional. No caso de Alagoas, começaram a ser formulados os primeiros Planos de Manejo a partir de 2006, a exemplo das APAs da Marituba do Peixe, Santa Rita, Costa dos Corais, Piaçabuçu, REBIO de Pedra Talhada e outros que estão em vias de tratativas burocráticas com direcionamento previsto pela compensação ambiental de empreendimentos de significativo impacto, a exemplo da APA do Catolé e Fernão Velho, que se encontra em fase final de elaboração e da APA do Praty, ambas estratégicas do ponto de vista do abastecimento de água da zona metropolitana da Capital Alagoana, bem como do RVS dos Morros do Craunã e do Padre, a partir da compensação do Canal do Sertão Alagoano.

Atualmente, existe a necessidade de avançar a um novo patamar de gestão das unidades, priorizando a formulação dos seus planos de manejo, a efetividade do acompanhamento dos objetivos de criação a partir da atuação do órgão gestor em conjunto com os conselhos, sua sustentabilidade financeira, sistematização e otimização dos procedimentos de compensação ambiental e a necessidade da existência de políticas públicas direcionadas ao apoio das unidades de conservação, principalmente a nível estadual, tais como o ICMS Ecológico e procedimentos de Pagamento por Serviços Ambientais.

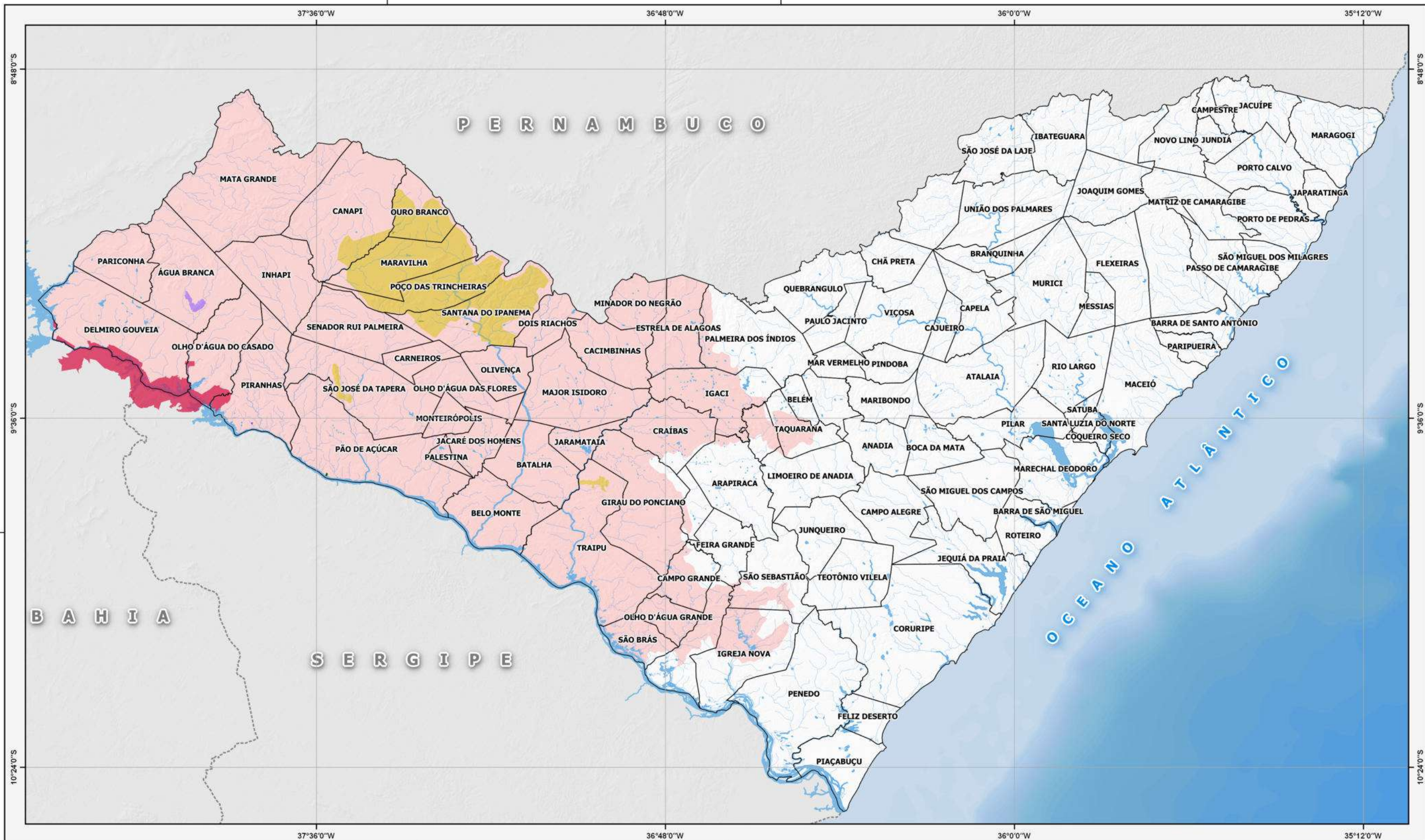
Dessa forma, com foco nas áreas protegidas, o Governo do Estado através do IMA, deverá investir na efetiva aplicação e/ou criação de políticas públicas direcionadas a gestão das unidades de conservação, conforme estabelecidas no Sistema Estadual de Unidades de Conservação (Lei nº 7.776/2016).

1 O Painel de Indicadores da Confederação Nacional de RPPN apresenta em Alagoas uma área de 10.172,56 ha, devido a diferenças de áreas de algumas RPPN Federais, comparando seus polígonos e as áreas presentes nas Portarias de Criação. Tal fato não modifica a posição do Estado no ranking de área de cobertura. Fonte: <https://www.rppn.org.br/indicadores-de-rppns>. Acesso em 01/09/2020.

2 Desconsideradas as Unidades de Conservação e seus trechos terrestres sobrepostas e de abrangência oceânica ou no leito do Rio São Francisco.



**Bioma
Caatinga**






LEGENDA E CONVENÇÕES CARTOGRÁFICAS

Convenções	Unidades de Conservação
Limites Intermunicipais	Monumento Natural (01)
Bioma Caatinga	Refúgio de Vida Silvestre (01)
Corps D'água	Estação Ecológica (01)
Hidrografia	Parque Municipal (01)
	RPPNs (05)
	Proposta de Criação em Análise (03)


 ESCALA 1:820.000
 8.2 0 8.2 16.4 24.6 32.8 m
 1 cm no mapa equivale a 8.2 km no terreno
 Sistema de Coordenadas Geográficas
 Datum Horizontal SIRGAS 2000
 Dados Vetoriais: IBGE / IMA / SEMARH
 Modelo elaborado pela Assessoria Ambiental de Geoprocessamento usando o Software Livre QGIS 2.18.



MAPA DE LOCALIZAÇÃO

Distribuição das Unidades de Conservação no Bioma Caatinga

RESP. TÉCNICO: DANIEL DA CONCEIÇÃO	PERÍODO DE REFERÊNCIA: AGO/2020	ASSINATURA:	Nº DO MAPA:
ESCALA: 1:820.000	ELABORADO POR: ASSESSORIA DE GEOPROCESSAMENTO	APROVADO POR:	FOLHA:
LOCAL: ALAGOAS	DATA: 30/08/2020	Nº DO PROCESSO:	REVISÃO:



Unidades de Conservação
Públicas



O riacho intermitente que limita a estação ecológica, o Riacho João Gomes, apresenta mata ciliar significativa.
Foto - Alex Nazário

Estação Ecológica (ESEC) Curral do Meio

Aspectos gerais

A Estação Ecológica (ESEC) Curral do Meio foi criada pelo Decreto Estadual nº 37.153, de 1º de dezembro de 2014, com área de 42,65 hectares, situada no município de Santana do Ipanema, na microrregião de mesmo nome e mesorregião geográfica do Sertão Alagoano. É considerada uma unidade de conservação de pequena extensão territorial mas detém características biológicas significativas de espécies da fauna e flora e, por este motivo tem por objetivos:

- I. garantir a preservação de amostra do bioma Caatinga presente na região;
- II. proteger a fauna e flora silvestres, principalmente as espécies em risco de extinção;
- III. garantir a integridade do ecossistema para a realização de pesquisas científicas que visem o conhecimento da área, garantindo assim subsídios para sua melhor gestão e proteção; e
- IV. apoiar a pesquisa científica com foco na conservação da biodiversidade do semiárido.

Estes objetivos visam garantir a integridade do meio natural e dos remanescentes de Caatinga, bem como seus aspectos ambientais, que detém extrema importância para a manutenção e conservação da biodiversidade do semiárido alagoano.

Para isso, algumas práticas e atividades que implique ou não na alteração das características naturais da área ou a integridade do ecossistema ali representado, tanto no seu interior quanto no seu entorno são proibidas, como



Soltura de aves na Área da ESEC Curral do Meio.
Foto - Acervo IMA.

indústrias num raio de até 1 km, implantação de projetos de urbanização na zona de amortecimento e entorno imediato, além de desmatamento, queimadas, caça, limpeza de vegetação, deposição de resíduo sólido e retirada de areia ou material rochoso. No âmbito biótico, também são proibidas a introdução e criação de espécies exóticas no interior da unidade de conservação, sendo permitido, na zona de amortecimento desde que não interfira ou ameace o ecossistema local.

Localização e acesso

A Esec localiza-se na porção sudoeste do município de Santana do Ipanema, pertencente a mesorregião do Sertão Alagoano, distante aproximadamente 210 km da capital Maceió. Situa-se próximo aos sítios Sementeira e Ciro que por sua vez, se encontra a uma distância de 3 quilômetros para a sede municipal. Situa-se entre as coordenadas geográficas 9°24'19" e 9°23'53" de latitude sul e 37°14'34" e 37°13'58" de longitude oeste e tem como principal acesso a rodovia AL-130, distante apenas 380 metros para a UC.

Aspectos físicos

Inserida no bioma Caatinga, a Esec Curral do Meio submete-se ao clima semiárido, com temperatura média do ar de 25° C, caracterizando-se, nesta parte do território alagoano, por possuir um regime pluviométrico de 700 mm/ano com aproximadamente 150 dias biologicamente secos, ou seja, cerca de cinco meses do ano sem chuvas e orvalho e baixíssima umidade relativa do ar.

A associação desses fatores, que são influenciados pela elevada incidência de horas de sol, cerca de 3.000 horas por ano, contribuem decisivamente numa alta perda de umidade do solo e das plantas, favorecendo assim a existência de uma vegetação que se apresenta resistente a escassez de água, com porte predominantemente arbórea densa, classificada como vegetação do tipo caatinga hipoxerófila.

O ambiente no qual a vegetação contida na Esec se estabelece numa faixa altimétrica que varia de 240 a 280 metros em relação ao nível médio do mar, possuindo um solo predominantemente argiloso, pouco profundo, em média 60 cm, com afloramento de rochas cristalinas e matacões. No sistema de classificação de solos da Embrapa, este solo é denominado de Argissolo Vermelho. Ele é típico do relevo pouco movimentado do local, se estabelecendo em uma declividade que não ultrapassa 5%, ou seja, 3,18° e corresponde a vertente orientada para o riacho João Gomes, ao sul da Estação Ecológica.

Este riacho, de natureza intermitente, é tributário do rio Ipanema, integrando a bacia hidrográfica de mesmo nome.

O uso e ocupação do solo do entorno da Estação é composto por pequenas roças e estão diretamente associados à subsistência de moradores locais. São destinadas majoritariamente ao plantio de milho, feijão e palma. Já na área pertencente a Emater, são comuns os plantios experimentais de palma em diferentes condições do solo, visando seu melhoramento e manejo. Alguns trechos limítrofes da Estação ainda detêm indícios de práticas agrícolas, entretanto, se apresentam em estágio de regeneração.

Aspectos bióticos

As ameaças à conservação das caatingas em Alagoas devem-se principalmente à prática de atividades inadequadas que tem colocado em risco a permanência do bioma, causando processos erosivos, o assoreamento dos rios e o desgaste do solo. A implantação de Unidades de Conservação tem sido um instrumento essencial para manter a diversidade e a sustentabilidade destes ecossistemas naturais que também desempenham outras funções a exemplo da fixação de carbono, da perpetuação de banco genético e fluxos gênicos das espécies, manutenção da paisagem, etc.

O trecho da Estação Ecológica Curral do Meio abriga vegetação arbórea, em excelente estado de conservação, onde podem ser observadas espécies características destes ambientes, na sua forma mais exuberante, seja na altura e no diâmetro dos indivíduos ou na presença de um sub-bosque denso, bem como a ocorrência de epífitas e trepadeiras de diversas famílias botânicas.

O riacho intermitente que limita a estação ecológica, o Riacho João Gomes, apresenta a mata ciliar significativa apesar de algumas clareiras que impedem que esta seja contígua ao trecho maior de mata. Essa cobertura vegetal ciliar é de grande relevância e desempenha um papel destacado na proteção do ambiente aquático e na manutenção da diversidade biológica da área de influência.

As árvores mais conspícuas ultrapassam os 10 metros, algumas atingindo até mais de 20 metros de altura que se destacam na paisagem como forma de crescimento dominante ocorrendo esparsamente entre os arbustos. Entre as arbóreas que merecem destaque estão as “craibeiras”, “aroeiras”, “barrigudas”, “burra-leiteiras”, “faveleiras”, “juazeiros”, “imburanas-de-cambão”, “imburanas-de-cheiro”, “angicos”, “paus-ferro”, “catingueiras”, “pereiros”, “baraúnas”, “quixabeiras”, “mororós”, “bom-nomes”, “juremas”, dentre outras. As herbáceas são relevantes em quantidade e também apresentam maior riqueza de espécies. Um grupo de plantas que merece destaque são as Cactáceas, que possuem folhas reduzidas a espinhos pelos quais são bem conhecidos, “os cactos”. Apresentam grande variação morfológica e capacidade de armazenar água como uma expressão



A cobra conhecida como coral-falsa também é encontrada na caatinga.
Foto - Marco Dubeux.

adaptativa às condições climáticas da caatinga, ambiente rigorosamente quente e seco. Desenvolvem-se na área visitada os “facheiros”, “xique-xiques” e os “mandacarus”, principalmente. As bromélias ocupam o solo, os galhos e topo das árvores marcando presença constante em todo o remanescente. As “tillandsias”, “caroás” e

“macambiras” se espalham também nas margens do riacho, sobre as pedras, que acompanham o leito arenoso.

Na época mais seca (dezembro a maio) observa-se uma fisionomia monocromática do interior do remanescente, que se modifica totalmente na época chuvosa quando pode ser observada a presença de muitas flores

brancas, amarelas e arroxeadas por todo o dossel. Além destas, várias espécies de líquens e musgos ocupam os troncos das árvores são mais evidentes e também contribuem para retenção da umidade local.



O Mona do São Francisco tem como objetivo preservar ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica no bioma Caatinga.
Foto - Acervo IMA.

Monumento Natural (MONA) do São Francisco

Aspectos gerais

O Monumento Natural (Mona) do Rio São Francisco é uma Unidade de Conservação (UC) de Proteção Integral, criada no dia 5 de junho de 2009 (quando é comemorado o Dia do Meio Ambiente), através do Decreto Federal s/n. Compreende os estados de Alagoas, Bahia e Sergipe, entre os municípios de Piranhas, Olho D'água do Casado e Delmiro Gouveia do lado alagoano, Paulo Afonso na porção baiana e Canindé de São Francisco do lado sergipano. Possui uma extensão territorial de 26.715,09 hectares, circunscrita em um perímetro de 197,32 km, e é resultante do processo de compensação ambiental pela construção da Usina Hidrelétrica de Xingó.

Tem como objetivo preservar ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica no bioma Caatinga, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

O MONA do Rio São Francisco encontra-se completamente inserido na Bacia Hidrográfica do São Francisco. Assim, além de guardar amostra representativa do bioma Caatinga, sua criação se justifica pela necessidade de proteção do belíssimo cânion do Rio São Francisco e de importantes sítios arqueológicos existentes na região constantemente ameaçados pela exploração mineral irregular.

O grande diferencial dessa categoria de Unidade de Conservação é, portanto, poder conciliar a presença humana, desenvolvendo suas atividades econômicas e a preservação do meio ambiente em uma UC de proteção Integral.

Aspectos físicos

Por estar inserido no sertão nordestino, o volume médio de chuvas é de 600 mm/ano, com índice de umidade efetiva que varia de -20 a -40, caracterizando o clima semiárido na região, que determina a fisionomia da vegetação como caatinga hiperxerófila de porte arbustivo-arbórea, descrita como uma vegetação densa e de estrutura irregular, descobrindo o solo durante o período seco, quando a vegetação perde sua folhagem.

A unidade de conservação abrange a parte final das bacias hidrográficas dos rios Moxotó e do Maxixe e dos riachos Talhado, Uruçu, Olho D'água Grande e Grande da Cruz. Em todos os casos a rede hidrográfica é temporária, seguindo o padrão dendrítico de drenagem. A maioria dos talwegues da drenagem está entalhada num relevo plano e suave ondulado do Pediplano do Baixo São Francisco, onde predominam as rochas ígneas, como o quartzo, e as sedimentares, a exemplo dos arenitos que dominam a paisagem do MONA nas terras do município de Olho D'água do Casado, passando a ser escarpado nos paredões dos cânions.

Aspectos bióticos

Flora

O Monumento Natural do São Francisco garante a preservação de um trecho com uma das vistas mais privilegiadas e espetaculares do Rio São Francisco, na porção oeste de Alagoas. Do alto dos paredões naturais, há a oportunidade de se admirar um visual inexistente em qualquer outro trecho do sertão alagoano: que mostra o cânion formado pelo corredor de rochas escarpadas e suas encostas ao redor do reservatório de Xingó, entre Alagoas, Sergipe e Bahia. O trecho plano continuado no alto do paredão forma um platô completamente dominado pela vegetação de Caatinga, considerada em bom estado de preservação.

O clima seco regional com chuvas irregulares é propício ao desenvolvimento da vegetação da Caatinga, bioma exclusivamente brasileiro e que representa mais de 10% da vegetação do País (Queiroz, 2009). As árvores e arbustos típicos, na maioria das vezes, apresentam galhos retorcidos e perdem as suas folhas na época da seca, visando evitar a perda de água por evaporação.



Vista aérea de Angiquinho e a região da divisa entre Alagoas e Bahia.
Foto - Acervo IMA.



O cabeça-de-Frade está entre os cactos mais conhecidos no sertão.
Foto - Neno Canuto.

A diferença percebida na vegetação, quando comparadas as épocas seca e chuvosa, chama a atenção de qualquer leigo. Algumas espécies sequer aparecem na ausência das chuvas e guardam seus bulbos sob o solo, passando a se mostrar apenas quando chega a estação chuvosa, a exemplo da *Zephyranthes sylvatica*, o lírio-do-sertão, de flores vermelhas com extraordinária beleza ornamental. Várias outras herbáceas também estão presentes: *Herissantia tiubae*, moleque-duro (*Varronia leucocephala*), *Polygala boliviensis*, entre muitas outras que florescem somente no inverno.

As Convolvulaceae se salientam pela elevada representatividade na composição da flora na região: *Evolvulus glomeratus*, *Ipomoea subincana*, *Ipomoea nil*, *Ipomoea hederifolia*, *Operculina macrocarpa* e *Turbina cordata* estão entre as mais encantadoras. Segundo Junqueira & Simão-Bianchini 2006, essa família é considerada como uma das mais representativas, em número de espécies, em áreas de caatinga.

Em diversos pontos, são vistas associações de Cactaceae, como as observadas entre coroa-de-frade, mandacaru, rabo-de-raposa, xique-xique e as bromélias macambira-de-flecha (*Encholirium spectabile*), macambira (*Bromelia laciniosa*) e o caróá (*Neoglaziovia variegata*). Estas últimas se destacam como um componente importante no estrato baixo da Caatinga, ocorrendo em grandes populações e impedindo o acesso entre elas, em função dos espinhos de suas folhas, que formam um emaranhado quase impenetrável para o pisoteio, mas concentram uma fauna variada, que vão desde répteis a grandes pássaros que se utilizam da proteção do espaço entre as folhas, onde há o acúmulo de água, para alimentação e/ou reprodução. O caróá é produtor de fibra dura, especial para a confecção de cordas, que tem presença obrigatória nas feiras do sertão nordestino.

Fauna

Devido a sua grande extensão territorial, uma enorme riqueza de espécies da fauna de vertebrados pode ser contemplada com essa Unidade de Conservação, através da preservação de seus habitats. Os mamíferos mais comuns nessa região são o veado-catingueiro (*Mazama gouazoubira*), o tamanduá-mirim (*Tamandua tetradactyla*), o mocó (*Kerodon rupestris*), o punaré (*Thrichomys apereoides*), o cangambá (*Conepatus semistriatus*) e o tatú-peba (*Euphractus sexcinctus*).

Praticamente todas as espécies citadas acima são vítimas da pressão da caça local. O mocó é o mais caçado, devido à qualidade de sua carne, o que tornou os caçadores especialistas na sua localização, por conhecerem sua vocalização de alerta e seu hábito de defecar sempre no mesmo lugar. Outra espécie, o tamanduá-mirim, apesar de muito conhecido na Mata Atlântica, também pode ser encontrado na Caatinga, já existindo relato, na região, de um indivíduo atropelado no trecho da rodovia (AL-220) que dá acesso ao município de Delmiro Gouveia.

Entre as espécies de aves mais comuns no MONA do Rio São Francisco estão a gralha-cancã ou canção (*Cyanocorax cyanopogon*), o galo-de-campina (*Paroaria dominicana*), o casaca-de-couro (*Pseudoseisura cristata*), a águia-chilena, gavião-de-serra ou gavião-pé-de-serra (*Geranoaetus melanoloeucus*), a maria-cavaleira-de-rabo-enferrujado (*Myiarchus tyrannulus*) e o pombão, amargosa ou asa-branca (*Patagioenas picazuro*). As duas primeiras espécies, normalmente são alvos do tráfico de aves, sendo capturadas em suas áreas naturais de ocorrência e comercializadas para diversas regiões, onde acabam fugindo ou sendo soltas indevidamente e estabelecendo populações exóticas nesses ambientes.

Já a asa-branca é uma das maiores espécies de pombas, sendo muito apreciada por algumas pessoas como alimento. Curiosamente sua carne adquire gosto amargo (daí o nome amargosa) quando se alimenta de uma determinada quantidade de frutos.

Entre os répteis que vivem nesse trecho de cânions do Rio São Francisco ou em suas proximidades, estão a catenga-de-listra-branca (*Tropidurus semitaeniatus*), a lagartixa-cocoroba (*Tropidurus cocorobensis*) e o lagarto-semifossorial (*Acratosaura mentalis*); além de duas espécies de serpentes, a cobra-preta ou muçurana (*Boiruna sertaneja*) e a cascavel (*Crotalus durissus*), esta última muito temida pelo seu poderoso veneno.



Vista aérea do Riacho do Talhado.
Foto - Daniel da Conceição

Diversas espécies de anfíbios anuros também podem ser encontradas nessa UC, como o sapo-boi (*Proceratophrys cristiceps*), a rã-manteiga (*Leptodactylus ocellatus*) e a perereca-de-capacete (*Corythomantis greeningi*). Apesar do MONA do Rio São Francisco ser muito importante do ponto de vista da conservação de diversas espécies de animais que habitam a Caatinga, sua exten-

são pode dificultar o controle sobre as ações antrópicas que afetam a fauna local.

Aspectos sociais

Os três municípios alagoanos inseridos no MONA possuem aproximadamente 80.000 habitantes (IBGE, 2010), sendo Alagoas o segundo estado em contingente



O casaca-de-couro é uma das aves típicas da região.
Foto - Neno Canuto.

A lagartixa-da-caatinga é endêmica desse Bioma.
Foto - Marcos Dubeux





A muçurana é uma cobra que habita a região da Caatinga e pode ser encontrada no Mona.
Foto - Marcos Dubeux.

populacional dentro da Unidade. Nesses locais, o turismo ecológico se apresenta como expressiva atividade. A beleza natural do local favorece a presença de inúmeros visitantes em todas as épocas do ano. Eles podem contemplar a beleza do Rio São Francisco, juntamente com os paredões rochosos que formam os cânions, deliciando-se com produtos derivados do próprio rio.

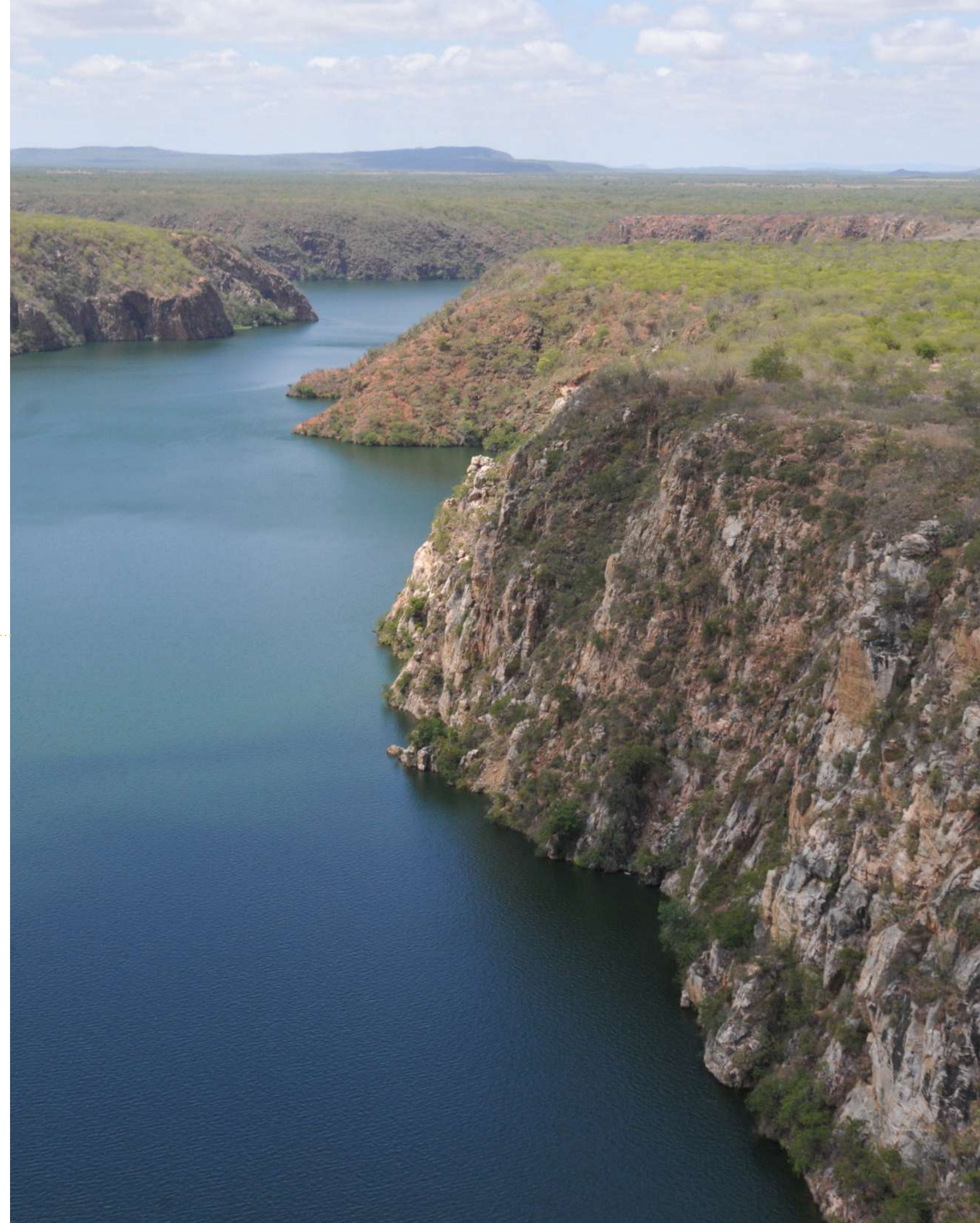
A população do entorno se beneficia com a pesca e a oferta de serviços, em bares, restaurantes e serviços de hospedagem. O turismo vem crescendo na região, instigado pela divulgação dos estados de Alagoas e de Sergipe, que se valem das belezas do cânion do rio para proporcionar experiências únicas de contato com a natureza do bioma Caatinga.

Há também o turismo de aventura. É possível con-

tratar empresas que desenvolvem atividades como canoagem, rapel, tirolesa e a caminhada por trilhas em meio à Caatinga. A Unidade se presta à atividade de educação ambiental, em contato direto com os atributos do Rio São Francisco e com as cidades vizinhas, ressaltando também a vocação cultural e a vocação histórica da região.

Cidades importantes histórica e culturalmente como Piranhas e Delmiro Gouveia, são destinos obrigatórios onde o visitante tem contato com uma arquitetura que retrata a época do crescimento econômico do sertão através do algodão e da tecelagem, do transporte de mercadorias pela linha férrea; além do contato com as transformações mais recentes, proveniente da implantação das usinas hidrelétricas de Paulo Afonso e Xingó.

Os cânions do São Francisco possuem exuberante beleza esculpida pela água e pelo tempo.
Foto - Neno Canuto.





Entrada do Parque.
Foto - Neno Canuto.

Parque Ecológico Municipal da Pedra do Sino

Aspectos gerais

O Parque Ecológico Municipal da Pedra do Sino foi criado através de Lei Municipal e ocupa área de 21,7 ha ou 217 km² na zona rural do bairro Nossa Senhora da Saúde, extremo centro-sul do município de Piranhas. Sua criação teve o intuito de promover o desenvolvimento sustentável, através da utilização dos princípios da conservação da natureza e da contribuição para a manutenção da diversidade biológica, protegendo as espécies ameaçadas de extinção. Nele, são permitidas as atividades de turismo ecológico, educação ambiental e pesquisa científica, tendo estes objetivos específicos:

- I. Proteger as reservas florestais das espécies de caatinga hipoxerófila e mananciais hídricos;
- II. Preservar a fauna regional e local, assegurando a proteção de espécies ameaçadas;
- III. Introduzir espécies nativas da flora e da fauna;
- IV. Mover ações para eliminar e reduzir os riscos ambientais;
- V. Respeitar a capacidade de suporte do ecossistema florestal quanto ao uso público;
- VI. Conservar as trilhas ecológico-educativas;

Devido ao bom estado de conservação da vegetação e à continuidade com remanescentes florestais além da área atual, é possível identificar sinais de movimentação da fauna regional, como tejos e tatus. Os macacos-prego também são uma atração especial, movimentando-se aos bandos pela vegetação arbórea.

O Parque expõe como atrativo principal uma estrutura de rochas, com aproximadamente dez metros de altura, que se equilibram umas nas outras, marcando presença na paisagem. O formato esculpido pela natureza chama a atenção de todos os visitantes.

Aspectos físicos

A área do Parque está geomorfologicamente inserida no Pediplano do Baixo São Francisco onde o relevo possui uma dinâmica que é considerada instável de forte intensidade, por apresentar, como características, coberturas coluviais e de decomposição, texturas areno-argilosas, argilo-arenosas e argilosas, localmente descontínuas, variando de espessura. A vegetação é de caatinga arbórea densa sem presença de palmeiras, o que indica o excelente nível de conservação da flora. Os processos predominantes se apresentam como escoamento superficial intenso, com carreamento de detritos e formação de sulcos e ravinas. As precipitações anuais variam entre 250 e 800 mm, estando circunscritas entre as faixas altimétricas de 80 a 160 m.

A pedologia é dominada pela cobertura do Luvisso-lo Crômico que é caracterizado por ser fértil, com boa capacidade de nutrientes, apesar de ser moderadamente pedregoso. Neste caso, ocorre sobre relevo ondulado e suave ondulado e apresenta a camada mais superficial (horizonte A) em uma profundidade média de 15 centímetros, sendo considerado assim um solo muito raso onde se observa o afloramento de rochas, conferindo-lhe baixa capacidade de retenção de umidade e pouca capacidade de percolação das águas pluviais; sendo este o motivo que contribui significativamente para um escoamento superficial acentuado, havendo enxurrada em ocasiões de fortes precipitações.

Quanto ao Potencial Hídrico o Parque possui nascentes que contribuem com o rio Boa Vista, formando pequenas cachoeiras e corredores que seguem para o rio São Francisco.

Acesso

Localizado sob as coordenadas geográficas 9°36'54" e 9°36'35" de latitude sul e 37°45'03" e 37°44'44" de longitude oeste, integra a microrregião Alagoana do Sertão do São Francisco e mesorregião do Sertão Alagoano. As distâncias para as principais referências do município são de 1,4 km para o Rio São Francisco, no sentido sul; 2,5 km para o bairro Xingó, no sentido oeste; e 1,6 km para o centro histórico, no sentido sudoeste. O acesso ao local se dá em parte pelas ruas do bairro Nossa

Senhora da Saúde II, setor 117 e, em outra parte por estradas carroçáveis na área rural do município.

Aspectos bióticos

Flora

O trecho de Caatinga preservado no Parque sustenta a diversidade florística peculiar a este tipo de vegetação, que domina o trecho hiperxerófilo em Alagoas. A fisionomia e riqueza da flora podem ser admiradas em sua plenitude seguindo-se as várias trilhas no interior da Unidade, que ora alcançam o topo dos pequenos morros de onde se pode ter uma visão geral e ampla do local, e ora levam a paisagens formadas por vegetação verdejante, corpos d'água ou grandiosos paredões de pedra.

Aparecem espécies características que resistem às intempéries do clima e à escassez de água durante um período prolongado, o que impõem uma mudança de fisionomia de acordo com época do ano. Catingueiras (*Caesalpinia pyramidalis*), pereiros (*Aspidosperma pyrifolium*), freis-jorges (*Cordia trichotoma*), mororós (*Bauhinia cheilantha*), juremas-pretas (*Mimosa* spp.), icós (*Cynopholla hastata*), marmeleiro (*Croton sonderianus*), pau-d'arco (*Handroanthus impetiginosus*), entre outras, passam do aspecto seco, esbranquiçado, para o verde que toma conta da paisagem quando chegam as chuvas.

O riacho intermitente que permeia o Parque faz parte bacia do Rio São Francisco e em vários pontos forma pequenas quedas d'água que denotam um aspecto calmo e encantador ao ambiente circundante, sazonalmente inóspito. Não há diferença significativa na composição das espécies nas proximidades do riacho, em comparação com aquela que ocorre no restante da Unidade.

O Parque possui nascentes que contribuem com o rio Boa Vista, formando pequenas cachoeiras.
Foto - Neno Canuto.





O cardeal-do-nordeste é uma das aves comumente avistadas em todo o sertão.
Foto - Pedro Teia.

Fauna

Os visitantes têm a oportunidade de entrar em contato com diversas espécies da fauna de vertebrados, mas nem todos os animais serão avistados com facilidade no mesmo dia, isso seria praticamente impossível devido a particularidades de cada espécie, das quais muitas são mais ativas durante a noite, habitam lugares de difícil acesso e/ou não toleram a presença humana, se afastando com a aproximação das pessoas. Porém, com muita paciência e persistência, ao longo de algumas horas ou dias de caminhada pelo Parque, aos poucos poderão ser avistados alguns animais se deslocando ou forrageando,

isolados, aos pares, em grupos familiares ou em bandos mistos.

Além de diversas espécies de morcegos e minúsculos roedores, habitam o Parque Pedra do Sino outros mamíferos como o punaré (*Thrichomys apereoides*), o gambá-de-orelha-branca, timbu ou cassaco (*Didelphis albiventris*), o preá (*Cavia aperea*), o sagui-de-tufos-brancos (*Callithrix jacchus*), o macaco-prego (*Sapajus sp.*) aparece em grande quantidade e o cachorro-do-mato ou raposa (*Cerdocyon thous*).

A avifauna consiste em um grupo bastante numeroso, sendo relativamente fácil detectar (através dos cantos



A rolinha-picui é uma das aves que podem ser avistadas no Parque.
Foto - Pedro Teia.

e vocalizações) e observar os indivíduos em seu ambiente natural. Assim, diversas espécies de aves típicas dessa região podem ser observadas, como o galo-de-campina (*Paroaria dominicana*), o casaca-de-couro (*Pseudoseisura cristata*), a maria-cavaleira-de-rabo-enferrujado (*Myiarchus tyrannulus*), o sabiá-laranjeira (*Turdus rufiventris*) e a rolinha-picui (*Columbina picui*), além de espécies de corujas, bacuraus, beija-flores e gaviões.

Os répteis são um pouco mais difíceis de serem encontrados em seu ambiente natural, onde normalmente a maioria das espécies não manifesta sinais de sua presença, como as aves que emitem sons. Então, para

quem não é especialista, a maioria dos registros costuma ocorrer de forma ocasional. Nessa localidade é comum serem registradas espécies como a catenga-de-listra-branca (*Tropidurus semitaeniatus*), a lagartixa-noturna (*Phylllopezus pollicaris*), o camaleão (*Iguana iguana*), a muçurana (*Clelia plumbea*), a jibóia (*Boa constrictor*), a corre-campo (*Philodryas nattereri*) e a coral-verdadeira (*Micrurus ibiboboca*).

Entre as diversas espécies de anfíbios anuros (sapos, rãs e pererecas) que existem no Parque, estão o sapo-boi (*Proceratophrys cristiceps*), o sapo-cururu-pequeno (*Rhinella granulosa*), a rã-assobiadora (*Leptodactylus fuscus*) e



Formação rochosa que chama atenção dentro Parque.
Foto - Neno Canuto

a perereca (*Dendropsophus soaresi*), porém mais fáceis de serem localizadas durante a noite, período em que estão mais ativas, emitindo vocalizações.

O Parque Pedra do Sino proporciona uma ótima oportunidade para que a população se aproxime e conheça diversas espécies de animais que fazem parte da fauna da Caatinga em Alagoas, e dessa forma possam ser agentes multiplicadores no engajamento de ações que visem a proteção das espécies e a manutenção de seus habitats naturais.

Aspectos sociais

O Parque Ecológico Municipal da Pedra do Sino está localizado na área urbana do belíssimo município de Piranhas, que figura com importantes registros históricos como a visita do Imperador Dom Pedro II no século XIX, e a emblemática saga de Lampião e seu bando no início do século seguinte. A riqueza histórica, aliada a sua admirável beleza natural faz de Piranhas um importante centro turístico, com infraestrutura de hospedagem, bares e restaurantes, e ainda com possibilidade da prática de esportes de aventura e ecológico. (Enciclopédia dos Municípios de Alagoas, 2012).

De acordo com o Censo 2010, a população do município é formada por 23.045 pessoas. O Parque dispõe de infraestrutura para atender os visitantes, conta com trilhas ecológicas para contemplação da riqueza de espécies existentes da fauna e da flora, mirantes e paisagismo, proporcionando a relação de todos com os recursos encontrados no ambiente natural.

A educação ambiental e a capacitação de estudantes locais a fim de desenvolver o trabalho de guias ambientais, são iniciativas que objetivam e qualificam a criação da Unidade; fomentam a pesquisa e o contato da sociedade com regiões ambientalmente relevantes, ressaltando a responsabilidade de todas as esferas da sociedade com as questões relacionadas ao meio ambiente.



Vista do Morro do Craunã margeado pelo Canal do Sertão, que representa o limite sul da UC.
Foto - Neno Canuto.

Refúgio de Vida Silvestre (RVS) dos Morros do Craunã e do Padre

Aspectos gerais

O Refúgio de Vida Silvestre dos Morros do Craunã e do Padre foi criado através do Decreto Estadual nº. 17.935, de 27 janeiro de 2012. Possui uma área de 1.086,57 hectares ou 10,86 km² totalmente inseridos na zona rural do município de Água Branca, microrregião serrana do sertão alagoano. A Unidade de Conservação de Proteção Integral tem estes principais objetivos:

- I. Garantir a preservação de amostra do bioma Caatinga e associadas presentes na região;
- II. Proteger a fauna e a flora silvestres;
- III. Disciplinar o uso e ocupação do solo nas imediações do morro do Craunã e do morro do Padre, nas propriedades e povoados localizados próximos e na sua zona de amortecimento;
- IV. Preservar as culturas e tradições sertanejas da população local, garantindo sua permanência em harmonia com a preservação;
- V. Incentivar e fomentar ações de educação ambiental e turismo ecológico na região;
- VI. Promover a participação da população local em ações de proteção e conservação e adaptar a atual cultura predatória a modos de vida sustentáveis no seu entorno;
- VII. Garantir a integridade do ecossistema para a realização de pesquisas científicas que visem o conhecimento da área, garantindo assim subsídios para sua melhor gestão e proteção;
- VIII. Apoiar a pesquisa científica com foco na fauna local e migratória, principalmente em espécies como a águia



Um muro de pedras com mais de 150 anos existe na entrada da trilha da Pedra Montada.
Foto - Neno Canuto.



Vista do Morro do Padre.
Foto - Neno Canuto.

chilena (*B. melanoleucus*), o macaco-prego (*Sapajus sp.*), gato-do-mato-pequeno (*Leopardus tigrinus*), ameaçados ou raros, e também em relação ao mocó (*Kerodon rupestris*), amplamente utilizado como alimentação pelos moradores da região, visando estudos para adotar uma alternativa alimentar ou sua criação em cativeiro.

As pronúncias Craunã e Caraunã são corretas. A primeira é mais utilizada pelos moradores da região.

Aspectos físicos

Encontra-se geologicamente inserido no Pediplano do Baixo São Francisco, que abrange as rochas do embasamento gnáissico-migmatítico, datadas do Pré-cambriano superior (680 milhões de anos), e a seqüência metamórfica oriunda de eventos tectônicos ocorridos

entre o período Meso e Neoproterozóico. As rochas predominantes são o quartzo-monzonito e o sienito. Esta área de interesse é formada por elevações residuais rochosas com declividade escarpada superior a 45°, o que a caracteriza como área de proteção permanente, e está inserido na unidade geoambiental denominada de Depressão Sertaneja, que representa a paisagem típica do semi-árido nordestino. Essas elevações circundadas por um relevo de pediplanação monótona, predominantemente considerada como suave, e testemunham os ciclos intensos de erosão que atingiram grande parte do sertão nordestino.

Na área, são verificados quatro riachos intermitentes de padrão de drenagem dendrítica que praticamente circundam o morro do Caraunã: na porção norte, o riacho do Moreira; a leste, o riacho Caraunã; a oeste, o

riacho Boa Vista, que se continua com o riacho Grande, todos eles tributam o riacho Bom Jesus que alimenta o riacho Talhado e este deságua no rio São Francisco. O potencial hídrico do local é super concentrado pelas águas superficiais, no qual o excedente hídrico é considerado de fraca intensidade e as águas subterrâneas de média intensidade.

A vegetação é basicamente composta por Caatinga Hiperxerófila com trechos de Caducifólia, distribuídos de forma descontínua em decorrência da grande presença de áreas de pastagem. Esse tipo de vegetação está adaptado ao clima, que é do tipo tropical semiárido, com chuvas de verão, segundo a classificação de Strahler, com período chuvoso entre novembro e abril. A precipitação média anual é de 432 mm.

Os solos verificados são Neossolo Litólico e Planos-

solo Háplico, ambos com o horizonte A raso e pedregoso, o que propicia uma fertilidade natural de média intensidade. Esse solo é típico de afloramentos rochosos, ou elevações residuais do semiárido nordestino.

O uso e ocupação do solo estão diretamente associados à subsistência dos autóctones ali instalados. Percebem-se pequenas roças para plantio de milho e muitas vezes competindo com pastos destinados à pecuária de bovinos e muare. Há ainda expressivas extensões onde o solo se encontra exposto, sem qualquer tipo de cobertura, em virtude do solo raso e pedregoso e de desmatamentos para extração de madeira. A capacidade de uso dos recursos naturais renováveis é considerada baixa, de apenas 0,6%. Esse valor é definido pela interação entre clima, relevo e solo, assim como pela estrutura, textura e profundidade efetiva dos horizontes A e B.



Perereca macaco em sua aventura noturna nos cactos do Refúgio do Craunã.
Foto – Marcos Dubeux

Acesso

Ambos os serrotes, conhecidos como morros, estão localizados entre os povoados Moreira, Cal, Tabuleiro e Tinguí, porção sudeste do município, distando aproximadamente 11 km, em linha reta, da sua sede e apenas 2,1 km do povoado Alto dos Coelhos no sentido sudoeste dos morros. Limita-se, em um dos lados, com o Canal do Sertão, e as principais vias de acesso são pelas rodovias AL-145, BR-423 e por uma estrada não pavimentada.

Aspectos bióticos

Flora

Situados na zona do sertão alagoano, os morros do Craunã e do Padre podem ser considerados uma forma de relevo residual, denominado inselberg, que contrasta com o relevo aplainado da depressão sertaneja que emoldura a paisagem dominante que circunda a Unidade. No Craunã, a caatinga se mescla a uma vegetação mais densa com representantes da floresta Estacional, enriquecendo consideravelmente a biodiversidade regional. O morro culmina em várias faces voltadas para diferentes direções, expondo cada uma, fisionomias particulares. Uma delas possui um lajedo conhecido como Pedra Montada, onde rochas sobrepostas equilibram-se de forma instigante.

Em qualquer local no topo da elevação pode-se ter uma visão contemplativa de toda a região, mostrando não só as paisagens preservadas, mas também a situação atual de descaracterização da vegetação nativa em um amplo espaço. No sopé da serra, estão espécies mais amplamente distribuídas em trechos de caatinga, como o mororó, a catingueira, o angico, o feijão-bravo, o umbuzeiro e o pau-ferro. À medida que a vegetação preenche as encostas, elevando-se até o cume, há o enriquecimento florístico com outras espécies, juntando-se a estas o pereiro, a burra-leiteira, as barrigudas, e começa a aparecer maior quantidade de bromélias epífitas (*Tillandsia* spp.).

Também emolduram a paisagem rochosa a Bromeliaceae macambira-de-flecha (*Encholirium spectabilis*) e as Cactaceae facheiro (*Pilosocereus pachycladus*), o mandacaru (*Cereus mandacaru*), a palmatória (*Tacinga palmadora*) e a palma-brava (*Tacinga inamoena*), que estão por toda parte. Destaca-se uma planta de hábito pouco comum, a barba-de-velho (*Tillandsia ausneoides*), uma epífita pendente que preenche os ramos das árvores em função de seu crescimento vegetativo rápido, formando verdadeiras cortinas. Essa planta não possui raízes e absorve água apenas da atmosfera, por isso tem preferência por lugares menos secos, sendo também indicadora da ausência de metais pesados e de partículas poluentes no ar (Aquino et al, 2011).

Em toda a encosta até o topo do morro, o ouricuri (*Syagrus coronata*) marca presença entre as rochas, fornecendo coquinhos que servem tanto para a alimentação humana quanto para pequenos animais, como observado pelos frutos quebrados por pedras deixadas por pequenos primatas ao longo do caminho.

Em determinados pontos, as rochas expostas formam uma clareira na vegetação onde há a ocorrência de espécies exclusivas destes ambientes. Várias plantas se instalam nas fissuras dos blocos de rochas onde na época da floração exibem flores roxas (*Tibouchina* sp.), vermelhas (*Melocactus violaceus*), brancas (*Loasa rupestris*), inflorescências alaranjadas (*Aechmea lingulata*), entre muitas outras que compõem esses ambientes. No topo, a cobertura vegetal apresenta porte mais denso, com indivíduos mais altos que não sofreram tanto com as incursões antrópicas, como o cedro (*Cedrela fissilis*), a barriguda (*Ceyba glaziovii*), a imburana (*Commiphora leptophloeos*), o umbuzeiro (*Spondias tuberosa*), o pau-ferro (*Caesalpinia ferrea*), o pau-d'arco roxo (*Handroanthus impetiginosus*) e o juazeiro (*Ziziphus* sp.).

O Morro do Padre atinge menor altitude e a vegetação apresenta porte arbustivo-herbáceo baixo com o predomínio de espécies típicas da Caatinga em toda a sua extensão. A catingueira e o marmeleiro podem ser considerados como as mais encontradas. No período chuvoso, podemos observar em toda a Unidade uma série de herbáceas pertencentes às famílias Lamiaceae, Acanthaceae e Asteraceae embelezando o sub-bosque, além das trepadeiras da família Convolvulaceae, que, com suas flores tubulosas de coloração diversa, completam o quadro cênico.

Fauna

O Refúgio abriga grande diversidade de espécies da fauna de vertebrados terrestres. Mamíferos usam habitualmente a área como local de abrigo, alimentação e reprodução. Nesse remanescente de Caatinga podem ser encontrados morcegos, comuns aos mais diversos ambientes, e outros animais típicos desse ecossistema, como o mocó (*Kerodon rupestris*), historicamente utilizado como alimento, sendo por isso caçado constantemente. O mocó habita regiões pedregosas, onde costuma passar a maior parte do tempo em tocas.

Outras espécies de mamífero que habitam o RVS do Crauná e do Padre são o punaré (*Thrichomys apereoides*), o macaco-prego (*Sapajus sp.*) e o gato-do-mato-pequeno (*Leopardus tigrinus*), este último ameaçado de extinção e espécie de difícil observação na natureza, afastando-se sempre que percebe a presença de pessoas.

A rica avifauna da região possui algumas espécies consideradas endêmicas do Brasil e comumente registradas no semiárido, como o vite-vite-de-olho-cinza (*Hylophilus amaurocephalus*), o casaca-de-couro (*Pseudoseisura cristata*), o garrinchão-de-bico-grande (*Cantorchilus longirostris*), o pica-pau-anão-canela (*Picumnus fulvescens*), o golinho ou extravagante (*Sporophila albogularis*) e o cardeal-do-nordeste ou galo-de-campina (*Paroaria dominicana*), sendo as três últimas típicas do nordeste. Apesar do galo-de-campina ser considerado endêmico da Caatinga, atualmente ele pode ser encontrado até mesmo em áreas urbanas em cidades fora da região Nordeste ou em outros habitats, como áreas abertas próximas à Mata Atlântica da faixa litorânea, uma provável consequência do tráfico ilegal e soltura indevida.

Apesar de toda a diversidade local da avifauna, uma das espécies mais importantes para esse ecossistema, devido a sua importância ecológica como predador de topo de cadeia alimentar, é a águia-chilena (*Geranoaetus melanoleucus*), um Falconiforme que atinge quase 2m



As 'pias' acumulam água e servem à fauna local.
Foto - Neno Canuto.



A águia-chilena foi eleita símbolo do Refúgio.
Foto - Neno Canuto.

de envergadura e vive no Refúgio por ser uma área montanhosa, onde costuma construir seu ninho. Devido a seu hábito de preferir lugares montanhosos, costuma ser chamado também de gavião-de-serra ou gavião-pé-de-serra.

Essa Unidade também é área de ocorrência de répteis e anfíbios anuros, comumente registrados no semi-árido, como o lagarto (*Gymnodactylus geckoides*), a catenga-de-listra-branca (*Tropidurus semitaeniatus*), a perereca (*Trachycephalus mesophaeus*) e o sapo-de-quatro-olhos (*Pleurodema diplolister*) ou rãzinha-da-areia, por ter o hábito de se enterrar na areia. O Refúgio da Vida Silvestre dos Morros do Craunã e do Padre tem uma grande importância para a conservação da biodiversidade por abrigar uma considerável diversidade de

espécies da fauna de vertebrados terrestres, incluindo espécies ameaçadas de extinção e/ou endêmicas.

Aspectos sociais

O Refúgio abriga, em seu entorno, cinco aglomerados que estabelecem ligação direta com a área protegida: os povoados Tingui, Tabuleiro, Rio das Pedras, Alto dos Coelhos e Favela, que se apresentam como importantes na interação sociedade/natureza. A percepção ambiental dos moradores, em relação ao espaço em que vivem, é bem expressiva, utilizando-se eles dos recursos que a natureza oferece, mas considerando a importância do ambiente em que vivem, estabelecendo um atilamento ambiental.

O povoado Tingui, que se situa mais próximo ao



No alto do Morro do Craunã as pedras parecem montadas umas sobre as outras.
Foto - Neno Canuto

Morro do Craunã, apresenta infraestrutura básica para os moradores do local. Segundo o IBGE (2010), o referido povoado dispõe de 67 endereços cadastrados, totalizando uma população de 237 habitantes. A área possui um estabelecimento de saúde e um estabelecimento de educação direcionado ao ensino fundamental.

Para frequentar os ensinos Médio e Superior, os jovens do povoado Tingui, deslocam-se para a sede dos municípios de Água Branca e Delmiro Gouveia, onde se encontra um pólo da Universidade Federal de Alagoas. As feiras-livres se apresentam como sendo o principal meio para o comércio local. Nelas, são encontrados os mais diversos produtos existentes na região, como o Uambu, para o preparo da umbuzada que é tipicamente consumida nos arruados. As feiras dispõem de artigos direcionados para o homem do campo sertanejo, como sandálias de couro, gibão, chapéu, e como também de produtos alimentícios produzidos pelos moradores.

Incluem-se também nesse comércio, desenvolvido livremente nos povoados, os remédios naturais produzidos a partir dos recursos existentes em toda a região. Os aglomerados do Tabuleiro, Favela e Rio das Pedras apresentam infraestrutura social mais limitada, o que implica a ligação estreita entre estes e os demais povoados. Porém, a caracterização do povo sertanejo e a íntima ligação dos moradores com os recursos da terra são intensos em todas as povoações da região.



Unidades de Conservação
Particulares



Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Estância São Luiz

A RPPN Estância São Luiz foi criada pela Portaria IMA n° 004/2009. Possui uma área de 1,57 hectares ou 0,0157km² e está localizada no município de Santana do Ipanema, pertencente a mesorregião do Sertão Alagoano e microrregião de Santana do Ipanema, tendo como proprietário, o Sr. Luiz Alves Ribeiro.

É atualmente uma das menores RPPN do estado, entretanto possui importante fragmento contínuo de caatinga arbóreo-arbustiva e diversos córregos temporários que afloram na estação chuvosa que irrigam vastas áreas de baixios e vales da região.

A vegetação apresenta fisionomia e florística características de áreas de Caatinga, apresentando alta resistência a longos períodos de estiagem (hiperxerófilo). A Reserva abriga espécies como o pereiro (*Aspidosperma pyrifolium*), o angico (*Anadenanthera macrocarpa*), a catingueira (*Caesalpinia pyramidalis*), a imburana (*Commiphora leptophloeos*) e a quixabeira (*Sideroxylum obtusifolium*), entre outras. Vale destacar a ocorrência do cedro (*Cedrela fissilis*), que ocorre também de forma restrita nos enclaves de vegetação na caatinga no Nordeste. Em Alagoas, a presença desta planta é cada vez mais escassa, dado a intensa busca por madeireiros, no passado.

Possui uma baixa diversidade de espécies de animais, entre os mamíferos estão o rato-do-mato (*Wiedomys pyrrhorhinos*), e a cuíca (*Monodelphis domestica*), além de algumas espécies de morcegos (ex.: *Artibeus lituratus*). As aves podem ser representadas pela maria-cavaleira-de-rabo-enferrujado (*Myiarchus tyrannulus*), o tuim (*Forpus xanthopterygius*) e o sabiá-do-campo (*Mimus saturninus*). Também podem ser registrados a

lagartixa-comum (*Tropidurus hispidus*), e o calanguinho (*Cnemidophorus ocellifer*), além de alguns anfíbios anuros, como o sapo-cururu-grande (*Rhinella jimi*).

A reserva possui uma trilha que atravessa áreas com belos afloramentos rochosos e devido ao seu baixo grau de dificuldade e terreno plano, é ideal para visitação de crianças e pessoas que se adaptem melhor a uma caminhada de baixo impacto. O local dispõe de 10 chalés que recebe visitantes para a contemplação do lugar.

A ave conhecida como tuim e o cacto são duas expressões da fauna e flora da região.

Foto: Pedro Teia



A barriguda é uma das espécies de árvores encontradas na Reserva.

Foto - Neno Canuto.

O periquito-da-caatinga é uma das espécies que resistem na região.
Foto - Pedro Teia.



Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Jader Ferreira Ramos

A RPPN Jader Ferreira Ramos foi criada pela Portaria IMA n° 019/2008. Possui uma área de 43,7 hectares ou 0,437km² e está localizada no município de Santana do Ipanema, pertencente a mesorregião do Sertão Alagoano e microrregião de Santana do Ipanema, tendo como proprietário, o Sr. José Enaldo Ramos de Oliveira.

No período de estiagem a vegetação apresenta aspecto ressecado e/ou desfolhado, de cor cinza esbranquiçada. O aspecto seco e quase desolador da caatinga muda e dá lugar à vegetação verde, rapidamente, assim que chegam as chuvas. Aí, renascem as folhas, passando a fisionomia para a cor verde, bem como as flores que desabrocham neste período. De forma geral, as árvores são baixas, de dois a cinco metros de altura, a exemplo da quixabeira (*Sideroxylum obtusifolium*), braúna (*Schinopsis brasiliensis*), catingueira (*Caesalpinia pyramidalis*), jurema (*Mimosa hostilis*), joazeiro (*Ziziphus joazeiro*) e bom-nome (*Maytenus rigida*). Apenas as barrigudas (*Ceiba glaziovii*) e o umbuzeiro (*Spondias tuberosa*) ultrapassam os 10 metros de altura.

De acordo com o período (seco ou chuvoso), pode-se observar maior ou menor diversidade faunística. Chama atenção a presença de árvores de maior porte nas

proximidades de um córrego temporário, onde são construídos ninhais de várias espécies de aves, destacando a garça-branca-grande (*Ardea alba*), o asa-de-telha-pálido (*Agelaioides fringillarius*) e o graveteiro ou João-de-pau (*Phacellodomus rufifrons*). Outras espécies de aves observadas são: o periquito-da-caatinga (*Aratinga cactorum*), a rolinha-picui (*Columbina picui*), o casaca-de-couro (*Pseudoseisura cristata*) e o formigueiro-de-barriga-preta (*Formicivora melanogaster*). Entre os mamíferos, são conhecidos o sagui-de-tufos-brancos (*Callithrix jacchus*), o cachorro-do-mato ou raposa (*Cerdocyon thous*) e o mocó (*Kerodon rupestris*), além de pequenos roedores e morcegos (ex.: *Desmodus rotundus*). Os répteis mais típicos são a lagartixa-de-listra-branca (*Tropidurus semi-taeniatus*), o calanguinho (*Cnemidophorus ocellifer*), e a cascavel (*Crotalus durissus*).

Na sede da propriedade que abriga a Reserva denominada, há criação de bovinos para leite e corte, além de pavão, galo, guiné e cavalos. A pecuária e a agricultura de subsistência provocaram a devastação da vegetação da Caatinga por longos anos. A preservação desse trecho de vegetação em regeneração protege uma parcela da biodiversidade representativa do bioma em Alagoas.

Pedras e caatinga na Reserva Jader Ferreira Ramos.
Foto - Acervo IMA





Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) José Abdon Malta Marques

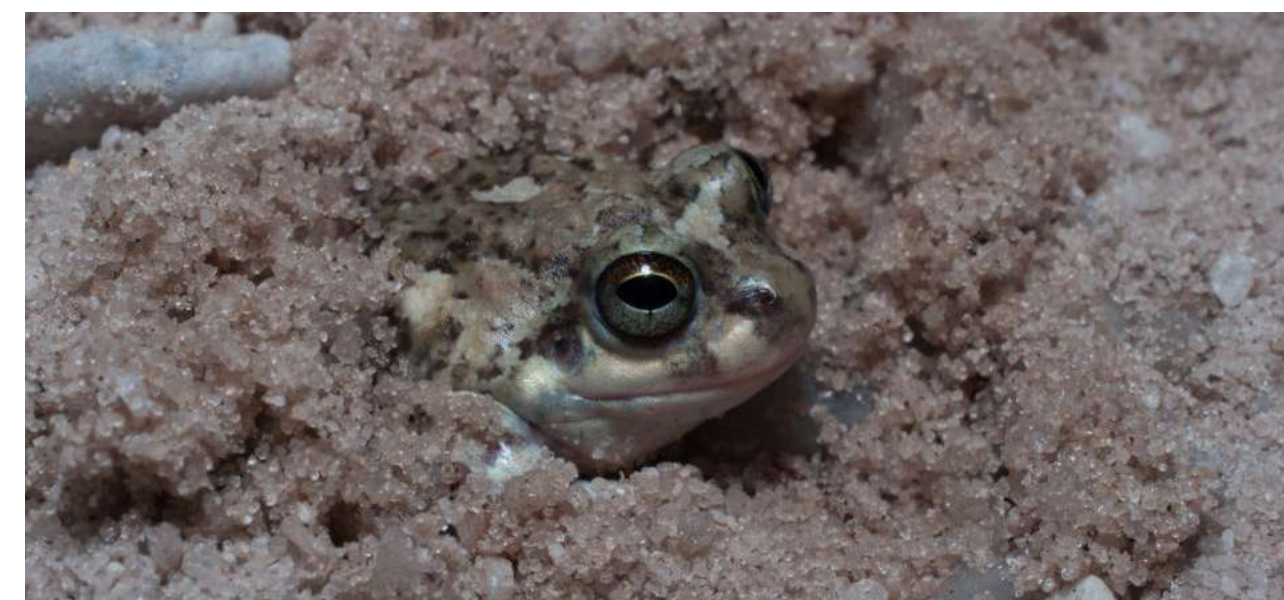
A RPPN José Abdon Malta Marques foi criada pela Portaria IMA nº 003/2009. Possui uma área de 26,8 hectares ou 0,268km² e está localizada no município de Ouro Branco, pertencente a mesorregião do Sertão Alagoano e microrregião de Santana do Ipanema, tendo como proprietário, o Sr. Ademildo Soares dos Santos.

O pequeno trecho preservado no município de Ouro Branco resguarda uma parcela da vegetação xerófila que predomina no semiárido alagoano. As árvores se destacam na paisagem como forma de crescimento dominante e ocorrem esparsamente entre os arbustos. Um grupo de plantas que merece destaque são as cactáceas, que possuem folhas reduzidas a espinhos pelos quais são bem conhecidos. As coroas-de-frade (*Melocactus spp.*) são cactos globosos e suculentos que ocupam geralmente as fendas das rochas, produzindo grande efeito ornamental. O local detém alguns reservatórios naturais de água que são frequentemente visitados pela fauna da região, utilizando o local como descanso e bebedouro. Entretanto, devido a seca que atinge a região do agreste e sertão alagoano, os reservatórios secos obrigam a fauna a migrar para locais com oferta de água.

A RPPN serve de refúgio para diversas espécies da fauna da região, que são atraídas frequentemente para alguns de seus reservatórios naturais. Durante a noite, pode-se escutar a vocalização de várias espécies de anfíbios anuros (sapos, rãs e pererecas), como o sapo-cururu-pequeno (*Rhinella granulosa*) e a perereca (*Hypsiboas crepitans*), a rãzinha-da-areia (*Pleurodema diplolister*) e a rã-assobiadora (*Leptodactylus troglodytes*). Durante o dia, também é possível encontrar outras espécies que fazem parte da herpetofauna, a exemplo do lagarto (*Mabuya macrorhyncha*) e do lagartinho (*Lygodactylus kluguei*). Incrivelmente, mesmo em épocas mais secas, quando as folhas caem, muitas espécies de aves podem ser observadas entre os galhos de árvores e arbustos, como o tico-tico (*Zonotrichia capensis*), a cravina ou tico-tico-rei-cinza (*Lanio pileatus*), o piu-piu (*Myrmorchilus strigilatus*), o sebinho-de-olho-de-ouro (*Hemitriccus margaritaceiventer*) e o azulão (*Cyanoloxia brissambonii*).

Na sede da fazenda, existe um pequeno parque agropecuário que serve para o abrigo dos equinos existentes na área. No local acontece a atividade conhecida como cavallhada, que movimenta a população, favorecendo a interação social dos moradores.

A rãzinha-da-areia é um dos animais encontrados na região.
Foto - Marcos Dubeux.



A Reserva abriga reservatórios naturais de água que variam conforme o volume de chuvas.
Foto - Neno Canuto.



O tico-tico é um passeriforme bastante conhecido na região.
Foto - Pedro Teia.

Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Mato da Onça

A RPPN Mato da Onça foi criada pela Portaria IMA nº 048/2015. Possui uma área de 34 hectares ou 0,34 km² e está localizada no município de Pão de Açúcar, pertencente a mesorregião do Sertão Alagoano e microrregião de Santana do Ipanema, tendo como proprietário o Sr. Carlos Eduardo Ribeiro Junior.

Encontra-se inserida na unidade geoambiental da depressão sertaneja, com características pediplanizadas do baixo São Francisco tendo predominância de um relevo ondulado a forte ondulado. Em relação a fauna, há diversas áreas que podem ser utilizadas como refúgio e abrigo, nas áreas pedregosas e em meio a vegetação nativa. A fauna local da RPPN Mato da onça se destaca pela presença de animais típicos do bioma caatinga. O Tico-tico (*Zonotrichia capensis*), passeriforme bastante conhecido na região. Pássaro de médio porte sem dimorfismo sexual, alimenta-se basicamente de brotos, frutos, insetos e sementes. O Golinho (*Sporophila albogularis*), pássaro de pequeno porte exclusivamente granívora e localmente comum em veredas úmidas da caatinga. O Sabiá-do-campo (*Mimus saturninus*), ave

famosa por sua diversidade de cantos podendo imitar outras aves sendo esta de hábito onívoro alimentando-se principalmente de frutos e insetos.

Segundo evidências apresentadas pelo seu proprietário, a Reserva tem verificado uma considerável ocorrência de espécies variadas de aves, mamíferos (inclusive de maior porte como onças pardas, jaguatiricas, capivaras), répteis, anfíbios que se beneficiam da proteção na área.

A propriedade é objeto de reflorestamento com espécies nativas pelo seu proprietário e representante da ONG Canoa de Tolda, que atua incansavelmente na valorização socioambiental da região São Franciscana. Também produz mudas para demanda externa e promove a divulgação de atividades diversas na RPPN, já considerada pelo IMA um ambiente ideal para soltura de animais silvestres do Bioma Caatinga, devido a sua localização ribeirinha e de difícil acesso.

A canoa de tolda Luzitânia, ancorada às margens da RPPN é um tipo embarcação que outrora era comum no rio São Francisco.

Foto - Pedro Bocca





O sabiá-laranjeira está entre a avifauna presente na região.
Foto - Pedro Teia

Reserva do Patrimônio Natural (RPPN) Tocaia

A RPPN Tocaia foi criada pela Portaria IMA nº 018/2008. Possui uma área de 21,7 hectares ou 0,217km² e está localizada no município de Santana do Ipanema, pertencente a mesorregião do Sertão Alagoano e microrregião de Santana do Ipanema, tendo como proprietário o Sr. Alberto Nepomuceno Agra.

Com o objetivo da preservação de fragmento do bioma Caatinga, foi a primeira Unidade de Conservação de Alagoas criada neste Bioma. Pela iniciativa de seu proprietário em perpetuar a área para as futuras gerações e compreender a importância da preservação, o Senhor Alberto Nepomuceno Agra foi agraciado com o Prêmio Destaque Ambiental 2008, do Instituto do Meio Ambiente. Representada por um conjunto de plantas características, que compõe a Caatinga, observam-se, na área, arbustos e árvores baixas, de dói a seis metros de altura, com raras emergentes que não ultrapassam oito metros de altura. As mais conspícuas são: braúna (*Schinopsis brasiliensis*), catingueira (*Caesalpinia pyramidalis*), jurema (*Mimosa hostilis*) joazeiro (*Ziziphus* sp), bom-nome (*Maytenus rigida*), umbuzeiro (*Spondias tuberosa*) e mandacaru (*Cereus jamacaru*). O xique-xique (*Pilosocereus gounellei*), outra Cactaceae comum, aparece em meio ao solo pedregoso e com cascalhos.

A presença de um pequeno açude nos limites da

Reserva, onde a fauna encontra água para dessedentação o ano inteiro, faz da área um refúgio. Entre os anfíbios anuros que podem ser encontrados, estão várias espécies de rãs, como *Leptodactylus troglodytes*, de pererecas, como *Dendropsophus soaresi* e de sapos, como *Proceratophrys cristiceps*. Já as aves são representadas por espécies como o golinho (*Sporophila albogularis*), o rapazinho-dos-velhos (*Nystalus maculatus*), o sabiá-laranjeira (*Turdus rufiventris*), o alegrinho-balança-rabo (*Stigmatura budyoides*) e o asa-de-telha-pálido (*Agelaioides fringillarius*). Moradores comumente descrevem alguns mamíferos que existem na propriedade, como o gato-do-mato (*Leopardus* sp.), morcegos (ex.: *Carollia perspicillata*) e pequenos roedores (ex.: *Thrichomys apereoides*).

É notável o interesse de preservação do ambiente pelos responsáveis pela área. O local incentiva a visitação com objetivo científico, uma vez que a área abriga um elevado potencial ecológico, resguardando várias espécies da fauna e flora. Representada por um conjunto de plantas características que compõe a Caatinga, o trecho preservado pela Unidade tem representatividade significativa, considerando que são ainda poucas as áreas protegidas neste trecho hiperxerófilo, submetido ao regime elevado de estiagem, no estado de Alagoas.



A vegetação presente na Reserva abriga é um importante fragmento da caatinga.
Foto - Neno Canuto



**Áreas em estudo para
criação de novas UCs**



Área de Proteção Ambiental da Serra da Caiçara

A Serra da Caiçara é um maciço cristalino, sendo caracterizado como um inselberg com área aproximada de 2165 hectares. Está localizada no município de Maravilha, no sertão alagoano. Com quase 778m de altitude, possui características especiais, como um microclima que proporciona a ocorrência de espécies vegetais características de áreas úmidas. Diversificando entre espécies nativas da caatinga, representa um ecótono de grande importância para o bioma.

A proposta do IMA/AL é pela criação da Área de Proteção Ambiental da Serra da Caiçara localizada na mesorregião do sertão alagoano e inserida na microrregião de Santana do Ipanema, com uma área de aproximadamente 103.000 hectares, abrangendo parcialmente cinco municípios situados no sertão alagoano: Canapi, Maravilha, Ouro Branco, Poço das Trincheiras e Santana do Ipanema.

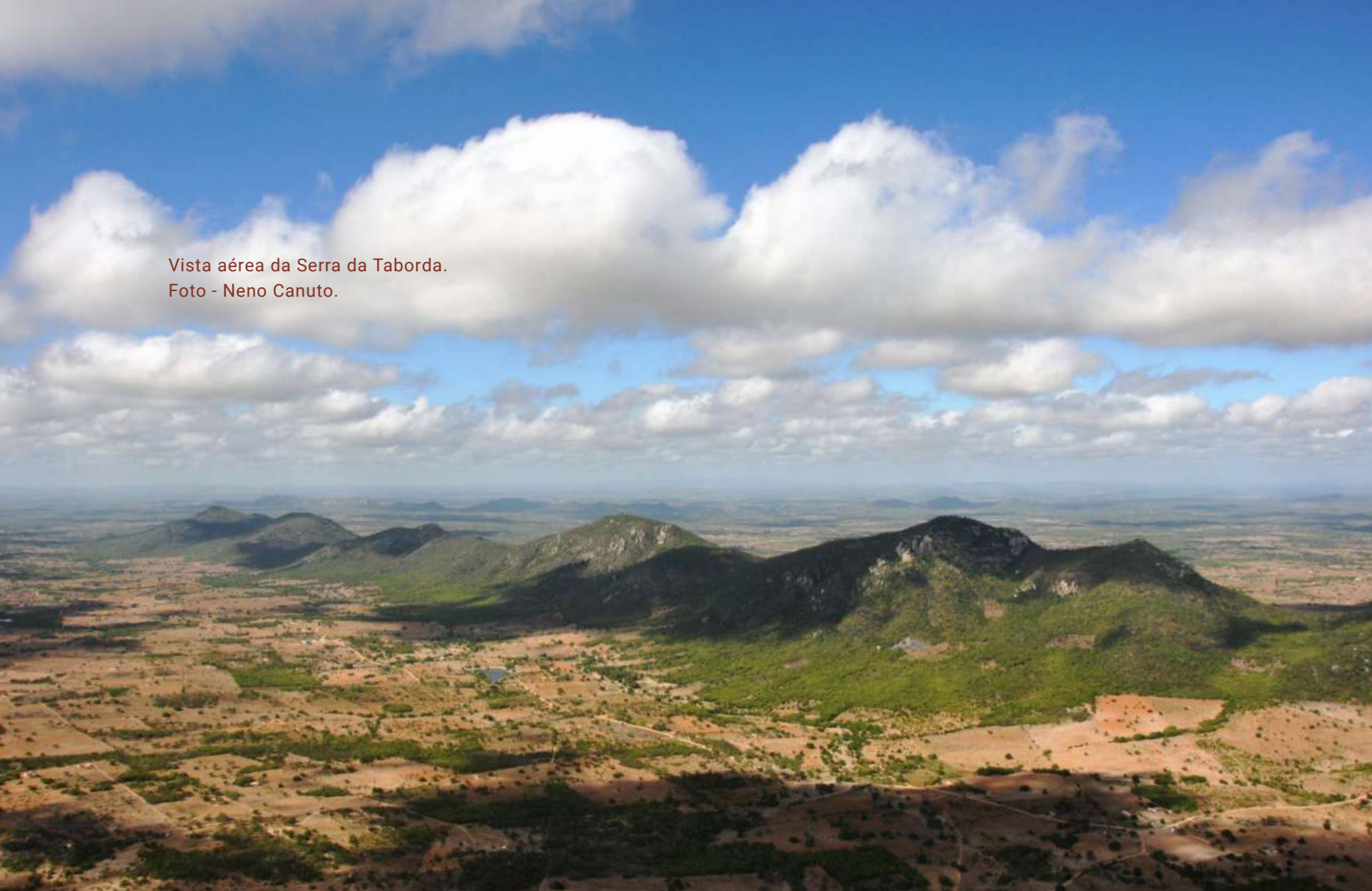
Entre as justificativas: a necessidade de proteção de áreas que detêm sítios arqueológicos e paleontológicos localizados na mesorregião do sertão alagoano e inseridos na Microrregião de Santana do Ipanema; a proteção de remanescentes de vegetação nativa, áreas serranas vegetadas, detentoras de alta capacidade de retenção hídrica, sendo vitais para o fornecimento de água na região, bem como apoio e orientação ao sertanejo no que se refere ao uso do solo de forma sustentável e ambientalmente correta.

O nome da Unidade proposta apresenta a Serra da Caiçara, que é a maior elevação existente na microrregião de Santana do Ipanema, de onde é possível ser vista em grande parte da planície sertaneja alagoana. Daí o seu simbolismo e referência para o nome da APA, que dentre outros objetivos, irá ressaltar a necessidade de proteção, estudos e conhecimento dos aspectos históricos da região, com destaque para as descobertas da fauna pré-histórica, o que poderá se consolidar como um importante atrativo turístico.

A proposta de criação da APA contempla também a proposição de meios de convivência entre o homem e o ambiente de forma sustentada, disciplinar aspectos do uso do solo que atualmente se apresentam degradantes e proporcionar alternativas ecologicamente corretas para atividades que muitas vezes podem ser negativas ao meio ambiente.

Uma das áreas da Serra da Caiçara.
Foto - Patrícia Pacífico.

Paisagem sertaneja da área
proposta da APA da Serra da
Caiçara.
Foto - Acervo IMA.



Vista aérea da Serra da Taborda.
Foto - Neno Canuto.



A perereca-de-capacete é um dos animais registrados em São José da Tapera.
Foto - Marco Dubeux.

Serra da Taborda

A Serra da Taborda é uma formação tipo inselberg, de formato alongado, destacando-se na paisagem do município de São José da Tapera, próxima ao povoado Caboclo. Popularmente conhecida como Taboje, ou Tabode, a Serra apresenta uma vegetação nativa em bom estado de conservação, que modifica sua coloração com a mudança das estações quente e chuvosa na região, promovendo um panorama cênico de rara beleza.

Com 537m de altitude, a Serra engloba também o Morro do Pilão, em sua porção sul, fazendo parte de um conjunto de elevações que se estendem até o município de Pão de Açúcar, às margens do Rio São Francisco.

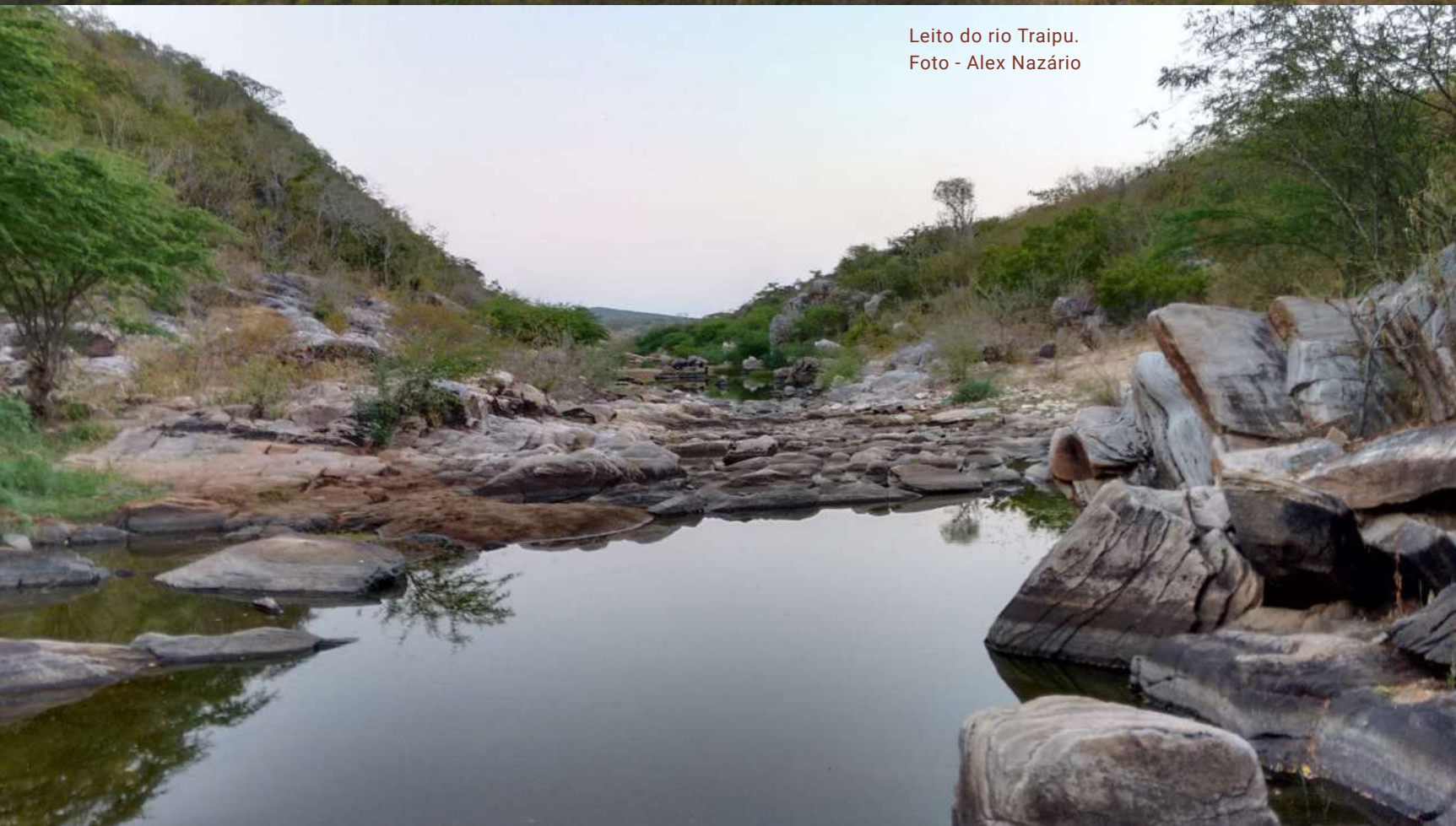
A proposta em tramitação é para a criação do Parque Estadual da Serra da Mão com área aproxima de 1900 hectares, no município de São José da Tapera. Os estudos foram iniciados entre os anos de 2008 a 2011, pelo corpo técnico do IMA/AL.

A jiboia também possui registro na Caatinga, ela busca locais mais úmidos para se abrigar e caçar.
Foto – Marcos Dubeux





A proposta do IMA é criar um Parque Estadual na Serra da Mão.
Foto - Neno Canuto.



Leito do rio Traipu.
Foto - Alex Nazário

Serra das Mãos

A Serra da Mão (ou das Mãos) representa uma elevação com traços residuais às margens do Rio Traipu, onde, em suas margens, foram encontradas pinturas rupestres, denotando a presença de antepassados do homem na região. As mais famosas são marcas de mãos humanas impressas na rocha, daí o nome adotado para a serra. Com 664m de altitude, é marcada pela presença de micro clima, que confere à vegetação um misto de representantes típicos dos Biomas Mata Atlântica e Caatinga, com uma flora e fauna bastante rica.

Através da implantação da Mineração Serrote da Lage, da mineradora Vale Verde, foram realizados diversos levantamentos e estudos, inclusive com a determinação da criação do Parque Estadual da Serra da Mão, como medida de compensação pela instalação do empreendimento na região, com área aproximada de 5000 hectares, no município de Traipu.

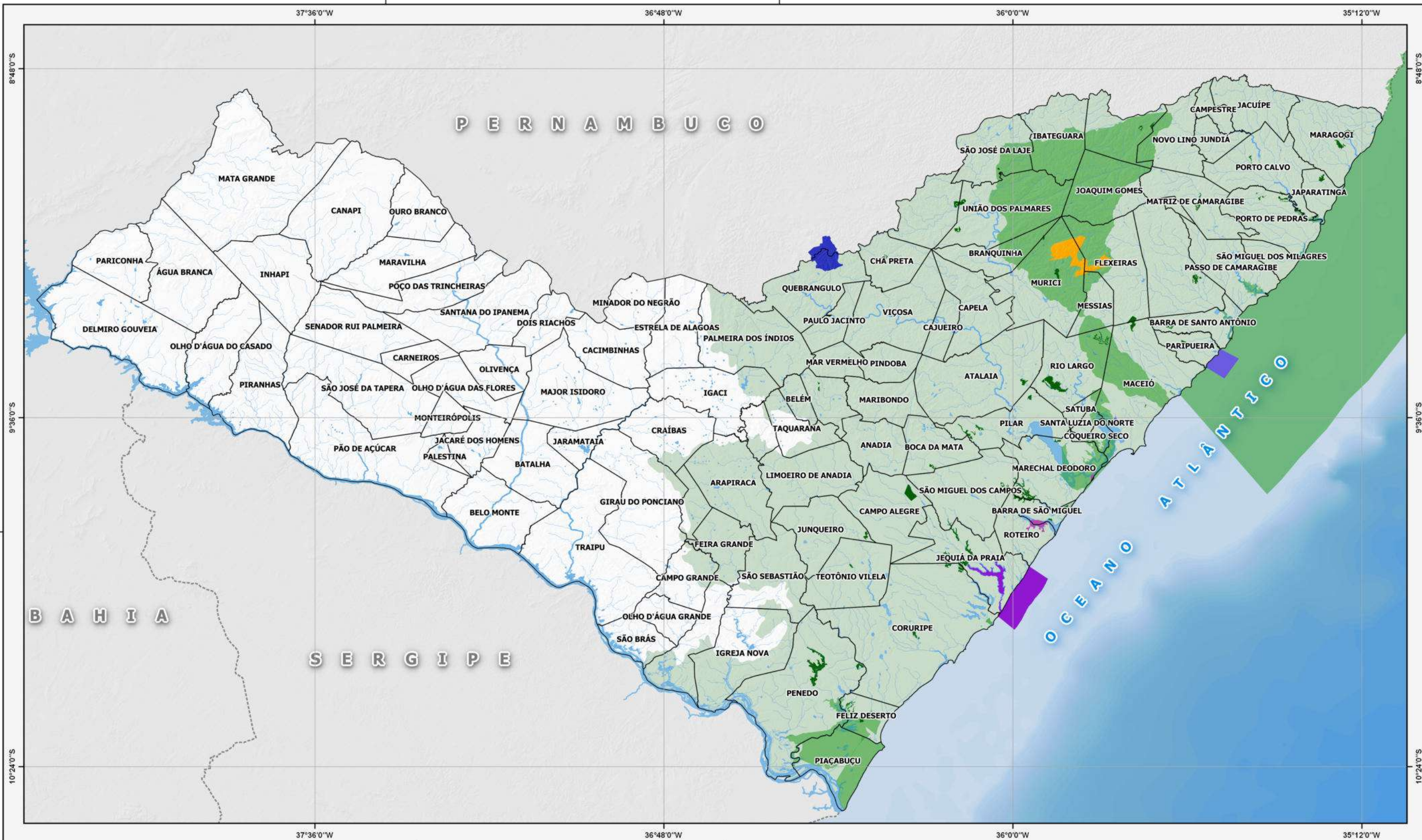
Foram várias e proveitosas as tratativas e parcerias entre a Vale Verde e o IMA no intuito de produzir material técnico e conhecimento que pudessem embasar a definição da proposta de criação desse que será o primeiro Parque Estadual de Alagoas.

A Iguana também ocorre na caatinga alagoana.
Foto - Marcos Dubeux





**Bioma
Mata Atlântica**



LEGENDA E CONVENÇÕES CARTOGRÁFICAS

Convenções

- Limites Intermunicipais
- Mata Atlântica
- Corps D'água
- Hidrografia

UCs Mata Atlântica - IMA

- Estação Ecológica (01)
- Reserva Biológica (01)
- Reserva Extrativista (01)
- Parque Municipal (02)
- Reserva Ecológica (02)
- Área de Proteção Ambiental (08)
- RPPNs (64)



ESCALA 1:820.000

8.2 0 8.2 16.4 24.6 32.8 m

1 cm no mapa equivale a 8.2 km no terreno

Sistema de Coordenadas Geográficas
Datum Horizontal SIRGAS 2000
Dados Vetoriais: IBGE / IMA / SEMARH

Modelo elaborado pela Assessoria Ambiental de Geoprocessamento usando o Software Livre QGIS 2.18.



MAPA DE LOCALIZAÇÃO

Distribuição das Unidades de Conservação no Bioma Mata Atlântica

RESP. TÉCNICO	PERÍODO DE REFERÊNCIA	ASSINATURA	Nº DO MAPA
DANIEL DA CONCEIÇÃO	AGO/2020		
ESCALA	ELABORADO POR	APROVADO POR	FOLHA
1:820.000	ASSESSORIA DE GEOPROCESSAMENTO		
LOCAL	DATA	Nº DO PROCESSO	REVISÃO
ALAGOAS	30/08/2020		



Unidades de Conservação
Públicas



Além de rica biodiversidade a APA guarda grande beleza.
Foto - Neno Canuto.

Área de Proteção Ambiental (APA) Costa dos Corais

A Área de Proteção Ambiental (APA) da Costa dos Corais, ou APACC, foi criada por Decreto Federal s/n em 23 de outubro de 1997, Ano Internacional dos Recifes de Corais, e possui uma extensão aproximada de 405.802 hectares ou 4.058 km², distribuída em 122 km de costa ao longo de 13 municípios. Dessa extensão costeira, 95 quilômetros abrangem o território alagoano, o que corresponde a 95 km ou 78% do comprimento total da APA. Em direção ao mar aberto, seus limites estendem-se até a quebra da plataforma continental, região também conhecida como talude ou “paredes”, adentrando 18 milhas náuticas (33,33 km) no oceano Atlântico e sendo considerada a maior Unidade de Conservação Marinha do Brasil.

Está localizada na margem oceânica dos Municípios de Maceió, Barra de Santo Antônio, São Luís do Quitunde, Passo de Camaragibe, São Miguel dos Milagres, Porto de Pedras, Japaratinga e Maragogi, em Alagoas, e São José da Coroa Grande, Barreiros, Tamandaré e Rio Formoso, em Pernambuco, e nas águas jurisdicionais.

Nessa região, encontram-se as maiores extensões de recifes de coral costeiros do país. A presença desses ambientes propicia a ocorrência de uma grande diversidade biológica, representada por algas, corais, peixes, crustáceos, moluscos e outros seres, como o peixe-boi marinho, o mero e tartarugas marinhas, espécies ameaçadas de extinção.



A APA Costa dos Corais é considerada a maior Unidade de Conservação marinha do Brasil.
Foto - Neno Canuto.

A beleza da APA atrai os mais diversos visitantes.
Foto - Daniel da Conceição.

A APACC foi criada exclusivamente em áreas públicas classificadas como “Patrimônio da União” e “de Preservação Permanente”, abrangendo ambientes marinhos e estuarinos e tendo, entre seus objetivos, os de:

- I. Garantir a conservação dos recifes coralígenos e de arenito, com sua fauna e flora entre os rios Meirim (AL) e Formoso (PE);
- II. Manter a integridade do *habitat* e preservar a população do peixe-boi marinho (*Trichechus manatus*);
- III. Proteger os manguezais situados ao longo das desembocaduras dos rios em toda a sua extensão, com sua fauna e flora;
- IV. Ordenar o turismo ecológico, científico e cultural, e demais atividades econômicas compatíveis com a conservação ambiental;
- V. Incentivar as manifestações culturais e contribuir para o resgate da diversidade cultural regional.

De todos os rios que deságuam na APA, destacam-se o Camaragibe, o Santo Antônio e o Manguaba, por seus vastos manguezais que formam ricos estuários, servindo principalmente à fauna local.

Acesso

Estendem-se entre os paralelos 9°47'23" e 8°41'20" sul e os meridianos 35°36'33" e 34°41'20" oeste. Os principais acessos se dão através das rodovias AL-101 Norte do lado alagoano e PE-060 e PE-076 do lado pernambucano.

Aspectos físicos

O relevo expõe uma nítida relação com a sua geologia e geomorfologia, no que concerne à distribuição das feições do período Terciário, através da Formação Barreiras, que é representada pelas Falésias Vivas da praia de Carro Quebrado, nos municípios de Barra de Santo Antônio e Passo de Camaragibe em Alagoas, e do período Quaternário, em especial do período Holoceno, no qual há uma ocorrência predominante da Planície Litorânea, subdividida em planícies deltaicas, estuarinas e praias, correspondendo aos sedimentos quaternários inconsolidados de praia e aluvião. Na porção aquática há ainda a presença do arenito, que, em muitas localidades, serve de base para espécies coralígenas, formando assim os recifes biogênicos.

Quanto à expressão espacial dos solos que recobrem o relevo no limite da APA, há destaque para os Neos-

solos Quartzarênicos em toda a extensão da planície litorânea. Nas planícies estuarinas, verificam-se os Solos Indiscriminados de Manguê; e nas falésias, os Argissolos Amarelos.

Seguindo-se a classificação de Thornthwaite, a APACC está sob a influência do clima úmido, em que a precipitação histórica registrada encontra-se entre a faixa de 1.900 a 2.100 mm ao ano, sendo os meses mais úmidos de maio a julho e verificando-se, durante todo o ano, uma média de 60 dias biologicamente secos.

Aspectos bióticos

A diversidade da fauna marinha existente na APA Costa dos Corais é tão grande quanto a extensão dessa Unidade de Conservação. Entre os grupos faunísticos mais numerosos, estão diversas espécies de invertebrados e de peixes que impressionam pelos mais diversos padrões de coloração.

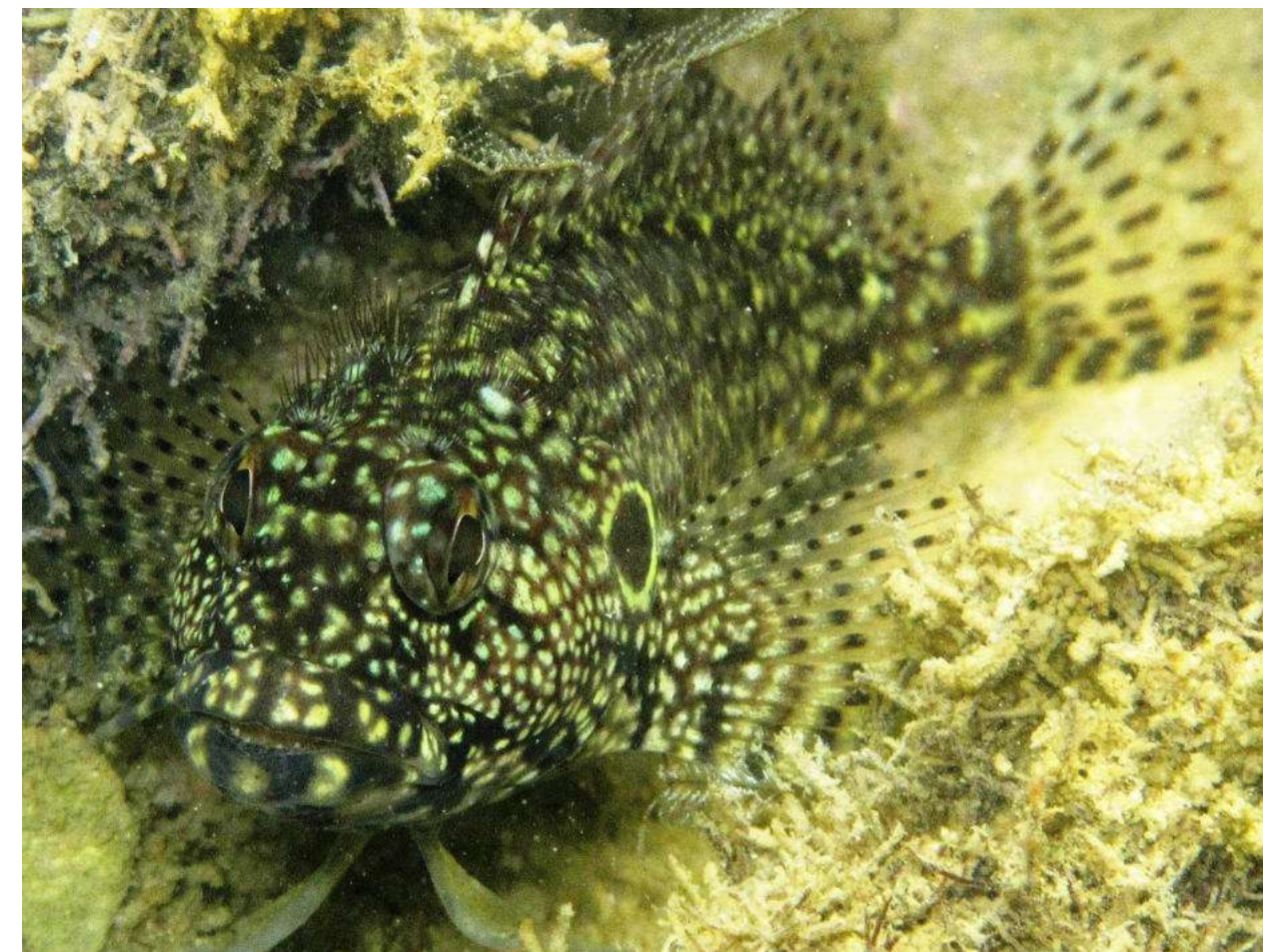


Nessa região há grandes extensões de recifes de corais.
Foto - Neno Canuto.



Moluscos encontrados na Área.
Foto - Juliano Maurício Fritscher.

O gramma é um peixe bastante popular e encontrado na APA.
Foto - Juliano Maurício Fritscher.



A diversidade da fauna marinha é tão grande quanto a extensão da Unidade. Na foto uma fêmea da macaca-da-pedra.
Foto - Juliano Maurício Fritscher.

As águas costeiras e estuarinas quentes e rasas também são o ambiente onde pode ser encontrado um de seus moradores mais ilustres, o peixe-boi-marinho (*Trichechus manatus*). Essa espécie de mamífero costuma se alimentar de algas, aguapés e capins e vive tanto em água doce como em água salgada. Já foi vítima de intensa caça no passado, e atualmente encontra-se ameaçada de extinção, sendo por isso protegida por leis ambientais que criminalizam a caça e comercialização de sua carne ou derivados, acarretando até dois anos de prisão para seus infratores. O uso de embarcações motorizadas em localidades onde essa espécie ocorre tem sido visto como uma grave ameaça que pode ser fatal, devido aos profundos cortes que as hélices podem causar.

Segundo o Instituto Biota de Conservação, os registros dos encalhes mostram que, além do peixe-boi-marinho, pelo menos outras nove espécies de mamíferos aquáticos (baleias, golfinhos, botos e lobos-marinhos) passam pelas águas mais profundas do litoral de Alagoas, como por exemplo, a baleia-cachalote (*Physeter macrocephalus*) e a baleia-jubarte (*Megaptera novaeangliae*), ambas com registros de encalhe nos municípios de Maragogi e Morro de Camaragibe, respectivamente.

Diversas espécies de aves migratórias utilizam essa área para repouso e obtenção de alimento (engorda). Geralmente, essas espécies são visitantes sazonais oriundas do hemisfério norte, do qual fogem do inverno Ártico. Espécies como o trinta-réis-boreal (*Sterna hirundo*), o batuiçu-de-axila-preta (*Pluvialis squatarola*), o vira-pedras



Há registros de maçaricos em todo litoral alagoano, o maçarico-rasteirinho é um dos que aparece na APA Costa dos Corais.
Foto - Pedro Teia

(*Arenaria interpres*), o maçarico-branco (*Calidris alba*), o maçarico-de-sobre-branco (*Calidris fuscicollis*) e a batuíra-de-bando (*Charadrius semipalmatus*).

Há uma suspeita de que o maçarico-de-papo-vermelho (*Calidris canutus rufa*), ameaçado de extinção, também passe pelas regiões costeiras de Alagoas em sua migração ao sul do Brasil, por já ter sido registrado no estado vizinho, Sergipe. Nos últimos anos, tem sido registrada a ocorrência acidental de diversos indivíduos debilitados do pinguim-de-magalhães (*Spheniscus magellanicus*). Três espécies de tartarugas-marinhas (todas

ameaçadas de extinção) usam essa área como local de alimentação, a tartaruga-comum ou cabeçuda (*Caretta caretta*), a tartaruga-de-pente (*Eretmochelys imbricata*) e a tartaruga-oliva (*Lepidochelys olivacea*), esta última com registro de desova ocasional para essa região.

Essa Unidade de Conservação é extremamente importante para a conservação de grande diversidade de espécies nos ecossistemas costeiros, muitas das quais são raras ou estão ameaçadas de extinção.

O sistema recifal possui grande biodiversidade, ainda desconhecida pela maior parte da população. Devido



A APA abriga uma incrível biodiversidade.
Foto - Juliano Maurício Fritscher.

ao aglomerado de organismos que forma este ambiente e devido à interrelação entre as espécies é um dos ambientes mais variados e ricos do país. Diversos organismos endêmicos no Brasil ocorrem na APA, além de espécies de interesse comercial e pesqueiro; por isso, um grande número de pessoas faz uso da Área.

Aspectos sociais

Em 2011, foi criado o Conselho Consultivo da APACC, que tem como função contribuir com sua gestão. Constituído por 52 instituições, ele é o principal

espaço de participação social dos atores que tem alguma forma de intervenção na Unidade. No início de 2013, após um amplo processo de participação, foi aprovado o Plano de Manejo. Nesse documento está estabelecido, entre outras coisas, seu zoneamento e seus programas de ação.

Os oito municípios alagoanos contabilizam mais de um milhão de habitantes, porém os aglomerados urbanos não entram na poligonal da Unidade, de forma que aproximadamente 200 mil pessoas vivem na área abrangida pela APACC. Segundo o Censo do IBGE



O peixe-donzela geralmente é encontrado em locais rasos.
Foto - Juliano Maurício Fritscher

para o ano de 2010, os municípios envolvidos na porção alagoana, com exceção de Maceió, apresentam menos de 30 mil habitantes. O menor contingente populacional encontra-se em São Miguel dos Milagres, que detém uma população de 7.163 habitantes.

Segundo o Plano de Manejo da APA, apresentado em 2012, estes são os principais problemas encontrados: analfabetismo ambiental das comunidades locais e baixa capacidade de organização social e institucional; atividades turísticas e recreativas desordenadas; poluição por esgoto doméstico; atividade pesqueira desordenada.

Entretanto, com exuberante beleza paisagística, a região apresenta um elevado potencial das atividades turísticas, sendo estas estruturadas com pousadas e hotéis, restaurantes que dispõem da culinária da região.

Em Porto de Pedras, é possível verificar-se a adequada relação do homem com os recursos da natureza. É desenvolvido no município, o turismo sustentável

para a contemplação do peixe-boi, ordenado e supervisionado por instituições e pelos próprios moradores da região. A pesca é de fato a principal atividade extrativista da região. Para o ano de 2006, a produção pesqueira dos municípios alagoanos envolvidos na APA ultrapassou 1.500 toneladas de diversos tipos de pescado como a sardinha, o vermelho e a lagosta. A sardinha é a espécie mais comum na região, a sua produção ultrapassa a de qualquer outra, em todos os municípios envolvidos, com exceção de São Miguel dos Milagres que tem no vermelho a espécie mais pescada (ESTATPESCA, IBA-MA, 2008).

É importante salientar que os municípios de Japaratinga e Maragogi são considerados os polarizadores da região no que tange à infraestrutura de serviços (unidades de saúde, escolas) e à estrutura disponível de setores voltados ao turismo.



A várzea do Marituba é formada pela confluência dos rios Marituba e Piauí e representa uma das últimas várzeas inundáveis do Baixo São Francisco.

Foto - Neno Canuto.

Área de Proteção Ambiental (APA) da Marituba do Peixe

Aspectos gerais

A Área de Proteção Ambiental (APA) da Marituba do Peixe foi criada pelo Decreto Estadual nº. 32.858/1988. O seu principal objetivo é o de preservar as características ambientais e naturais, visando garantir a produtividade pesqueira e a diversidade da fauna e da flora, assim como assegurar o equilíbrio ambiental e socioeconômico da região. Possui uma área de 18.600 hectares ou 186km² e abrange parte dos municípios de Feliz Deserto, Piaçabuçu e Penedo. Situa-se entre as coordenadas geográficas 10°24'30" e 10°14'27" de latitude sul, e 36°31'16" e 36°17'16" de longitude oeste.

Possui Plano de Manejo desde 2006 e um Conselho Gestor atuante, tendo, como um dos marcos da sua influência, ações diretas como a retirada da cana-de-açúcar do interior da APA e a aplicação de programas específicos ligados à educação ambiental e implantação de módulos sanitários nos povoados próximos à várzea do Marituba.

Conhecida como pantanal alagoano, a APA da Marituba do Peixe possui grande riqueza hídrica.
Foto - Neno Canuto.





Portal marca a entrada da APA.
Foto - Neno Canuto.

Aspectos físicos

O clima é classificado como Subúmido e Úmido, e está enquadrado na faixa bioclimática de 90 a 150 dias biologicamente secos durante o ano (Assis, 2000). A distribuição média mensal das chuvas apresenta um período de maior incidência entre os meses de março e agosto, e outro menos chuvoso que se estende de setembro a março. Os valores pluviométricos médios mensais variam de cerca de 33mm em dezembro a 206mm em maio, com um total anual médio de 1.200mm.

De grande riqueza hídrica, a APA abriga o “Pantanal Alagoano”, formado pelas águas do rio Marituba, que nasce no município de Penedo e que, por sua vez, recebe contribuição do rio Piauí, que nasce em Arapiraca, a cerca de 80 km, e acaba por desaguar numa planície de inundação, com um lençol freático raso e também consorciado às chuvas, formando assim a Várzea da Marituba.

No período das cheias dos rios, a área inundada torna os habitats aquáticos predominantes; durante a vazante, a área alagável transforma-se em um verdadeiro mosaico, com *habitats* terrestres e aquáticos.

A litologia da APA é formada pelos sedimentos terciários da Formação Barreiras e pelos sedimentos quaternários inconsolidados dos depósitos litorâneos, fluviolagunares e de pântanos e mangues, geologicamente referentes ao Membro Marituba da Formação Piaçabuçu (Schaller, 1969), que remonta ao terciário inferior.

Os depósitos litorâneos são representados pelos Terraços Marinheiros formados por sedimentos arenosos relacionados à última transgressão marinha, há aproximadamente 5.100 anos, quando o nível do mar elevou-se a cerca de 5 metros do atual. Compreendem 54% do total da poligonal da APA e localizam-se na porção leste, onde ocorrem as áreas de restinga, entre a várzea do Marituba e a rodovia AL-101 Sul.



Povoado Pontes, no município de Feliz Deserto.
Foto - Neno Canuto.



Os cordões arenosos são característicos na região.
Foto - Neno Canuto.



A banana-de-papagaio é encontrada na vegetação da região.
Foto - Neno Canuto.



Aninga em uma área de alagadiço.
Foto - Neno Canuto.

Os depósitos flúvio-lagunares são formados por sedimentos quaternários, argilosos, ricos em matéria orgânica, sendo correlacionados com as fases tardias da última transgressão marinha. Estão localizados na região deltáica da Várzea do Marituba, compreendendo cerca de 1% da área da APA. Já os depósitos de pântanos e mangues estão associados às áreas alagadas e sujeitas a alagamento da Várzea do Marituba. Em função da baixa energia, são constituídos essencialmente por sedimentos argilosos e matéria orgânica. Ocupam cerca de 25% da área da APA.

Geomorfologicamente, está inserida no contexto da Baixada Litorânea e das Planícies Aluviais e Várzeas. A Baixada Litorânea envolve as áreas de restinga e as formas tabulares relacionadas ao Grupo Barreiras, e as Planícies de Várzea relacionam-se à própria várzea do Marituba.

Quanto aos solos, destacam-se os Argissolos no topo e encostas dos tabuleiros; nos terraços marinhos, os Neossolos e Espodossolos e os Gleissolos, acomodados no fundo da várzea.

Aspectos bióticos

Flora

Situada no extremo sul do litoral de Alagoas, protege o trecho conhecido como “Pantanal Alagoano”, sendo comparado com o verdadeiro Pantanal mato-grossense do Centro-Oeste do Brasil, apesar das pequenas proporções. A interceptação parcial do canal de drenagem formado pelos rios da região represa as águas, formando um trecho alagadiço de grande beleza visual que se configura como o mais interessante atributo da Unidade, principalmente quando observado em vista aérea.

A região inclui várzea paludosa e alagadiça, devido à ocorrência de enchentes anuais; extensas áreas de cordões arenosos e demais ambientes naturais cortadas por lagoas que se interligam por canais, terraços arenosos e linhas estreitas de borda de tabuleiro. A região assegura alta produtividade pesqueira e elevada riqueza da flora e fauna pela diversidade de ambientes presentes.

Longos trechos de cordões arenosos mostram uma vegetação pungente de restinga com grande riqueza de espécies, e que na época das chuvas mostram seu lençol

freático superficial, onde se tornam visíveis as macrófitas aquáticas que cobrem toda a sua extensão. A flora aquática é bastante significativa tanto nos locais de água estagnada, onde ninfeias, nymphoides, baronesas, graminéas e ciperáceas mostram sua predominância, como no corpo de água onde está, entre outras, a taboa (*Typha dominguensis*), ocupando os locais mais assoreados.

As Mytaceae (família da pitanga), representadas na APA por oito espécies (informação obtida do banco de dados do Herbário MAC), são muito comuns na região, com destaque para o cambuí (*Myrciaria floribunda*). O nome da planta tem origem do tupi-guarani e significa árvore de ramos ou galhos finos. Seus frutos, quando maduros, são vermelhos e adocicados, podendo ser consumidos in natura, embora seu teor levemente ácido o torne mais apropriado após seu processamento em geleia ou suco ou curtimento em cachaça. Outras plantas úteis da unidade merecem destaque, como a aroeira (*Schinus terebinthifolia*), produtora da pimenta-rosa, que aparece como mais uma fonte de renda aos moradores, visando minimizar a pobreza na região (ONG Eco engenho), e o cajueiro (*Anacardium occidentale*), que produz grande quantidade de seu fruto, o caju, rico em vitaminas, e do qual são feitos os mais deliciosos sucos e doces da região.

Fauna

A heterogeneidade de habitats proporciona que seja um ambiente naturalmente biodiverso, ou seja, rico em espécies de mamíferos, aves, répteis, anfíbios e peixes. Nesse ambiente, há a oportunidade de encontrar diversas espécies normalmente associadas a corpos d'água. Porém, devido ao complicado acesso às áreas alagadas e a perturbações antrópicas, as espécies estão cada vez mais difíceis de serem vistas. Mas, mesmo em um ambiente natural menos perturbado e com mais facilidade de deslocamento, nem todas as espécies são facilmente visualizadas, devido a suas particularidades de hábito e comportamento.

É preciso investir muita paciência e persistência, ao longo de algumas horas ou dias pela Várzea, para que, aos poucos, a sua fauna típica possa ser avistada. Segundo pesquisadores, a mastofauna da APA da Marituba do Peixe é composta por espécies como o macaco-prego



Diversas espécies de frangos d'água, como o frango-d'água-azul são encontrados na região.
Foto - Pedro Teia

(*Sapajus sp.*), o guaxinim ou mão-pelada (*Procyon cancrivorus*), o quati (*Nasua nasua*), a capivara (*Hydrochaeris hydrochaeris*) e a lontra (*Lutra longicaudis*), esta última ameaçada de extinção.

A capivara possui como localidade-tipo a várzea da Marituba do Peixe, e atualmente sua população ainda está localmente estabilizada, não oferecendo preocupação em termos de conservação. No entanto, a situação mais preocupante é a da lontra, que compete com os pescadores na busca de peixes, chegando a rasgar as redes de pesca e sendo por isso frequentemente morta.

O grupo das aves é naturalmente o mais biodiverso, sendo listadas 165 espécies para essa região. Algumas são quase que um símbolo, como o gavião-caramujeiro (*Rosthramus sociabilis*), espécie paludícola, que se ali-

menta de caramujos e é frequentemente avistada. Além de diversas espécies de garças, frangos d'água e socós, também merecem destaque os registros da águia-pescadora (*Pandion haliaetus*), do falcão peregrino (*Falco peregrinus*), do sabiá-da-praia (*Mimus gilvus*), da marreca-irerê (*Dendrocygna viduata*) e do zabelê (*Crypturellus noctivagus*), sendo esta última espécie, ameaçada de extinção.

Existem diversas espécies de répteis na APA da Marituba do Peixe, porém as mais abundantes são o calanguinho (*Cnemidophorus ocellifer*) e a catenga (*Tropidurus hispidus*), merecendo destaque a presença simultânea das duas espécies de jacarés que ocorrem em Alagoas, o jacaré-anão (*Paleosuchus palpebrosus*) e o jacaré-de-papo-amarelo (*Caiman latirostris*), este último ameaçado



O jacaré-anão é um dos animais com registro na região, se destaca junto com o jacaré-do-papo-amarelo que é um animal ameaçado.
Foto - Marcos Dubeux

de extinção. No caso dos anfíbios anuros, as espécies mais comuns de serem encontradas são as rãs *Leptodactylus podicipinus* e *Ischnocnema cf. ramagii*, e as pererecas *Scinax aff. nebulosus* e *Dendropsophus nanus*. Por fim, completam a rica fauna da Várzea, algumas dezenas de espécies de peixes, como o CD (*Metynnis mola*), o cabogge ou cascudo (*Callichthys callichthys*) e o cará-comum (*Cichlasoma sanctifranciscense*).

Aspectos sociais

O município de Penedo se apresenta como o mais importante da região, possuindo cerca de 45% do seu território dentro dos limites da APA, sendo que a zona urbana está situada fora do polígono que limita a UC.

Segundo o Plano de Manejo da APA, existem 12

povoados localizados na área de influência da Unidade. Portanto, não são todos os povoados que se situam dentro da poligonal da APA, mas, por estarem em áreas do entorno, estabelecem uma relação direta com os recursos advindos da região. Em Penedo, esses povoados são: Capela, Marcação, Murici, Marituba do Peixe, Marituba de Cima, Riacho do Pedro e Ponta da Várzea. No município de Piaçabuçu: Retiro, Mandim, Penedinho e Marituba da Fábrica. Em Feliz Deserto: povoado Pontes.

Esses aglomerados se localizam continuamente e margeiam o rio Marituba, sendo ele fonte de grande variedade de possibilidades de sustento para as famílias do local. O povoado Marituba do Peixe, localizado na zona rural de Penedo, é o mais populoso. Ele abriga cerca de



A apicultura é desenvolvida pelo moradores da região.
Foto - Neno Canuto.

1.500 moradores e dispõe de escolas, posto de saúde e estabelecimentos comerciais.

Ao percorrer a área, é possível verificar a estreita ligação da população com a Unidade de Conservação. Considerando a riqueza hídrica do local, é comum os moradores utilizarem as paisagens para contemplação, lazer e extrativismo. A pesca representa a atividade mais expressiva. Os banhos no rio Marituba e a visualização do pôr-do-sol, nas proximidades das áreas de várzeas, são atividades diárias dos que ali residem.

Vale ressaltar que, devido à presença de Usinas do setor sucroalcooleiro na região, o Conselho Gestor da APA da Marituba do Peixe possui representantes das Usinas Coruripe, Marituba e Paisa. Elas se mantêm atentas nas decisões e apoiam importantes projetos, como

o artesanato ali produzido e a Casa do Mel, no povoado Pontes. Além disso, têm retirado gradativamente a cana outrora plantada em Áreas de Preservação Permanente, na várzea da Marituba. Essa atitude influencia para que terceiros repitam a mesma coisa.

O povoado Pontes, localizado em Feliz Deserto, é um aglomerado urbano determinante no quesito socio-ambiental. Ele se apresenta como um grande exemplo de que é possível um manejo de áreas protegidas, com a participação efetiva da população. No local, existem diversas atividades que são desenvolvidas a partir da utilização dos recursos naturais encontrados no ambiente. Pelo menos 16 mulheres desenvolvem um trabalho artesanal de reciclagem que, além de ser referência local e regional, tem alcançado proporções nacionais. Trata-se



A pesca é uma das atividades mais expressivas.
Foto - Neno Canuto.

da produção artesanal de bolsas, caixas para presentes, blocos de anotações e outros produtos.

Essa produção se dá através da reciclagem feita com papel, especificamente a embalagem do cimento, e bagaço da cana-de-açúcar. A atividade tem uma sede no referido povoado, sendo de grande visibilidade local, e serve como complemento de renda. O comércio é feito para outros estados, e a satisfação das artesãs é expressa no respeito aos recursos da natureza e na transmissão do aprendizado da região às demais gerações.

Os principais problemas vivenciados pela gestão da APA são: constante ameaça de desmatamento dos recursos naturais para dar lugar a monocultivos como os coqueirais e à pecuária, além da retirada de lenha para ser usada como combustível. Além disso, intervenções

antrópicas em ambientes frágeis, como na própria várzea, através da implantação de estruturas e mais recentemente, a expansão desordenada dos povoados.

A Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf) também é uma importante parceria do Conselho e foi uma das principais investidoras para a construção do memorial da APA, espaço que serve de referência e sede para a atuação do Batalhão de Polícia ambiental (BPA), assim como sede das reuniões do próprio Conselho.



Vista dos canais entre as lagoas.
Foto - Neno Canuto

Área de Proteção Ambiental (APA) da Santa Rita

Aspectos gerais

A Área de Proteção Ambiental (APA) de Santa Rita foi criada pela Lei Estadual nº. 4.6074/1984. Possui uma área de 10.230ha ou 102,3km² e abrange os municípios de Maceió, Marechal Deodoro e Coqueiro Seco. Foi criada com o objetivo de preservar as características ambientais e naturais das regiões dos canais e lagoas Mundaú e Manguaba, ordenando a ocupação e uso do solo, com as seguintes diretrizes:

- I. Assegurar as condições naturais de reprodução da flora e da fauna nativas;
- II. Impedir alterações nos recifes, desembocaduras das lagoas e perfis dos canais, que venham a prejudicar o equilíbrio ecológico do estuário;
- III. Resguardar a população local e o meio ambiente dos efeitos negativos da industrialização e urbanização;
- IV. Possibilitar o desenvolvimento harmônico das atividades pesqueiras, agrícolas e artesanais da população local;
- V. Resguardar a vegetação natural e sua flora característica, importantes dos pontos de vista econômico, paisagístico e ecológico;



Há uma rede de canais que formam ilhas e belas paisagens.
Foto - Neno Canuto.



Coqueiral na formação de restinga existente na APA.
Foto - Neno Canuto.

- VI. Impedir a degradação do meio aquático, assegurando a manutenção de padrões de qualidade da água que permitam a renovação dos recursos pesqueiros, bem como a balneabilidade das praias;
- VII. Assegurar padrões adequados de qualidade do ar.

Aspectos físicos

Segundo a classificação de Thornthwaite, o território da APA está sob a influência dos climas sub-úmido e úmido, com uma média pluviométrica variando entre 1.700 e 2.300 mm/ano, sendo o período chuvoso compreendido entre os meses de abril e julho. São registrados ainda entre 60 e 90 dias biologicamente secos.

Quanto aos recursos hídricos superficiais, destacam-se na APA o Complexo Estuarino Lagunar Mundaú-Manguaba (CELMM), composto pelas lagunas Mundaú e Manguaba, interligadas por uma vasta rede de canais interlagunares, formado por ilhas, sendo a maior delas a Ilha de Santa Rita, com aproximadamente 12 km², atingindo na faixa mais larga 3 km, localizada próxima à desembocadura das lagunas e limitada pelos canais de Dentro e de Fora. Com esses atributos, há de se destacar que, segundo informações da Secretaria de Estado do Turismo de Alagoas, ela é considerada a maior ilha lacustre do Brasil.

Segundo o Plano de Manejo e Gestão da APA, a área constitui um ecossistema onde se processa o escoamento das bacias hidrográficas dos rios Paraíba do Meio, Mundaú, Remédios, Silva e Sumaúma, cujo encontro das águas interioranas com as águas oceânicas se dá pelo estuário-lagunar na área conhecida como “Boca da Barra”. Na dinâ-

mica da amplitude das marés em fluxo e refluxo, produz os teores ideais de salinidade e o aporte de nutrientes que propiciam as condições de uma zona de alta produtividade de peixes, crustáceos e moluscos, destacando-se o sururu (*Mitella carruana*).

O Relevo da APA de Santa Rita é constituído pelos Tabuleiros Costeiros, que constituem as falésias fósseis, cobertas pela vegetação típica de mata atlântica nas áreas declivosas e pela Planície Costeira, formada pelos Sedimentos Quaternários de Praia e Aluvião, compondo as áreas de restinga, os alagadiços de mangue, terraços flúvio-lagunares, as praias e cordões arenosos.

Acesso

O acesso à APA se dá através das rodovias AL-101 Sul e BR-424.

Aspectos bióticos

Flora

A APA de Santa Rita reúne atributos singulares (rios, lagunas, ilhas, várzeas e estuários) que formam uma das paisagens mais encantadoras e conhecidas do litoral de Alagoas. Inclui-se no Complexo Estuarino Lagunar Mundaú-Manguaba, que se destaca pelo valor cultural, econômico e ecológico, de relevância imensurável para o Estado. A elevada produtividade biológica da região está diretamente ligada à cadeia alimentar da fauna, bem como às atividades pesqueiras, principal fonte de renda do Complexo. Estudos iniciados pelo PLEC 1979 revelaram as potencialidades da região enfocando sua produtividade, expressões culturais, flora, fauna e os aspectos físicos e químicos.

A unidade está situada ao nível da planície litorânea, onde prevalecem os ambientes aquáticos, delimitando-se pelas encostas de tabuleiro que culminam nas chãs ocupadas pela cana de açúcar. Devido à proximidade com a capital, Maceió, e com a principal rodovia que conduz ao litoral sul de Alagoas (AL-101), observa-se uma intensa urbanização e uma forte pressão imobiliária. Em alguns trechos a vegetação foi substituída por coqueirais.

Ao longo da praia, formam-se calçadas de recifes resultantes das formações de arenitos e algas calcárias onde se desenvolvem diversas espécies de algas e pequenos animais.

A flora apresenta-se bastante diversificada, com a ocorrência dos manguezais ocupando as desembocaduras, margens de rios e lagunas, a mata atlântica ocupando as encostas de tabuleiros, e, no trecho arenoso, a vegetação conhecida como de restinga. A vegetação aquática dos rios e lagunas está composta por hidrófitos, incluindo as algas que crescem imersas na água; e nas margens, ocorrem associações alternadas de *Salvinia auriculata*, *Pistia stratiotes* e a baronesa ou aguapé, *Eichhornia crassipes*, muito conhecida na região como bioindicadora de poluição.

O manguezal é caracterizado pela ausência de estrato herbáceo e sua estrutura e características ecológicas são semelhantes em toda a costa brasileira. A distribuição das espécies do manguezal obedece ao grau de salinidade local, aparecendo o mangue-branco (*Laguncularia racemosa*) nas áreas menos salinas, tanto nas áreas degradadas quanto naquelas conservadas. Mangue-vermelho (*Rhizophora mangle*), espécie mais característica, atinge na APA até 15 metros de altura. Esta se caracteriza por amplas raízes de escora que nascem em diversas alturas dos troncos e dirigem-se ao solo como verdadeiros arcos, que se ramificam em contato com o solo movediço. As sementes germinam ainda presas aos frutos, e ao caírem se instalam e crescem rapidamente. Sua ocorrência está limitada à baixa salinidade.

Avicennia germinans e *A. schaueriana*, conhecidas como mangue-preto, geralmente formam bosques que chamam a atenção pela exuberância, cujos indivíduos atingem até 20 metros de altura, principalmente na desembocadura do rio Mundaú. À medida que o solo se torna mais estável, a comunidade se enriquece com outras espécies como o avencão (*Conocarpus erectus*) e diversas Gramineae e Cyperaceae. Uma planta de grande valor alimentício e medicinal também aparece nesses ambientes: o rabo-de-bugio (*Dalbergia ecastaphyllum*), que produz um exsuda-

do resinoso avermelhado, coletado pelas abelhas para a produção da própolis vermelha, detentora de propriedades biológicas que lhe conferem alto valor comercial.

Nos locais onde ocorrem depressões no terreno e o lençol freático é superficial, aparecem áreas alagadas, renovadas pelas águas das chuvas. Nesses locais, predominam espécies características, que ocorrem em grupamentos homogêneos, a exemplo do lírio-do-brejo (*Canna glauca*), com suas flores amarelas evidentes, e da taboa (*Typha domingensis*), com sua folhagem ereta e hastes cilíndricas culminadas por densas espigas acastanhadas. *Erythrina velutina* aparece em vários pontos na APA, pontilhando as margens dos cursos d'água com suas flores vermelho-alaranjadas, na época da floração.

Muitas frutíferas nativas e cultivadas são vistas na Unidade, como as mais comuns, mangueiras, frutas-pão, goiabeiras, cajueiros etc. Merece comentário o caso das mangabeiras (*Hancornia speciosa*), uma espécie nativa que se distribuía amplamente pelos trechos arenosos, na APA de Santa Rita, e atualmente enfrenta uma expressiva diminuição das populações, em função da especulação imobiliária nos terrenos onde ela vive. Trata-se de uma árvore elegante, que atinge até cinco metros de altura e produz a mangaba, seu fruto, de casca amarelada com manchas vermelhas, com ótimo sabor na maturação, mesmo sendo um pouco viscoso. Produz uma polpa branca, que pode ser utilizada *in natura* ou na fabricação de doce, sorvete, suco ou licor, todos com ampla aceitação de mercado. Diante da atual realidade da mangabeira, programas de recomposição dessa espécie poderiam garantir sua sobrevivência no ambiente natural e a possibilidade de seu uso sustentável.

Na encosta que circunda o CELMM, as árvores apresentam caules finos ou rebrotados e aparecem grandes clareiras, resultantes da exploração intensa que no passado afetou toda a área. Barbatimão (*Abarema cochliacarpus*), sucupira (*Bowdichia virgilioides*), ouricuri (*Syagrus coronata*), sambacuim (*Schefflera morototoni*), imbiriba (*Eschweilera ovata*) e catolé (*Attalea oleifera*) estão sempre presentes.



A APA de Santa Rita e seus canais interlagunares.
Foto - Daniel Da Conceicao.



A flora de toda a Unidade se apresenta bastante diversificada.
Foto - Neno Canuto.

As restingas são formações geológicas que cobrem as areias holocênicas próximas ao oceano, sendo representadas na APA pela vegetação herbácea arbustiva e arbórea, conhecida como vegetação de restinga. Como representantes da vegetação arbórea, estão as matas do Saco da Pedra e do Campo Grande, que diferem entre si pela localização, estrutura e composição florística. A do Saco da Pedra situa-se próxima ao mar, onde as árvores são baixas (cerca de cinco metros) e as copas são modeladas pelos ventos. Mais para o interior, elas atingem até 15 metros e os troncos são mais espessos. Entre as espécies mais comuns estão a amescla (*Protium heptaphyllum*), que produz resina incolor, odorífera e de uso medicinal; várias espécies de ingás, com sementes que possuem polpa muito apreciada pela fauna local, além de murici (*Byrsonima sericea*), que mostra suas flores amarelas durante quase todo o ano. O estrato herbáceo

apresenta área desnudas e/ou cobertas por vegetação. Estão aí: folha-de-urubu (*Anthurium affine*); *Oeceoclades maculata*, orquídea terrestre de folhas variegadas; e *Dichorisandra tejuensis*, erva delicada que cobre grande parte do solo. Entre as trepadeiras destacam-se o cruapé (*Serjania salzmanniana*) e o imbé (*Philodendron acutum*), que são os mais comuns dentre as hemiepífitas.

Comparada à mata do Saco da Pedra, a mata do Campo Grande sofre mais ameaça de ações antrópicas. A flora possui grande quantidade de Myrtaceae (murtas) de flores brancas e perfumadas e outras espécies importantes como a massaranduba (*Manilkara salzmannii*) e pau d'arcos, de flores que variam entre rosa, roxo e amarelo. A mata de Campo Grande apresenta o maior número de lianas quando comparadas com a mata anterior: *Aechmea lingulata*, *Vanilla palmarum*, *Lundia cordata* e *Paullinia trigonia* estão sempre presentes.



A flora e a fauna se equilibram para a continuidade das espécies.

Fauna

Por se tratar de uma área extensa, que abrange diversos habitats, essa Unidade de Conservação concentra um grande número de espécies de animais vertebrados, que podem ser encontradas sobretudo associadas às vegetações de mangue e restinga. Porém algumas das espécies existentes nesse mosaico de habitats ocorrem também em ambientes abertos ou meio abertos, não apresentando grandes problemas em termos de conservação. Alguns mamíferos encontrados são o cachorro-do-mato (*Cerdocyon thous*), o mão-pelada ou guaxinim (*Procyon cancrivorus*), a capivara (*Hydrochoerus hydrochaeris*), o ouriço-cacheiro ou quandú (*Coendou prehensilis*), o preá (*Cavia aperea*) e o gambá-de-orelha-branca, saruê ou sariguê (*Didelphis albiventris*).

Duas espécies desses mamíferos possuem hábitos curiosos. O primeiro é o guaxinim, que costuma visitar

o manguezal devido a sua predileção por se alimentar de caranguejos. O segundo é o quandú, que, na falta de ocos de árvores lenhosas em matas de restinga, pode fazer tocas em cupinzeiros, nas quais passa boa parte do dia dormindo.

Também podem ser observados, por quem passa na APA de Santa Rita, diversas espécies de aves, principalmente aquelas associadas ao manguezal, como por exemplo, o martim-pescador-grande (*Megascyle torquata*), o arapapá (*Cochlearius cochlearius*), a garça-branca-grande (*Ardea alba*), a garça-branca-pequena (*Egretta thula*), o socozinho (*Butorides striata*), a saracura-do-mangue (*Aramides mangle*) e o gavião-caramujeiro (*Rosthramus sociabilis*). Outra espécie de ave que também é frequente, e endêmica da vegetação de restinga, é o sabiá-da-praia (*Mimus gilvus*). Essa espécie está ameaçada de extinção no estado do Rio de Janeiro, e



O socozinho é um dos passeriformes avistados na APA de Santa Rita. Foto Pedro teia.

muito provavelmente esse panorama pode se repetir em Alagoas, se com o passar do tempo o seu habitat for ocupado por empreendimentos.

Outros animais completam a fauna de vertebrados terrestres da APA de Santa Rita, a exemplo de répteis como o teiú (*Tupinambis merianaë*), o lagarto-de-calda-azul (*Micrablepharus maximiliani*), a cobra-d'água (*Liophis miliaris*), a serpente-olho-de-gato-anelada (*Leptodeira annulata*), a coral-verdadeira (*Micrurus ibiboboca*) e a cobra-verde (*Philodryas olfersii*), além de diversas espécies de anfíbios anuros, como o sapo-cururu-pequeno (*Rhinella granulosa*), a perereca (*Scinax pachycrus*) e a rãzinha (*Leptodactylus natalensis*). Devido à sensibilidade da pele, os anfíbios anuros normalmente não são encontrados no interior de manguezais, por conta do risco de morte por desidratação.

Conclui-se que a APA de Santa Rita é muito importante do ponto de vista da conservação de algumas espécies de animais que habitam os ecossistemas costeiros, porém sua extensão dificulta a fiscalização sobre as ações antrópicas que afetam a fauna local.

Aspectos sociais

A Área de Proteção Ambiental de Santa Rita abriga um grande contingente populacional. Os três municípios que a compõem, Maceió, Marechal Deodoro e Coqueiro Seco, possuem quase um milhão de habitantes, sendo 932.748 na capital Maceió, 45.977 na histórica Marechal Deodoro, e apenas 5.526 no município de Coqueiro Seco, (IBGE, 2010). Dessa população, o contingente dentro dos limites da APA corresponde a 5 mil habitantes (Pereira Pinto, 2006).

Em Coqueiro Seco, o povoado Cadoz possui estimados 110 habitantes, residentes em 37 moradias, (IBGE, 2009). O local possibilita uma grande variedade de atividades de cunho socioambiental, considerando-se a utilização dos seus recursos para a geração de renda através dos recursos naturais, como é o caso do artesanato e da gastronomia. Já, muitos bares e restaurantes proporcionam ao visitante a contemplação de belas paisagens.

Em Maceió, a APA compreende o espelho d'água localizado no bairro do Pontal da Barra, com uma população de 2.478 habitantes, (IBGE, 2010). O referido bairro apresenta características acolhedoras, e seu arte-

sanato, pesca e gastronomia são características predominantes. No local, segundo o SEBRAE/AL, encontra-se cerca de 1.100 artesãos, que vivem principalmente do filé, bordado tipicamente alagoano.

Em Marechal Deodoro, é na atividade turística que a população aproveita as belezas naturais e histórico-culturais: a praia do Francês, uma das mais visitadas do Brasil, dispõe, segundo o Plano de Manejo da APA, de 50 unidades, entre bares, restaurantes e pousadas; No povoado da Massagueira, há 30 estabelecimentos comerciais destinadas a gastronomia; isso, além das belezas encontradas no povoado Barra Nova.

Marechal Deodoro é um município com recursos oriundos de diversas formas: exploração, em seu território, de gás e petróleo; uma unidade da Braskem; uma usina de açúcar e álcool; hotéis que lhe dão o título de segunda rede hoteleira do estado.

O PIB municipal per capita para o ano de 2010 não passava dos R\$ 14.000, e a pobreza assola quase a metade das famílias de Marechal Deodoro. Em relação ao perfil educacional do seu eleitorado para o ano de 2008, aproximadamente 10.000 eleitores, cerca de 35% do eleitorado, não apresentavam algum grau de instrução (MEC/INEP).

Ainda nos limites da APA, existem duas unidades de ensino superior: o campus Marechal Deodoro do Instituto Federal de Alagoas (Ifal) e o campus descentralizado do CESMAC, localizado às margens da AL 101-Sul.

O Instituto do Meio Ambiente mantém uma base descentralizada, localizada na Ilha de Santa Rita, que serve como ponto de partida para importantes projetos de educação ambiental, como o Navegando com o Meio Ambiente, em que grupos organizados podem percorrer o CELMM e aprender mais sobre a região, a bordo de um catamarã e a partir de uma aula com geógrafos, biólogos, engenheiros ambientais e outros técnicos. A base também serve para outras ações do Instituto e também como sede das reuniões do Conselho Gestor da APA de Santa Rita.



A coruja-orelhuda é uma das espécies que habita os fragmentos de mata da costa alagoana.
Foto - Pedro Teia.



A APA de Murici reúne grande quantidade de fragmentos de Mata Atlântica da conhecida Zona da Mata Alagoana.
Foto - Neno Canuto.

Área de Proteção Ambiental (APA) de Murici

Aspectos gerais

Essa é a maior Área de Proteção Ambiental terrestre do Estado de Alagoas, tanto em extensão quanto em quantidade de município reunidos. Possui uma área de 132.833 hectares ou 1.328,33 km², abrangendo partes de 10 municípios: Murici, União dos Palmares, São José da Laje, Ibateguara, Colônia Leopoldina, Novo Lino, Joaquim Gomes, Messias, Branquinha e Flexeiras. Foi criada pela Lei Estadual nº 5.907/1997, com o objetivo de preservar as características dos ambientes naturais e o ordenamento da ocupação e do uso do solo a partir das seguintes diretrizes:

- I. Assegurar as condições naturais de reprodução da flora e da fauna nativas;
- II. Proteger o ecossistema e os seres humanos dos efeitos negativos da poluição e da degradação ambiental, originados de quaisquer fontes;
- III. Possibilitar o desenvolvimento harmônico na região, sem prejuízo dos recursos ambientais especialmente protegidos pela legislação;
- IV. Resguardar a vegetação natural e a flora característica, inclusive toda a população da fauna, protegendo sua

função científica, relevância ecológica, econômica e paisagística;

V. Compatibilizar a ocupação antrópica com a proteção ao meio ambiente local.

Acesso

Está localizada entre as coordenadas geográficas 9°22'45" e 8°53'54" de latitude sul e 36°02'34" e 35°37'51" de longitude oeste. O acesso à APA se dá através das rodovias BR-101, BR-104 e AL-110, sendo estas os limites físicos da unidade de conservação.

Aspectos físicos

Devido à abrangência territorial, a APA de Murici encontra-se sob a influência de dois tipos de clima, segundo a classificação de Thornthwaite: sub-úmido e úmido, ocorrendo praticamente em toda sua extensão, com exceção para duas pequenas áreas, uma a Leste e outra a Noroeste, que sofrem influência do clima úmido. Dessa forma, a média pluviométrica varia entre 1.100 e 1.700 mm/ano no primeiro tipo de clima e de 1.700 a 2.100 no segundo tipo; sendo que o período chuvoso concentra-se entre os meses de maio a setembro, e durante todo o ano é verificado uma média de 90 dias efetivamente secos, ou seja, dias sem chuvas e com baixíssima umidade relativa do ar.

Em relação aos recursos hídricos superficiais, pode-se dizer que abrange seis Bacias Hidrográficas: Camaragibe, Santo Antônio, Mundaú, Jacuípe, Manguaba e Meirim. Elas conferem uma riqueza hidrográfica que é formada principalmente pelos rios Jacuípe, Camaragibe, Seco, Porto Velho, Branco, pelos riachos Galho do Meio e Sueca, e por seus respectivos contribuintes, formando uma rede que se estende por 710 km de drenagem.

O relevo por onde corre a rede de drenagem está incrustado nos Piemontes Inumados, ou Tabuleiros Costeiros, como são mais conhecidos, por serem constituídos pelos sedimentos Cenozóicos (formados há mais de 65 milhões de anos) da Formação Barreiras e que foram depositados sobre o embasamento Cristalino do Planalto da Borborema. Essa composição, associada a uma altitude média de 450 metros acima do nível do mar, proporcionou interfaces que classificam o relevo desde ondulado e forte-ondulado, que se distribui espacialmente por quase toda a extensão territorial da APA, até o montanhoso, na porção leste dessa unidade de conservação. Aí, destacam-se as serras do Ouro, dos Frios, Azul e da Palha, possibilitando a formação de cachoeiras como a da Catita em Ibateguara e a da Tiririca em Murici, representando locais potenciais ao turismo ecológico na região.

Sobre essas condições e estruturada nos Argissolos amarelo e vermelho-amarelo que dominam a APA, a cobertura vegetal apresenta fisionomias diversas da tipologia de Floresta Ombrófila, com aspectos denso e aberto, e da tipologia Floresta Estacional, totalizando uma área de 42.111,31 hectares (421 km²) de fragmentos remanescentes da Mata Atlântica.

Em sua porção sudeste, em terras dos municípios de Murici, Flexeiras e Messias, encontra-se encravada a Estação Ecológica de Murici (Esec de Murici), com uma área de 6.116 hectares, administrada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

É importante destacar a existência de sete Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) estaduais inseridas na APA de Murici: Vila D'Água, Santa Maria, Boa Sorte, Osvaldo Timóteo, Papa Mel, Porto Alegre e Estrela do Sul. Além dessas, existem outras em processo de reconhecimento no IMA, localizadas na APA e em seu entorno.

Aspectos bióticos

Flora

Essa Unidade de Conservação concentra o maior bloco florestal no domínio da Mata Atlântica do Estado de Alagoas. Classificada como Floresta Ombrófila, resguarda um grande número de fragmentos, circundados por plantações de cana-de-açúcar, formando um mosaico de florestas que pode ser visualizado facilmente de cima dos



As copas plantas se misturam adensando os fragmentos de mata nativa.
Foto - Clarice Maia.



Em determinados trechos as árvores crescem mostrando sua beleza.
Foto - Clarice Maia.

morros próximos ou em vista aérea. A cobertura vegetal nessa APA apresenta diversas fisionomias, com aspectos ora denso ora aberto. Quedas d'água, a exemplo da cachoeira da Catita, em Ibateguara e a da Tiririca, em Murici, representam atributos significativos dessa unidade que ampliam a diversidade florística regional.

Os fragmentos apresentam-se em diferentes estágios de conservação e regeneração natural, partindo desde níveis iniciais àqueles mais avançados. Estes últimos ocupam geralmente os locais mais úmidos e úngremes da floresta, onde há espécies que só conseguem sobreviver ali. Esses trechos mais conservados apresentam fisionomia mais densa com árvores exuberantes, em geral de troncos retilíneos, que atingem até 35 metros de altura. Estão presentes, entre outras árvores, o buranhém (*Pradosia lactescens*), a sapucaia (*Lecythis pisonis*), a massaranduba (*Manilkara salzmanii*), o pau-ferro (*Dialium guianense*), o visgueiro (*Parkia pendula*), canelas e louros (*Cinnamomum chana* e *Ocotea glomerata*), *Picramnia latifolia*, *Quiina cruegeriana* e *Tachigali densiflora*.

Merece destaque nesta unidade, o famoso murici (*Byrsonima sericea*), a árvore mais conhecida, em função de sua ampla distribuição, na maioria dos fragmentos da região. Seus representantes atingem alturas que variam de 3 a 20 metros e sua floração se inicia em meados de outubro, estendendo-se até o final de janeiro. Produz grande quantidade de flores amarelas que atraem abelhas fêmeas específicas, em busca do pólen e do óleo produzido, pelas glândulas nas flores, para alimentar as suas larvas (Teixeira e Machado, 2000). Ocorre desde o litoral até os trechos florestados do interior, sendo predominante nas áreas mais ensolaradas. Seus frutos comestíveis possuem potencialidade frutífera, podendo ser usado como matéria prima para fabricação de sucos, doces e sorvetes. Não há, no entanto, registro do uso deste recurso pelas comunidades que ocupam a APA de Murici.



Os frutos da pindoba, espécime da flora bastante encontrada na região.
Foto Neno Canuto.



Os frutos da Cupiuba.
Foto Neno Canuto.



O veado-catingueiro e o porco-do-mato, apesar da ampla distribuição, podem ter suas populações reduzidas por causa da caça.
Foto Marco Freitas.

A flora do estrato herbáceo é ricamente constituída por plantas pioneiras e por diversas espécies de trepadeiras que protegem as bordas dos fragmentos ou estão nos locais mais ensolarados em seu interior. Suas flores coloridas ornamentam este espaço e também atraem polinizadores para todo o conjunto florestal, que por sua vez produz alimento para os dispersores de sementes e predadores naturais, fundamentais para que ocorra o processo de regeneração natural das florestas.

As avencas e samambaias se destacam pela diversidade, ocupando preferencialmente os locais úmidos da floresta como os cursos d'água, os troncos e fendas de rochas, dentre outros.

Estudos botânicos têm sido realizados nesta unidade há mais de 10 anos, visando o conhecimento da diversidade florística. Amostras de plantas desidratadas encontram-se depositadas no herbário MAC do IMA, são destinadas a pesquisas e servem também como subsídio para elaboração de estratégias de conservação na APA.

O histórico de destruição dos recursos florestais, decorrente da utilização desordenada, principalmente para a expansão das cidades ou implantação de práticas agrícolas, provocou significativa modificação do ambiente em Alagoas. Os trechos protegidos nos dão uma amostra de representatividade atual deste conjunto florístico e a esperança de conservação para as futuras gerações.

Fauna

Além de incluir a grande diversidade de espécies da fauna de vertebrados que existem na ESEC de Murici, essa Unidade de Conservação se beneficia também, ainda em termos de biodiversidade, por ser uma área muito extensa, o que proporciona que mais espécies sejam atribuídas aquelas semi-florestais, típicas de ambientes mais abertos.

Nesse contexto, podem ser citadas como exemplos, algumas espécies de mamíferos que ocorrem nessa extensa área, como o veado-catingueiro (*Mazama gouazoubira*), o cachorro-do-mato (*Cerdocyon thous*), o porco-do-mato, cateto ou pecari (*Taiaçu tajacu*), o tapiti, coelho-do-mato ou lebre (*Sylvilagus brasiliensis*) e o esquilo ou caxinguelê (*Guerlinguetus alphonsei*), este último restrito aos ambientes florestais. Dessas espécies de mamíferos, o veado-catingueiro e o porco-do-mato, apesar de serem espécies de ampla distribuição, podem ter suas populações reduzidas localmente em curto espaço de tempo devido a atual pressão da caça.

Espécies raras da avifauna são encontradas apenas em certos fragmentos da APA, como a sururina (*Crypturellus soui*), a araponga-do-nordeste ou araponga-de-barbela (*Procnias averano*) e o formigueiro-de-cauda-ruiva (*Myrmeciza ruficauda*), enquanto que outras se aproveitam da sua grande capacidade de deslocamento e do mosaico de man-

chas florestais remanescentes para explorar os recursos alimentares de diversos outros fragmentos no mesmo dia, como a maitaca-de-barriga-azul (*Pionus reichenowi*) e o gavião-pega-macaco (*Spizaetus tyrannus*).

No caso do sanhaço-de-fogo, canário-do-mato ou queima-campo (*Piranga flava*), que também pode ser encontrado nessa região, mesmo sendo uma espécie mais típica do Cerrado, raramente é observado, mas quando acontece está sempre nas bordas das matas mais ralas. Dentre as espécies de répteis e anfíbios anuros que também podem ser encontrados nessa região, estão a cobra-de-vidro (*Ophiodes* sp.), a cobra-cipó-grande (*Chironius carinatus*), a cascavel (*Crotalus durissus*), o camaleãozinho (*Enyalius* sp.) e o sapo-de-chifres (*Proceratophrys boiei*).

As três primeiras espécies ocorrem preferencialmente em ambientes mais abertos, porém podem ser encontradas também no interior dos fragmentos. Ao caminhar pelo local é comum a pessoa se deparar com camaleãozinhos, cada indivíduo exibindo um padrão de coloração diferente. Também o sapo-de-chifres, que apresenta apêndices cutâneos nas pálpebras superiores que aparentam chifres, pode ser facilmente encontrado saltando sobre o folheto.

Para a região da APA de Murici, pode-se observar que a mesma vastidão que proporciona que sejam encontradas nela um alto número de espécies da fauna de vertebrados, também dificulta a sua fiscalização, tendo consequentemente implicações diretas sobre a conservação de suas espécies.

Aspectos sociais

Localiza-se entre as microrregiões geográficas da mata alagoana e serrana dos quilombos. Apesar do grande número de municípios inseridos na APA, apenas Ibatiguara e Novo Lino possuem suas zonas urbanas localizadas no interior da Unidade, considerando que os dois contabilizam aproximadamente um contingente populacional de cerca de 25.000 habitantes (IBGE, 2010).

União dos Palmares apresenta o maior número de habitantes, 62.358, e se apresenta como polarizador, por dispor de uma infraestrutura mais elaborada nos aspectos de saúde pública, educação e comércio. No mu-



O pintor-verdadeiro ou setecores é um dos símbolos da APA de Murici.
Foto Pedro Teia.



Uma Perereca-dormideira.
Foto Marcos Dubeux.

nicípio, segundo dados da Enciclopédia dos Municípios de Alagoas para o ano de 2012, existem dois hospitais para atender a população local e dos municípios do entorno que não dispõem de serviços de saúde adequados. O número de leitos não chega a dois para cada mil habitantes.

Murici, devido à enchente que atingiu toda a mata alagoana em meados de 2010, teve seu contingente populacional acrescido nos limites da APA, considerando que as casas destinadas aos desabrigados da tragédia foram construídas no polígono da Unidade de Conservação.

A APA abriga em seus limites um elevado potencial natural, capaz de proporcionar o uso destes para diversas atividades. Uma delas é à produção de laticínios obtidos com a matéria prima da própria região em algumas co-

munidades. Essa atividade se apresenta como fonte de renda para diversas famílias.

A região também acolhe inúmeros assentamentos em terras desapropriadas pelo INCRA, como o Pacas, que é referência. Lá é feita a utilização do fogão ecológico, uma atividade desenvolvida e difundida pelos próprios assentados.

É importante também a conservação de características tradicionais da população. União dos Palmares resguarda o importante episódio da história nacional, representado pela resistência à escravidão, que teve como marco o líder Zumbi, há mais de 300 anos. (Enciclopédia dos municípios de Alagoas, 2012). O fato proporciona um incremento na atividade turística, atraindo visitantes de todo o País em busca da história e do conhecimento do lugar.



O sapo-de-chifres pode ser facilmente encontrado saltando sobre o folhivo.
Foto Marcos Dubeux.

No município de Joaquim Gomes, está localizada uma importante aldeia indígena que abriga cerca de 500 famílias, a Wassu Cocal, com aproximadamente 2000 índios que apresentam características diversas e costumes relevantes do ponto de vista sociocultural. A área da aldeia compreende 2.700 hectares.

A disposição inadequada de resíduos sólidos, a caça, a pesca e o desmatamento se apresentam como os principais problemas socioambientais. A lei de criação da APA, no art. 3º, III, IV e V, define que serão proibidas as seguintes atividades:

- Cortes das espécies vegetais, queima ou desmatamentos em qualquer extensão;
- Toda e qualquer forma de despejo de resíduos sólidos ou líquidos no solo, em corpos d'água, ou em

nascentes, bem como emissões de poluentes atmosféricos;

- Caça, apanha ou qualquer aprisionamento de animais silvestres, exceto nos casos de pesquisas científicas devidamente autorizadas pelos órgãos gestores. Na APA de Murici existe um tipo de atividade que atrai visitantes do mundo todo: a observação de aves. A região é referência mundial, devido à presença de espécies consideradas em risco de extinção.



Encontro do rio São Francisco com o mar.
Foto - Nenó Canuto.

Área de Proteção Ambiental (APA) de Piaçabuçu

Aspectos Gerais

A Área de Proteção Ambiental (APA) de Piaçabuçu, criada pelo Decreto Federal nº. 88.421 e coordenada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), de 21 de junho de 1983 é a primeira Unidade de Conservação, nessa categoria de APA, de Alagoas e a segunda Unidade do Estado — a primeira é o Parque Municipal de Maceió, criado em 1978. Classificada como de Uso Sustentável, possui uma área de 9.106 hectares ou 91,06 km², a maior parte inserida no município de Piaçabuçu, com uma pequena porção no território do município de Feliz Deserto.

Localizada no domínio do bioma Mata Atlântica, mais precisamente no ecossistema Costeiro-Marinho, a APA, que envolve toda a faixa costeira de Piaçabuçu, faz limite com a APA da Marituba do Peixe, Unidade de Conservação de gestão estadual. Tem como principal objetivo assegurar a proteção de quelônios marinhos, aves praias e fixação de dunas. Dentro da Unidade, existe um longo cordão dunar, onde predominam dunas móveis, que se deslocam a velocidades que podem ultrapassar dez metros por ano.



Região da foz do rio São Francisco. Vista, em primeiro plano, da prainha com barcos que levam os visitantes às dunas. Foto - Neno Canuto.

Acesso

Partindo da capital Maceió, o acesso se dá por meio da rodovia estadual AL-101 Sul, por cerca de 120 km. A partir de Penedo, o acesso se faz pela AL-225, até a sede municipal de Piaçabuçu, por onde se alcança a sede da APA após 18,6 km, no povoado do Pontal do Peba.

Aspectos físicos

Com clima subúmido e seco, as chuvas superam 1.200 mm/ano, concentradas entre os meses de abril a junho. A temperatura média anual varia entre 20° C e 31° C e o índice xerotérmico na faixa de 60 a 90 dias biologicamente secos. Por esses motivos, a vegetação incidente na APA de Piaçabuçu pode ser enquadrada em três formações distintas: a Floresta Estacional Semidecidual; a Floresta Estacional Decidual; e, mais representativa, a Vegetação Pioneira.

Distingue-se aí a formação Piaçabuçu, em homenagem à cidade homônima, ocupando uma reduzida área aflorante em Sergipe, porém que subaflora do grupo Barreiras, alcançando uma faixa de 10 km a 15 km adentro no continente, oferecendo ricas jazidas de petróleo e evaporitos. Destacam-se ainda os grupos quaternários dos terraços marinhos, terraços flúvio-lagunares, depósitos de pântanos e mangues, depósitos de leques aluviais, os recifes e as dunas - estas podendo ser as fixas subatuais e móveis, que se diferenciam pela fixação por vegetação e sua localização em relação à faixa litorânea.

Na região da APA de Piaçabuçu, predominam as deposições sedimentares datadas do Quaternário. No interior da APA, a maior parte dos sedimentos é arenoso, quase exclusivamente de areias amareladas de origem marinha. Com isso, os neossolos quartzarênicos são o tipo mais representativo, predominando sobre as depressões interduna-



Vista da praia de Piaçabuçu
Foto - Neno Canuto.

res, dunas móveis, cordões litorâneos, terraços marinhos e interiores. Em geral não possuem aptidão agrícola, exceto para algumas culturas perenes adaptadas como o cajueiro e o coqueiro.

A superfície que compreende a APA de Piaçabuçu é drenada pelos riachos Camurupim e Potengi, além de uma série de canais que interligam drenagens intermitentes e lagoas naturais que se formam com as chuvas e elevação de nível do lençol freático.

Aspectos bióticos

Flora

A unidade é praticamente contígua à APA da Marituba do Peixe, e juntas foram criadas para proteger os trechos mais importantes do ponto de vista fisionômico e turístico do litoral sul de Alagoas, que reúne a praia do Peba, as dunas e o delta do rio São Francisco, considerado o mais importante do Nordeste não só pela dimensão, mas também pela riqueza biológica que ele abriga. A praia longa, de aspecto nativo e largo trecho de areia, desnudo de vegetação, é bastante utilizada, durante a maré baixa, por transeuntes que querem ir pela praia ao encontro das águas do Velho Chico.

A unidade localiza-se no município que também dá nome à APA, “Piaçabuçu”, e que se deve à grande quantidade de palmeiras piaçavas ou piaçabas (*Attalea funifera*) antes muito comuns na região. Hoje em dia, apesar da pressão para a remoção da vegetação nos trechos arenosos, principalmente para implantação de coqueirais, ainda se verificam muitas piaçavas emoldurando a paisagem regional. Outra palmeira acaule encontrada aí, o emburi (*Allagoptera caudescens*), ocorre mais restritamente nos trechos mais afastados do mar e exibe folhas grandes, com cera

branca na face interna, além de produzir grandes cachos de cocos que tocam o chão. Diversas outras espécies são importantes para a composição da flora da região, como o cajueiro (*Anacardium occidentale*), aroeira (*Schinus terebenthifolia*), maçaranduba (*Manilka vasalzmannii*), lixeira (*Curatella americana*), murici (*Byrsonima sericea*) e cabaçu (*Coccoloba mollis*).

A vegetação na praia está sujeita a inundações periódicas durante as marés altas. Gramíneas e Cyperaceae (*Sporobolus virginicus*, *Remirea maritima* e *Paspalum distichum*) estão presentes no trecho inicial das dunas. Essas espécies, cosmopolitas, distribuem-se também por toda a costa brasileira. A partir das dunas, as plantas já apresentam raízes capazes de tolerar os ventos que trazem grãos de areia e sal marinho. As espécies *Ipomoea caprae* e *Alternanthera maritima* antecedem os trechos mais internos, cuja cobertura é formada por Myrtaceae, Cactaceae e Bromeliaceae, Bignoniaceae, Sapotaceae, Polygonaceae e Fabaceae.

Fauna

A fauna de vertebrados encontrada na APA de Piaçabuçu está associada à região de praia, dunas, vegetação de restinga e mangue. Os mamíferos podem ser encontrados com mais facilidade nas áreas mais arbóreas e/ou arbustivas, onde podem ser observados o sagui-de-tufos-brancos (*Callithrix jacchus*), o cachorro-do-mato (*Cerdocyon thous*), o porco-espinho ou quandú (*Coendou prehensilis*), o preá (*Cavia aperea*) e o gambá-de-orelha-branca, saruê ou sarigüê (*Didelphis albiventris*).

Foram observadas 11 espécies de aves, entre elas o jaó-do-litoral (*Crypturellus noctivagus*), espécie brasileira ameaçada de extinção, e a gralha-cancã (*Cyanocorax cyanopogon*), ambas típicas da caatinga nordestina. Ainda há ocorrência do sabiá-da-praia (*Mimus gilvus*), espécie típica das restingas brasileiras, e o gavião-caramujeiro (*Rosthramus sociabilis*), que utiliza a APA e adjacências para alimentação, reprodução e dormitório. A águia-pesqueira (*Pandion haliaetus*), espécie migratória, piscívora e com população em declínio devido à poluição das águas com biocidas, e o falcão-peregrino (*Falco peregrinus*), universalmente considerado ameaçado de extinção e protegido por acordo internacional, utilizam o

conjunto de alagados, praias e restingas da APA como “pontos de parada”. O Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Aves Silvestres (CEMAVE/ICMBio) tem realizado pesquisas na Unidade desde a década de 1980, monitorando principalmente espécies litorâneas.

As espécies residentes utilizam essa área para repouso, obtenção de alimento e reprodução, como a batuira-de-coleira (*Charadrius collaris*), que não constrói ninho, mas deposita seus ovos, geralmente dois, diretamente na areia de pequenas dunas.

As espécies migratórias chegam a partir do mês de setembro, podem ser avistados o trinta-réis-boreal (*Sterna hirundo*), o batuiruçu-de-axila-preta (*Pluvialis squatarola*), o vira-pedras (*Arenaria interpres*), a fragata-comum ou tesourão (*Fregata magnificens*), a pardela-de-bico-amarelo ou bobo-grande (*Calonectris borealis*) e, nos últimos anos, o pinguim-de-magalhães (*Spheniscus magellanicus*).

O tesourão, apesar de se alimentar de peixes, pode ser observado constantemente próximo da praia, planando em correntes de ar. A pardela-de-bico-amarelo vive em águas oceânicas, porém por vezes pode se aproximar da praia ao acompanhar barcos de pesca. É normal, após tempestades no oceano, serem encontrados vários indivíduos dessa espécie mortos ou debilitados na faixa de praia. Uma ocorrência atípica é a do pinguim-de-magalhães, que chega à praia bastante debilitado.

Existem ainda répteis, como o camaleão (*Iguana iguana*), e anfíbios anuros (sapos, rãs e pererecas) que habitam esse ecossistema costeiro, mas, com certeza, a espécie que melhor representa a herpetofauna da Unidade é a tartaruga-oliva (*Lepidochelys olivacea*). Segundo

A batuira-de-coleira não constrói ninhos, ela deposita seus ovos direto na areia de pequenas dunas - Foto - Pedro Teia

A iguana ou iguana-verde está entre os répteis que habitam o ecossistema costeiro. Foto - Marcos Dubeaux





A gralha-cancã é uma espécie da caatinga que também tem registro na APA de Piaçabuçu.
Foto - Pedro Teia



Tartaruga volta ao mar na praia de Feliz Deserto.
Foto - Neno Canuto.

o projeto Tartaruga Marinha (TAMAR), essa região ao sul de Alagoas é uma das áreas prioritárias de desova da espécie. Infelizmente, na APA de Piaçabuçu também é possível encontrar várias tartarugas marinhas, raramente de outras espécies, mortas ou feridas ao longo da longa faixa de praia, tendo como causa, na maioria das vezes, a ingestão de plásticos (confundem com seu alimento preferido, as algas) e as redes de pesca.

Destacam-se também os sirênios, em especial o peixe-boi (*Trichechus manatus*). Além destas espécies, ameaçadas de extinção, há ainda o jacaré-de-papo-amarelo (*Caiman latirostris*), a zabelê (*Crypturellus noctivagus*) e a lontra (*Lutra longicaudis*).

Aspectos sociais

A Unidade compreende diversos ambientes de relevante beleza natural e socioambiental. Segundo o Plano de Manejo, toda a faixa costeira de Piaçabuçu é abrangida pela APA. O município é composto por nove regiões censitárias, das quais, a Unidade engloba cinco: os povoados do Pontal do Peba e do Pixaim; a Zona rural litorânea; e duas regiões censitárias da zona rural.

As porções de terra mais significativas, no interior da APA, pertencem aos setores de Pontal do Peba, seguidos pela zona rural de Piaçabuçu. O centro urbano do município é o de principal referência, por oferecer infraestrutura e serviços de apoio. Segundo dados do IBGE,



Os passarinhos procuram alimentos no vai e vem das ondas no Pontal do Peba.
Foto - Marcos Dubeux.

a população residente (Censo 2010) é de 17.203 habitantes. A rede pública de saúde não dispõe de hospital, tendo 11 Unidades Ambulatoriais, cinco Postos de Saúde, dois Centros de Saúde. Não existem consultórios médicos ou odontológicos registrados no município.

Ao chegar à sede de Piaçabuçu, é possível verificar a estreita ligação entre a população residente e os recursos da natureza, pois centenas de pequenas embarcações ficam ancoradas no Rio São Francisco, no centro da zona urbana, proporcionando um incrível cenário a indicar que a pesca é uma das principais fontes de renda dos piaçabuçenses.

Ao andar nas ruas do centro da cidade, é possível

encontrar vários pontos que servem para a defumação de camarão. O município abriga o maior banco de camarões do Nordeste; dezenas de barcos capturam, anualmente, mais de 1.500 toneladas dos camarões branco, rosa e espigão, que são vendidos para outras regiões do País.

O turismo é outra atividade praticada. É nos limites de Piaçabuçu que está localizada a foz do rio São Francisco, ambiente que atrai visitantes para passeios, pesquisas e contemplação. O folclore e o artesanato são bem expressivos; há grupos de Chegança, Pastoril, Baiana, Reisado e Quadrilha. O artesanato, elaborado majoritariamente com cipó e palha, é representado por

chapéus, cestas, redes e vassouras. Ainda há destaque para brinquedos de madeira e esculturas de coco (Enciclopédia dos municípios de Alagoas, 2012).

O encontro do rio São Francisco com o mar se estabelece nos limites do povoado Pontal do Peba, onde a atividade turística é bem expressiva. Mesmo assim, o ambiente ainda apresenta características de lugar tradicional. São diversas pousadas e restaurantes de pequeno porte que mantêm a rusticidade do lugar. Os pratos típicos são produzidos com matérias-primas retiradas do próprio local, o que as define como importante fonte de renda para a população. No Pontal do Peba há cerca de 4.000 habitantes, e o local dispõe de infraestrutura direcionada à população residente, sendo possível encontrar estabelecimentos de educação e saúde.

A região da APA possui um rico patrimônio imaterial, representado pelas festividades, eventos, mostras e diversas outras exposições que ocorrem ao longo de todo o ano, como a Gincana de Pesca e Arremesso, ocorrida sempre em novembro.



Os barcos que ficam ancorados em Piaçabuçu são comuns no São Francisco.
Foto - Neno Canuto.



Espelho d'água no açude do Catolé.
Foto - Marcos Dubeux.

Área de Proteção Ambiental (APA) do Catolé e Fernão Velho

Aspectos gerais

A Área de Proteção Ambiental (APA) do Catolé e Fernão Velho é uma Unidade de Conservação de uso sustentável criada a partir da Lei Estadual nº 5.347 de 1992, com área total de 3.817 hectares (38,17 km²) localizados entre os municípios de Satuba, Santa Luzia do Norte, Coqueiro Seco e Maceió. Ela tem como principal objetivo a preservação das características dos ambientes naturais e a ordenação do uso e ocupação do solo, com as seguintes orientações:

- I. Assegurar as condições naturais de reprodução da flora e da fauna nativas;
- II. Resguardar o manancial, que abastece em torno de 20% (vinte por cento) da Cidade de Maceió, Vila ABC e Fernão Velho;
- III. Possibilitar o desenvolvimento harmônico de atividades de turismo ecológico e educação ambiental;
- IV. Impedir a degradação da vegetação natural e de sua fauna característica, o que é importante do ponto de vista econômico, paisagístico ou ecológico;
- V. Impedir a degradação do meio aquático, assegurando os padrões de potabilidade do manancial.

A APA do Catolé e Fernão Velho detém um rico remanescente de Mata Atlântica que circunda o não menos importante manancial da Companhia de Saneamento de Alagoas (Casal), o Catolé/Cardoso.



O açude do Catolé é um dos mais importantes mananciais para abastecimento de Maceió.
Foto - Neno Canuto.

Vista aérea do açude do catolé.
Foto - Neno Canuto.

O principal rio a atravessar a Unidade é o Mundaú, mas verificam-se outros cursos d'água com grande importância hídrica, como o rio Satuba e diversos riachos, como o Carrapatinho e o Matroê. Todos são perenes e nascem a montante de alguma confluência ou nos sopés das encostas dos tabuleiros, não ultrapassando os 20 metros de altitude. Juntos, possuem uma extensão média de três quilômetros.

Acesso

Situada entre as coordenadas geográficas 09°31'39" e 09°37'16" de latitude sul, e 35°45'32" e 35°49'19" de longitude oeste, o principal acesso é pela rodovia federal BR-316, a partir da rotatória da Polícia Rodoviária Federal em Maceió.

Aspectos físicos

É sobre as cotas altimétricas, com variação de zero metro, na laguna Mundaú, a 120 metros, no topo dos tabuleiros, que o relevo é considerado predominantemente de terras baixas com altitudes médias inferiores a 40 metros. Todavia, ocorrem, nas encostas, altitudes que variam entre 40 e 80 metros.

Na geomorfologia da APA, destaca-se a Várzea Fluvial, formada por sedimentos quaternários de praia e aluvião, resultante de acumulação fluvial, e está sujeita a inundações periódicas por ser um terreno baixo e ligeiramente plano ao longo das margens dos rios; as encostas de Estuário Lagunar são constituídas por sedimentos terciários are-

no-argilosos da Formação Barreiras, apresentando vertentes em vales fluviais; e, o Topo de Interflúvios Tabuliformes Aplanados, que também são conhecidos como tabuleiros por possuírem uma superfície plana, com declividades que não ultrapassam 2% e constituído por depósitos argilo-arenosos da litologia terciária pertencente à Formação Barreiras. Outros tipos de relevo presentes na APA são os Terraços Fluviais, Flúviolagunares e Colúvio-aluvionares, assim como as Rampas de Colúvio e as Colinas Tabuliformes Estruturais e Tabuliformes Residuais Aplanadas.

Os solos mais representativos - segundo os mapeamentos e estudos de Jacomine et al. (1975), Wake e Souza (1983), Brasil/Embrapa (2000) - têm sua ocorrência relacionada às feições geomorfológicas que integram a Planície Litorânea e os Tabuleiros Costeiros. Na primeira, ocorrem as Areias Quartzosas e os solos Hidromórficos associados localmente a solos Halomórficos, que ocorrem no fundo do vale nas margens do rio Mundaú e dos riachos Matroê e Carrapatinho. No segundo, ocorrem os Latossolos que dominam os interflúvios tabuliformes aplanados e os Argissolos presentes nas encostas de estuário estrutural e vales fluviais.

Com um clima que varia de Úmido a Subúmido, verifica-se uma irregularidade da distribuição anual das precipitações, com variação entre 1.500 mm e 2.000 mm. Desse total, cerca de 60% ocorrem entre os meses de abril a junho, enquanto os meses mais secos vão de outubro a dezembro. Apesar disso, existe uniformidade térmica durante todo o ano, no qual as temperaturas médias mensais variam entre 23 °C a 25 °C e o índice de umidade varia de 20% a 60%, com um excedente hídrico variando de 3 a 6 meses, e a deficiência de 4 a 5 meses.

A APA do Catolé possui importante remanescente da Mata Atlântica.
Foto - Neno Canuto.





Pequenos Cogumelos na APA do Catolé.
Foto - Marcos Dubeux.



A Unidade possui grande importância para a proteção da biodiversidade.
Foto - Neno Canuto.

Aspectos bióticos

Flora

A APA possui relevante importância ambiental e social por ser detentora de um rico manancial hídrico, com destaque para os rios Rio Mundaú e Satuba. A fisionomia predominante é de floresta Ombrófila, que se instala nos trechos de várzea, nas encostas e na chá de tabuleiro. Neste último ambiente, entremeados com a mata, observa-se ainda um pequeno trecho de vegetação de Cerrado que tem sofrido intensa pressão antrópica do entorno, ocasionada pela implantação de conjuntos habitacionais sem o devido planejamento ambiental.

Além do Manguezal formado entre o delta da foz do rio Mundaú com a laguna que recebe o mesmo nome e que possui $\frac{1}{3}$ de sua área (cerca de 8,4 km²) inserido na APA.

Nos trechos florestados, a composição de espécies arbóreas é diferenciada nas áreas mais afastadas dos trechos inundáveis. Nos vales, resultantes das linhas de drenagem naturais, o solo permanece inundado a maior parte do ano, sendo comuns indivíduos de ingás (*Inga edulis*), jaqueiras-do-brejo (*Richeria grandis*), jítós (*Guarea guidonia*), bulandis (*Symphonia globulifera*) e *Calophyllum brasiliensis*.

Nas encostas de tabuleiro, verifica-se a maior riqueza de espécies arbóreas, com alturas que ultrapassam os 15 metros. Estão presentes: cupiúba (*Tapirira guianensis*), visgueiro (*Parkia pendula*), murici (*Byrsonima sericea*),



O gavião-carijó é uma das espécies registradas na APA do Catolé.
Foto - Pedro Teia.



O caboclinho é um entre tantos passarinhos que procuram abrigo na APA.
Foto - Pedro Teia.

pororoca (*Clusia nemorosa*), praíba (*Simarouba amara*), fruta-de-pombo (*Allophylus edulis*) e coração-de-negro (*Chamaecrista ensiformis*), entre outras (Rodrigues 2002).

Destaca-se na paisagem da unidade a palmeira catolé (*Attalea oleifera*), pelo seu porte majestoso e por emprestar seu nome à localidade. É uma planta importante na fisionomia de todo o litoral norte de Alagoas, seja nas bordas ou no interior dos remanescentes. Essa palmeira se eleva até os 25 metros de altura e produz grande quantidade de coquinhos que servem de alimento para cutias, pacas e outros roedores. Trepadeiras e cipós são significativas nas bordas das matas, principalmente aquelas pertencentes às famílias Sapindaceae, Malpighiaceae, Bignoniaceae e Dilleniaceae.

O trecho ocupado pela vegetação de Cerrado tem fisionomia bastante peculiar com a presença de plantas baixas com caules retorcidos e cascas grossas, a exemplo da lixeira (*Curatella americana*), do murici-de-tabuleiro (*Byrsonima verbascifolia*), do cajueiro (*Anacardium occidentale*) e da mangabeira (*Hancornia speciosa*). Além dessas, orquídeas terrestres e várias outras herbáceas vivem em abundância à sombra das árvores.

Fauna

A fauna de animais vertebrados é altamente diversa, em grande parte, devido à heterogeneidade de habitats e à extensão da área florestal remanescente. Os mamíferos comumente encontrados são o bicho-preguiça-comum (*Bradypus variegatus*), o esquilo (*Guerlinguetus alphonsei*), o sagui-de-tufos-brancos (*Callithrix jacchus*), a cutia (*Dasyprocta aguti*) e o tatu-verdadeiro (*Dasyprocta novemcinctus*).

Entre as aves, as espécies mais comuns são o gavião-de-cauda-curta (*Buteo brachyurus*), o tangará-falso (*Chiroxiphia pareola*), a ariramba-de-cauda-ruiva (*Galbula ruficauda*), o beija-flor-de-costas-violetas (*Thalassidroma watertoni*) e o pintor-verdadeiro (*Tangara fastuosa*). Além destas duas últimas, outras cinco espécies de aves ameaçadas de extinção podem ser encontradas.

Alguns exemplos de répteis que podem ser observados são o jacaré-anão (*Paleosuchus palpebrosus*), o teiú (*Tupinambis merianae*) e o lagartinho-do-foliço (*Coleodactylus meridionalis*). Já ao anoitecer, diversas espécies

de anfíbios anuros, como a pererequinha-amarela-de-bromélia (*Phyllodytes edelmoi*) e a perereca-de-folhagem (*Phyllomedusa nordestina*), podem ser escutadas vocalizando em vários lugares, como em bromélias, em poças e nas margens do açude do Catolé.

O esquilo, também conhecido como serelepe, cati-coco ou caxinguelê, tem hábito diurno e por isso pode ser facilmente observado, geralmente solitário, deslocando-se com extrema agilidade em todos os estratos florestais da APA do Catolé, em busca de frutas, coquinhos e sementes. O beija-flor-de-costas-violetas, apesar de ser uma ave florestal e estar ameaçada de extinção, pode ser encontrado também explorando flores e inflorescências no enclave de Cerrado e em árvores frutíferas na borda da Mata. O macho apresenta bico curto, e tem plumagem mais brilhante e iridescente que a da fêmea, que possui plumagem menos vistosa e bico maior.

O jacaré-anão, também conhecido como jacaré-paguá ou jacaré-coroa, é a menor espécie de sua família, atingindo até 1,5 m. No açude do Catolé, essa espécie pode ser vista em meio à vegetação paludícola, tomando banho de sol durante o dia, ou em áreas encharcadas nas proximidades. A pererequinha-amarela-de-bromélia, cujo nome científico é uma homenagem ao biólogo Edeldo de Melo Gonçalves, por ter sido ele o primeiro pesquisador a encontrar essa espécie, talvez seja a espécie que melhor simboliza essa Unidade de Conservação, tendo a Mata do Catolé como sua localidade tipo, ou seja, local onde foi recolhido o exemplar para a descrição da espécie, que até então era desconhecida pela ciência. Mesmo com os constantes acessos da população do entorno à APA do Catolé e Fernão Velho, perturbando a fauna das mais diversas formas, um grande número de espécies de animais vertebrados ameaçados de extinção, na sua maioria aves, pode ser encontrado.

Aspectos sociais

Há uma significativa pressão antrópica causada pelo adensamento populacional dos quatro municípios que integram a APA. Em Maceió, os bairros Santos Dumont, Cidade Universitária, Clima Bom, Rio Novo, Fernão Velho, Bebedouro e Santa Amélia se encontram totalmente inseridos na Unidade de Conservação, provocando pressão constante.



Desova da perereca-granulosa, espécie ameaçada.
Foto - Marcos Dubeux.



A perereca-granulosa é uma espécie ameaçada registrada na APA do Catolé.
Foto - Marcos Dubeux.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a pesquisa dos dados populacionais de 2010 aponta que há aproximadamente 182.000 habitantes concentrados nesses bairros, número maior do que a soma dos habitantes dos municípios de Santa Luzia do Norte e Satuba.

Para Azevedo e Tavares (2006), nas categorias antrópicas correspondentes ao uso do solo na APA do Catolé e Fernão Velho, define-se que cerca de 50% da área é compreendida por sítio urbano. Entretanto, considerando os recursos naturais disponíveis, é possível estabelecer uma relação de sustento através do extrativismo pela população residente no entorno.

Na localidade conhecida como Goiabeira, situada no bairro de Fernão Velho, essa relação tem produzido grandes incentivos para a economia local. Trata-se da extração do mel de própolis, que é cultivado em áreas de manguezais. A produção tem conquistado visibilidade com mel de boa qualidade e utilização até mesmo na produção de linhas de cosméticos. Isso garantiu incentivos do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas em Alagoas (SEBRAE/AL) para nortear o desenvolvimento da atividade, com capacitação dos trabalhadores e motivação da educação ambiental na região.

Em relação à infraestrutura urbana, há escolas, hospitais, comércio e serviços disponíveis nos municípios.

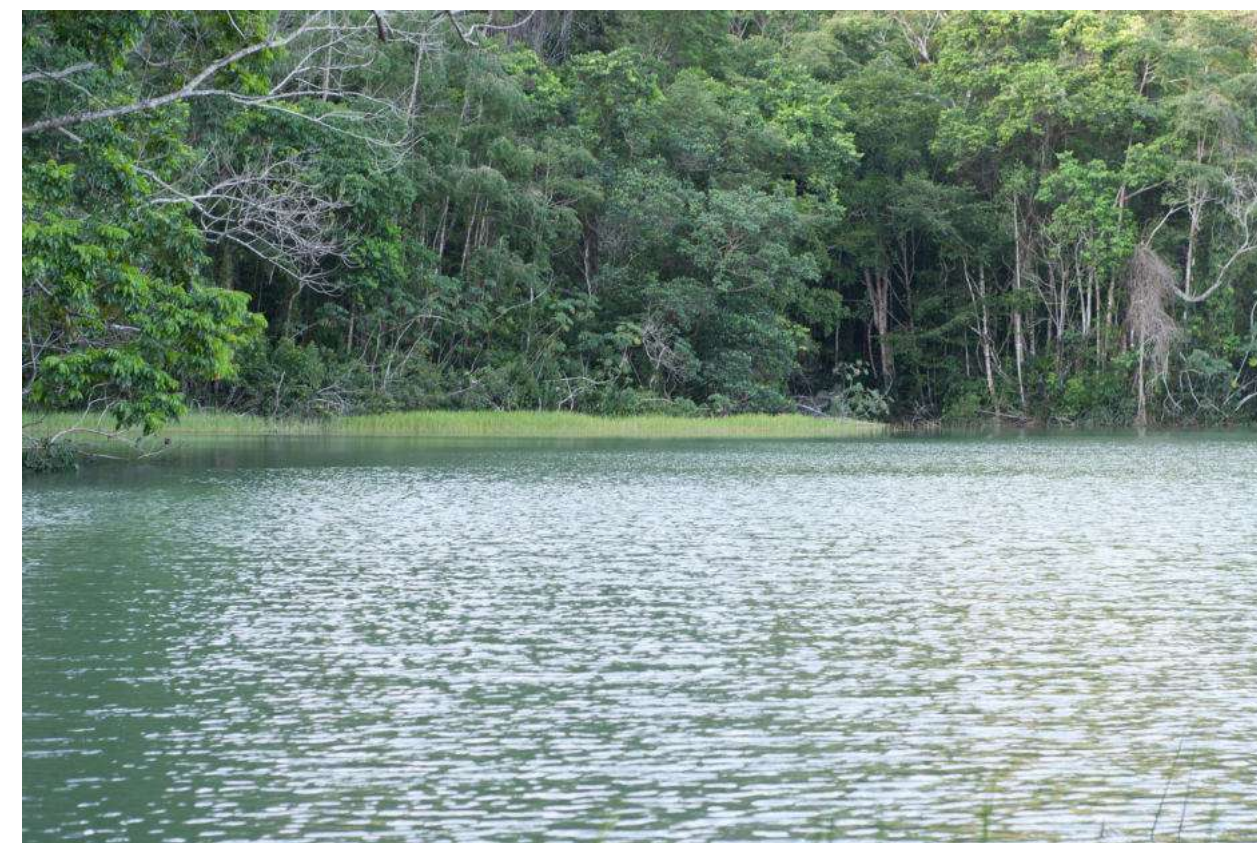
A riqueza dos recursos naturais existentes nos limites da APA garante a sobrevivência e a geração de renda às comunidades fixadas no entorno. Localizado às margens da Laguna Mundaú, nos bairros de Fernão Velho e Rio Novo, observa-se um ambiente de relevante beleza natural que proporciona aos moradores da região, a possibilidade de sustento devido à pesca desenvolvida no local. O sururu se apresenta como o principal produto retirado pelos moradores e comercializado por todo o entorno.

Entre os principais problemas ambientais da Unidade em relação aos aspectos antrópicos, há o lançamento de águas servidas a céu aberto, disposição inadequada de resíduos, desmatamento em área de relevante potencial natural.

Para ordenamento da área a lei de criação da APA restringe as seguintes atividades sociais:

- O corte, a queima ou qualquer outra forma de degradação situada dentro dos limites da APA;
- Toda e qualquer forma de despejo de resíduos sólidos, líquidos ou gasosos, se poluentes tais efluentes, inclusive aqueles gerados da limpeza domiciliar;
- Toda e qualquer forma de captura ou caça de animais.

O Batalhão de Polícia Ambiental (BPA) possui sede dentro da APA do Catolé e Fernão Velho. Devido à pressão urbana e à necessidade de intensificação da fiscalização, o Batalhão, o IMA e a Casal assinaram, em maio de 2014, um Acordo de Cooperação Técnica para ampliar o trabalho de fiscalização, principalmente na mata que abriga o açude do Catolé. O local é público, sob a posse e cuidados da Companhia, e sofria com o avanço de problemas como desmatamento, ocupação irregular, depósito de resíduos e diversos impactos causados pela pressão urbana. A mata do Catolé e sua vegetação associada possuem 620 hectares, localizados entre Maceió e Satuba, com importantes características ambientais e detentora de elevada capacidade de retenção e disponibilidade hídrica, que garante água de qualidade, captada no açude Catolé-Cardoso.



A água do açude do Catolé atende uma parte da população de Maceió.
Foto - Macos Dubeux.



A região possui excepcional beleza cênica.
Foto - Neno Canuto

Área de Proteção Ambiental (APA) do Poxim

Aspectos gerais

Criada em 12 de dezembro de 2002 através da Lei Municipal n°. 928/02, a Área de Proteção Ambiental (APA) do Poxim está localizada no Município de Coruripe, responsável pela gestão da Unidade de Conservação de Uso Sustentável. Seu espaço territorial abrange cerca de 400 hectares ou 4 km² e apresenta excepcional beleza cênica, o que torna a área bastante vulnerável à especulação imobiliária.

Possui como principal objetivo: proteger e disciplinar o uso do solo no entorno da foz do rio Poxim.

Atualmente, preserva uma grande faixa de manguezal, adjacente à área remanescente da mata atlântica que se junta às áreas das Usinas Coruripe e Guaxuma, formando o grande complexo ao Sul do Estado.

O clima é subúmido úmido, com precipitação que varia de 1700 a 1900mm. O relevo local é considerado Plano e Suave Ondulado, com Neossolos Quartzarênicos e Gleissolo. A formação do solo é caracterizada por: sedimentos Inconsolidados; Sedimentar; Depósitos de areia, Depósitos de argila; Depósitos Litorâneos (Praia e Aluvião) e Formação Barreiras. A região geomorfológica é formada por Planícies Litorâneas e Piemontes inumados, com unidade geomorfológica de Planícies Deltaicas, Estuarinas e Praiais; Tabuleiros e Costeiros.

A APA do Poxim está inserida na Bacia Hidrográfica do Rio Poxim, que é permanente. A vegetação é caracteri-

A APA está inserida na Bacia
Hidrográfica do rio Poxim.
Foto - Neno Canuto





Um dos principais objetivos da APA é proteger e disciplinar o uso do solo no entorno da foz do rio Poxim.
Foto - Neno Canuto.

zada por campo higrófilo de várzea, floresta subpereni-fólia de restinga e manguezal.

Aspectos bióticos

Flora

A Unidade protege uma faixa ampla de manguezal, considerado no auge de uma expressão florística conservada, não demonstrando interferências significativas visíveis. Possui área adjacente ao manguezal remanescente de mata atlântica que se junta a outros trechos de florestas, também preservadas, formando um grande complexo vegetacional protegido no sul do estado de Alagoas. Além destes, inclui a praia do Poxim, cuja beleza inexplorada rodeada de uma vegetação exuberante compõe um enquadramento paisagístico convidativo à contemplação.

A vegetação na praia só aparece na parte mais distante e influência das marés, onde medram o capim-salgado (*Sporobolus virginicus*), a salsa-da-praia (*Ipomoea imperati*), o feijão-da-praia (*Canavalia rosea*). Mais distante destas, na porção mais firme, estão *Crotalaria*

retusa e *Turnera subulata* como as espécies mais comuns.

Os manguezais, ecossistemas costeiros típicos, caracterizam-se por solo pouco arejado e com alta salinidade, sujeito a inundações periódicas durante as marés altas. Como plantas características, estão presentes o mangue-de-botão (*Laguncularia racemosa*) e o mangue-verdadeiro (*Rhizophora mangle*), que se alternam na dinâmica específica desse ecossistema. O contexto de preservação geral da região e a inexpressiva ocupação humana, salvo em épocas de veraneio, traz para a unidade pouca interferência antrópica, conferindo grande valor à natureza alagoana.

Fauna

A APA do Poxim possui uma fauna de vertebrados terrestres associada aos seus três principais tipos de ambientes: praia, manguezal e vegetação de restinga. Nesse pedaço da costa alagoana, podem ser encontradas diversas espécies de mamíferos, aves, répteis e anfíbios. O mamífero mais comum é o sagui-de-tufos-brancos (*Callithrix jacchus*), mas também já foram registrados



A cobra-verde é um dos répteis que habitam a região.
Foto Marco Freitas.

nessa região o cachorro-do-mato (*Cerdocyon thous*), o mão-pelada ou guaxinim (*Procyon cancrivorus*), o gambá-de-orelha-branca, saruê ou sariguê (*Didelphis albiventris*) e o quati (*Nasua nasua*).

Entre essas, o guaxinim é o que mais costuma visitar o manguezal, devido a sua predileção alimentar por caranguejos. Já o sagui-de-tufos-brancos tem a capacidade de se adaptar e habitar praticamente todos os ambientes providos de algum tipo de arborização. Também compõem a comunidade de mamíferos dessa região diversas espécies de morcegos, como o morcego-pescador (*Noctilio leporinus*).

Entre as espécies de aves que habitam a APA do Poxim em busca de alimento, abrigo e local de reprodução, podem ser encontradas: o sabiá-da-praia (*Mimus gilvus*), empoleirado em arbustos na vegetação de restinga; a figuinha-do-mangue (*Conirostrum bicolor*), a garça-azul (*Egretta caerulea*) e o socozinho (*Butorides striata*), em meio ao manguezal; além de diversas espécies de aves migratórias na faixa de praia, como o vira-pedras (*Arenaria interpres*), o maçarico-branco (*Calidris alba*) e a batuíra-de-bando (*Charadrius semipalmatus*).

O sabiá-da-praia, que é endêmico da vegetação de restinga, encontra-se atualmente ameaçado de extinção no estado do Rio de Janeiro, e é muito provável que esse panorama possa se repetir em Alagoas, se com o passar do tempo o seu hábitat for ocupado por empreendimentos. Além do manguezal da foz do rio Coruripe, a APA do Poxim consiste em um dos poucos lugares em Alagoas onde a garça-azul pode ser encontrada.

Os répteis também não ficam de fora, sendo variadas as espécies que habitam essa área, a exemplo do calanguinho (*Cnemidophorus ocellifer*), do papa-vento (*Anolis punctatus*), do camaleão (*Iguana iguana*), da salamanta (*Epicrates cenchria*) e da cobra-verde (*Philodryas olfersii*). O camaleão e a cobra-salamanta estão entre as espécies de répteis mais coloridas que existem nessa região, o que as torna muito cobiçadas como animais de estimação — na língua tupi-guarani, usa-se a palavra xerimbabo para designar os animais de estimação, e sua tradução para nossa língua é: “minha cosia querida”.



A APA do Poxim é uma Unidade de Conservação municipal.
Foto - Neno Canuto.



Foz do rio Poxim.
Foto - Neno Canuto.

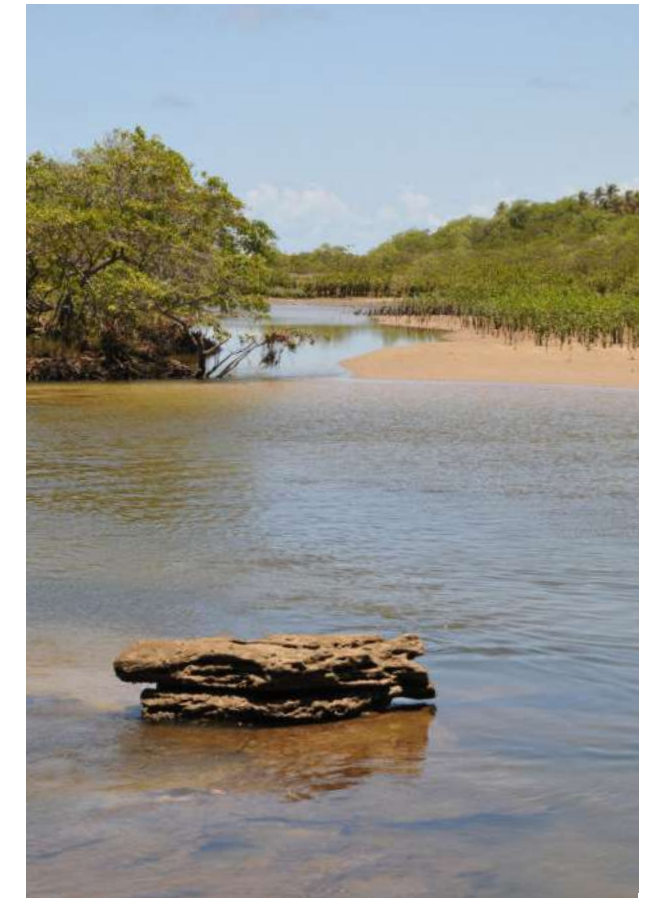
Apesar dessa Unidade de Conservação contribuir para a proteção de parcela importante da fauna de vertebrados no estado de Alagoas, sua excepcional beleza cênica torna a área vulnerável à especulação imobiliária, levando a níveis variáveis de perturbação da fauna e podendo levar a extinções locais de espécies. Portanto, as ações devem ser direcionadas de forma a assegurar que sejam mantidas a proteção dos habitats e o disciplinamento do uso do solo na área da foz do Rio Poxim.

Aspectos sociais

O município de Coruripe detém a maior área agrícola de Alagoas, com grande parte dessa área destinada ao cultivo da cana-de-açúcar, resguardando em seus limites as usinas Coruripe e Guaxuma. Outras culturas expressivas são as do coco-da-baía, milho e feijão. Segundo dados do IBGE (2010), a população total do município é de 52.130 habitantes, sendo, destes, 46.043 residentes na zona urbana e 6.087 moradores na zona rural.

Coruripe guarda importantes áreas de admirável beleza paisagística, proporcionando a progressão da atividade turística, que se apresenta como colaboradora da economia local. Há pousadas, hotéis e restaurantes situados nas mais diversas praias e lugarejos do município. Com o crescimento do turismo, o artesanato desenvolvido principalmente com a palha do ouricuri tem sido cada vez mais valorizado, garantindo um incremento na renda de diversas famílias.

O povoado do Poxim, além de possuir indiscutível beleza natural, é bucólico e tranquilo. A movimentação social cresce na região, com as festas religiosas e com a procura dos visitantes nos finais de semana ensolarados. A estrutura de bares e restaurantes às margens do rio é capaz de oferecer os mais diversos produtos para atender aos que ali chegam, favorecendo a economia do local, beneficiando os pescadores, os artesãos e o pequeno comércio.



A APA do Poxim possui cerca de 400 ha.
Foto - Neno Canuto.



A Bacia hidrográfica do rio Pratagy é um importante manancial para o abastecimento de Maceió. Na foto a Barragem Canoas.
Foto - Neno Canuto.

Área de Proteção Ambiental (APA) do Pratagy

Aspectos gerais

A Área de Proteção Ambiental (APA) do Pratagy foi criada pelo Decreto Estadual nº. 37.589 de 05 de junho de 1998. Abrange terras dos municípios de Messias, Rio Largo e Maceió. Ocupa uma área de 21.417,51 hectares ou 214,17 km², correspondendo à bacia hidrográfica do rio Pratagy, acrescida de uma faixa de 1 km no seu entorno, delimitada pelo Instituto do Meio Ambiente (IMA) em parceria com a GTZ (Agência Alemã de Cooperação Técnica), a qual resultou em uma publicação, no ano de 1993, chamada de Diagnóstico Físico Conservacionista.

O principal objetivo da criação é a harmonização das atividades com o equilíbrio ambiental dos ecossistemas da bacia hidrográfica do rio Pratagy, visando garantir a oferta de água em quantidade e qualidade para o abastecimento humano.

O rio que dá nome à unidade de conservação possui nascente na zona rural do município de Messias e foz no bairro de Riacho Doce, em Maceió, percorrendo a distância aproximada de 32 km e tendo como principal afluente o rio Messias, mais conhecido como Rio do Meio.



Há proporções consideráveis de Mata Atlântica, classificada como floresta ombrófila na APA do Pratagy. Foto - Neno Canuto.

Aspectos físicos

Os tipos de solo que predominam na APA são os Latossolos Amarelos, que ocorrem no Topo do Tabuleiro, sob influência da geologia da Formação Barreiras, e os Gleissolos, que ocorrem no Fundo dos Vales, sob influência da geologia dos Depósitos Fluviais. Verificam-se ainda a presença dos Depósitos Quaternários de Sedimentos de Praia e Aluvião na foz do rio Pratagy e toda extensão litorânea da APA, além do Complexo Nicolau/Campo Grande, correspondendo às rochas metamórficas, nas imediações da cidade de Messias, extremo norte da Unidade.

A APA do Pratagy encontra-se sob o domínio de climas considerados típicos do bioma Mata Atlântica, os climas Úmido e Subúmido-Úmido, segundo a classificação de Thornthwaite. A eles está associado um regime

pluviométrico que varia de 1.500 a 2.100 mm anuais.

Aspectos bióticos

Flora

Criada para promover o equilíbrio ecológico na região do manancial formado pelos afluentes da Bacia do Rio Pratagy, a Unidade de Conservação concentra basicamente sua representação florestal nos vales de tabuleiro, escavados pela ação das águas dos rios, ao longo do tempo. Proporções consideráveis de Mata Atlântica, classificada como Floresta Ombrófila, podem ser vistas em pleno desenvolvimento nas encostas íngremes e fundas dos vales, apesar do impacto da cana-de-açúcar que se instalou nas chás do entorno e do uso indevido dos recursos aquíferos pela comunidade da APA.

Nesse contexto, a permanência da vegetação é um



A foz do Pratagy está localizada no bairro de Riacho Doce, em Maceió. Foto - Neno Canuto.

dos aspectos relevantes que propiciam as condições de infiltração e recarga natural dos aquíferos e da vazão dos rios e córregos da Bacia. Em alguns pontos, ainda resistem pequenos trechos de mata nas bordas do tabuleiro, contíguo aos vales, e próximo à foz do rio Pratagy persiste um pequeno trecho de manguezal, entremeado por coqueirais.

De uma forma geral, a vegetação Ombrófila não se apresenta uniforme em toda a APA, sendo sua fisionomia marcadamente diferenciada, de acordo com as condições de solo e topografia do terreno. A distribuição das espécies ocorrentes na APA do Pratagy modifica-se claramente à medida que se aproxima do fundo dos vales, onde a dinâmica de inundação (época seca, época chuvosa) é um dos fatores que regem a diversidade vegetal.

Indivíduos de jitó (*Guarea guidonia*), bulandi (*Symphonia globulifera*) e jaqueira-do-brejo (*Richeria grandis*), estão entre os mais conspícuos que acompanham os cursos d'água, no fundo dos vales, sendo estes também os que apresentam os maiores diâmetros de caule na Unidade. Nos trechos mais conservados, é possível observar os três estratos predominantes: herbáceo, arbustivo e arbóreo, com árvores que variam entre sete e 15 metros de altura. Nas encostas, observa-se uma grande quantidade de indivíduos jovens que sugerem uma capacidade de regeneração da floresta, com árvores de pequeno diâmetro (cerca de 40 cm de diâmetro) e, em sua maioria, rebrotos de árvores seletivamente cortadas.

Dentre as espécies emergentes que ultrapassam 20 metros de altura, estão o murici (*Byrsonima sericea*), o



sambacuíim (*Schefflera morototoni*), o caboatã-de-rego (*Cupania impressinervia*), o caboatã-de-leite (*Thyrsodium spruceanum*), o cocão (*Pogonophora schomburgkiana*), a cupiúba (*Tapirira guianensis*) e a sucupira (*Bowdichia virgilioides*). Indivíduos adultos de embaúba (*Cecropia* spp.) estão em todos os pontos, indicando a antropização e a possibilidade de regeneração natural pela condição e sombreamento que proporcionam. Várias plantas ornamentam o ambiente sombreado com suas flores amarelas, alaranjadas e vermelhas que cobrem parte do solo, principalmente pertencentes às famílias Maranthaceae e Zingiberaceae. Não são comuns plantas epífitas, nem cipós na região.

Representantes das Arecaceae (família das palmeiras) se destacam na paisagem, no trecho florestal, pelo seu porte e folhagens características, ocupando um lugar de destaque pela grande quantidade de indivíduos observados em todos os ambientes. Aparecem titara (*Desmoncus orthacanthos*), maraial (*Bactris acanthocarpa*), coquinho (*Bactris pickelii* e *B. ferruginea*), catolé (*Attalea oleifera*) e jussara (*Euterpe edulis*), esta última observada apenas no fundo dos vales, nos trechos mais conservados.

Na desembocadura do Rio Pratagy, no manguezal que encontra a praia da Sereia, o mangue branco (*Laguncularia racemosa*) aparece como a única espécie típica do manguezal que ocupa esses ambientes.

Fauna

A APA possui uma área relativamente extensa, e por isso bastante heterogênea em termos de habitats, com predomínio de espécies da fauna associadas a grandes áreas remanescentes de Mata Atlântica, na região de tabuleiro, e aos ecossistemas estuarinos, nas proximidades da foz do Rio Pratagy. Infelizmente, por ser uma Unidade de Conservação muito próxima de áreas urbanas, a pressão sobre a fauna, principalmente sobre determinadas espécies de mamíferos, é uma realidade até os dias atuais.

A foz do Pratagy atrai banhistas que se dividem entre a água doce do rio e a salgada do mar.
Foto - Neno Canuto.



A proteção dos recursos hídricos pelas matas ciliares é essencial para manter o rio Pratagy.
Foto: Acervo IMA/AL

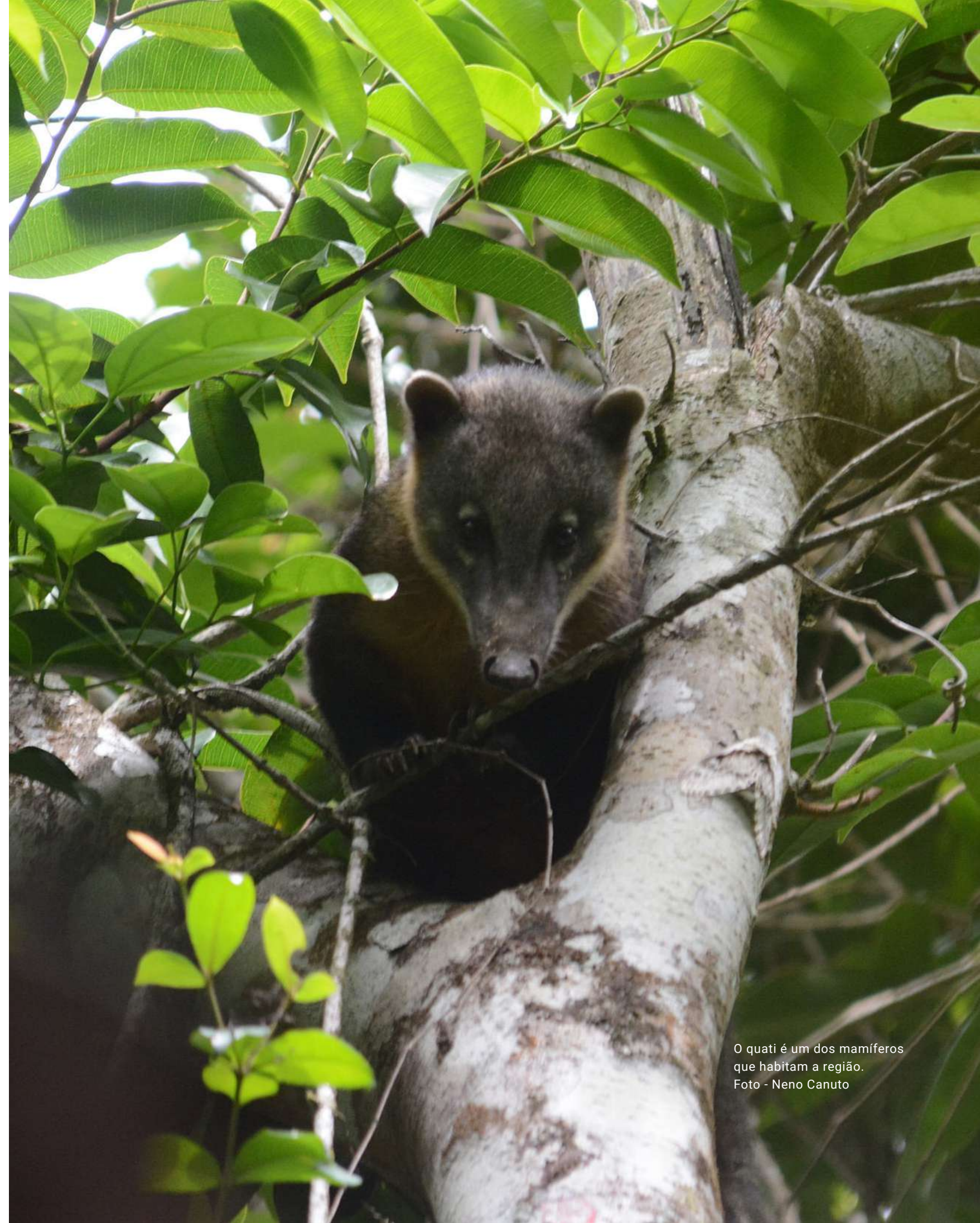
Para essa região, entre os mamíferos mais conhecidos estão a paca (*Cuniculus paca*), a cutia (*Dasyprocta aguti*), a capivara (*Hydrochoerus hydrochaeris*), o porco-do-mato ou cateto (*Tayassu tajacu*), o tatu-galinha ou tatu-verdadeiro (*Dasytus novemcinctus*) e o quati (*Nasua nasua*), além de diversas espécies de morcegos e minúsculos roedores.

Na região da foz do rio Pratagy, é encontrado também o peixe-boi-marinho (*Trichechus manatus*), mamífero ameaçado de extinção e protegido por lei, que costuma se alimentar-se de algas, aguapés e capins, e viver tanto em água doce como em água salgada, nas proximidades de áreas costeiras e estuarinas, quentes e rasas.

Já a avifauna dessa região, constitui naturalmente o grupo mais biodiverso entre os animais vertebrados, com algumas dezenas de espécies, entre pássaros, pombas, gaviões, corujas, beija-flores, tucanos, araras, bauraus, corujas, garças, socós e patos. Nessa Unidade de

Conservação, podem ser encontradas diversas espécies de aves tipicamente florestais, como o tangará-falso (*Chiroxiphia pareola*) e o papa-taoca (*Pyriglena leuconota*), esta última ameaçada de extinção; de área aberta, como a polícia-inglesa-do-sul (*Sturnella superciliaris*) e o gaviãozinho-quiriquiri (*Falco sparverius*); além de espécies de ambientes estuarinos, como a saracura-do-mangue (*Aramides mangle*) e o martim-pescador-grande (*Megaceryle torquata*).

Entre os répteis, o teiú (*Tupinambis merianae*) é um dos lagartos mais comuns nessa região, podendo ser observado deslocando-se na borda dos fragmentos florestais. Vale ressaltar que recentemente foi descoberta e descrita, para um remanescente de Mata Atlântica (Serra da Saudinha) que fica imediatamente no entorno dessa Unidade de Conservação, uma espécie de lagartinho que vive em bromélias, conhecido cientificamente como *Coleodactylus elizae*, o que demonstra o potencial da biodiversidade da região.



O quati é um dos mamíferos que habitam a região.
Foto - Neno Canuto



Coral Verdadeira.
Foto - Epitácio Correia.

.....
Existe registro do gaviãozinho-quiriquiri na APA, o animal também circula as áreas mais urbanizadas.
Foto - Pedro Teia.

Além de lagartos, também podem ser encontrados a cobra-cega (*Amphisbaena alba*), diversas espécies de serpentes, como a cobra-coral-verdadeira (*Micrurus ibiboboca*), e de anfíbios anuros (sapos, rãs e pererecas), como a rã-martelo ou rã-ferreiro (*Hypsiboas faber*). Porém, a mesma vastidão que proporciona encontrar esse alto número de espécies da fauna de vertebrados, também é a mesma que dificulta a sua fiscalização, o que pode ocasionar conseqüentes implicações diretas sobre a conservação da biodiversidade.



Visa aérea de parte da Mata Atlântica presente na Unidade.
Foto - Neno Canuto.

Estação Ecológica (ESEC) de Murici

Aspectos gerais

A Estação Ecológica de Murici é uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, criada através de Decreto Federal, no dia 28 de maio de 2001. Com área de 6.116,43 hectares ou 61,16 km², abrange partes dos municípios de Messias, Murici e Flexeiras, a cerca de 50 km da capital Maceió. É formada por dois grandes blocos florestados isolados por pastagens e canaviais, e constitui um dos maiores remanescentes florestais de Mata Atlântica em todo o Brasil.

Tem como objetivos proteger e preservar amostras do ecossistema de Mata Atlântica nordestina, bem como propiciar o desenvolvimento de pesquisa científica e programas de educação ambiental.

Devido a toda a riqueza da biodiversidade, o complexo florestal de Murici tem despertado interesse mundial, como nos atestam a atitude do Príncipe Charles, da Inglaterra, em enviar carta ao governo brasileiro relatando sua preocupação com a preservação dessa área, e uma reportagem produzida pela BBC de Londres. Recentemente, oito Organizações Não Governamentais (ONGs) ambientalistas, entre elas o WWF-Brasil, a Fundação SOS Mata Atlântica e a The National Conservancy (TNC), assinaram no Senado Federal o Pacto Murici, uma parceria que visa proteger a biodiversidade da Mata Atlântica do Nordeste, com suas ações tendo início no complexo florestal de Murici.



Inserida na APA de Murici, a Esec de Murici possui rica biodiversidade.
Foto - Neno Canuto.

Aspectos físicos

O relevo da ESEC de Murici varia de forte ondulado a montanhoso e se estabelece sobre os soerguimentos cristalinos do Planalto da Borborema, compreendidos em cotas altimétricas que variam entre 160m e 560m acima do nível do mar e são constituídos por rochas plutônicas e quartzosas do embasamento Pré-cambriano Suíte Intrusiva Itaporanga e do Complexo Nicolau-Campo Grande.

Os solos dominantes são os Argissolos Vermelho-Amarelos Distróficos com algumas associações com os Latossolos e Afloramentos Rochosos (Assis, 1998).

Inserida nas bacias hidrográficas do rio Mundaú e do rio Santo Antônio, possui diversas nascentes que formam os riachos Grota do Meio, Água Quente, Bulangi, Jitituba, Tapado e Balança, drenando para os seus respectivos rios principais, que dão nome às bacias acima citadas.

A área da Estação Ecológica está sob influência do clima quente e úmido, com estação seca no verão e chuvosa no outono e inverno, tendo início em estação de chuvas, em meados de abril, e prolongando-se até meados de agosto. As precipitações se concentram no trimestre maio, junho e julho e o período de estiagem ocorre entre os meses de novembro e janeiro, sendo dezembro o mês mais seco. A precipitação anual histórica oscila entre 1.700 e 2.100 mm, com uma temperatura média de 23 °C (IBAMA), e influencia diretamente os fragmentos da Floresta Ombrófila remanescentes.

Acesso

Localizada sob as coordenadas geográficas 9°16'50" e 9°10'45" de latitude sul e 35°54'52" e 35°45'36" de longitude oeste, está inserida na APA homônima e os acessos se dão pelas rodovias BR-101, na parte leste da ESEC, e BR-104, na parte oeste.

Aspectos bióticos

Flora

Inclui-se no contexto da Área de Proteção Ambiental (APA) de Murici, ocupando cerca de 5% de seu território, num trecho de relevo montanhoso com encostas íngremes e com a presença de diversos córregos nos



Belas orquídeas podem ser encontradas na região.
Foto - Alexandre dos Santos.

fundos dos vales. Sua fisionomia é marcada pelo estrato superior, com árvores emergentes de 20m a 40m de altura e caules com perímetros avantajados que chegam a 2m de diâmetro.

Apesar disso, em vários trechos dessa Unidade ainda são verificados rebrotos de árvores que sofreram corte seletivo no passado. A flora local concentra espécies pouco encontradas em outros fragmentos de Alagoas, podendo ser consideradas como raras a exemplo, das palmeiras *Geonoma pauciflora*, de distribuição restrita apenas às encostas bem preservadas e úmidas, e da Jussara (*Euterpe edulis*), que aparece na lista oficial do IBAMA como espécie da flora brasileira ameaçada de extinção. A exploração econômica da indústria alimentícia ao longo

da floresta atlântica levou esta última espécie ao status desfavorável, por conta do uso do palmito e da polpa dos frutos para consumo humano. A espécie é apontada como de grande potencial ecológico e econômico para o enriquecimento de florestas secundárias (Barroso et al., 2010).

Dentre as árvores mais comumente observadas na ESEC de Murici, estão: pororoca (*Clusia nemorosa*), sucupira (*Bowdichia virgilioides*), embiriba (*Eschweilera complanata*), mangue-da-mata (*Tovomita guianensis*), *Annona pickelii*, *Annona montana*, cabotã (*Thyrsodium spruceanum*), *Pera glabrata*, canudo-de-pito (*Mabea occidentalis*), condurus (*Brosimum guianense* e *Brosimum rubescens*), embaúba-branca (*Pourouma guianensis*), sa-



O bulandim é uma das espécies de plantas encontradas na Estação.
Foto - Jarina Alves.

pucaia (*Lecythis pisonis*), cupiúba (*Tapirira guianensis*) e sambacuí (*Schefflera morototoni*).

No sub-bosque, estão as arbustivas, sendo comuns as Rubiaceae conhecidas como ervas de rato (*Psychotria hoffmannseggiana*, *P. capitata*, *P. colorata*). Há também o domínio da gramínea *Olyra latifolia*, que aparece dentre as mais comuns no estrato herbáceo dos fragmentos da ESEC de Murici. *Dichorisandra hexandra* aparece esporadicamente, tornando-se conspícua apenas na época chuvosa, quando surgem as suas flores arroxeadas.

Nota-se também a presença da amescla (*Protium* sp), de uso medicinal, e do barbatimão (*Abarema cochliacarpus*), muito utilizado também como planta

medicinal e ameaçado de extinção nas áreas de Mata Atlântica.

Com relação às plantas epífitas, podemos citar as bromélias (*Aechmea fulgens*, *A. constantinii*, *Araeococcus chlorocarpus*), as orquídeas (*Dimerandra emarginata*, *Prosthechia alagoensis*, *Encyclia bohnkiana*) e os ímbés (*Monstera adansonii*, *Rhodospatha latifolia*, *Philodendron acutatum*), que ocupam os ramos das árvores em diferentes alturas. Na época da floração, essas plantas contribuem para a modificação da fisionomia monocromática do interior da floresta, exibindo suas flores vermelhas, brancas, amarelas e arroxeadas. Além destas, várias espécies de samambaias, líquens e musgos ocupam as falhas das rochas e troncos das árvores, também



A japaranduba é uma das árvores nativas presentes na área.
Foto - Neno Canuto.

contribuindo para a retenção da umidade local.

A verificação de amostras depositadas em herbários, provenientes de outros fragmentos florestais da mata ombrófila em Alagoas, possibilitou constatar que espécies pouco frequentes figuram entre as ocorrentes na ESEC de Murici, a exemplo de *Quararibea turbinata* e *Tachigali paraenses*. Felizmente, os indivíduos registrados estão em áreas protegidas, o que assegura a preservação, evitando assim uma possível inclusão dessas espécies nas categorias dos táxons ameaçados no estado. A composição florística da ESEC de Murici registra, até o momento, 379 espécies (Mota 2013, comunicação pessoal), que se distribuem em todos os ambientes na Unidade. O levantamento realizado por Pinheiro (2005) revelou a composição e estrutura da vegetação na Serra do Ouro, que representa um trecho significativo da floresta preservada.

Fauna

Há grande concentração de espécies da fauna de vertebrados terrestres e o maior número de espécies endêmicas (restritas a determinada área) e ameaçadas de extinção no estado de Alagoas. Entre os mamíferos mais relevantes que já foram registrados na ESEC Murici, estão: o guariba-de-mãos-ruivas, guariba-de-mãos-vermelhas, guariba-preto ou bugio-de-mãos-ruivas (*Alouatta belzebul*); o tamanduá (*Cyclopes didactylus*); o jupará-verdadeiro, macaco-da-meia-noite, jurupará ou jupurá (*Potos flavus nocturnus*); a jaguatirica, gato-do-mato-grande, canguçu ou maracajá (*Leopardus pardalis*); e a paca (*Cuniculus paca*).

Não há dúvida de que essas espécies atualmente ainda subsistem na região, o que nos é atestado por registros recentes, tanto de pesquisadores quanto de caçadores,



A perereca-das-árvores é um dos anuros que habitam a Esec.
Foto - Marcos Dubeux.



A rãzinha-de-murici é uma das espécies ameaçadas e registradas na Estação.
Foto - Willams Fagner.



A jararaca-de-murici é uma das espécies ameaçadas que usam a Unidade como refúgio.
Foto - Marcos Dubeux.

estes últimos muito habituados a encontrar várias dessas e outras espécies, tanto visualmente quanto através das típicas vocalizações emitidas pelo bugio e pelo canguçu, do qual muitos temem a sua aproximação.

A lista de aves registradas para Murici totaliza 288 espécies. Dentre os 160 táxons de aves considerados como ameaçados de extinção no Brasil (Instrução Normativa MMA 03 de 27 de maio de 2003), a ESEC de Murici tem registros recentes de pelo menos 34 (além de mais duas não encontradas nos últimos anos), provavelmente a maior concentração de aves ameaçadas no País.

A avifauna dessa região foi objeto de estudos cientí-

ficos em meados da década de 1980, quando pesquisadores do Museu Nacional do Rio de Janeiro surpreendentemente descobriram quatro novas espécies de aves: o zidedê-do-nordeste (*Terenua sicki*), o cara-pintada (*Phylloscartes ceciliae*), a choquinha-de-alagoas (*Myrmotherula snowi*) e o limpa-folha-do-nordeste (*Philydor novaesi*). Mesmo com a descoberta de outras populações em Pernambuco, a situação é preocupante devido aos seus requisitos ambientais. Para a choquinha-de-alagoas, que se pensava ser fortemente associada à presença de pequenos cursos d'água no interior da floresta, a principal preocupação no momento é a sua baixa densidade populacional (c. de 10 indivíduos na ESEC Murici). Já



O tipo está entre as mais de 280 espécies de aves listadas para a Esec de Murici.
Foto - Pedro Teia.

a situação do limpa-folha-do-nordeste é ainda mais crítica: se não bastasse uma população ainda mais reduzida que a da choquinha-de-alagoas, não houve relatos de registros dessa espécie para a ESEC Murici nos últimos anos, tornando a sua ocorrência atual restrita para a Reserva Frei Caneca (Pernambuco). Também está ameaçado de extinção o gavião-de-pescoço-branco (*Leptodon forbesi*), e o macuco (*Tinamus solitarius*) está prestes a incluir-se na mesma situação.

Mas as aves não compõem o único grupo com espécies exclusivas de Murici. Pesquisas indicam que a Unidade tem 42 répteis, dos quais 20 são lagartos e 22 são cobras, sendo que duas destas são, além de restritas



O coandu-mirim é um tipo de porco-espinho que vive na Esec de Murici.
Foto - Gabriela Gama.

ao local, espécies novas para a ciência. Na herpetofauna, é possível citar como exemplos as serpentes conhecidas como jararaca-de-murici (*Bothrops muriciensis*) e a cobra-cega (*Liotyphlops trefauti*), além de uma espécie de perereca (*Phyllodytes gyrinaethes*). Por toda a sua relevância em proporcionar condições ambientais específicas para a manutenção de diversas espécies da fauna, a ESEC de Murici pode ser considerada atualmente uma das mais importantes Unidades de Conservação do Estado de Alagoas.



Essa é a ranzinha-de-corredeira outra espécie ameaçada encontrada na Esec.
Foto - Marcos Dubeux

Um sapo-folha registrado na Esec.
Foto - Marcos Dubeux.

A choquinha-de-alagoas é uma das quatro aves que foram descobertas na ESEC.
Foto - Arthur Andrade.





O Parque Municipal de Maceió foi a primeira Unidade de Conservação criada em Alagoas.
Foto - Neno Canuto.

Parque Municipal de Maceió

Aspectos gerais

Criado pela Lei Municipal nº 2.514 de 27 de julho de 1978, o Parque Municipal de Maceió foi a primeira Unidade de Conservação criada em Alagoas. Caracterizado como de Proteção Integral, é administrado pela prefeitura da capital, através de secretaria específica, e possui 89,37ha ou 0,89 km². Entre os seus objetivos e atribuições, destacam-se:

- I. Implantação, exploração e manejo florestal;
- II. Experimentação e pesquisa;
- III. Conservação da vegetação natural do cerrado;
- IV. Produção de mudas ornamentais de reflorestamento e de espécies nativas;
- V. Recreação, educação e interpretação ambiental para a comunidade.

O Parque possui uma área representativa da vegetação natural de Mata Atlântica e áreas de reflorestamento com espécies dos gêneros Pinus Eucaliptus, e conta com uma vegetação natural compreendendo Floresta Ombrófila (Mata Atlântica). É drenado pelo conjunto de cursos d'água que forma a Bacia do Riacho do Silva, que possui nascente em uma altitude de 20m e escoas suas águas para a laguna Mundaú. (AUTO, 1998).



O Parque Municipal de Maceió possui uma coleção de madeiras da Reserva (Xiloteca).
Foto - Neno Canuto



Mudas de árvores e ervas são cultivadas no Parque.
Foto - Neno Canuto

Acesso

Localizando-se na porção centro-oeste da cidade de Maceió, entre as coordenadas geográficas 9°35'53" e 9°36'99" de latitude sul e 35°45'29" e 35°46'11" de longitude oeste, ocupa parte dos bairros de Bebedouro, Chá da Jaqueira e Tabuleiro do Martins. O acesso ao Parque se dá através da Avenida General Hermes, que interliga os bairros do Centro à Chá da Jaqueira.

Aspectos físicos

O clima dominante na abrangência do Parque Municipal de Maceió é do tipo úmido a subúmido, sendo a concentração anual das precipitações a principal característica climática, com o total anual das chuvas variando entre 1.500 mm e 2.000 deste total, cerca de 60%

ocorre nos meses de abril, maio e junho. O trimestre mais seco corresponde aos meses de outubro, novembro e dezembro. Apresenta uniformidade térmica durante o ano, com temperaturas médias mensais variando entre 23°C e 25°C. O Índice de umidade varia de 20% a 60%. O excedente hídrico varia de 3 a 6 meses e a deficiência hídrica de 4 a 5 meses (FONSECA E AZEVEDO, 1983).

O Parque Municipal de Maceió encontra-se inserido no compartimento litoestrutural da Província Costeira, compreendida por um pacote sedimentar representado pela Bacia Sedimentar Alagoas, onde ocorrem depósitos de idade Cenozóica (quaternários e terciários) e Paleomesozóico (ALMEIDA et al., 1977; FEIJÓ (1994).

A Altitude do Parque Municipal de Maceió é pre-

dominantemente de terras baixas com altitudes inferiores a 60 metros, ocorrendo no entanto, na porção norte-noroeste, áreas com mais de 60 metros. No topo do tabuleiro, alcança 100 metros.

Os solos mais representativos do Parque Municipal de Maceió estão compreendidos pelos Latossolos Vermelho-Amarelos Distróficos e Podzólicos, ou Argissolos Vermelho-Amarelos Distróficos, ocorrendo nos tabuleiros costeiros e suas respectivas encostas.

Aspectos bióticos

Flora

A vegetação no Parque Municipal de Maceió é visivelmente florestal, com representantes oriundos da regeneração natural, atualmente em estágio inicial e se-

cundário, da Floresta Ombrófila que ocupava no passado os vales, chás de tabuleiro e as serras de toda a porção norte de Alagoas. O entorno do Parque, ocupado por moradias, torna-o suscetível à invasão e ao uso inadequado dos recursos da Unidade.

A floresta acompanha encostas muito íngremes e os vales rodeados pelo Riacho do Silva. Em suas margens, estão espécies herbáceas características de lugares úmidos e sombreados e algumas árvores como araticum (*Annona pickleii*), jaqueira do brejo (*Richeria grandis*) e bulandi (*Symphonia globulifera*), que atingem até 15 metros de altura.

Várias trilhas são usadas para as atividades de lazer e educação ambiental na trilha municipal, destaca-se um exemplar de gameleira (*Ficus sp.*), que impressiona pelo



O Parque Municipal de Maceió guarda importante fragmento de vegetação nativa dentro da capital.
Foto - Neno Canuto.



O ambiente agradável do Parque atrai diversos visitantes.
Foto - Neno Canuto.

seu tamanho, sendo considerada a maior e mais antiga árvore na Unidade.

O laguinho (lago do jacaré) fica repleto de flores de ninfeias (*Nymphaea ampla*) e aningas (*Montrichardia linifera*) em alguns meses do ano. E ao longo de vários caminhos, destacam-se os bambuzais, espécie exótica de grande efeito harmônico que tem causado problemas ambientais porque dificulta os processos de regeneração natural no parque.

A riqueza de espécies da Unidade foi registrada por Araújo (2007), que coletou 253 espécies que permanecem preservadas, através de suas amostras, no acervo do Herbário MAC do Instituto do Meio Ambiente. Estão documentadas amostras de *Tapirira guianensis*, *Xylopia frutescens*, *Cecropia pachystachya*, banana-de-papagaio (*Himatanthus bracteatus*), as Melastomataceae *Clidemia*

hirta, *Miconia ciliata*, *M. minutiflora*, *Henriettea succosa* e as Rubiaceae *Psychotria carthagenensis*, *Psychotria barbiflora*, *Palicourea crocea*, dentre outras. *Aechmea stelligera* é uma das bromélias de grande efeito visual no parque, exibindo no topo das árvores, na maior parte do ano, suas inflorescências com flores amarelas.

Fauna

Quem visita o Parque Municipal de Maceió não deve ter a intenção de ver todos os animais de uma só vez, como em um zoológico, pois isso seria praticamente impossível: o visitante deve ter em mente que em um ambiente natural nem todas as espécies são facilmente visualizadas por ele ao mesmo tempo e no mesmo dia, devido suas particularidades. Porém, com muita paciência e persistência, ao longo de algumas horas ou dias de



Diversas espécies da Mata Atlântica são encontradas no Parque.
Foto - Neno Canuto.

caminhada, aos poucos poderão ser avistados animais se deslocando ou forrageando, isolados, aos pares, em grupos familiares ou em bandos mistos.

Tomando como exemplo os mamíferos, sabe-se que, apesar da grande diversidade de espécies no grupo, a maioria consiste em pequenos roedores e morcegos, que dificilmente poderão ser observados. Por isso, no Parque, são as espécies fora desses dois grupos que serão mais fáceis de serem visualizadas, como o bicho-preguiça-comum (*Bradypus variegatus*), o sagui-de-tufos-brancos (*Callithrix jacchus*), a cutia (*Dasyprocta aguti*), o tamanduá-mirim (*Tamandua tetradactyla*) e o tatú-verdadeiro (*Dasytus novemcinctus*).

Também poderão ser observadas diversas espécies de aves, das quais seis estão ameaçadas de extinção: o gavião-de-pescoço-branco (*Leptodon forbesi*), o udu-de-coroa-azul-do-nordeste (*Momotus momota marcgraviana*), o pica-pau-anão-dourado (*Picumnus exilis pernambucensis*), a choca-da-mata-do-nordeste (*Thamnophilus caerulescens pernambucensis*), o pintor-verdadeiro (*Tangara fastuosa*) e o pintassilgo-do-nordeste (*Sporagra yarrellii*).

Além dos mamíferos e aves, outros animais poderão ser vistos, como o jacaré-de-papo-amarelo (*Caiman latirostris*), a cobra-coral-verdadeira (*Micrurus ibiboboca*), a cobra-azulão-bóia (*Leptophis ahaetulla*) e o calango-bico-doce (*Ameiva ameiva*), entre os répteis; e diversas espécies de sapos, rãs e pererecas (anfíbios anuros), como o sapo-cururu-grande (*Rhinella jimi*) e a perereca-verde (*Hypsiboas albomarginatus*). O jacaré-do-papo-amarelo e o udu-de-coroa-azul-do-nordeste, ambos ameaçados de extinção, poderiam ser as espécies que melhor representariam essa Unidade, sendo a primeira delas encontrada no lago conhecido como Recanto dos Jacarés. Seu nome popular se deve ao fato de essa espécie ficar com o papo amarelo durante a fase de acasalamento, quando, após a postura dos ovos, a fêmea costuma se tornar mais agressiva, protegendo o seu ninho contra predadores como mamíferos e aves



O udu-de-coroa-azul-do-nordeste é um pássaro ameaçado que, junto com o jacaré-do-papo-amarelo, representa o Parque.
Foto - Arthur Andrade.

A cutia é um dos mamíferos que encontram abrigo na área protegida.
Foto - Ubiratan Gonçalves da Silva.





Um pintassilgo-do-nordeste observa o local pousado em um pequeno galho.
Foto - Pedro Teia.



Área de convívio do Parque.
Foto - Neno Canuto.

de rapina. Já a segunda espécie, de colorido intenso, pode ser observada costumeiramente na Trilha Cidadã e nas proximidades da estrada de barro que corta o Parque, onde constrói seu ninho em barrancos, depositando três ou quatro ovos.

Mesmo localizado dentro de uma área urbana, o Parque proporciona uma ótima oportunidade para que a população se aproxime e conheça diversas espécies de animais que fazem parte da fauna da Mata Atlântica em Alagoas, inclusive espécies raras e ameaçadas de extinção.

Aspectos sociais

O Parque Municipal de Maceió situa-se numa região complexa do ponto de vista da socioeconomia urbana, considerando que todo o seu entorno é compreendido por bairros e conjuntos residenciais que em sua maioria não dispõem de condições adequadas a uma melhor qualidade de vida da população. Devido a isso, é grande a pressão sobre a área preservada e é de grande importância a participação da população nos cuidados com a biodiversidade e com a denúncia de flagrantes de crimes ambientais.

Na Unidade, é possível a contemplação pela sociedade. Escolas, associações filantrópicas, grupos de idosos, atletas e demais grupos sociais costumam frequentar a área para momentos de lazer, recreação e atividades físicas. A riqueza natural serve também para pesquisas científicas. Eventos culturais promovidos no local intensificam a discussão de que é possível a sociedade utilizar-se de ambientes protegidos.



O Parque é formado por extensa área de estrutura coralínea.
Foto - Neno Canuto.

Parque Municipal Marinho de Paripueira

Aspectos gerais

O Parque Municipal Marinho de Paripueira foi criado em junho de 1993, por meio da Lei Municipal nº 12. Abrange 9 km de ambientes marinhos e costeiros e está inserido entre o mar territorial brasileiro e a linha de preamar do Município de Paripueira. Compreende como limite sul o Rio Sauaçuí e ao norte o Rio Sapucaí, até uma isóbata de 25m de profundidade. Possui área aproximada de 3,2 hectares ou 0,032km².

Essa Unidade foi criada por interferência direta do Instituto do Meio Ambiente de Alagoas (IMA/AL) e do Projeto Peixe-boi, tendo como principal objetivo a proteção deste mamífero marinho e dos ambientes recifais onde ele habita. Para fortalecer esse objetivo, o Conselho Estadual de Preservação Ambiental (CEPRAM) editou a Resolução nº 04/96, que disciplina o uso de embarcações motorizadas na área e cria os corredores de navegação para os barcos de pesca e a área destinada aos esportes náuticos.

O Parque é formado por uma extensa área de estrutura coralínea constituída por uma série de organismos marinhos portadores de esqueleto calcário, os recifes de coral, resistentes à ação das ondas e marés.



Vista aérea do Parque.
Foto - Neno Canuto.

Aspectos bióticos

Fauna

Totalmente inserido em ambiente marinho, o Parque está localizado dentro da Área de Proteção Ambiental (APA) da Costa dos Corais. É uma das áreas onde se encontra a maior concentração de peixe-boi-marinho (*Trichechus manatus*) no Nordeste. Essa espécie de mamífero aquático está entre as mais ameaçadas do Brasil, o que contribuiu para a criação da Unidade. Outrora ela foi vítima de intensa caça, encontrando-se atualmente ameaçada de extinção. Por isso é protegida por diversas leis ambientais, das quais a caça e comercialização de sua carne ou derivados é crime de até dois anos de prisão.

Organizações que atuam na região relatam que os

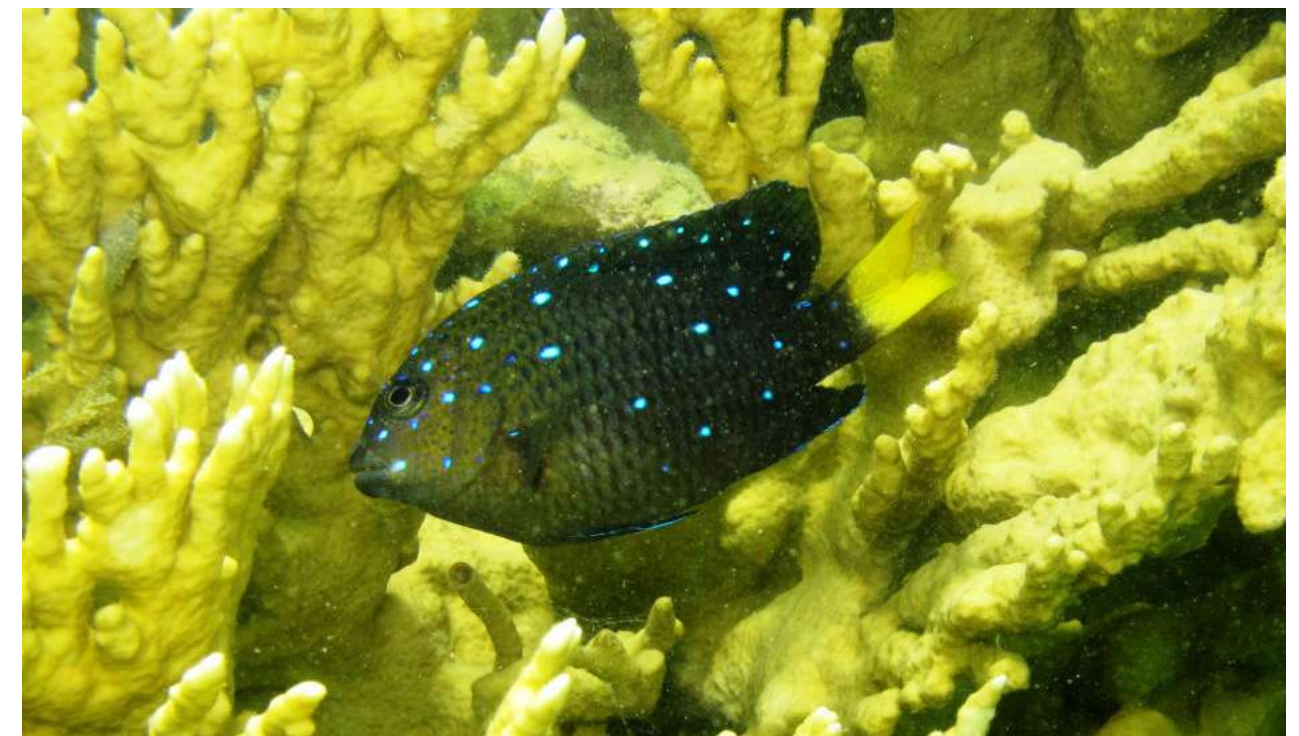
registros de encalhes mostram que, além do peixe-boi-marinho, pelo menos outras nove espécies de mamíferos aquáticos (baleias, golfinhos, botos e lobos-marinhos) passam pelas águas mais profundas do litoral de Alagoas, como por exemplo, a baleia-jubarte (*Megaptera novaeangliae*), com registro de encalhe para o litoral do município de Paripueira.

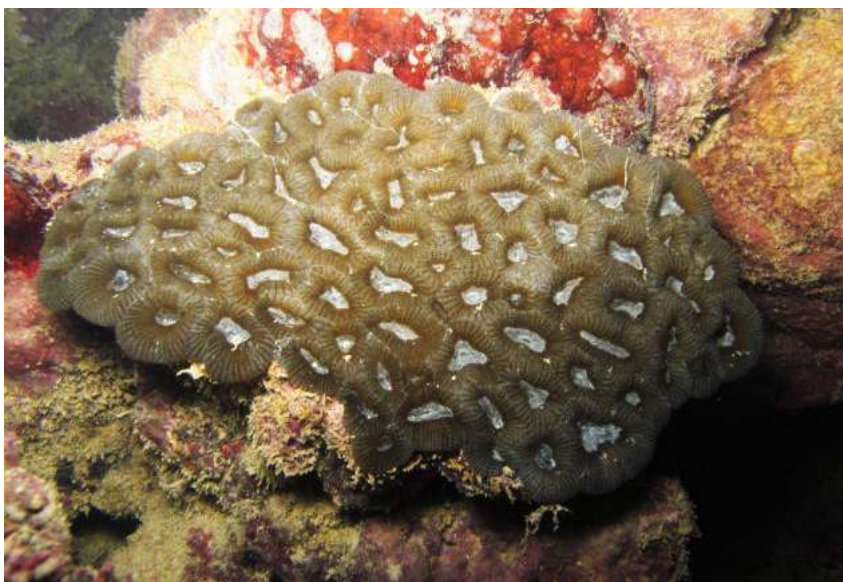
De modo geral, essa é uma região rica em termos de diversidade da fauna marinha, que possui diversas espécies de animais invertebrados e de peixes que impressionam pelos seus mais diversos padrões de coloração. Espécies de aves migratórias também podem ser observadas em vôo ou sobre os recifes de arenito durante a maré baixa, quando costumam utilizar áreas como essa para repouso e obtenção de alimento (engorda).



Stenopus Hispidus.
Foto - Juliano Maurício Fritscher.

Microspathodon chrysurus.
Foto - Juliano Maurício Fritscher





Mussismilia harttii.
Foto - Juliano Maurício Fritscher



Um dos principais objetivos do Parque é proteger o peixe-boi.
Foto - Lahert Araújo



Epinephelus adscensionis.
Foto - Juliano Maurício Fritscher



Porites asteroides.
Foto - Juliano Maurício Fritscher

Geralmente, são visitantes sazonais oriundas do hemisfério norte, como o batuiuçu-de-axila-preta (*Pluvialis squatarola*), o vira-pedras (*Arenaria interpres*), o maçarico-branco (*Calidris alba*), o maçarico-de-sobre-branco (*Calidris fuscicollis*) e a batuira-de-bando (*Charadrius semipalmatus*).

Pelo menos três espécies de tartarugas-marinhas (todas ameaçadas de extinção) usam o litoral norte de Alagoas como local de alimentação: a tartaruga-comum ou cabeçuda (*Caretta caretta*), a tartaruga-de-pente (*Eretmochelys imbricata*) e a tartaruga-oliva (*Lepidochelys olivacea*). Essa Unidade de Conservação municipal é importante, sobretudo, como reforço, na comunidade local, das ações previstas no Plano de Manejo da APA Costa dos Corais para a conservação do peixe-boi-marinho.

Aspectos sociais

Paripueira é um município litorâneo, com característica de cidade de veraneio. Tem no turismo a base para a fonte de renda de muitos dos seus munícipes, considerando-se toda a movimentação nas demais atividades ligadas ao potencial turístico da região, como a pesca, o artesanato e o comércio, com a disponibilidade de pousadas e restaurantes localizados à beira-mar.

A beleza natural encantadora do lugar, a população tranquila e o mar de águas calmas compõem a gama de atrativos para os visitantes. As 25 piscinas naturais existentes nos seus domínios territoriais tornam a cidade de Paripueira um local que nasceu para o turismo.

Diversas espécies encontram abrigo
e área de reprodução no Parque.
Foto - Juliano Maurício Fritscher





A Reserva recebe o nome Pedra Talhada devido às fissuras presentes nas rochas expostas.
Foto - Neno Canuto

Reserva Biológica (REBIO) de Pedra Talhada

Aspectos gerais

A Reserva Biológica de Pedra Talhada é uma Unidade de Conservação Federal, de Proteção Integral, criada em 13 de dezembro de 1989 sob o Decreto Federal nº. 98.524. Situada entre os municípios de Quebrangulo (AL) e Lagoa do Ouro (PE), mais precisamente na Serra dos Guaribas, abrange parte dos dois municípios, totalizando uma área de 3.840,21 hectares ou 38,4021km², em um perímetro de 30,71 km.

A Reserva recebe o nome de Pedra Talhada devido às fissuras presentes nas rochas expostas que são decorrentes do intemperismo físico (tempo, vento e chuva) que atua esculpindo suas superfícies, conferindo-lhes uma beleza cênica que foi retratada em uma das crônicas do escritor alagoano Graciliano Ramos.

Não por acaso, recebe esta tipologia de Unidade de Conservação por constituir um relevante refúgio de espécies endêmicas da fauna e da flora típicas da região de transição entre os biomas da Caatinga e da Mata Atlântica. Algumas dessas estão arroladas no catálogo de espécies em risco de extinção do ICMBio, como são os casos do gavião-pomba (*Amadonastur lacernulatus*) e da orquídea *Cattleya labiata*.

A Reserva foi criada a partir de uma proposta feita ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) pela Associação Nordeste, a Secretaria de Estado do Planejamento e do Orçamento



Perereca-de-boca-pintada registrada na REBIO de Pedra Talhada.
Foto - Marcos Dubeux

de Alagoas e o Instituto do Meio Ambiente de Alagoas (IMA/AL), devido à necessidade de se dispor de um instrumento jurídico que garantisse a proteção definitiva daquela área, uma vez que o Parque Estadual de Pedra Talhada, criado em 1985, não fora efetivado por falta de recursos.

Com sede situada a aproximadamente 150 km de Maceió (AL), a REBIO caracteriza-se por relevo majoritariamente ondulado e montanhoso, com destaque para grandes elevações como a Pedra Talhada, a Serra das Três Lagoas, os Três Lajedos, a Pedra da Cabocla e o Lajeado dos Bois, que, com 860 metros de altitude, é o ponto mais alto do estado de Alagoas.

A região também é dotada de uma rede hidrográfica muito rica. Um recente levantamento constatou cerca de 180 nascentes na Unidade, além de diversos

rios, riachos e grotas de água potável, em grande parte perenes. Os principais rios são: Cavaleiro e Corrente, desaguando no Rio Mundaú; e Carangueja e Riachão, que deságuam no Rio Paraíba. As nascentes da Unidade alimentam a barragem de Carangueja, responsável pelo abastecimento de Quebrangulo (AL), e a barragem da Companhia de Abastecimento e Saneamento de Alagoas (CASAL), que atende os municípios de Palmeira dos Índios (AL) e Estrela de Alagoas (AL). Os municípios pernambucanos de Correntes e Lagoa do Ouro também recebem água da Reserva.

A REBIO havia perdido 16,24% de sua área de mata entre 1987 e 2007, uma mudança causada principalmente devido a ações humanas ligadas à extração de madeira, agricultura e criação de áreas para o pasto. O principal alvo do desmatamento é a sucupira, mas na



A flora da região chama a atenção também pela beleza.
Foto - Neno Canuto

Reserva podem ser encontradas outras várias espécies arbóreas de valor comercial, como o cedro, o pau amarelo, o pau d'óleo, o ipê e o murici.

Aspectos físicos

A REBIO encontra-se sob domínio do clima subtúmido seco, segundo a classificação de Thornthwaite, com duas estações bem definidas: seco, durante o verão, que vai de outubro a abril; chuvoso, durante o inverno, que vai de maio a setembro. A média pluviométrica para a região é de 1.275 mm/ano e a temperatura não sofre variações significativas, ficando em torno dos 25 °C.

Do ponto de vista geológico, estende-se sobre um aglomerado de rochas ígneas de origem magmática que se soergueram e resfriaram ao entrar em contato com a superfície terrestre há mais de 540 milhões de anos, fa-



Detalhe da casca de uma entre as tantas árvores da Reserva.
Foto - Neno Canuto

zendo parte da Era Neoproterozóica. Esse soerguimento se projeta positivamente em relação ao relevo do entorno, atingindo altitude média de 900m. Geomorfologicamente é parte integrante do Planalto da Borborema, apresentando uma topografia predominantemente considerada de fortemente ondulada a montanhosa. Nessa conformação, os solos predominantes são os Argissolos Vermelho-Amarelos, típicos de ambientes relacionados à Formação Barreiras ou que sofrem influência das rochas cristalinas.

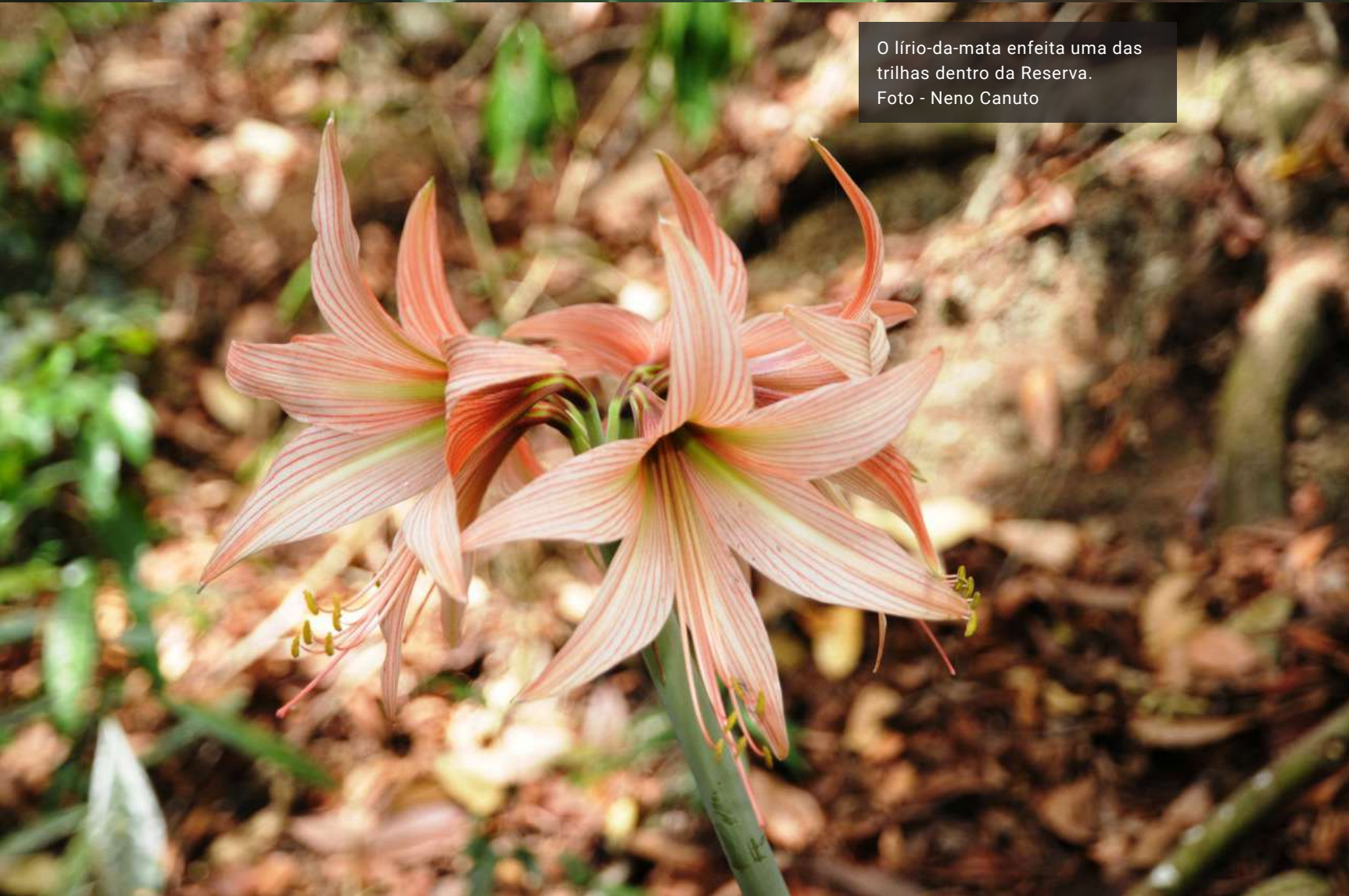
Aspectos bióticos

Flora

A Reserva resguarda relíquias significativas de vegetação com grande heterogeneidade fisionômica, constituindo-se numa raridade da paisagem fitogeográfica,



A rourea é uma das espécies sempre presentes nas matas da região.
Foto - Neno Canuto



O lírio-da-mata enfeita uma das trilhas dentro da Reserva.
Foto - Neno Canuto

num trecho do planalto da Borborema, entre os estados de Alagoas e Pernambuco.

A variação de altitude entre os fundos dos vales e os topos rochosos, de mais de 800 metros, propicia a existência de diversos ambientes que justificam a grandiosa variedade florística da reserva. A Floresta Estacional Subcaducifólia cobre grande parte do solo e, em alguns trechos, assume características de Floresta Ombrófila, fato comprovado pela ocorrência de espécies típicas desses ambientes.

Trechos rochosos estão aparentes em toda a região, sendo o de maior expressividade o da Pedra Talhada, que dá nome à reserva. Trata-se de um paredão íngreme, resultante da erosão hídrica e eólica das rochas, considerado o principal atributo paisagístico e o mais admirado do local. Merece destaque ainda a rede de drenagem formada pelos inúmeros rios e riachos que cortam a Reserva e que aumentam consideravelmente seu volume na época chuvosa. A Rebio protege os mananciais e nascentes e observa-se nitidamente a relação da vegetação com o solo e a altitude, que se reflete diretamente no porte e na composição florística.

Vários lajeados estão expostos nos topos das serras ou dentro da floresta, revestidos pela flora rupestre composta principalmente de Bromeliaceae, Orquidaceae, Cyperaceae, Euphorbiaceae, Melastomataceae, Clusiaceae, dentre muitas outras espécies. O extrato arbóreo apresenta uma elevada riqueza de espécies, tais como: amarelo (*Platymenia foliosa*), urucuba (*Vochysia thirsoidea*), louro (*Ocotea glomerata*), burdão-de-velho (*Samanea tubulosa*), asa-de-morcego (*Alseis floribunda*), pau-sangue (*Pterocarpus rohrii*), mamajuda (*Sloanea guianensis*) e sapucaia (*Lecythis pisonis*), dentre muitas outras espécies, também de hábito arbóreo, que compõem a magnitude da floresta em Pedra Talhada.

Indivíduos adultos muito antigos são observados nos trechos mais conservados, onde aparecem os jequitibás (*Cariniana legalis*) e as gameleiras (*Ficus pertusa*), que atingem 30 metros de altura. Importante registrar a presença de indivíduos jovens, de várias espécies, em toda a extensão da floresta, indicando o pleno processo de regeneração da vegetação. O estrato herbáceo é povoado por uma profusão de espécies que se alternam ao

longo dos caminhos, como as begônias (*Begonia saxicola*), orquídeas (*Habenaria pratensis*), *Sinningia nordestina*, *Ertela triflora*, *Tamonea curassavica*, *Ruellia geminiflora*, *Pterolepis trichotoma*, entre outras.

A camada de serapilheira, formada por folhas, flores e frutos, em vários estágios de decomposição, sustenta uma importante cadeia alimentar, além de regular a umidade do solo. Diversos fungos, líquens e briófitas também dependem da condição de umidade para sobreviver na reserva. O levantamento da flora da RESEC está em andamento pelos pesquisadores do Herbário MAC do Instituto do Meio Ambiente e tem referendado a riqueza florística da região. Quatro famílias de plantas trepadeiras (Cucurbitaceae, Aristolochiaceae, Dioscoreaceae e Passifloraceae) foram estudadas por Santana 2013, que registrou 26 espécies ocorrentes nas bordas e interior da reserva de Pedra Talhada, demonstrando a relevância das trepadeiras para a composição florística da Reserva.

Fauna

É a segunda Unidade de Conservação do Estado de Alagoas, só perdendo para a Estação Ecológica de Murici, com maior número de espécies de animais vertebrados endêmicos e ameaçados de extinção. Sua fauna é constituída principalmente por espécies associadas ao ecossistema de Mata Atlântica, embora esteja situada numa zona de transição, mas também podem ser encontradas nessa região espécies da Caatinga e do Cerrado.

Entre as espécies de mamíferos da Reserva Biológica Pedra Talhada, existe um grande número de roedores, de morcegos e de espécies de pequeno porte, além de alguns primatas, carnívoros, como a lontra (*Lontra longicaudis*), o jupará (*Potos flavus*) e o cachorro-do-mato (*Cerdocyon thous*) e cinco espécies de felinos. Outros mamíferos, como o tatu-galinha ou tatu-verdadeiro (*Dasypus novemcinctus*), o tamanduá-mirim (*Tamandua tetradactyla*), o quandú ou porco-espinho (*Coendou prehensilis*), a paca (*Cuniculus paca*), o veado-catingueiro (*Mazama gouazoubira*) e o quati (*Nasua nasua*), sofrem pressão da caça local, despertando grande interesse dos caçadores pela qualidade de suas carnes.



O fim-fim aparece como uma das dezenas de passeriformes registrados na Reserva.
Foto - Pedro Teia

A Reserva também abriga uma grande diversidade de espécies de aves, das quais as ameaçadas de extinção contam 22 e correspondem a cerca de 10% de todas as aves do Brasil em risco de extinção. Assim, estão entre as mais relevantes dessa Unidade, o pica-pau-anão-de-pintas-amarelas (*Picumnus exilis pernambucensis*), o zidedê-do-nordeste (*Terenura sicki*), o formigueiro-de-cauda-ruiva (*Myrmeciza ruficauda soror*), a araponga-do-nordeste (*Procnias averano*) e o arapaçu-pardo-do-nordeste (*Dendrocincla fuliginosa taunayi*). Além dessas, outras espécies estão quase ameaçadas, como o macuco (*Tinamus solitarius*); que tem decaído sua população local em consequência da pressão da caça.

Os répteis são abundantes nesse ambiente rico em abrigos, tocas e esconderijos para diversas espécies,

como o cágado-muçuã ou jurará (*Kinosternon scorpioides*), a cobra-cega (*Amphisbaena alba*), o lagartinho-do-folhico (*Coleodactylus meridionalis*), o lagarto-de-calda-azul (*Micrablepharus maximilianii*), a jararaca-verde (*Bothriopsis bilineata*) e a surucucu (*Lachesis muta*). Esta última espécie tem sido dizimada por caçadores e pessoas que frequentam as matas onde ela ocorre.

Devido ao grande número de nascentes que formam riachos e brejos, podem ser encontradas muitas espécies de anfíbios anuros (sapos, rãs e pererecas) na Reserva, como *Colostethus alagoanus*, *Rhinella granulosa*, *Dendropsophus branneri*, *Hypsiboas crepitans* e *Leptodactylus natalensis*; muitas outras espécies habitam folhagens e bromélias. Essa é uma área extremamente relevante para a conservação, por proporcionar condições ambientais



A cobra-cega ou cobra-de-duas cabeças.
Foto - Ubiratan Gonçalves da Silva

que permitem a manutenção de diversas espécies da fauna, das quais muitas estão ameaçadas de extinção, sendo por isso uma das mais importantes Unidades do estado de Alagoas.

Aspectos sociais

A pecuária de bovinos é expressiva no município de Quebrangulo, perdendo, em números de cabeças, apenas para Palmeira dos Índios, que concentra 44.480, e Viçosa, com 34.830. Na Rebio Pedra Talhada, o uso da área só poderá ser feito com cunho científico e sob condições especiais, não havendo a possibilidade para visitação pública e recreação.

A Rebio enfrenta conflitos socioambientais. A caça, que é desenvolvida mesmo com a proibição: e a extração

de mel com uso do fogo, pois a fumaça torna as abelhas menos hostis. (MMA, 2006). Mesmo com a restrição de uso e ocupação, há interação da sociedade com a Unidade, de acordo com definições do Ministério do Meio Ambiente, 2006, por:

- Moradores tradicionais que residem no interior da Unidade;
- Áreas já desapropriadas, mas ocupada até hoje por posseiros;
- Posseiros que utilizam a área da reserva para plantio de cultura de subsistência e pecuária, mas não residem;
- Proprietários não indenizados, que residem e trabalham na área.



Pescadores e as tradicionais jangadas nas áreas de pesca.
Foto - Neno Canuto

Reserva Ecológica (RESEC) dos Manguezais da Lagoa de Roteiro

Aspectos gerais

A Reserva Ecológica de Manguezais da Lagoa do Roteiro é uma Unidade de Conservação de Proteção Integral. Criada pelo Decreto Estadual nº 32.355/1987, possui 742 hectares ou 7,42km² e abrange parte dos municípios de Roteiro e Barra de São Miguel. Tem como objetivo a preservação do meio natural e limita todas as interferências sobre o ecossistema, permitindo apenas atividades como a pesca tradicional e a coleta de moluscos, além de outros recursos pesqueiros.

Atualmente, encontra-se em processo de reclassificação e alteração da nomenclatura de Resec para Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), seguindo os trâmites legais de reavaliação de Unidade de Conservação de categoria não prevista no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

A mudança, além de promover uma modificação legal, busca retificar usos que foram estabelecidos de forma equivocada no Decreto de criação da Unidade. Um deles é a permissão de pesca, mesmo que de forma artesanal, numa categoria que hoje, após o SNUC, seria equivalente a uma Reserva Biológica ou Estação Ecológica. Nessas Unidades, o uso dos recursos naturais é proibido, não cabendo, no meio do ambiente, qualquer alteração, coleta ou extrativismo advindo de ação do homem.



Raízes do mangue-verdadeiro são característicos da área.
Foto - Neno Canuto.

A proposta de reclassificação busca compatibilizar a atividade da pesca, que era praticada muito antes da criação da RESEC, com a existência do Povoado do Mangue da Palatéia, localizado no limite norte da Reserva, assim como com a produção de ostras e mariscagem.

Acesso

Partindo da capital Maceió, o acesso se dá através da rodovia estadual AL 101 Sul, após entroncamento com a rodovia AL 220, no município de Barra de São Miguel.

Aspectos físicos

Banhada pela Laguna do Roteiro, formada pelo Rio São Miguel, seu principal recurso hídrico, a RESEC detém uma grande área preservada de manguezais, que compõem a vegetação ciliar, e ilhas flúvio lagunares, for-

madas por sedimentos quaternários representados por terraços pleistocênico e holocênico.

Do ponto de vista geomorfológico, a laguna é composta também por planícies flúvio-marinhas e marinhas. A primeira, onde se encontra a área da RESEC, formada pela dinâmica de sedimentos aluviais e marinhos; e a segunda, constituída por areias quartzozas, transportadas e depositadas pelos processos marinhos.

Mais especificamente na área da Reserva, os solos típicos são os aluviais e gleissolos, formados pela ação e influência hídrica, sendo o substrato ideal para o estabelecimento do ecossistema manguezal e associados, que são os representantes típicos da vegetação de floresta perenifólia de mangue e pioneiras, características da área. Quanto aos aspectos climáticos, apresenta verão seco e inverno chuvoso, com índice pluviométrico médio de 1.600 mm/ano e clima sub-úmido a úmido.

Os manguezais servem como abrigo e área de reprodução para espécies da fauna.
Foto - Neno Canuto.

Aspectos bióticos

Flora

Os manguezais da Laguna do Roteiro formam uma das paisagens mais harmoniosas do litoral de Alagoas, fornecida pelos bosques homogêneos em bom estado de conservação e constituídos por árvores típicas desses ambientes. A visão privilegiada que se tem da praia do Gunga, do coqueiral e de toda a vegetação do manguezal, canais e pequenas ilhas, é realmente ímpar. Os meandros formados pelos canais, que têm ligação com o mar ao atingirem a praia, também adornam esse trecho da natureza, visível logo ao se chegar à ponte que atravessa a laguna, em direção ao sul do Estado.

A construção da ponte, que faz parte da AL 101 Sul, facilitou o acesso, pelo manguezal e, consequentemente, interferiu na integridade do ecossistema, além de possibilitar a ocupação dos trechos arenosos, em sua foz. O manguezal preservado pela Unidade faz parte da

formação vegetal que ocorre em toda a costa brasileira, nos locais onde há o acúmulo de água doce (rios, lagoas, estuários) e da água salgada do mar.

A composição florística do manguezal, na Resec, apresenta baixa diversidade de espécies dominantes, verificando-se apenas cinco, as quais são as mesmas que ocorrem em outras áreas de manguezal em Alagoas. A maioria das árvores, na reserva, atingem 25 metros em altura, sendo mais comuns o mangue-branco (*Laguncularia racemosa*) e o mangue-verdadeiro (*Rhizophora mangle*), principais representantes da vegetação pioneira, sob a influência flúvio-marinha, que ladeiam as duas margens da Laguna do Roteiro. As plantas produzem pequenas flores brancas, que passam despercebidas, em meio ao verde das folhas da vegetação exuberante.

O mangue-vermelho (*Avicennia germinans*) e o mangue-siriúba (*Avicennia schaueriana*) são as espécies menos observadas, aparecendo apenas em alguns pon-



O papagaio-do-mangue é uma das aves encontradas na região e que sofre com a ação de pessoas que capturam os filhotes para comércio.
Foto - Marco Freitas



Apesar de não ser mais encontrado com facilidade o arapapá é uma das aves registras na Reserva.
Foto - Ana Cecília



A garça-branca-grande procura alimentos também nas áreas mais rasas das lagoas.
Foto - Marcos Dubeux.

tos da margem dos cursos d'água. O mangue-de-botão (*Conocarpus erectus*) está presente nos trechos com solo mais compactado. Além deste, o avencão (*Acrostichum aureum*) marca presença nesse trecho circundante, bem como várias *Poaceae*, representando os capins, que dão suporte ao solo, encharcado várias vezes ao ano.

Fauna

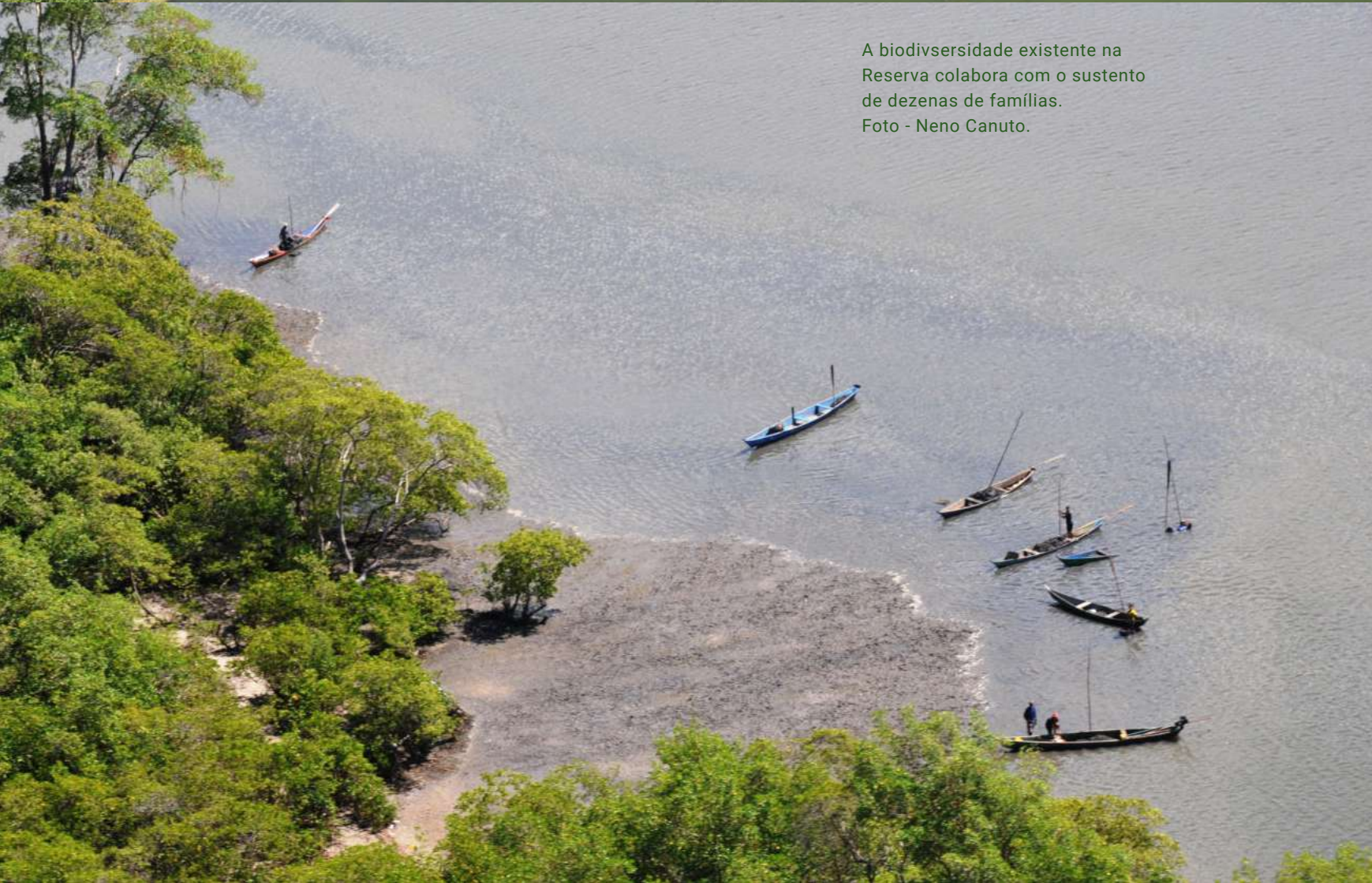
Apesar da grande diversidade de animais, principalmente de invertebrados, que ocorre nos manguezais, a fauna de vertebrados terrestres desse ecossistema é pouco estudada, uma vez que a maioria das espécies ocorre também em outros ambientes. Isso justifica a escassez de informações sobre os mamíferos, as aves, os répteis e os anfíbios da Reserva Ecológica de Manguezais da Lagoa

do Roteiro.

Poucos mamíferos possuem ocorrência conhecida para essa Unidade, sendo a espécie mais característica o guaxinim ou mão-pelada (*Procyon cancrivorus*). Esse carnívoro prefere habitar proximidades de áreas alagadas, sendo que no manguezal tem uma predileção por se alimentar de caranguejos, podendo comer também frutos e ovos. Como tem hábito noturno, dificilmente é visto pelas pessoas, mas pelo dia é comum serem encontradas diversas de suas pegadas espalhadas pela lama do mangue na maré baixa, o que denuncia a sua presença. Outro mamífero que pode ser encontrado é o sagui-de-tufos-brancos (*Callithrix jacchus*), o que confirma a capacidade dessa espécie em se adaptar e habitar praticamente todos os ambientes arbóreos.



A Resec detém grande área preservada de manguezais.
Foto - Neno Canuto.



A biodiversidade existente na Reserva colabora com o sustento de dezenas de famílias.
Foto - Neno Canuto.

Apesar da mastofauna pobre localmente, nada impede que as demais espécies que habitam áreas próximas, como o cachorro-do-mato (*Cerdocyon thous*), possam visitar as margens do manguezal à procura de alimento. Já as aves, por fazerem parte de um grupo bastante numeroso, com facilidade de deslocamento para vários ambientes e mais fáceis de serem visualizadas, possuem mais espécies conhecidas para essa região, como a curica ou papagaio-do-mangue (*Amazona amazonica*), a saracura-do-mangue (*Aramides mangle*), a figuinha-do-mangue (*Conirostrum bicolor*), o arapapá (*Cochlearius cochlearius*), o savacu-de-coroa (*Nyctanassa violacea*) e a garça-branca-grande (*Ardea alba*).

Apesar do nome papagaio-do-mangue, essa espécie também ocorre em fragmentos de Mata Atlântica. No entanto, relatos de sua reprodução só foram obtidos localmente no povoado Palatéia, onde é conhecido o hábito anual de se retirarem filhotes dos ninhos, construídos em ocós de árvores de mangue, para o comércio ou criação. A saracura-do-mangue e a figuinha-do-mangue são praticamente restritas a esse ecossistema, enquanto as três últimas espécies (arapapá, savacu-de-coroa, garça-branca-grande) podem ocorrer também em outros ambientes com áreas alagadas.

Algumas espécies de répteis já foram relatadas para essa região, como o camaleão (*Iguana iguana*), o teiú (*Tupinambis merianae*), a caninana (*Spilotes pullatus*) e, menos frequentemente, as cobras-d'água *Liophis miliaris* e *Helicops sp.*

Aspectos sociais

Os municípios que compõem a Resec de Manguezais da Lagoa de Roteiro, Barra de São Miguel e Roteiro, somam uma população de 14.230 habitantes (IBGE, 2010) e dispõem de unidades de atendimento de saúde e de ensino. O povoado da Palatéia abriga cerca de 100 residências e aproximadamente 400 moradores, conforme dados da Associação dos Moradores.

Considerado o único aglomerado urbano localizado às margens da área protegida, a Palatéia apresenta uma importante atividade: cultivo e a criação de ostras, que representa complemento ou fonte de renda para a maioria das famílias. Além das ostras, os pescadores re-

tiram o massunim, peixe e caranguejo, comuns na área de mangue, e comercializam em toda a região. Devido à representatividade da atividade marisqueira no local, a comunidade conta com uma associação que ordena a criação e a comercialização do recurso.

Os pescadores contam com o apoio do Serviço Brasileiro de apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE/AL), que estimula a atividade de forma a estabelecer o manejo sustentável da área junto com o órgão ambiental fiscalizador e educador, o IMA/AL. Desde 2002, com a realização de atividades educativas, a comunidade alia a atividade extrativista à conservação da natureza, proporcionando maior equilíbrio.

A comunidade desenvolve também o reaproveitamento da casca das ostras na produção de fármacos, fabricação de tijolos, adubação de jardineiras e produção de artesanato.



A área da Resec está inserida na APA de Santa Rita.
Foto - Neno Canuto.

Reserva Ecológica (RESEC) do Saco da Pedra

Aspectos gerais

Inserida nos limites da Área de Proteção Ambiental (APA) de Santa Rita, a Reserva Ecológica do Saco da Pedra foi criada pelo Decreto Estadual nº 6.274/1985. Possui área aproximada de 90,17 hectares ou 0,9017km², totalmente inserida no município de Marechal Deodoro, e abrange parte do cordão arenoso sul que constitui a desembocadura do Complexo Estuarino Lagunar Mundaú-Manguaba.

Tem com objetivo a preservação integral do meio natural, sendo limitadas todas as interferências sobre o ecossistema e permitidas apenas aquelas voltadas a possibilitar a estabilidade e preservação do local caracterizado pela presença de vegetação pioneira de restinga sob influência marinha e flúvio-marinha, cordões arenosos e manguezal.

Atualmente, encontra-se em processo de reclassificação e alteração da atual categoria de Resec para Refúgio de Vida Silvestre (RVS), seguindo os trâmites legais de reavaliação de Unidade de Conservação de categoria não prevista no SNUC. A reclassificação, além de promover uma modificação legal, busca reordenar e disciplinar os usos indevidos que lá se instalaram, bem como usos que comprometem os objetivos de sua criação e que se não forem devidamente tratados, poderão descaracterizá-la em definitivo através das intervenções antrópicas.



As conhecidas 'canetinhas' do mangue vermelho ou mangue verdadeiro são as sementes para a continuidade da espécie.
Foto - Neno Canuto.



O manguezal também está presente na Reserva.
Foto - Neno Canuto.

Aspectos bióticos

Flora

É representada por um amplo cordão arenoso, desnudo de vegetação em grande parte do terreno e, em alguns trechos, é recoberto pela vegetação pioneira que se estabelece sobre a influência marinha e flúvio-marinha, comum aos ambientes similares em toda a costa brasileira. Pode-se observar uma vegetação herbácea de hábito rastejante que produz raízes muito próximas umas das outras, para se prender na areia solta, devido à ação direta dos ventos e marés.

Salsa da praia (*Ipomoea pes-caprae*) e feijão da praia (*Canavalia rosea*) apresentam adaptações a esses ambientes, resistindo ao elevado aquecimento do solo e à mobilidade dos grãos de areia. Gramíneas e ciperáceas

também contribuem para a fixação do substrato arenoso. Representantes dessas famílias aparecem na RESEC Saco da Pedra, como *Sporobolus virginicus* e *Remirea maritima*, alternadas por outra espécie de feijão-de-praia (*Sophora tomentosa*), pertencente às Fabaceae, e *Scaevola plumieri*, pertencente à família Goodeniaceae. O guajuru (*Chrysobalanus icaco*), também conhecido como maçã-de-pobre, é uma planta arbustiva, que ocorre em agrupamentos e expande sua copa sobre a areia, produzindo frutos comestíveis que possuem uma polpa branca e adocicada, apreciada pela população autóctone. Segundo Ugent & Ochoa (2006), os frutos podem ser utilizados em doces e em conservas.



A jiboia é uma das cobras que habitam a região.
Foto - Neno Canuto



O camaleão é um dos animais registrados na Reserva.
Foto - Ubiratan Gonçalves da Silva.

Fauna

Apesar de não possuir grande diversidade de espécies da fauna de vertebrados em comparação com outras unidades de conservação, essa é uma área extremamente relevante, sobretudo para a proteção de aves migratórias, que viajam milhares de quilômetros e pousam na RESEC do Saco da Pedra para alimentação, repouso e engorda. Essas aves são geralmente visitantes sazonais oriundas do hemisfério norte, fugitivos do inverno Ártico. A ausência ou pelo menos a atenuação de perturbações antrópicas nos locais onde essas aves se alimentam são bem vindas, no sentido de proporcionar que consigam se alimentar direito, evitando que deixem de acumular energia suficiente e morram pelo caminho de volta aos locais de reprodução.

Há uma suspeita de que o maçarico-de-papo-vermelho (*Calidris canutus rufa*), ameaçado de extinção, também passe pelas regiões costeiras de Alagoas (incluindo essa UC) em sua migração ao sul do Brasil, por já ter sido registrado no estado vizinho (Sergipe). Entre as espécies de aves migratórias com ocorrência confirmada para essa localidade, estão o maçarico-branco (*Calidris alba*), o maçarico-de-sobre-branco (*Calidris fuscicollis*), o batuiruçu-de-axila-preta (*Pluvialis squatarola*), o vira-pedras (*Arenaria interpres*), a batuíra-bicuda (*Charadrius wilsonia*) e a batuíra-de-bando (*Charadrius semipalmatus*).

Completam a fauna de vertebrados da RESEC do Saco da Pedra outros animais, como algumas espécies de mamíferos e répteis. Ente os mamíferos, a mais comum é o sagui-de-tufos-brancos (*Callithrix jacchus*), que possui visível capacidade de se adaptar e habitar praticamente todos os ambientes providos de algum tipo de arborização. Embora não tenha sido possível a confirmação da espécie, pescadores relatam que a área é local de constantes desovas de tartarugas-marinhas, as quais costumam deixar seus rastros na área da praia durante o processo de postura dos ovos. Por ser bastante comum no litoral de Alagoas, a tartaruga-oliva (*Lepidochelys olivacea*) pode ser uma das espécies que se reproduzem

nessa reserva, devido à proximidade com a região mais ao sul do estado, que segundo o TAMAR, é uma das áreas prioritárias de desova.

Podem fazer parte da fauna local, mais precisamente nas áreas com vegetações de restinga, espécies como o camaleão (*Iguana iguana*), o calango (*Ameiva ameiva*), o calanguinho (*Cnemidophorus ocellifer*), a lagartixa-comum (*Tropidurus hispidus*), além de serpentes, como a jiboia (*Boa constrictor*). Mesmo com toda a sua importância como mais um ponto de apoio para diversas espécies de aves migratórias e para desova de tartarugas marinhas, a RESEC do Saco da Pedra atualmente é alvo de constantes perturbações antrópicas, devido ao forte turismo e a empreendimentos imobiliários, tornando cada vez mais incapaz de fornecer suporte.

Aspectos sociais

O município de Marechal Deodoro, onde está localizada a Resec do Saco da Pedra, apresenta-se como um importante sítio histórico do estado. Cidade que foi a primeira capital de Alagoas, conta com arquitetura histórica e abriga em seus limites ambientes naturais conhecidos nacionalmente. A praia do Francês, o complexo gastronômico situado no povoado da Massagueira, os passeios oferecidos por empresas de turismo com vários tipos de embarcações pelo Complexo Estuarino-Lagunar Mundaú-Manguaba (CELMM), indicam o potencial para o turismo, responsável pelo incremento da economia local.

Segundo dados do IBGE, em 2010 a população recenseada foi de 45.975 habitantes (22.709 homens e 23.268 mulheres).

A Reserva Ecológica está localizada numa região de relevante interesse ecológico. A beleza natural do local atrai a população de Marechal Deodoro, Maceió e cidades vizinhas, principalmente nos finais de semana ensolarados. A RESEC apresenta grandes problemas socioambientais, ressaltando-se a necessidade de reclassificação e ampliação do trabalho de uso e ocupação, assim como a de intensificação das atividades de educação ambiental.



A Resex de Jequiá possui grande importância ecológica e para o turismo de Alagoas.
Foto - Neno Canuto.

Reserva Extrativista (RESEX) Marinha da Lagoa de Jequiá

Aspectos gerais

A Reserva Extrativista Marinha da Lagoa do Jequiá foi criada por Decreto Federal de 27 de setembro de 2001, para atender à solicitação da própria comunidade no intuito de garantir as atividades desenvolvidas pela população tradicional, baseadas na pesca artesanal, e proteger o meio ambiente. Localizada no município de Jequiá da Praia e possuindo área aproximada de 10.203,90 hectares ou 102,039km², a RESEX é composta pela Lagoa de Jequiá, por uma porção do oceano, que adentra três milhas náuticas e se estende pela linha da costa entre os rios Taboado e Jequiá, e por parte do Rio Jequiá, no trecho compreendido entre a lagoa e o mar, incluindo os manguezais.

A Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo (pesca) e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, além de assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da Unidade (Cadastro Nacional de Unidades de Conservação – CNUC).

Além da importância ecológica dos ecossistemas, a RESEX da Lagoa do Jequiá representa um dos principais pontos turísticos de Alagoas, devido à beleza de suas praias, às diversas cores que constituem as falésias e à presença da terceira maior laguna do Estado.



A Resex é utilizada por populações tradicionais, cuja subsistência é baseada no extrativismo.
Foto - Neno Canuto.

Embora o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio) conduza os trabalhos da Reserva, a gestão é compartilhada entre diversos órgãos governamentais e a sociedade civil, totalizando 30 representantes, que compõem o Conselho Deliberativo da Unidade, para o cumprimento da Lei 9.985, de 18 de Julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).

Assim, todos os envolvidos na administração da Reserva têm a missão de buscar os meios para assegurar o uso sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis, protegendo os meios de vida e a cultura da população extrativista local, para atender aos objetivos estabelecidos no decreto de sua criação. E para isso, todos têm como desafio a resolução de conflitos e de outros problemas que ainda persistem, como por exemplo a pesca predatória, o crescimento urbano desordenado e a poluição.

Acesso

O acesso é feito através das AL 101 Sul e AL 420, tomando como origem a capital Maceió.

Aspectos físicos

Segundo a classificação de Thornthwaite, o clima da região é do tipo subúmido a úmido, com temperaturas variando em torno de 19 °C a 32 °C e médias mensais em torno de 25 °C, apresentando precipitação anual variando entre 1.700 mm e 1.900 mm, concentrada entre abril e julho. Dessa forma, o município de Jequiá da Praia está inserido na região de domínio da floresta subperenifólia, destacando-se a vegetação de pioneiras praias, as perenifólias de mangue e os campos higrófilos de várzeas do Jequiá, determinados pelas estações chuvosas com faixas de 60 a 90 dias biologicamente secos.

Quanto ao relevo, a RESEX está rodeada dos platôs de origem sedimentar terciária, que apresentam grau de



Detalhe do mangue-branco presente na vegetação da região.
Foto - Neno Canuto.

entalhamento variável, ora com vales estreitos e encostas abruptas, ora abertos com encostas suaves e fundos com amplas várzeas, na área da planície litorânea, detentoras dos Gleissolos e Neossolos nos vales, como também dos solos de mangue, que são formados pela decomposição de matéria orgânica associada aos sedimentos encontrados nas áreas fluviais em contato com a salinidade do mar.

Nos recursos hídricos, destaca-se o Rio Jequiá, que nasce entre os municípios de Belém e Taquarana, inserido na Região Hidrográfica do São Miguel, com uma área de 2.222,5 km². A Bacia do Jequiá corresponde a aproximados 822,5 km² da Região Hidrográfica.

Aspectos bióticos

Fauna

Dezenas de espécies da fauna buscam abrigo, alimento e local de reprodução nos manguezais da Lagoa do Jequiá, constituindo uma das áreas marinhas costeiras mais importantes no Estado de Alagoas, com grande concentração de animais, das quais diversos moluscos e crustáceos.

A biodiversidade dessa Reserva Extrativista também inclui muitos animais vertebrados, na sua maioria peixes, além de aves e algumas poucas espécies de répteis e mamíferos, muitas ainda desconhecidas pela maioria da população local. Alguns anfíbios anuros (sapos, rãs e pererecas) podem até ser encontrados em áreas com terra firme, como o sapo-cururu-grande (*Rhinella jimi*) e a perereca-de-banheiro (*Scinax fuscovarius*), mas, como regra geral, esses animais estão ausentes no interior de manguezais, já que sua pele permeável fatalmente iria deixá-los vulneráveis à desidratação por causa do contato com a água salobra do mangue.

Entre as diferentes espécies de aves que podem ser encontradas nessa região, destacam-se, no manguezal, o bem-te-vi (*Pitangus sulphuratus*), o carcará (*Caracara plancus*), o gavião-carrapateiro (*Milvago chimachima*), o martim-pescador-grande (*Megasceryle torquata*), o socozinho (*Butorides striata*), a garça-branca-pequena (*Egretta thula*) e a saracura-do-mangue (*Aramides mangle*) para o manguezal, além de algumas aves migratórias na região de praia. Para muitos animais, o manguezal

se traduz numa significativa fonte de alimento, sendo comum, por isso, encontrar algumas espécies, como o bem-te-vi, o gavião-carrapateiro e o carcará, que também ocorrem em outros ambientes abertos ou meio abertos.

Além das aves, ocorrem nessa região o camaleão (*Iguana iguana*), o papa-vento (*Anolis punctatus*), o cágado (*Mesoclemmys tuberculata*) e várias serpentes, entre as diversas espécies de répteis que usam o manguezal como fonte de alimento, refúgio e até para realizar seus rituais de acasalamento. No caso dos mamíferos, não é muito comum encontrar uma grande diversidade, por isso os relatos das espécies que ocorrem nessa Unidade de Conservação estão limitados aos registros de morcegos, do sagui-de-tufos-brancos (*Callithrix jacchus*), do gambá-de-orelha-branca, saruê ou sariguê (*Didelphis albiventris*) e do mão-pelada ou guaxinim (*Procyon cancrivorus*).

Devido à importância da Reserva como refúgio natural para milhares de animais, as ações de conservação devem ser direcionadas de forma a assegurar que sejam mantidas a proteção dos habitats e o disciplinamento do uso do solo na área dos manguezais da Lagoa do Jequiá.

Aspectos sociais

A Reserva Extrativista de Jequiá da Praia está localizada no município de mesmo nome, que, segundo dados do IBGE (2010), conta com uma população de 12.029 habitantes, a maioria concentrada na zona rural. Esse município possui estabelecimentos de saúde e de ensino. Sua população desenvolve a atividade extrativista, residindo sua maioria nos povoados situados às margens da lagoa, canal e mar. São 2.700 famílias, distribuídas em 13 povoados, 10 deles localizados na orla lagunar.

Dentre essas comunidades, pode-se destacar o povoado Barra de Jequiá, que se encontra num ambiente privilegiado, localizado nas margens do ambiente que guarda o encontro da Lagoa de Jequiá com o Oceano Atlântico. Ambiente que apresenta grande beleza e atrai diversos visitantes durante todo o ano. Na orla lagunar do município, observa-se o grande número de residências. É na zona rural que existe a maior concentração



A garça-branca-pequena também é encontrada na Reserva



O papa-vento é um dos animais com registro na região.
Foto - Ubiratan Golçalves da Silva



Homens e mulheres trabalham com a pesca artesanal na Reserva.
Foto - Neno Canuto.

Crianças brincam na Lagoa de Jequiá.
Foto - neno Canuto.

A pesca artesanal é uma das principais atividades encontradas na Resex.
Foto - Neno Canuto.

populacional de Jequiá da Praia. Dentre os povoados ali existentes, destacam-se Ponta da Pedra, Paturás, França, Alagoinhas, Mangabeira e Prata.

Os aglomerados urbanos possuem ligação direta com os recursos naturais existentes na região. As comunidades tradicionais têm como principal fonte de renda a pesca, e retiram das águas bagre, serrinha, vermelho, tainha, cavala e uma grande quantidade de camarão. Essa produção é comercializada para vários pontos do estado (Enciclopédia dos Municípios de Alagoas, 2012).

A agricultura ainda representa a principal atividade geradora de renda no município. A cana-de-açúcar é o principal produto cultivado. O coco também tem sua produção considerável, e no ano de 2010 se deu em 263 ha de plantação, de onde se retirou cerca de 5.000 unidades do fruto por hectare (IBGE, 2010).



Unidades de Conservação
Particulares



As bromélias encontram boas condições de sobrevivência nas matas da região.
Foto - Neno Canuto

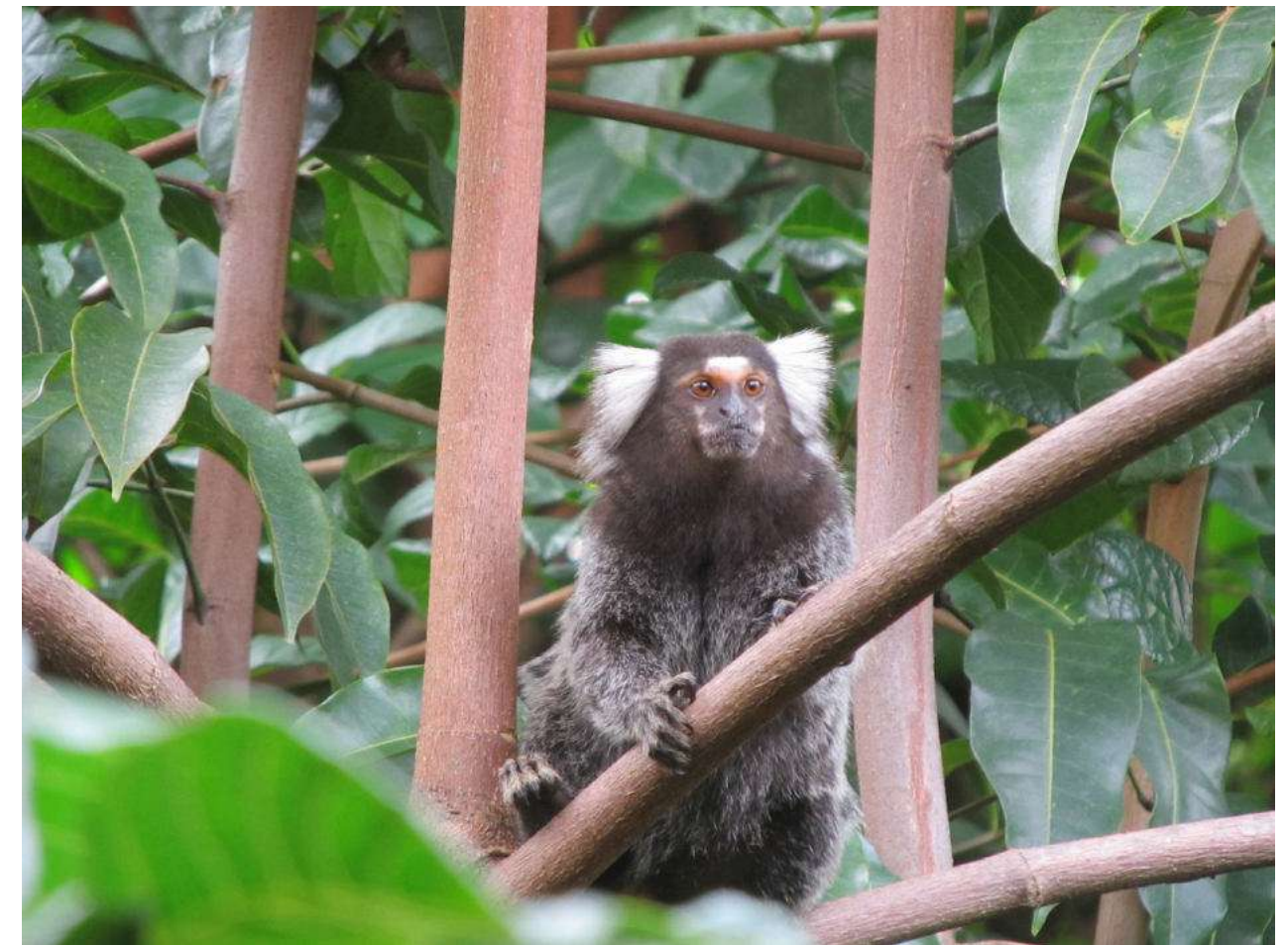
Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Aldeia do Mar

A RPPN Aldeia do Mar foi criada pela Portaria IMA nº 033/2017. Possui uma área de 31,28 hectares ou 0,3128 km² e está localizada no município de Maceió, pertencente a mesorregião do Leste Alagoano e microrregião de Maceió, tendo como proprietário, a Ativa Empreendimentos LTDA.

Os fragmentos componentes de vegetação nativa são continuidade de áreas de mata de encosta e vales, representando refúgio para a fauna nativa, visto que as áreas planas dos topos dos tabuleiros foram intensamente utilizadas para o plantio da cana-de-açúcar e atualmente a inserção da cultura do eucalipto.

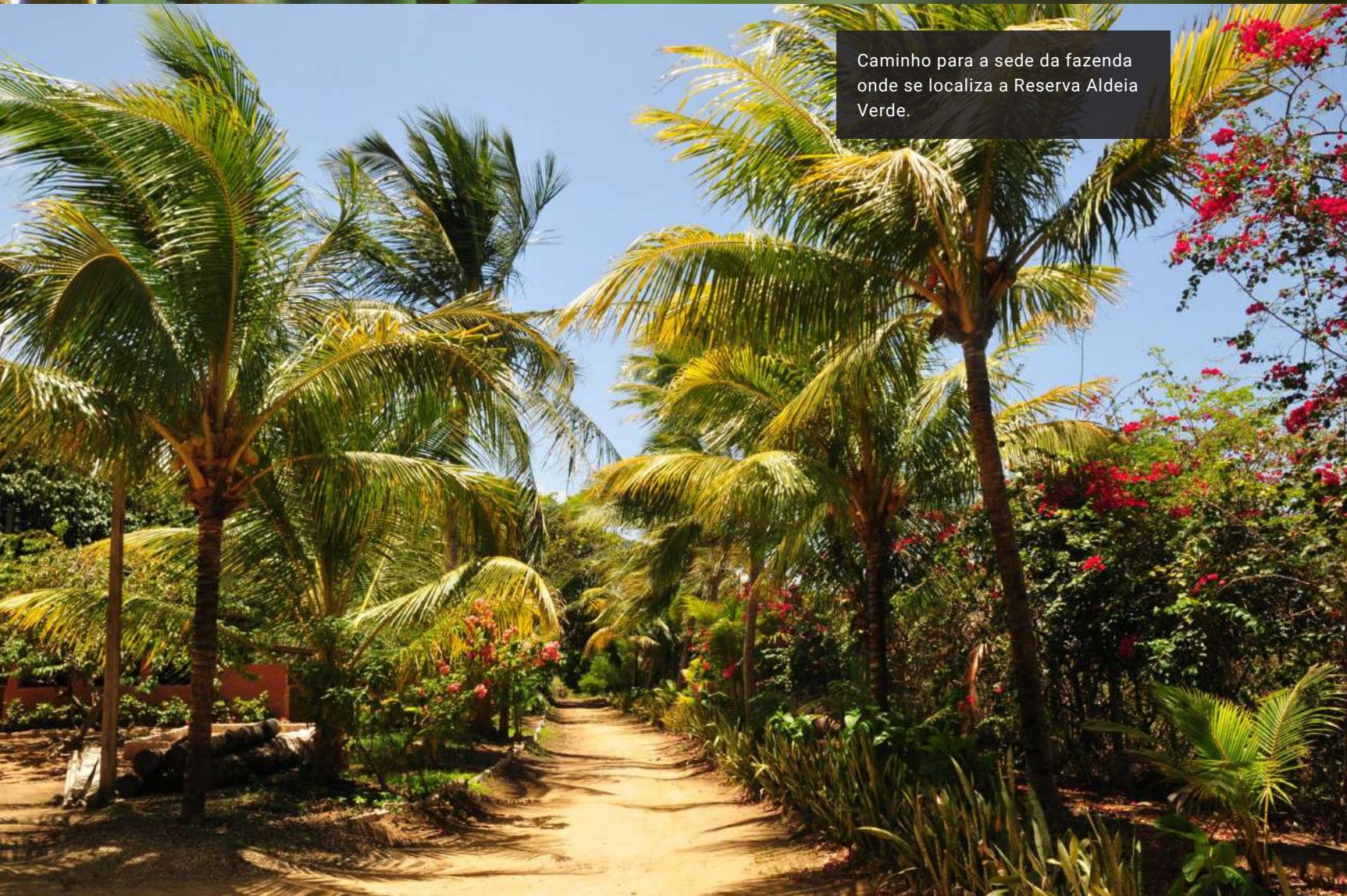
Apesar de se tratar de uma área que teve bastante interferência do homem, devido às atividades de construção do empreendimento, além da ação da população que circunda a área, foi possível observar uma elevada riqueza biológica no trecho referido, levando-se em consideração a diversidade da flora local. O contexto dos agrupamentos das plantas na vegetação da área em estudo: aspecto fechado, altura dos indivíduos (cerca de 10 m) e poucas clareiras, agrega mais elementos a importância da criação dessa Unidade de Conservação.

O sagui-de-tufos-brancos é um dos mamíferos presentes na zona da mata.
Foto - Diogo Amorim.





O cambacica ou sebite é um dos passeriformes avistados na região.
Foto - Pedro Teia



Caminho para a sede da fazenda onde se localiza a Reserva Aldeia Verde.

Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Aldeia Verde

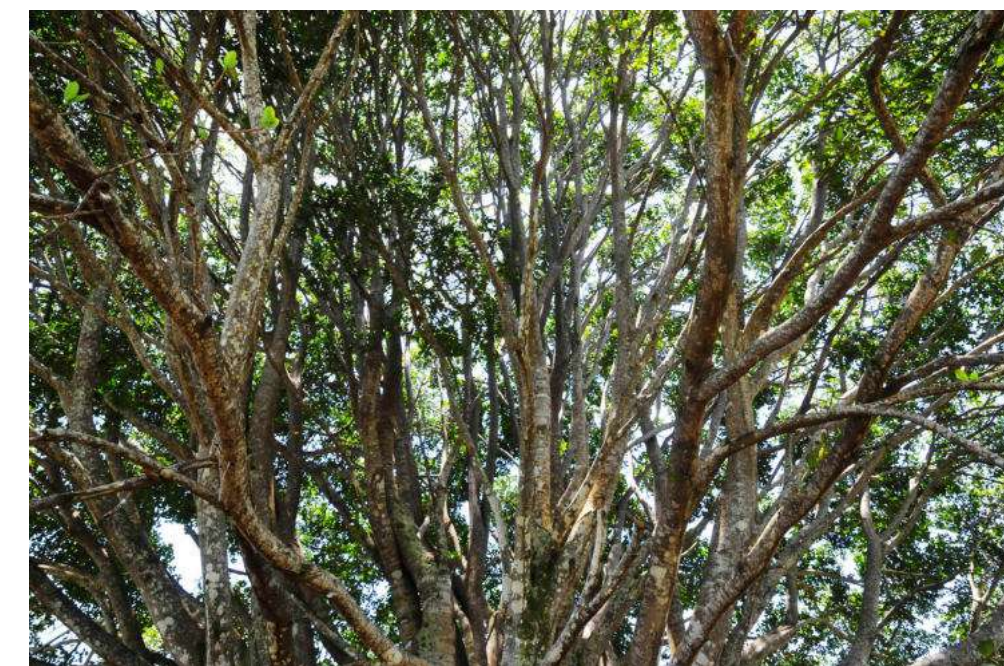
A RPPN Aldeia Verde foi criada pela Portaria IMA nº 005/2007. Possui uma área de 13,66 hectares ou 0,1366 km² e está localizada no município de Maceió, pertencente a mesorregião do Leste Alagoano e microrregião de Maceió, tendo como proprietário, o Sr. Ricardo Luiz Rocha Ramalho Cavalcanti.

A área da RPPN compreende em sua maior parte, áreas de encostas e vales na porção sul do bairro Benedito Bentes, numa área onde ocorrem intensos processos de urbanização. Na porção Noroeste, limita-se com um córrego que delimita a propriedade e é afluente do Riacho da Garça Torta.

Possui interessante fragmento do bioma Mata Atlântica, em bom estágio de conservação, detendo trechos em variados estágios de regeneração onde em épocas anteriores, a área era de domínio da cultura da cana-de-açúcar. Verifica-se o envolvimento responsável do proprietário e seus familiares na preservação da área e uso sustentável dos recursos, visto que na fazenda são produzidos alimentos orgânicos, como hortaliças, frutas, mel de abelha dentre outros produtos naturais.

Na flora local é possível observar espécies como a embiriba (*Eschweilera ovata*), embaúba (*Cecropia pachystachya*), o pau-lacre (*Vismia guianensis*) e arazá (*Psidium guineense*). Para o consumo dos proprietários, como a acerola (*Malpighia glabra*), pitanga (*Eugenia uniflora*), manga (*Mangifera indica*), graviola (*Annona muricata*), banana (*Musa spp.*), entre outras.

Na fauna há o registro do sagüi-de-tufos-brancos (*Callithrix jacchus*), e de uma espécie de carnívoro, o cachorro-do-mato ou raposa (*Cerdocyon thous*). Sobre o folhicho ou trocos das árvores, podem ser encontrados pequenos lagartos, como o papa-vento (*Anolis punctatus*) e o calango (*Ameiva ameiva*), além de cobras, a exemplo da boipeva (*Waglerophis merremii*) e da falsa-coral (*Oxyrhopus trigeminus*). Os principais exemplos de aves são o bem-te-vi (*Pitangus sulphuratus*), o sebite (*Coereba flaveola*), o suiriri (*Tyrannus melancholicus*) e o gavião-carijó (*Rupornis magnirostris*).



Na Reserva há um trabalho para que o remanescente florestal seja cada vez mais expressivo.
Foto - Neno Canuto.



Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Alfredo Elias da Rosa Oiticica

A RPPN Alfredo Elias da Rosa Oiticica foi criada pela Portaria IMA nº 033/2017. Possui uma área de 263,36 hectares ou 2,6336km² e está localizada no município de Rio Largo, pertencente a mesorregião do Leste Alagoano e microrregião de Maceió, tendo como proprietário, a Usina Santa Clotilde.

Situada no bioma Mata Atlântica do Estado, a fitogeografia da área está presente no domínio da Floresta Ombrófila, no qual, a vegetação predominante é a Campo Hidrófilo de Várzea no fundo dos vales e margens dos recursos hídricos, com Floresta Subperenifolia no entorno da área. Os fragmentos componentes são continuidade de áreas de mata de encosta e vales, representando refúgio para a fauna nativa, visto que as áreas planas dos topos dos tabuleiros foram intensamente utilizadas para o plantio da cana-de-açúcar.

Um relato interessante e importante é a presença de uma ave rara no Estado de Alagoas chamada de ferreiro (*Procnias nudicollis*), a qual se encontra identificado como vulnerável na lista de espécies ameaçadas de extinção. Esta espécie faz parte da família Cotingidae, a qual está entre as mais eficientes disseminadoras das plantas cujos os frutos se alimentam, sendo portanto extremamente importante na regeneração florestal. É um animal bastante procurado dentro do tráfico de animais silvestres devido a sua beleza e seu canto. Sua captura ilegal e a crescente destruição de seu habitat são os principais motivos da redução da população desses animais.

O ferreiro ou araponga é um importante passeriforme registrado na Unidade, ele é muito procurado por traficantes de animais. Na foto um animal em reabilitação para ser solto.
Foto - Gabriela Gama



Garibalde-macho.
Foto - Pedro Teia.



Garibalde-fêmea.
Foto - Pedro Teia.

Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN): Anhumas I, Anhumas III e Guanabara

Foram criadas pelas portarias: IMA n°s 039/2017; 037/2017 e 038/2017, respectivamente. Possuem uma área total de 418,54 hectares ou 4,1854km² (Anhumas com 71,68 hectares, Anhumas III com 40,68 hectares e Guanabara com 306,18 hectares). As RPPNs Anhumas I e III estão localizadas no município de União dos Palmares e a RPPN Guanabara, em terras de União dos Palmares e Santana do Mundaú. Municípios pertencentes a mesorregião do Leste Alagoano e microrregião Serrana dos Quilombos, tendo como proprietário o Sr. Celso Pontes de Miranda Filho.

Na RPPN Anhumas I, o acesso é de grande dificuldade, com inclinações abruptas e solo escorregadio, sendo recomendada a travessia a cavalo. O interior do vale detém pastagem e vários trechos de áreas em regeneração natural, contrastando com os topos das elevações que detém mata exuberante. A presença de espécies endêmicas da flora brasileira, espécies bioindicadoras de qualidade ambiental, além do grande porte de vários indivíduos arbóreos e a presença de poucos indivíduos de “embaúba” (*Cecropia pachystachya*) no fragmento, sugere que a área está em bom estágio de conservação, o que favorece a conservação e proteção da flora e fauna local.

A RPPN Anhumas III possui grande importância no contexto da conservação da diversidade biológica da região, visto que os remanescentes adjacentes e próximos da RPPN Anhumas I formam um dos últimos grandes blocos de Mata Atlântica que ainda restam na região. A abundância de recursos hídricos no interior da RPPN, com nascentes e córregos, favorece a ocorrência de diversos grupos da fauna, uma vez que além de ser uma fonte de des-sedentação, é também importante para a ocorrência e diversidade dos modos reprodutivos de anfíbios.

Para a RPPN Guanabara, o bom estado de conservação da vegetação em vários trechos, colabora positivamente com a preservação/manutenção das espécies; a presença de recursos hídricos – afluentes do Rio Canhoto, contribuinte do Mundaú, tais como o riacho Águas Frias que é importante indicador da preservação da área, já que mantém volume considerável de água o ano todo.

Para as três reservas, a presença de espécies endêmicas da flora brasileira, além do grande porte de indivíduos arbóreos no fragmento sugere que a área encontra-se em bom estágio de conservação, o que favorece a conservação e proteção da flora e fauna local. Existem registros para a região do pintor-verdadeiro (*Tangara fastuosa*), ave endêmica do Centro de endemismo Pernambuco (CEP) e ameaçado de extinção, registrado em poucos fragmentos do Estado e considerado tolerante às perturbações de habitat, sendo observado geralmente nas bordas dos fragmentos. Nas áreas de campos aberto adjacentes à futura RPPN foi observado inúmeros indivíduos da espécie polícia-inglesa-do-sul (*Sturnella supercilialis*), e do japacanim (*Donacobius atricapilla*), este último abundante no Brasil, mas com poucos registros no CEP.



O pássaro conhecido como policia-inglesa-do-sul é um dos que são avistados na Reserva.
Foto - Pedro Teia.



Exemplar adulto de Embaúba onde as grandes árvores já são maioria.
Foto - Neno Canuto.



Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN): Antonio Coutinho, Benedito Coutinho, Julia Silveira Coutinho

As Reservas foram criadas pelas Portarias IMA n°s 026/2017, 025/2017 e 022/2017, respectivamente. Possuem uma área total de 1.456,66 hectares ou 14,5666 km² (Júlia Coutinho com 364,92 hectares, Benedito Coutinho com 618,34 hectares e Antônio Coutinho com 473,40 hectares). Todas estão localizadas no município de Jequiá da Praia, pertencente a mesorregião do Leste Alagoano e microrregião de São Miguel dos Campos, tendo como proprietária a Usina Cansação de Simimbu S.A.

Na área da RPPN Benedito Coutinho é possível observar depósitos de areia fina, semelhante a características encontradas em áreas com aspecto do bioma Cerrado, onde o aspecto geral é de área em regeneração, pois são encontradas espécies como a “embaúba” (*Cecropia pachystachya*), que é indicadora de ambientes em estágio de regeneração.

Especificamente na área central destinada a RPPN Antônio Coutinho, existe extenso trecho em regeneração, que foi inserido na poligonal destinada ao reconhecimento como RPPN. A iniciativa é positiva e de extremo interesse para a manutenção dos processos ecológicos e de interligação de fragmentos florestais nativos.

Nos fragmentos propostos da RPPN Júlia Silveira Coutinho, se encontram num estado de conservação razoável que apresenta fisionomia essencialmente arbórea, com copas densas e estratos de alturas diferenciadas que atingem cerca de oito a 10 metros de altura, neste foram encontrados algumas palmeiras da espécie “pindoba” (*Attalea oleifera*) com cerca de 15 metros de altura.

Os aspectos de relevante interesse no reconhecimento das RPPNs apresentam destaque como o bom estado de conservação da vegetação em vários trechos, colaborando positivamente com a preservação e manutenção das espécies; a presença de recursos hídricos – afluentes do Rio Jequiá – e vestígios de pegadas de animais nativos.



A rolinha-fogo-apagou tem diversos registros na região, tanto de avistamento como de audição do canto bem característico do animal.
Foto - Pedro Teia.

Fragmentos de vegetação nativa nas bordas dos tabuleiros.
Foto - Alex Nazário



Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN): Apolinário e Senador Carlos Lyra

As Reservas Apolinário e Senador Carlos Lyra foram criadas pelas portarias IMA n°s 16/2018 e 18/2018, respectivamente. Possuem uma área total aproximada de 515,5 hectares ou 5,155 km² (Apolinário com 119,2 hectares e Senador Carlos Lyra com 396,3 hectares). A RPPN Apolinário está localizada no município de Barra de Santo Antônio e a RPPN Senador Carlos Lyra, em terras dos municípios de Maceió e Flexeiras, ambas pertencentes a mesorregião do Leste Alagoano e microrregiões da Mata Alagoana e Maceió, sendo de propriedade da Usina Caeté S/A.

Na RPPN Apolinário, o bom estado de conservação da flora, em diversos trechos, colabora para preservação e manutenção da fauna nativa, a presença dos recursos hídricos, como o Riacho da Pedra que apresenta volume de água considerável e vestígios de pegadas de animais nativos. Dentro da área foi registrada a presença de espécies de ambiente úmido, entre essas: bromélias, samambaias, briófitas e alguns líquens devido à presença do Riacho da Pedra que margeia a área da Reserva.

A RPPN Senador Carlos Lyra possui relevo ondulado, com altitudes variando de 120 a 280 metros e está situada na Bacia Hidrográfica do Rio Meirim, ocupando boa parte da elevação rochosa conhecida como Serra da Saudinha. A área está situada em uma região onde ocorrem atividades agrícolas consolidadas e mineração para extração de rochas. Ao longo dos anos a cana-de-açúcar predominou naquela região e agora está ocorrendo a substituição dessa cultura pela plantação de eucalipto.

Do ponto de vista da importância ambiental, é importante mencionar que na Mata da Saudinha, como é popularmente conhecida a RPPN da Usina Cachoeira, foi registrada a ocorrência de uma nova espécie de *Coleodactylus*, um lagarto de tamanho diminuto, que utiliza a serrapilheira do interior das florestas.

Considerando o grau de interferência humana nos fragmentos florestais da Usina Cachoeira, entre as aves ameaçadas que ocorrem na região, é provável a ocorrência de apenas do *Tangara fastuosa*. Com relação às espécies polinizadoras, foi realizado um estudo na área que identificou três espécies de beija-flores polinizadoras de Bromeliaceas, pertencentes à família Trochilidae: *Glaucisbirsutus* (Gmelin, 1788), *Phaethornisruber* (Linnaeus, 1758) e *Phaethornispretrei* (Lesson e Delattre, 1839). A presença de vertebrados polinizadores reforça a importância da conservação das espécies para o equilíbrio da dinâmica trófica e estruturação vegetal desses fragmentos.

.....

O canário-da-terra é uma das espécies de passeriformes encontrados entre Maceió e Flexeiras, região da Reserva Senador Carlos Lyra.
Foto - Pedro Teia.



O golinho é um dos belos passarinhos que podem ser encontrados na região.
Foto - Pedro Teia.

Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Baixa Grande

A RPPN Baixa Grande foi criada pela Portaria IMA nº 016/2019, possuindo uma área de 82,89 hectares, localizada no Município de Boca da Mata. O município está inserido na Mesorregião do Leste Alagoano e Microrregião de São Miguel dos Campos, sendo de propriedade da Triunfo Agro Industrial LTDA.

A RPPN é composta por três fragmentos de mata, remanescentes de uma área amplamente utilizada pelo cultivo da cana de açúcar e algumas áreas de plantio abandonado, representando faixas de regeneração ou pastagens. Situada na bacia hidrográfica do Rio São Miguel onde existem diversas nascentes no seu interior, formando córregos de volume considerável.

A vegetação é predominantemente a Floresta Subperenifólia, que se caracteriza por ser uma formação densa, rica em espécies vegetais que perde parte das folhas no período seco e ocorre, principalmente, em solos como Latossolos e Argissolos. Ocorre a presença de vegetação exuberante, principalmente nas encostas e fundo de vale. Essas áreas são importantes para refúgio da fauna nativa, tendo em vista que as planícies dos topos dos tabuleiros foram intensamente degradadas e utilizadas para plantio da cana-de-açúcar. Uma porção da área da RPPN é composta por vegetações cuja fitofisionomia é Cerrado Subperenifólio, composto por árvores esparsas e de caules retorcidos.

A presença de espécies endêmicas da flora brasileira, espécies bioindicadoras de qualidade ambiental, além do grande porte de vários indivíduos arbóreos e a presença de poucos indivíduos de “embaúba” (*Cecropia pachystachya* Trécul) na área, sugere o bom estágio de conservação. A área possui grande relevância, devido as nascentes encontradas e a diversidade da flora existente no local, merecendo estudos mais aprofundados de sua fauna.



Existem diversas nascentes no interior da Reserva, formando córregos de volume considerável e que guardam vegetação típica daquele ambiente.

Foto - Acervo Herbário IMA



Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Boa Sorte

A RPPN Boa Sorte foi criada pela Portaria IMA nº 015/2007. Possui uma área de 41,91 hectares ou 0,4191km² e está localizada em terras dos municípios de Murici e Branquinha, pertencente a mesorregião do Leste Alagoano e microrregião da Mata Alagoana, tendo como proprietária, a Sra. Teresa Maria Lins Tenório.

A Reserva Boa Sorte está inserida nos limites da Área de Proteção Ambiental de Murici e está localizada a apenas dois quilômetros da Estação Ecológica de Murici. Aqui, vários trechos de floresta Ombrófila se destacam pela beleza cênica das grandes árvores e formações rochosas presentes em seu interior. A reserva está inserida na Bacia Hidrográfica do Mundaú e é delimitada em seu limite Leste, pelo riacho que forma a famosa Cachoeira da Tiririca, principal atributo de atração de visitantes à localidade, com mais de 70 metros de altura, de grande beleza e destino de praticantes do turismo ecológico e de aventura.

É possível encontrar espécies como a embiriba (*Eschweilera complanata*), cupiúba (*Tapirira guianensis*), praxim (*Anaxagorea dolichocarpa*), japranduba (*Gustavia augusta*), cabotã (*Thyrsodium spruceanum*), canudo-de-pito (*Mabea occidentalis*), conduru (*Brosimum guianense*), e o sambacuim (*Schefflera morototoni*). No sub-bosque estão as plantas herbáceas e arbustivas, sendo mais comuns as Rubiaceae, com flores amarelas, roxas e brancas. As epífitas, cipós e trepadeiras delicadas se sustentam sobre as árvores fazendo um emaranhado que emoldura as bordas e o interior do fragmento.

Na fauna há registro de aproximadamente 175 espécies de aves que vivem nessa propriedade, onde pelo menos 18 dessas estão ameaçadas de extinção, como o gavião-de-pescoço-branco (*Leptodon forbesi*), o apuim-de-cauda-amarela (*Touit surdus*), o beija-flor-de-costas-violetas (*Thalurania watertonii*), a choca-lisa (*Thamnophilus aethiops*) e o anambezinho (*Iodopleura pipra*). Entre os mamíferos ocorrem o porco-do-mato, cateto ou pecari (*Tayassu tajacu*), o tapiti, coelho-do-mato ou lebre (*Sylvilagus brasiliensis*) e o esquilo ou caxinguelê (*Guerlinguetus alphonsei*). Possui diversas espécies de répteis e anfíbios anuros, podendo ser encontrados nessa região a cobra-cipó-grande (*Chironius carinatus*), o sapo-de-chifres (*Proceratophrys boiei*) e o camaleãozinho (*Enyalius* sp.).

O proprietário desenvolve atividades de visitação e ecoturismo, manejo sustentável como a criação de abelhas e plantio de plantas exóticas para a utilização madeireira, além de fornecer espaço para atividades diversas e quartos para acomodação de visitantes.

Afloramento em rocha dentro da Reserva.
Foto - Neno Canuto.

A saíra-amarela é uma das dezenas de espécies de passeriformes registrados na região.
Foto - Pedro teia.



A cachoeira da tiririca é um dos principais atrativos da Reserva.
Foto - Neno Canuto.



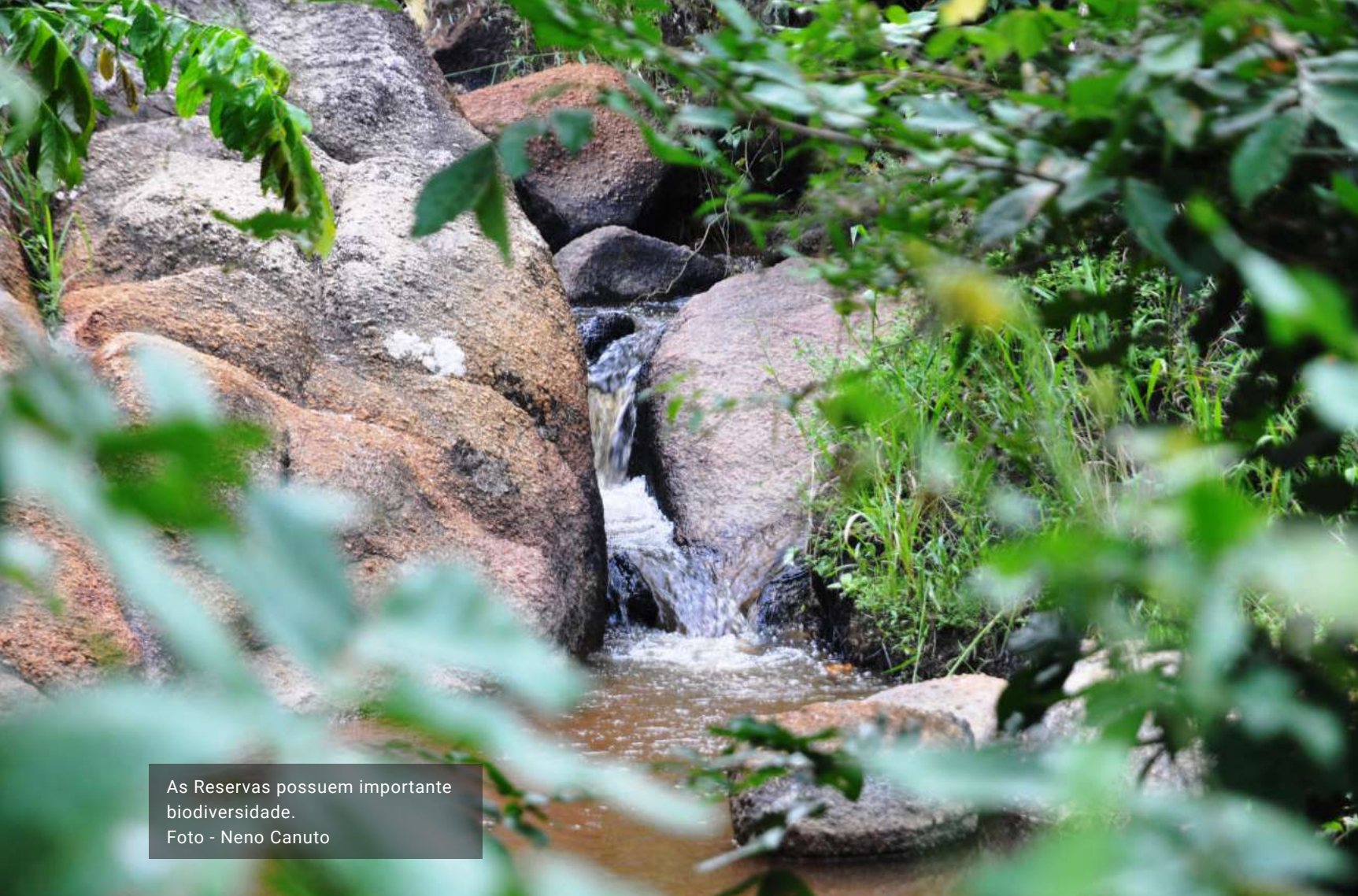
A batuíra-de-bando é uma das espécies identificadas na região e que podem procurar refúgio nas Reservas.
Foto - Pedro Teia.

Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN): Boca do Rio, Olho d'Água, Pindoba e Santa Cristina

As Reservas foram criadas pelas portarias IMA n°s 008/2017; 009/2017; 010/2017 e 011/2017, respectivamente. Possuem uma área total de 180,15 hectares ou 1,8015 km² (Olho D'Água com 48,20 hectares, Boca do Rio com 66,54 hectares, Santa Cristina com 16,04 hectares e Pindoba com 49,37 hectares). Todas estão localizadas no município da Barra de São Miguel, pertencente a mesorregião do Leste Alagoano e microrregião de Maceió, tendo como proprietário o grupo Mendo Sampaio S/A.

Por integrar o Mosaico de RPPNs da Bacia do Rio Niquim, suas características ambientais são semelhantes as demais, sendo composta de área de mata presente nas encostas e vales que recortam o interior dos tabuleiros costeiros da região. Entretanto destaca-se a RPPN Santa Cristina, que detém área mais plana e é composta nas adjacências por várzea alagada e vegetação típica desses ambientes. Há de se destacar a vegetação que margeia a bacia do Rio Niquim que traz inúmeros benefícios a fauna local, uma vez que estas áreas proporcionam cobertura e alimentação para peixes e outros componentes da fauna aquática e da fauna terrestre que se alimenta de pequenos animais e de matéria orgânica submersa. As áreas nativas formam corredores para fauna, permitindo que animais silvestres possam se deslocar de uma região para outra, em busca de alimento, abrigo e acasalamento.

A área protegida nas quatro RPPNs possui elevada importância para a manutenção e proteção ambiental da região, mais especificamente do Rio Niquim e, como algumas não são contíguas, podem proporcionar incentivo a outros proprietários de terras vizinhas a reconhecer suas áreas nativas como RPPN.



As Reservas possuem importante biodiversidade.
Foto - Neno Canuto



As três Reservas são compostas por fragmentos de vegetação secundária.
Foto - Neno Canuto.

Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) Bosque, Cachoeira e Triunfo

As três Reservas foram criadas pelas portarias IMA nºs 012/2009, 014/2009 e 015/2009, respectivamente. Possuem uma área total de 702,05 hectares ou 7,0205km² (Cachoeira com 221,34 hectares, Triunfo com 146,71 hectares e Bosque com 334 hectares). As RPPNs Cachoeira e Bosque estão localizadas no município de Maragogi e a RPPN Bosque no município de Japaratinga, pertencentes a mesorregião do Leste Alagoano e microrregião do Litoral Norte Alagoano, tendo como proprietário o Sr. Marceal Vasconcelos Silva - representante legal da Agro Industrial São Gonçalo S/A.

As três são compostas por fragmentos de vegetação secundária e apresentam, em suas adjacências, plantio de cana-de-açúcar, pastagens, fruticulturas, assim como áreas remanescentes de mata atlântica, com a possibilidade de criação de corredores. O conjunto fisionômico está inserido na Zona da Mata, porção Noroeste do Estado de Alagoas, no Planalto da Borborema. As espécies nativas ocorrentes fazem parte da Floresta Ombrófila que outrora se expandia vigorosamente e ocupava grande parte da região norte de Alagoas.

A RPPN Cachoeira possui um riacho de grande porte que margeia parte da reserva, servindo também atrativo para visitantes e moradores local. Entre as aves há a rendeira (*Manacus manacus*), o arapaçu-de-bico-branco (*Dendroplex picus*), a maracanã-pequena (*Diopsittaca nobilis*), o sabiá-barranco (*Turdus leucomelas*), além do anambezi-nho (*Iodopleura pipra*), ameaçado de extinção. Mas não é só a avifauna que encanta pela sua beleza e diversidade, animais como a falsa-coral (*Oxyrhopus petola*), a jararaca (*Bothrops leucurus*) e o papa-vento (*Anolis punctatus*), são alguns entre dezenas de répteis da região.

A RPPN Triunfo é um Posto Avançado da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica que possui grande quantidade de sucupiras, onde na época de floração, observa-se o belo colorido das flores no meio de todo o verde ao longo da mata apresentando fisionomia arbóreo-arbustiva com algumas clareiras que possibilitam ampla entrada da luz, favorecendo plântulas e sementes disponíveis no solo que necessitem desta condição para o seu desenvolvimento.

Na área da RPPN Bosque há muitos atrativos cênicos e naturais, como uma trilha que leva o visitante a um imponente visgueiro, aonde os dobramentos das suas raízes chegam a aproximadamente um metro e meio da altura acima do solo, a impressionante atuação das aranhas que formam grandes mantos de teias maciços que seguem desde os troncos até a copa de algumas árvores além de uma bela cachoeira. Aqui, as aves normalmente são os primeiros animais a serem encontrados, a exemplo do papa-formiga-vermelho (*Formicivora rufa*), da jandaia-verdadeira (*Aratinga jandaya*) e do rabo-branco-rubro (*Phaethornisruber*), sendo este último, a menor espécie de beija-flor da avifauna em Alagoas.

É importante destacar que na Reserva Cachoeira é centralizado todo o trabalho de educação ambiental realizado pela equipe de gestão ambiental da Usina. O esforço contínuo em ressaltar a importância da preservação, em todas as suas etapas, tem mostrado a estudantes de todas as idades que atitudes simples, quando somadas, podem fazer diferença no processo de recomposição da biodiversidade.



O sabiá-barranco é um dos belos exemplares de passeriformes registrados na região.
Foto - Pedro Teia.

Os fragmentos com remanescentes da vegetação nativa resistem guardam importantes espécies da flora e fauna.
Foto - Maurício Carnaúba.



Nas Reservas há árvores que ultrapassam 20 metros de altura.
Foto - Neno Canuto



Mais de 60 espécies de aves já foram registradas nas Reservas, entre elas o sanhaçu-cinzento.
Foto - Pedro teia



A Reserva Cachoeira está encravada no sopé da serra de Tanque d'Arca.
Foto - Neno Canuto.

Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) Cachoeira e Santa Fé

As RPPNs Santa Fé e Cachoeira foram criadas pelas portarias IMA n.ºs 022/2008 e 023/2008, respectivamente. Possuem uma área total de 51,18 hectares ou 0,5118km² (Santa Fé 17,76 com hectares e Cachoeira mais 33,42 hectares). As duas Reservas estão localizadas no município de Tanque D'Arca, pertencente a mesorregião do Agreste alagoano e microrregião de Palmeira dos Índios, tendo como proprietário o Sr. Luiz Alberto Fonseca de Lima.

A região onde se localizam as Reservas representa uma área de transição ecológica, pois a vegetação apresenta exemplares típicos dos dois principais biomas alagoanos: a Mata Atlântica e a Caatinga. A região possui vales atravessados pela rede de drenagem que forma o Riacho São Miguel, com relevo movimentado no domínio da floresta estacional decidual. Especificamente a RPPN Cachoeira está encravada no sopé da Serra de Tanque d'Arca (ou Serra do Cruzeiro), um paredão rochoso de imponente beleza, avistado a partir de variadas distâncias da região.

Na RPPN Santa Fé, o fragmento reúne espécies de porte baixo (3 a 5 metros) com a presença de algumas emergentes que ultrapassam os 15 metros em altura. É impressionante a quantidade de aves típicas da área total da propriedade, 117 espécies, das quais 66 ocorrem na RPPN. Essa grande diversidade tem motivado o proprietário a incentivar a soltura de aves nativas na área de sua reserva, a exemplo do sanhaçu-cinzento (*Tangara sayaca*), do canário-da-terra-verdadeiro (*Sicalis flaveola*) e do pintor-verdadeiro (*Tangara fastuosa*), espécie ameaçada de extinção.

A RPPN Cachoeira está revestida pela Floresta Estacional, embora apresente alguns trechos com fisionomia e florística semelhantes a da Floresta Ombrófila. A cobertura vegetal vigente possibilita sombreamento para as epífitas e outras herbáceas que ocupam o sub-bosque. Convivem o cabotá (*Cupania oblongifolia*), sapucaia (*Lecythis pisonis*), açoita-cavalo (*Luehea ochrophylla*), carne-d'anta (*Roupala montana*), sucupira (*Bowdichia virgilioides*), embiriba (*Eschweilera ovata*) com aquelas de clima mais seco como os juazeiros (*Zizyphus spp*), angico (*Anadenanthera macrocarpa*), catingueira (*Caesalpinia pyramidalis*), imburana (*Commiphora leptopheos*) e quixabeira (*Sideroxylum obtusifolium*).

A RPPN Santa Fé é reconhecida pelo IBAMA como área de produção e coleta de sementes de espécies nativas, utilizada para pesquisa científica, onde estudantes de biologia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) realizam pesquisas a respeito da fauna e flora regional. O Herbário MAC do IMA também realiza coleta e pesquisa, com diversas incursões para composição da lista oficial do Estado. No caso da RPPN Cachoeira, a passagem de pessoas pela unidade é autorizada apenas na época da semana santa, quando moradores caminham em romaria ao topo da Serra do Cruzeiro, representando o Calvário de Cristo.

Destaca-se também as atividades de divulgação e educação ambiental propostas pelo proprietário das RPPN Santa Fé e Cachoeira, envolvendo a população e principalmente os estudantes da rede pública a conhecer e proteger esse patrimônio que, segundo suas palavras, “não pertence a ele e sim ao povo de Tanque D'Arca e ao estado de Alagoas”.



Fragmento da RPPN Canadá ao fundo, com pastagem nos arredores.
Foto - Neno Canuto.

Registro de fungo na RPPN Canadá.
Foto - Fernando Pinto



A imbiriba é uma das espécies da flora encontradas na Reserva.
Foto - Neno Canuto.

Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Canadá

A RPPN Canadá foi criada pela Portaria IMA nº 004/2007. Possui uma área de 8,5 hectares e está localizada no município de Mar Vermelho, pertencente a mesorregião do Agreste alagoano e microrregião de Palmeira dos Índios, tendo como proprietário, o Sr. Álvaro Arthur Lopes de Almeida.

A região onde se localiza a Reserva representa uma área de transição ecológica, pois a vegetação apresenta exemplares típicos dos dois principais biomas alagoanos: a Mata Atlântica e a Caatinga. A altitude da região varia entre 650 e 1000 metros, detendo um clima ameno a frio, principalmente durante a noite, o que faz a cidade de Mar Vermelho ser conhecida como a “Suíça Alagoana”, tendo sua menor temperatura registrada em 10°C em julho de 2010.

É impressionante o número de epífitas no interior desta RPPN, que exibem suas flores roxas perfumadas. Outras espécies arbóreas que merecem destaque são indivíduos de Pau Sangue, Canzenze, Jatobá de largos dosséis, chegando a ultrapassar 20 metros de altura. A maioria das espécies da fauna que ocorrem nesse remanescente florestal é de pequeno e médio porte. Entre os mamíferos, podem ser citados a cutia (*Dasyprocta prymnolopha*), o gambá-de-orelha-branca (*Didelphis albiventris*), o punaré (*Thrichomys apereoides*), o rato-do-mato (*Wiedomys pyrrhorhinos*) e o sagüi-de-tufos-brancos (*Callithrix jacchus*).

A área da Fazenda que abriga a RPPN Canadá corresponde a uma propriedade que desenvolve a atividade de pecuária de forma bem expressiva. Mesmo assim, o local detém uma exuberante beleza paisagística e é aberto à visitação para pesquisas e contemplação.

As orquídeas nascem naturalmente e também cultivadas pelos proprietários.
Foto - Flávia Cavalcante.





O sabiá-do-campo pode ser visto nos fragmentos de vegetação e nos arredores.
Foto - Pedro Teia.



Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN): Conceição Lyra 1, Conceição Lyra 2, Conceição Lyra 3, Conceição Lyra 4

As quatro Reservas foram criadas pelas portarias IMA n°s 21/2018; 20/2018; 17/2018 e 19/2018, respectivamente. Possuem uma área total aproximada de 1.337 hectares ou 13,37km² (Conceição Lyra 1 com 40,40 hectares, Conceição Lyra 2 com 348,1 hectares, Conceição Lyra 3 com 853 hectares e Conceição Lyra 4 com 95,4 hectares). Todas estão localizadas no município de Penedo, pertencente a mesorregião do Leste Alagoano e microrregião de Penedo, tendo como proprietária a Usina Caeté S/A.

Situadas na bacia hidrográfica do Rio Piauí, cabe ressaltar que estão mais especificamente situadas nas matas e encostas do Rio Marituba, que a jusante irá desaguar na várzea do Marituba, o Pantanal Alagoano, como é popularmente conhecido, contribuindo diretamente naquele ecossistema único para o estado de Alagoas.

A vegetação é inteiramente inserida na Região Fitogeográfica da Floresta Estacional, de Floresta Subperenifólia caracterizada como uma formação densa, alta, e rica em espécies vegetais. Essas áreas são importantes para refúgio da fauna nativa, tendo em vista que as planícies dos topos dos tabuleiros foram intensamente degradadas e utilizadas para plantio da cana-de-açúcar.

Mais especificamente na RPPN Conceição Lyra 2, adentrando pela trilha que dá acesso a barragem do Rio Marituba foi observado ainda que a área possui características singulares aos outros fragmentos do mosaico, onde se vislumbra na vegetação e no tipo de solo (pedregoso) características de Cerrado, encontrando-se em área de encosta e vale. Na margem da barragem a vegetação é diferente das demais da área proposta sendo composta predominantemente por espécies arbustivas e herbáceas, entre elas várias Cyperaceae, Poaceae, Portulacaceae dentre outras.

A existência de mamíferos como cutia (*Dasyprocta* sp), tamanduá-mirim (*Tamandua tetradactyla*), Capivara (*Hydrochoerus hydrochaeris*), lontra (*Lontra longicaudis*), raposa (*Cerdonion thous*), quati (*Nasua nasua*), jaguatirica (*Leopardus pardalis*), gato-do-mato (*Leopardus tigrinus*), cuandu-mirim (*Coendou speratus*) também podem ser encontrados de acordo com relatos. Estes dois últimos citados se encontram na categoria 'Em perigo' na lista nacional de animais ameaçados de extinção. Indicação esta, que torna a área de grande importância para conservação.

Tamanduá-mirim.
Foto - Gabriela Gama.



A Reserva possui uma grande população de jararacas, para entrar na mata é preciso cuidados especiais.
Foto - Gabriela Gama.

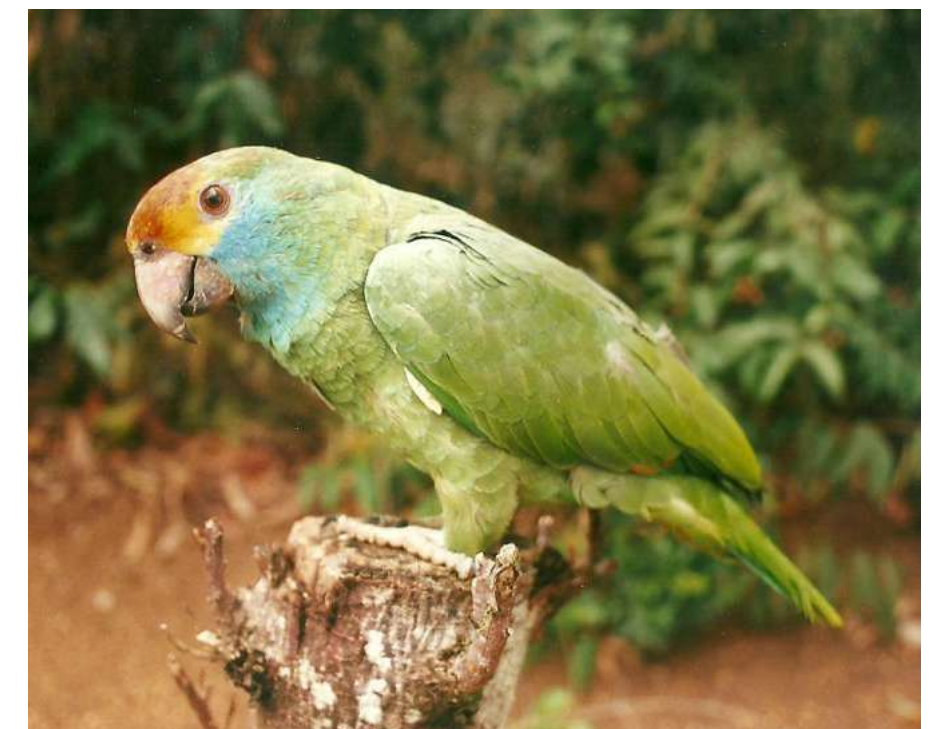
Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Dubinha Guimarães

A RPPN Dubinha Guimarães foi criada pela Portaria IMA nº 028/2017. Possui uma área de 631,36 hectares ou 6,3136km² e está localizada no município de Campo Alegre, pertencente a mesorregião do Leste Alagoano e microrregião de São Miguel dos Campos, tendo como proprietária a Industrial Porto Rico S/A.

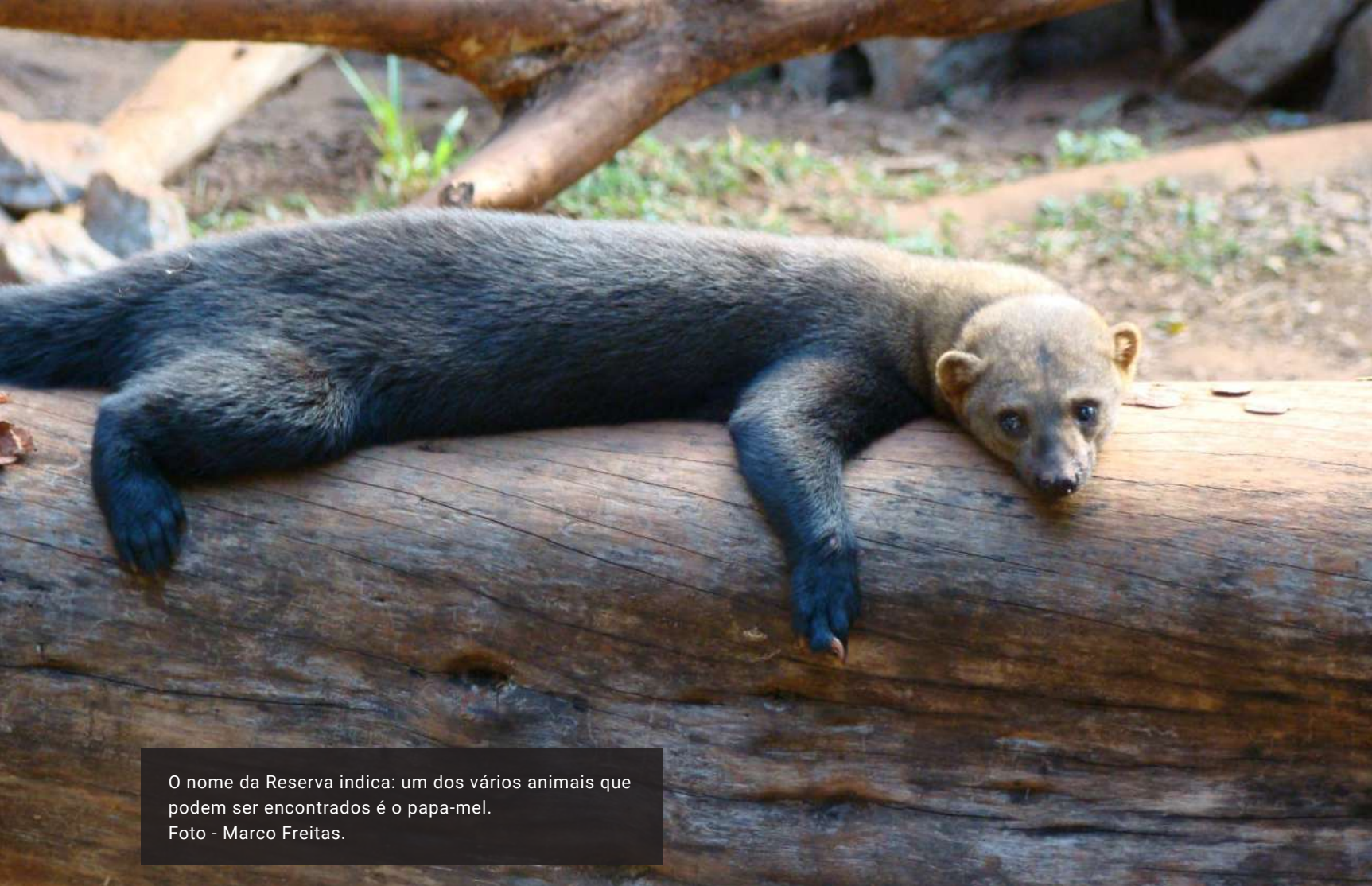
O fragmento representa uma massa contínua de vegetação nativa de floresta ombrófila aberta, marcada pela presença de algumas clareiras formadas pela queda natural de indivíduos florestais. Ocorrem proximidades com matas ciliares de corpos d'água adjacentes, representando refúgio e corredor para a fauna nativa. Uma característica que impressiona é a sua totalidade em terreno plano já que áreas como essa já foram totalmente desmatadas para o plantio da cana.

Há relatos de registros de ocorrência de mamíferos dispersores de grande porte como Guariba (*Allouata belzebu*) e Macaco-prego (*Sapajus sp.*), espécies estas importantes na dispersão de sementes para manutenção da flora e refúgio para a fauna. Outro aspecto importante é que a área se localiza nas proximidades de um outro fragmento no mesmo município, onde já foi registrado o Mutum-de-alagoas já extinto na natureza e o papagaio-chauá (*Amazona rhodocorytha*), espécie ameaçada nacionalmente. Recentemente em estudos desenvolvidos por ornitólogos e pesquisadores da Universidade de São Paulo, foram avistados alguns exemplares desta última espécie citada, a qual provavelmente em seus deslocamentos usam a área vistoriada para alimentação e refúgio.

Outros animais encontrados na área, relatados pelos funcionários da Usina Porto Rico e pesquisadores da área são a preguiça-comum (*Bradypus variegatus*), sagui (*Callithrix jacchus*), quati (*Nasua nasua*), sabiá-laranjeira (*Turdus rufiventris*), sanhaço-cinza (*Tangara sayaca*), jiboias (*Boa constrictor*), jararaca (*Bothrops sp.*). Quanto as jararacas, a área também se destaca. Segundo alguns estudiosos, a RPPN Dubinha Guimarães detém uma alta população desses répteis, fazendo com que sejam exigidos cuidados especiais nas incursões pela mata.



Há registro do chauá, espécie de papagaio ameaçado de extinção, em um fragmento vizinho de vegetação nativa.
Foto - Marco Freitas.



O nome da Reserva indica: um dos vários animais que podem ser encontrados é o papa-mel.
Foto - Marco Freitas.



As três Reservas possuem importantes fragmentos da Mata Atlântica.
Foto - Neno Canuto.

Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN): Estrela do Sul, Papa Mel e Porto Alegre

As RPPNs Papa Mel, Estrela do Sul e Porto Alegre foram criadas pelas portarias IMA n°s 008/2012, 0009/2012 e 010/2012, respectivamente. Possuem uma área total de 133,06 hectares ou 1,3306km² (Papa Mel com 27,56 hectares, Estrela do Sul com 52,56 hectares e Porto Alegre com 52,94 hectares). A RPPN Estrela do sul está localizada no município de Colônia Leopoldina e as Reservas Papa Mel e Porto Alegre, em terras de Colônia Leopoldina e Novo Lino, pertencentes a mesorregião do Leste Alagoano e microrregião da Mata Alagoana, tendo como proprietário o Sr. Diego Tenório Guimarães.

As três Reservas estão inserida na Área de Proteção Ambiental (APA) de Murici, fazendo parte de um complexo de áreas particulares, de importância estratégica para a proteção de remanescentes florestais e corredores ecológicos. A mata das três é caracterizada por extrato arbóreo, com árvores que podem chegar a 30 metros de altura, representada por espécies comuns nas áreas de Floresta Ombrófila do Estado de Alagoas.

A região é conhecida pela sua grande diversidade de mamíferos, aves, répteis e anfíbios. A avifauna é o grupo mais numeroso, há uma incrível variedade de espécies de aves com diversas cores e tamanhos, como o saí-azul (*Dacnis cayana*), o balanço-rabo-de-bico-assoavelado (*Ramphocaenus melanurus*), o sabiá-laranjeira (*Turdus rufiventris*), a saíra-militar (*Tangara cyanocephala*) e o chupa-dente (*Conopophaga lineata*), esses duas últimas ameaçados de extinção.

O nome da Reserva Papa Mel já denuncia: um dos vários animais que podem ser encontrados na RPPN é o papa-mel (*Eira barbara*), nome dado em decorrência da sua predileção por mel. Também conhecido como irara, é um mamífero onívoro, ou seja, que se alimenta tanto de frutas, como de carne, caçando aves, ratos, esquilos e até mesmo cutias.

A Reserva Estrela do Sul possui dois importantes fragmentos de mata atlântica, situados em terreno de encosta, com declive acentuado, configuram importantes áreas de preservação permanente das áreas de relevo movimentado da região. Com um trabalho de recomposição florestal de áreas adjacentes, os dois podem ser unidos. A Reserva Papa Mel situa-se adjacente a Reserva Porto Alegre apresentando uma continuidade da sua cobertura vegetal. As duas possuem uma característica marcante na composição em terreno de encosta, com declive acentuado, configurando importante Área de Preservação Permanente (APP) das áreas de relevo movimentado da região.

A Reserva Porto Alegre é caracterizada pela presença de árvores altas. Próximo a uma nascente que brota no interior da unidade são vistas espécies herbáceas e arbustivas, pertencentes às famílias Cyperaceae, Piperaceae, Commelinaceae, Melastomataceae e Fabaceae. Algumas espécies são vistas apenas nos trechos sombreados, além de samambaias, fungos e líquens. Formigueiros nos caminhos e ninhos de pássaros nas copas das árvores são vistos constantemente no interior do fragmento.

Os principais problemas encontrados são as condições sanitárias dos aglomerados, interferências antrópicas referentes ao uso desordenado e os impactos ambientais provocados pelo desmatamento e a caça. As Reservas estão situadas em zonas rurais, cercadas por áreas de canaviais, os povoados localizados no entorno abrigam, em maioria, trabalhadores da destilaria pertencente à Usina do mesmo proprietário das RPPN.



O jité é um dos exemplares da
vegetação nativa.
Foto - Neno Canuto.



As árvores podem chegar a
30 metros de altura.
Foto - Neno Canuto.



Entre as aves registradas na região aparece a coruja-buraqueira. Foto - Pedro Teia.

Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN): Eustáquio Toledo Neto e Tarcizo Toledo Carnaúba

As Reservas Eustáquio Toledo Neto e Tarcizo Toledo Carnaúba foram criadas pelas portarias IMA n°s 006/2017 e 020/2017, respectivamente. Possuem uma área total de 747 hectares ou 7,47km² (Eustáquio Toledo Neto com 637,16 hectares e Tarcizo Toledo Carnaúba com 109,87 hectares). A RPPN Eustáquio Toledo Neto está localizada em terras dos municípios de Marechal Deodoro e São Miguel dos Campos e a RPPN Tarcizo Toledo Carnaúba, em Marechal Deodoro, pertencentes a mesorregião do Leste Alagoano e microrregiões de Maceió e de São Miguel dos Campos, tendo como proprietário a Companhia Açucareira Central Sumaúma.

As características das áreas reconhecidas como RPPN são praticamente as mesmas pois fazem parte de fragmentos de vegetação que se localizam na mudança de plano das encostas e vales de afluentes do Rio Niquim, com declividade acentuada e de difícil acesso. Esses vales foram entalhados pela ação hídrica nos topos tabuliformes dissecados da região, moldados pela ação do intemperismo, responsáveis por ondulações no relevo da área tendo representações em forma de vales dissecados, com características de relevo que variam de plano, suave ondulado a forte ondulado.

Em alguns pontos, existem acessos para a passagem de veículos, o que promoveu o acesso a algumas áreas

facilitado pela população, representando áreas onde o proprietário deverá gerenciar o uso das pessoas. E devido a visita da população para utilização da área como espaço de lazer de forma desordenada, foi visto em alguns limites externos materiais inorgânicos deixados por visitantes e algumas trilhas na mata, que estavam interferindo no equilíbrio natural do local. Com isso, ambas RPPNs têm a função essencial de revitalizar e ordenar tal atividade.



Um dos motivos para criar as Unidades é ordenar a visitação e evitar a destruição da vegetação remanescente. Foto - Neno Canuto.



As Reservas possuem uma boa estrutura de receptivo para eventos, passeios educativos e visitas.
Foto - Neno Canuto.



A garça-branca-grande é encontrada em diversos locais de Alagoas e também na área da Reserva.
Foto - Pedro Teia.

Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN): Garabú e Serra d'Água

As RPPNs Garabu e Serra d'Água foram criadas pelas Portarias IMA nº 018/2013 e 019/2013, respectivamente. Possuem uma área total de 420 hectares ou 4,2km² (sendo 225,6 hectares da Garabu e 194,23 hectares da Serra d'Água). A RPPN Garabu está localizada no município de São Luiz do Quitunde e a RPPN Serra d'Água em Matriz do Camaragibe, pertencentes a mesorregião do Leste Alagoano e microrregião da Mata Alagoana, tendo como proprietário a Central Açucareira Santo Antônio S/A.

A reserva Garabu é caracterizada pelo aspecto florestal denso, com estrato arbóreo que atinge até 30 metros em altura, com destaque para: o visgueiro (*Parkia pendula*), a munguba (*Eriotheca macrophylla*) e a paraíba (*Simarouba amara*), que estão entre as mais altas na reserva. Apresenta, em seu interior, trechos íngremes e pequenos vales, além do riacho Garabu. Alves (2009) analisou a florística do fragmento Garabu e listou 316 espécies de Angiospermas. A autora concluiu que há grande diversidade biológica local, e que os trechos menos favorecidos apresentam-se atualmente em estágio avançado de regeneração, corroborado pela presença de famílias com representantes pioneiros e aqueles que representam um estágio secundário de regeneração. A Reserva Garabu vem sendo preservada por seus proprietários há cerca de 200 anos. São relevantes os trabalhos de educação ambiental e de produção de mudas de espécies nativas para reflorestamento na região.

A Reserva Serra D'Água está composta visivelmente por dois fragmentos localizados nas margens do Rio Camaragibe, os quais se caracterizam pelo aspecto florestal denso, com a presença de inúmeras rochas exposta ao longo de seu interior, revestidas por espécies rupícolas, incluindo bromélias, briófitas e samambaias. O estrato arbóreo é bastante significativo e resguarda espécies consideradas raras em Alagoas como o pau-falha (*Aspidosperma discolor*) e o jequitibá (*Cariniana legalis*), que ultrapassam 30 metros em altura. Nas margens do rio, destacam-se inúmeros ingás, principalmente, de *Inga*

edulis, que disponibilizam seus frutos para a fauna local, além de serem imprescindíveis para conter o assoreamento. No corpo d'água, podem ser vistas várias espécies flutuantes ou enraizadas, que compõem o ambiente bucólico e preservado na reserva.

Ambas RPPN funcionam como núcleo de apoio da RBMA (Reserva da Biosfera da Mata Atlântica). A RPPN Garabu possui trilhas ecológicas bem definidas, Centro de Produção de Mudas, além de um receptivo formado por auditório e toda a estrutura de apoio para eventos. No local, ainda há espaço para exposições de artesanato típico da região. A RPPN Serra d'Água possui um receptivo com estrutura de piscina, bicas e uma área de apoio bem conservada para fins turísticos, recreativos e educacionais.

O anu-branco é uma das aves encontradas na região.
Foto - Pedro Teia.





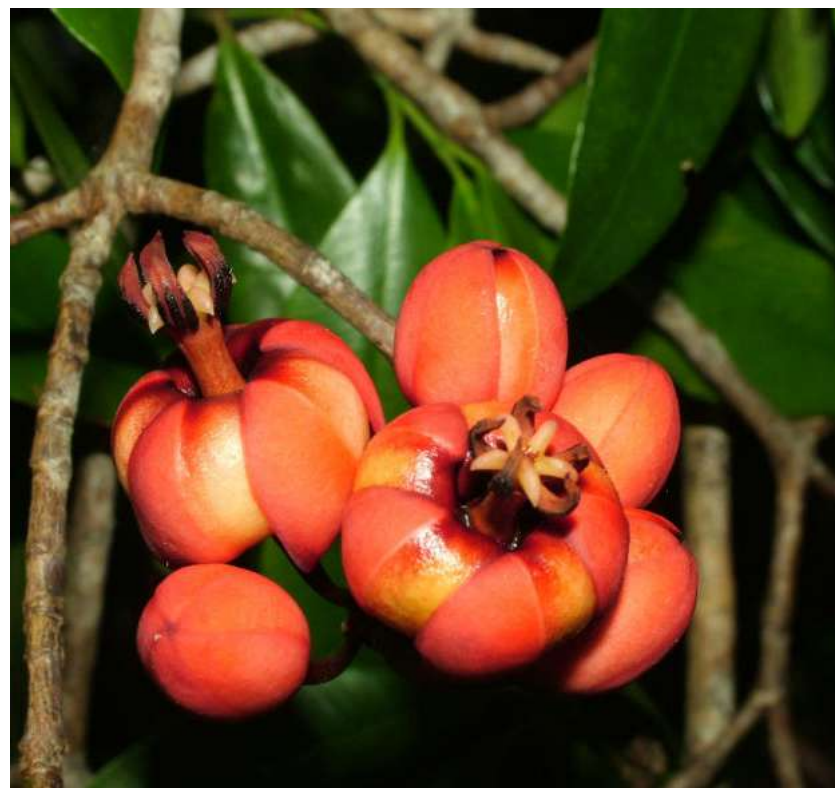
Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Gulandim

A RPPN Gulandim foi criada pela Portaria IBAMA nº 098/2001. Possui uma área de 38,65 hectares ou 0,3865km² e está localizada no município de Teotônio Vilela, pertencente a mesorregião do Leste Alagoano e microrregião de São Miguel dos Campos, tendo como proprietário a Usinas Reunidas Seresta S/A.

O gulandim (*Symphonia globulifera*), planta que dá nome à Unidade, era muito comum no passado, sendo atualmente visualizada em poucos trechos da Reserva, especificamente naqueles que detêm alguma umidade. Vários indivíduos de pau-de-jangada (*Apeiba tibourbou*), de diferentes tamanhos, são vistos em grandes quantidades nas bordas do fragmento. *Melanthera latifolia*, herbácea pertencente às Asteraceae, exibe flores amarelas bastante ornamentais e povoa com grande representatividade os locais ensolarados. As trepadeiras servem ao apelo de proteção das bordas *Stygmaphyllon blanchetii*, *Hyppocratea volubilis* e *Bignonia corymbosa*, estão entre elas.

Boa parte da biodiversidade dessa Reserva é formada por aves com os seus mais diversos padrões de coloração da plumagem. São encontradas a rendeira (*Manacus manacus*) e o tangará-falso (*Chiroxiphia pareola*), que fazem parte de um grupo especial da avifauna conhecido como “dançarinos” (Família Pipridae), devido a forma como fazem os seus rituais de acasalamento, com se estivessem dançando.

A Reserva Gulandim preserva um dos mais importantes remanescentes no trecho médio do rio Coruripe, localizado na porção sul de Alagoas. Resguarda trechos residuais da floresta Estacional e de manchas de Cerrado que ocupavam uma extensão maior em toda a região, fato que despertou para sua preservação, há mais de 20 anos.



A Reserva resguarda trechos residuais da Floresta Estacional e manchas de Cerrado.
Foto - Neno Canuto.

O gulandim ou bulandim, que dá nome à Reserva, já foi bastante encontrado, hoje há alguns indivíduos principalmente em áreas mais úmidas.
Foto - Acervo Herbário IMA



O veludo é uma das dezenas de aves encontradas na região.
Foto - Pedro Teia.



O Banho de Geladeira fica no limite da Reserva e é caracterizado por um pequeno acúmulo de água que atrai moradores da região.
Foto - Klaus Roger.

Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Luiz Jatobá Filho

A RPPN Luiz Jatobá Filho foi criada pela Portaria IMA nº 007/2017. Possui uma área de 48,20 hectares e está localizada no município de São Miguel dos Campos, pertencente a mesorregião do Leste Alagoano e microrregião de São Miguel dos Campos, tendo como proprietário, o Sr. Luiz Jatobá Filho.

É composta por dois fragmentos de vegetação nativa de encosta e ciliar, limitando-se com o rio Niquim em sua porção oeste. Ambas estão inseridas na propriedade denominada Fazenda Iguape, de propriedade do grupo Luiz Jatobá. Nesses fragmentos ocorre a predominância de árvores espaçadas de porte arbóreo em toda a extensão da área. Por se tratar de área com alta declividade, compreendendo fundos de vale, o acesso é de elevada dificuldade. Isso representa uma vantagem e bom indicador do ponto de vista do acesso por caçadores ou coletores de madeira, visto que traz dificuldade de locomoção e entrada a áreas profundas do vale, promovendo assim importantes refúgios para a biota local e regional. Próximo ao limite da área reconhecida como RPPN, existe um acúmulo d'água onde é utilizado como local de lazer por nativos da região. O mesmo denominado popularmente como Banho Geladeira.

Atualmente o acesso ao Banho da Geladeira é restrito, visto o local era destino de fim de semana para lazer das pessoas da região e municípios próximos onde, sem ordenamento, deixavam grande quantidade de lixo no local. Hoje, o espaço possui área para palestras de educação ambiental, banheiros e podem ser solicitadas visitas junto ao proprietário.

Encontro é o nome comum desse pássaro que pode ser avistado na região.
Foto - Pedro Teia.





O caburé é uma das corujas registradas na região.
Foto - Pedro Teia.

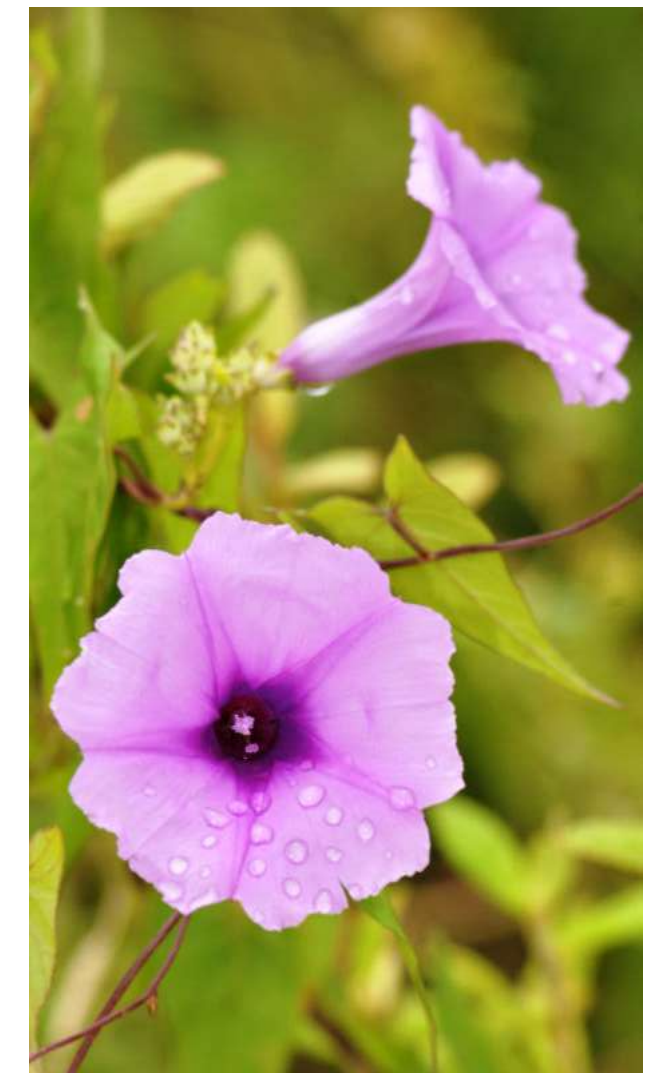
Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Luiz Joaquim Barbosa

A RPPN Luiz Joaquim Barbosa foi criada pela Portaria IMA nº 035/2017. Possui uma área de 61,69 hectares e está localizada no município de Marechal Deodoro, pertencente à mesorregião do Leste Alagoano e microrregião de Maceió, tendo como proprietário, a Sra. Edinar de Melo Barbosa.

A área se constitui na maior parte de áreas de mata de encosta e vales que confluem para a laguna Manguaba, representando refúgio para a fauna nativa, visto que as áreas planas dos topos dos tabuleiros foram intensamente utilizadas para o plantio da cana-de-açúcar. A RPPN possui uma área considerável para os fragmentos existentes no estado, situando-se próxima a outros remanescentes maiores que funcionam como corredores ecológicos para as espécies da fauna ali existentes. Adjacente à área da RPPN, está a Fazenda Lamarão, uma área muito utilizada por observadores de aves e com vários estudos relativos à flora. A diversidade de microhabitats existentes na área e no seu entorno é interessante para a ocorrência de diversos grupos da fauna, com locais de vegetação aberta e fechada, além de brejos, nascentes, córregos e a Lagoa Manguaba.

Há registros interessantes quanto à avifauna da fazenda Lamarão, que por ser adjacente aos fragmentos da RPPN Luiz Joaquim Barbosa, podemos afirmar que as mesmas espécies circulem em ambas as áreas. No Lamarão foi feito o segundo registro para o estado de Alagoas do arapaçu-grande (*Dendrocolaptes platyrostris*), um passeriforme com registros abundantes para o sul, sudeste e centro-oeste, mas sem registros no Centro de endemismo Pernambuco (PEREIRA ET AL., 2012). Na mesma fazenda também foi feito o registro do saí-andorinha (*Tersina viridis*), uma saíra registrada apenas

em quatro localidades de Alagoas, na Mata do Coimbra (Ibateguara), Mata do Matão (Campo Alegre), e Parque Municipal de Maceió (PEREIRA ET AL., 2012). Ressalta-se que essas quatro áreas são reconhecidas importantes pelo registro de diversas espécies da avifauna ameaçada de extinção, conferindo a importância, da RPPN quanto à qualidade ambiental e potencial de abrigar mais espécies emblemáticas.



Trepadeira comum na borda da vegetação.
Foto - Neno Canuto.



O pau-brasil quando floresce colore a mata com pequenos cachos amarelos.
Foto - Neno Canuto.

Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Lula Lobo

A RPPN Lula Lobo foi criada pela Portaria IMA nº 111/2001. Possui uma área de 212,5 hectares e está localizada no município de Coruripe, pertencente à mesorregião do Leste Alagoano e microrregião de São Miguel dos Campos, tendo como proprietário, a S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool.

A área da RPPN representa uma pequena porção de floresta Ombrófila que faz parte de um trecho maior de vegetação que reveste as serras, encostas e vales na região sul de Alagoas. O fragmento tem importância primordial por ampliar o trecho com cobertura vegetal remanescente que protege populações nativas do pau-brasil (*Paubrasilia echinata*). Esta espécie ocorre no município de Coruripe, uma das poucas áreas onde ainda existem, em estado nativo, no Brasil. Estudos botânicos que comprovem a existência desta espécie ainda não foram realizados na Unidade, mas a proteção que esta RPPN presta ao conjunto da floresta onde ela já foi encontrada é relevante.

A RPPN participa do programa de educação ambiental integrado ao Posto Avançado da Reserva da Biosfera (Sítio do Pau-Brasil) e disponibiliza sua biodiversidade para pesquisa científica.

Uma sapucarana espalhando suas sementes.
Foto - Neno Canuto.





A Unidade serve de refúgio para diversas espécies, entre elas a corujinha-do-mato. Foto - Pedro Teia.

Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN): Macacos e Sereno

As RPPNs Sereno e Macacos foram criadas pelas portarias IMA n°s 22/2018 e 23/2018, respectivamente. Possuem uma área total de 229,65 hectares ou 2,2965km² (Sereno com 166 hectares e Macacos com 63,65 hectares). A RPPN Sereno está localizada em terras dos municípios de Porto de Pedras e Porto Calvo e a RPPN Macacos, localizada no município de Porto de Pedras, ambas pertencentes à mesorregião do Leste Alagoano e microrregião do Litoral Norte Alagoano, tendo como proprietária a Central Açucareira Usina Santa Maria S/A.

As duas são compostas por fragmentos de vegetação secundária e apresentam, em suas adjacências, plantio de cana-de-açúcar e áreas remanescentes de mata atlântica, com a possibilidade de criação de corredores. Situada predominantemente na região fitogeográfica da Floresta Ombrófila com partes na região das Formações Pioneiras, a vegetação é predominantemente do tipo Ombrófila a norte e Campo Hidrófilo de Várzea ao sul e ainda nele no extremo Oeste, Presença da Floresta Perenifólia de Mangue, representando com isso uma área de transição entre ecossistemas.

Para ambas, os fragmentos componentes são continuidade de áreas de mata de encosta e vales, representando refúgio para a fauna nativa, visto que as áreas planas dos topos dos tabuleiros foram intensamente utilizadas para o plantio da cana-de-açúcar. Na área da RPPN Macaco foi possível observar um banco de areal semelhante a aspectos de restinga, nesta é visível aspectos de regeneração, pois encontramos espécies como a “embaúba” (*Cecropia pachystachya*), que é indicadora de ambientes em estágio de regeneração.

A criação e a manutenção adequada de unidades de conservação contribuem significativamente para a conservação da fauna de Alagoas. A criação das RPPNs Sereno e Macaco, da Usina Santa Maria, beneficia a fauna local, uma vez que estas áreas proporcionam refúgio e alimentação para os animais residentes, principalmente aqueles que se encontram na lista de animais ameaçados de extinção como o gato-mourisco. Deve-se ter grande cuidado na conservação desta área, pois ainda há registros atuais desta espécie tão rara e importante para o equilíbrio das florestas.



Detalhe da casca das tantas árvores que ocorre na Reserva. Foto - Neno Canuto.



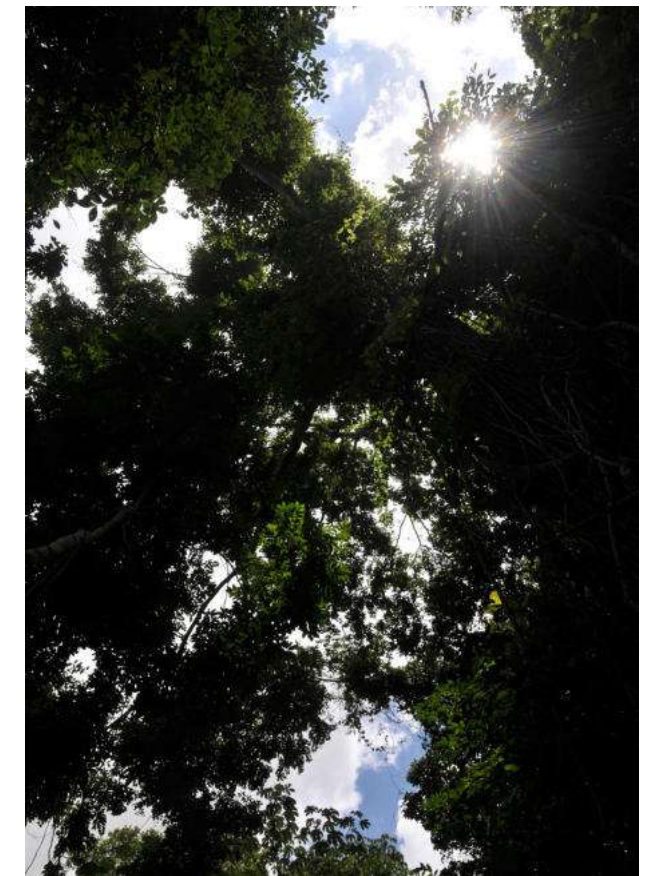
Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Madeiras

A RPPN Madeiras foi criada pela Portaria IMA nº 008/2010. Possui uma área de 118 hectares e está localizada no município de Junqueiro, pertencente a mesorregião do Leste Alagoano e microrregião de São Miguel dos Campos, tendo como proprietário, a Usinas Reunidas Seresta.

Sua configuração se compõe de um fragmento de vegetação secundária, em terreno acidentado. Localizada em um vale, além de topo de tabuleiro e em algumas áreas com acentuada declividade, detém alguns cursos de água, como o Riacho Teixeira que corta parte da reserva na porção sul. A Reserva pode ser dividida em porção norte e sul, ligadas por um estreito corredor de área reflorestada em sua porção central. Esta área apresenta em suas adjacências plantio de cana de açúcar.

Apresenta fisionomia representativa da Floresta Estacional com a composição florística semelhante às áreas circundantes, a exemplo das matas que resistem em terras da Usina Coruripe (Machado, 2006; Bayma, 2007). A Unidade preserva uma parcela significativa de floresta, apesar das incursões antrópicas, sofridas no passado, para o corte seletivo de madeira e para o desenvolvimento da cultura da cana-de-açúcar.

Está inserida no bioma Mata Atlântica, a qual se encontra em bom estágio de conservação. Reconhecida pela UNESCO como Posto Avançado da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, possui receptivo e estrutura para apoio, pesquisa, palestras e trilhas.



O levantamento florístico da Reserva foi realizado na RPPN pela equipe do Herbário MAC.
Foto - Neno Canuto.



O urubu-de-cabeça-preta colabora com o equilíbrio do ambiente.
Foto - Pedro Teia.

Um receptivo foi construído para receber os visitantes em atividades de educação ambiental.
Foto - Neno Canuto.

O baiano é uma das espécies registradas nas Unidades da região, como essa Reserva.
Foto - Pedro Teia.



Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Mata da Suíça II

A RPPN Mata da Suíça II foi criada pela Portaria IMA nº 019/2015. Possui uma área de 7 hectares ou 0,07km² e está localizada no município de Quebrangulo, pertencente a mesorregião do Agreste Alagoano e microrregião de Palmeira dos Índios, tendo como proprietário, o Sr. Adrien Willian Chardet.

A vegetação predominante na área da RPPN é composta de floresta caducifólia e subcaducifólia com variações de espécies, ambas pertencentes ao Bioma Mata Atlântica. A RPPN Mata da Suíça se encontra em processo de regeneração, por isso uma grande parte da fauna local é composta de espécies generalistas, de fácil adaptação em áreas antropizadas. A RPPN apesar de possuir uma área pequena, contribui para uma rápida ampliação de áreas protegidas, através de futuras conexões entre outros remanescentes de matas menores e fragmentos maiores importantes, como a REBIO de Pedra Talhada, servindo de corredor ecológico.

A RPPN Mata da Suíça II possui uma interessante particularidade: sua quase totalidade é constituída de uma ação de reflorestamento promovida pelo proprietário e sua mãe, a Sra. Anita Studder, representante da ONG Nordeste, que atua de forma marcante na região, inclusive na Reserva Biológica de Pedra Talhada, localizada a poucos quilômetros da RPPN. O que mais chama a atenção na área da RPPN é a grande quantidade de espécies vegetais nativas da área de transição que se encontra (contato entre a mata Atlântica e a Caatinga), conferindo uma grande variabilidade de espécies.

Na área ainda é possível verificar o plantio de mudas produzidas pelos proprietários e o cuidado com a natureza através de placas informativas, cercamento da área e sua utilização como área de coleta de sementes e educação ambiental da região.

Apesar de ser pequena a Reserva possui grande importância, especialmente pela proximidade com outras áreas preservadas.
Foto - Acervo Herbário IMA





Trilhas levam ao interior da mata presente na Reserva.
Foto - Neno Canuto.



A Reserva guarda importante manancial.
Foto - Clarice Maia

Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Mata do Cedro

A RPPN Mata do Cedro foi criada pela Portaria IMA nº 007/2014. Possui uma área de 1064,76 hectares ou 10,6476km², que engloba inclusive um açude, e está localizada no município de Rio Largo, pertencente a mesorregião do Leste Alagoano e microrregião de Maceió, tendo como proprietário, Manoel Gregório Maranhão e Flávia Maria C. Duarte Ribeiro (S/A Leão Irmãos Açúcar e Álcool).

A RPPN é atualmente a maior, em extensão, reconhecida no Estado de Alagoas. É de grande representatividade por ser contínua, abrangendo uma extensa faixa de terreno plano a ondulado. Com a presença de nascentes que alimentam o Riacho da Conceição, faz parte de um complexo de grandes fragmentos junto a outras matas próximas. Dessa forma, representa um dos mais importantes remanescentes de mata atlântica da região metropolitana de Maceió.

A Mata do Cedro em vários trechos de sua extensão comporta indivíduos de grande porte, que chegam a atingir 20 a 25 metros, como “sambacuí”, “sapucaia”, “pau-falha”, “munguba”, entre outras. Apresenta uma representatividade considerável de plantas trepadeiras e lianas, estando presentes tanto nas bordas e clareiras naturais, como atingindo o dossel. É válido destacar a ocorrência de *Quararibea turbinata*, uma árvore da família Malvacea, conhecida para Amazônia, Cerrado e Mata Atlântica. Essa espécie possui poucos registros de coleta para o Estado de Alagoas. Sua ocorrência para a Mata do Cedro é um indicativo de que o fragmento ainda se apresenta em relevante estágio de conservação.

Devido a extensa área preservada, é uma das selecionadas pelo Instituto de Preservação da Mata Atlântica (IPMA) no Programa de reintrodução do Mutum de Alagoas (*Pauxi mitu*), ave nativa da zonada mata alagoana, declarada extinta na natureza.

Na Reserva houve a inédita soltura de exemplares de mutuns-de-alagoas, a ave que estava totalmente extinta na natureza.
Foto - Clarice Maia.





Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Oriente

A RPPN Oriente foi criada pela Portaria IMA nº 10/2019 com uma área de 65,18 hectares, localizada no município de Porto Calvo, na mesorregião do Leste Alagoano e microrregião da Mata Alagoana, de propriedade da Central Açucareira Usina Santa Maria S/A.

Situada na bacia hidrográfica do Rio Manguaba, a região tem médias de precipitações anuais variando entre 1900 e 2100 mm. O clima segundo classificação de Thornthwaite é inteiramente sub-úmido com temperaturas médias mínimas variando entre 20°C e Máxima de 30°C. Na área foi registrado a presença de espécies comuns em outras áreas semelhantes de Floresta Ombrófila em Alagoas, a exemplo o “pau falhá” (*Aspidosperma discolor* A.DC.), “palmeira catolé” (*Attalea oleifera* Barb.Rodr.), “Praxim” (*Anaxagorea dolichocarpa* Sprague & Sandwith), “tucum” (*Bactris ferruginea* Burret), entre outras.

A área detém importância regional como um todo, pois representa resquício de uma cobertura vegetal primordial, que cobria todo o litoral brasileiro e mais especificamente em Alagoas, sendo duramente explorada na colonização para atender a demanda de madeira e após isto, de terras agricultáveis.

O carcará é um dos animais que costumam aparecer na região.
Foto - Petro Teia.

O sabiá-poca é um dos tantos passarinhos que procura abrigo na Reserva.
Foto - Pedro Teia.



Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Oswaldo Timóteo

A RPPN Oswaldo Timóteo foi criada pela Portaria IMA nº 018/2007. Possui uma área de 22,77 hectares ou 0,2277km² e está localizada no município de São José da Laje, pertencente a mesorregião do Leste Alagoano e microrregião Serrana dos Quilombos, tendo como proprietário, o Sr. Oswaldo Timóteo da Silva.

Está inserida na Área de Proteção Ambiental (APA) de Murici e faz parte de um complexo de áreas particulares, composto atualmente por sete RPPNs reconhecidas pelo IMA, de importância estratégica para a proteção de remanescentes florestais e corredores ecológicos. A RPPN possui nascentes que alimentam bicas para banho, barragem e lagos. Um deles, conhecido como Lago Azul, é formado pelo acúmulo de águas pluviais em áreas de antigas pedreiras no local. É possível constatar no solo, através das várias trilhas existentes ao redor e dentro da RPPN, várias tocas de tatu, rastros de capivara, gambás e outros mamíferos que a utilizam como refúgio.

O local é aberto para visitação e representa, hoje, uma das Reservas Particulares mais atuantes do estado, participa de programas ligados ao meio ambiente, cultu-

ra e turismo e está inserida em roteiros turísticos, como o da Civilização do Açúcar, no Mercado Sustentável da Mata Atlântica e diversos outros ligados a pesquisa e resgate cultural da região. A reserva possui belo receptivo, programas de visitação e atividades de contato com a natureza, proporcionando uma rica experiência aos visitantes que buscam um dia de tranquilidade através do turismo rural/ ecológico, atendidos pelo próprio Senhor Oswaldo Timóteo e seus familiares.

Exemplar de pau-brasil cultivado na RPPN.
Foto - Neno Canuto.



Rastros de capivara estão entre os vestígios de mamíferos encontrados na Reserva.
Foto - Ubiratan Gonçalves da Silva.





Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Pereira

A RPPN Pereira foi criada pela Portaria IBAMA nº 113/2001. Possui uma área de 74,57 hectares ou 0,7457km² e está localizada no município de Coruripe, pertencente a mesorregião do Leste Alagoano e microrregião de São Miguel dos Campos, tendo como proprietário, S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool.

Apresentando remanescente vegetal de Mata Atlântica, onde o proprietário atua na produção de mudas, coleta de sementes e pesquisa científica. Trata-se de um trecho contíguo à Reserva Lula Lobo e faz parte de um trecho extenso de floresta Ombrófila que ocupa as serras, encostas e vales na região sul de Alagoas.

A fisionomia visualizada de longe encanta pelo contexto de continuidade da floresta que resguarda grande riqueza florística incluindo o pau-brasil (*Paubrasilia echinata*), sendo aí o único lugar onde ele ocorre de forma nativa, em Alagoas. Dentre os representantes florísticos que se destacam está a família Myrtaceae, que compreende os araçás, murtas, carpunas, cruiris,

batingas, guabirabas e a família Fabaceae, representada por miolo-preto, jatobá, pau-d'óleo, canafistula, barbatimão, pau-sangue, angelim, mal-vizinho, entre outras que disponibilizam grande quantidade de frutos, cujas sementes viáveis ajudam na renovação e manutenção da floresta. Destaque para a maria-preta (*Melanoxylon brauna*), conhecida dos mateiros com uma das mais resistentes madeiras-de-lei alagoana, e que está incluída atualmente no status de ameaçada de extinção na lista oficial do IBAMA.

A unidade participa de um intenso programa de educação ambiental, que envolve as escolas de toda a região. Pesquisadores de várias áreas da ciência encontram aí subsídios para a realização de seus estudos, ligados a biodiversidade.

A RPPN Pereira é uma Unidade criada pelo Ibama.
Foto - Neno Canuto.



Registro dos frutos de maria-preta, árvore conhecida dos mateiros com uma das mais resistentes madeiras-de-lei alagoana.
Foto - Neno Canuto.

As atividades de educação ambiental realizada na Reserva envolvem escolas de toda a região.
Foto - Neno Canuto.



O gaturamo-verdadeiro é um entre tantos passeriformes que busca abrigo na Reserva.
Foto - Pedro Teia.

Fontes de água são encontradas na Reserva.
Foto - Neno Canuto.



Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Placas

A RPPN Placas (O Sabiá) foi criada pela Portaria IMA nº 003/2007. Possui uma área de 203 hectares ou 2,03km² e está localizada no município de Paripueira, pertencente a mesorregião do Leste Alagoano e microrregião de Maceió, tendo como proprietária a Sra. Rosa Naidles Fireman Tenório.

A cobertura vegetal na RPPN Placas é predominantemente florestal, com diferentes estágios de regeneração, e a presença de pequenas clareiras em vários trechos de sua extensão. São verificados pontos com solo encharcado ou sujeitos ao alagamento periódico, na época chuvosa, principalmente nas margens de córregos. Há registros de diversos animais silvestres nessa localidade, principalmente de aves, como o vissíá (*Rhytipterna simplex*), o sabiá-barranco (*Turdus leucomelas*), o tiê-galo (*Lanio cristatus*), o gaturamo-verdadeiro (*Euphonia violacea*) e o caburé (*Glaucidium brasilianum*). Incrivelmente o canto da corujinha-caburé pode ser utilizado para atrair praticamente todas as espécies de aves (presas) que estiverem no entorno, onde simplesmente se aproximam.

Ocupa mais da metade da propriedade em que está inserida. Seus bosques de árvores de grande porte, na-

scientes e registros de animais silvestres, principalmente as aves, compõem um representativo e importante fragmento de mata nativa preservado. A RPPN Placas detém um importante papel na região, compondo um dos remanescentes florestais contínuos a outras áreas nativas, de porte considerável, garantindo corredores de ligação entre fragmentos e refúgio para a fauna local que, na região, sofre com a prática da caça e captura de aves nativas, além do comércio e retirada ilegal de madeira.

As bromélias embelezam o interior da área preservada.
Foto - Neno Canuto.



Os proprietários da Reserva possuem parcerias para a recomposição florestal.
Foto - Neno Canuto





Uma coruja-da-igreja observa o fotógrafo.
Foto - Pedro Teia.

Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Planalto

A RPPN Planalto foi criada pela Portaria IMA nº 013/2009. Possui uma área de 146 hectares e está localizada em terras dos municípios de Penedo e Coruripe, nas imediações do povoado Pindorama, pertencente a mesorregião do Leste Alagoano e microrregiões de Penedo e São Miguel dos Campos, tendo como proprietária a Cooperativa de Colonização Agropecuária e Industrial Pindorama.

Limita-se com o Riacho Estivas, contribuinte da Bacia do Rio Piauí e que é atrativo visual na Unidade. Podem ser encontradas no local as embaúbas (*Cecropia pachystachya*), sambacuin (*Schefflera morototoni*), cupiúba (*Tapirira guianensis*), embiriba (*Eschweilera ovata*). Merece destaque a palmeira *Syagrus botryophora*, uma

espécie exclusivamente brasileira, de ocorrência citada para o Espírito Santo, Minas Gerais, Bahia e Sergipe (Lista das espécies do Brasil). Em Alagoas, a espécie é avistada na região sul do Estado e apenas um exemplar, solitário, foi visto nesta Unidade, o que favorece ainda mais a permanência do importante contingente florestal lá existente.

Nas adjacências pode ser visto o plantio de cana de açúcar de terceiros, pastagens, fruticulturas e fragmentos de remanescentes de mata atlântica. A área da reserva se encontra bem delimitada dos usos circunvizinhos através de aceiros e/ou cerca de arames farpados, dificultando acessos sem autorização.

Bem delimitada, a Reserva possui plantio de cana e pastagens nas adjacências.
Foto - Neno Canuto.





Os detalhes da flora atraí o olhar de visitantes e pesquisadores.
Foto - Earl Chagas.



A Reserva guarda rica biodiversidade de fauna e de flora.
Foto - Neno Canuto.

Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Porto Seguro

A Reserva Porto Seguro foi criada pela Portaria IMA nº 011/2009. Possui 28,04 hectares ou 0,2804km² e está localizada na zona rural do municípios de Matriz de Camaragibe, tendo como proprietário Everaldo de Albuquerque Alves.

É composta por um fragmento de vegetação secundária de Mata Atlântica, em terreno acidentado, onde uma parte está inserida em um vale e outra em áreas com acentuada declividade. Há também alguns cursos de água, como uma nascente que brota no interior da Reserva. A presença de indivíduos arbóreos jovens, arbustos e trepadeiras formam emaranhados em vários pontos no interior e na borda da vegetação, protegendo a floresta dos ventos, uma vez que o fragmento borda a rodovia AL-101. São espécies mais representativas da região: *Allophylus edulis*, conduru (*Brosimum guianense*), *Guazuma ulmifolia*, cocão (*Pogonophora chomburghiana*), munguba. Algumas espécies foram coletadas e identificadas por Chagas (2009), que realizou o primeiro registro botânico na Unidade. As amostras estão depositadas no Herbário do Instituto do Meio Ambiente, para consultas.

A Reserva abriga um número relativamente baixo de espécies de animais vertebrados, a fauna é formada basicamente por sagui (*Callithrix jacchus*), tatus, cobras e aves. Já foram observadas também espécies como o cachorro-do-mato ou raposa (*Cerdocyon thous*) e o coelho ou tapiti (*Sylvilagus brasiliensis*). Já os répteis são diversos, sendo mais comumente encontrados o teiú (*Tupinambis merrianae*), a cobra-coral-verdadeira (*Micrurus ibiboboca*) e o papa-vento (*Anolis punctatus*), além de anfíbios anuros, como o sapo-cururu-grande (*Rhinella jimi*) e a perereca (*Scinax auratus*).

Na propriedade em que está localizada a RPPN Porto Seguro há também ambientes destinados ao plantio da cana-de-açúcar, pastagens para a bovinocultura e algumas espécies frutíferas.



Pequenos detalhes encantam nas áreas de borda de mata.
Foto - Neno Canuto.

Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Quebra Carro

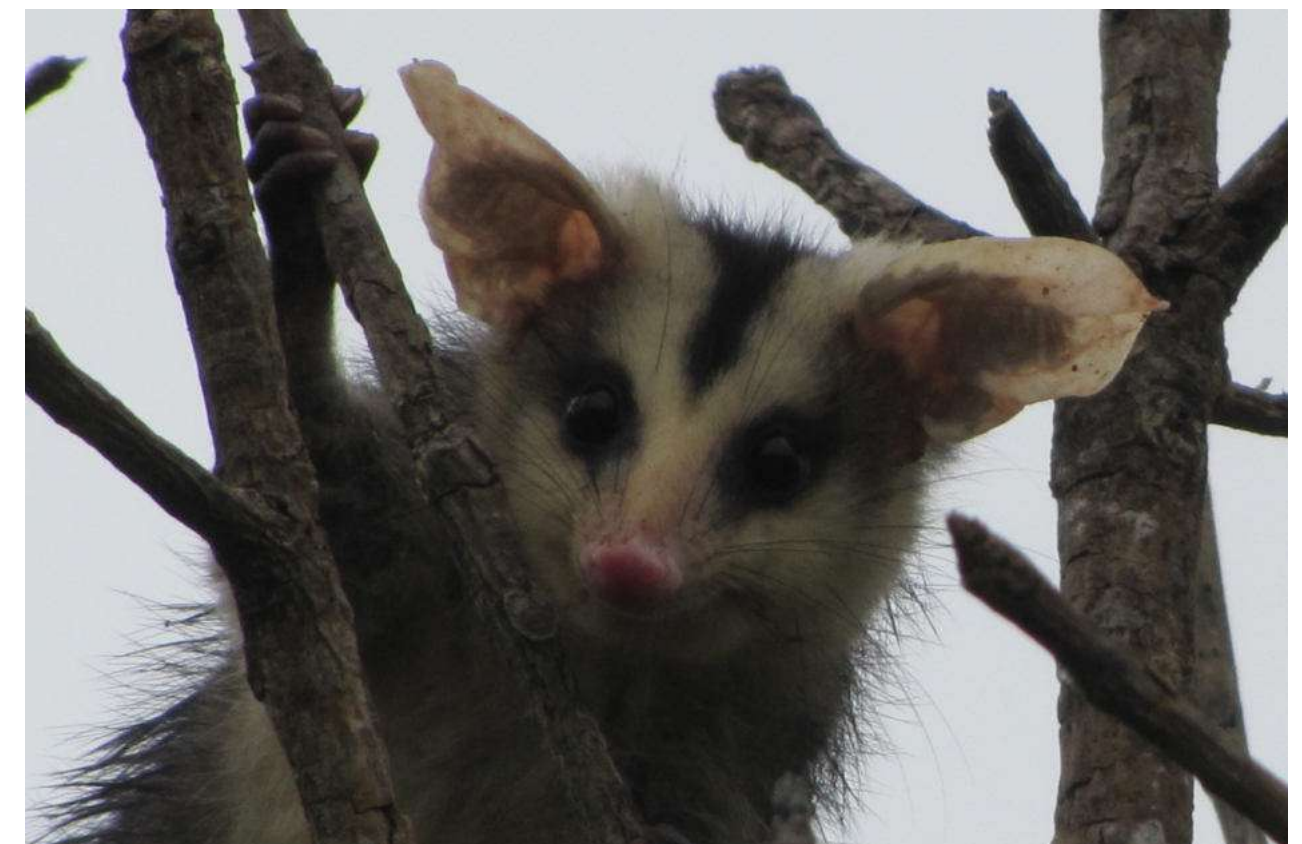
A RPPN Quebra Carro foi criada pela Portaria IMA nº 031/2017. Possui uma área de 305,26 hectares ou 3,0526km² e está localizada no município de Pilar, pertencente a mesorregião do Leste Alagoano e microrregião de Maceió, tendo como proprietária a Triunfo Agroindustrial LTDA.

Os fragmentos se encontram em uma área considerada rica do ponto de vista hidrográfico, fazendo parte da bacia hidrográfica do Rio Sumaúma, detentora de diversos afluentes, que deságua no Complexo Estuarino Lagunar Mundaú-Manguaba. No que se refere à vegetação, a área está inserida no Bioma da Mata Atlântica. Quase toda a cobertura vegetal original da região foi substituída pela cultura da cana-de-açúcar, inclusive alguns vales de relevo mais acidentado, resumindo os remanescentes a fragmentos que ainda demonstram a exuberância das antigas matas que existiam na área.

No município de Pilar foi feito o segundo registro para Alagoas do arapaçu-grande (*Dendrocolaptes platyrostris*), e há registros de ocorrência do saí-andorinha (*Tersina viridi*), que além de Pilar foi registrada apenas em fragmentos maiores de Alagoas nos municípios de Ibataguara, Campo Alegre e Maceió.

Quanto aos mamíferos, os mais comuns na região são espécies generalistas como as raposas (*Cerdocyon thous*), ratos e marsupiais como o cassaco (*Didelphis albiventris*). A existência do habitat aquático pode favorecer a existência do mão-pelada/guaxinim (*Procyon cancrivorus*). Deve ser enfatizada ainda a importância da vegetação para a quiroptero fauna (morcegos), que tem papel importante na polinização e dispersão de sementes.

O cassaco está entre os mamíferos mais comuns que habitam a Reserva.
Foto - Ubiratan Gonçalves da Silva.





Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Riacho Seco

A RPPN Riacho Seco foi criada pela Portaria IMA nº 031/2018, possuindo uma área de 150,1 hectares e está localizada no município de Coruripe, pertencente à mesorregião do Leste Alagoano e à microrregião de São Miguel dos Campos, tendo como proprietária a Usina Coruripe.

É composta por três fragmentos de vegetação nativa de encosta e mata ciliar do Riacho Francisco Alves, fazendo parte da bacia do Rio Coruripe, à jusante de uma das barragens pertencentes a Usina, onde suas águas são utilizadas para a irrigação da cana-de-açúcar. A vegetação é inteiramente do tipo Ombrófila, caracterizada como sendo uma formação densa, alta e rica em espécies vegetais, com maiores ocorrência em solos dos tipos presentes na área, e normalmente com baixa fertilidade natural.

Na borda do fragmento foram encontradas espécies que sugerem que a área está em processo de regeneração natural e em bom estágio de conservação, o que favorece a conservação e proteção da flora e fauna local. Ainda foi possível observar que na margem da barragem, a vegetação é uniforme e semelhante à encontrada ao longo da área.

O pau-de-jangada é uma espécie pioneira que ocorre na região sendo usada comumente na regeneração de áreas degradadas.
Foto - Acervo Herbário IMA

As cascas, sementes e frutos encontrados no solo indicam que naturalmente o ambiente está em regeneração.
Foto - Neno Canuto.



Árvores arbustivas, como o pé de araçá, podem ser encontradas na Reserva
Foto - Neno Canuto.



Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Rosa do Sol

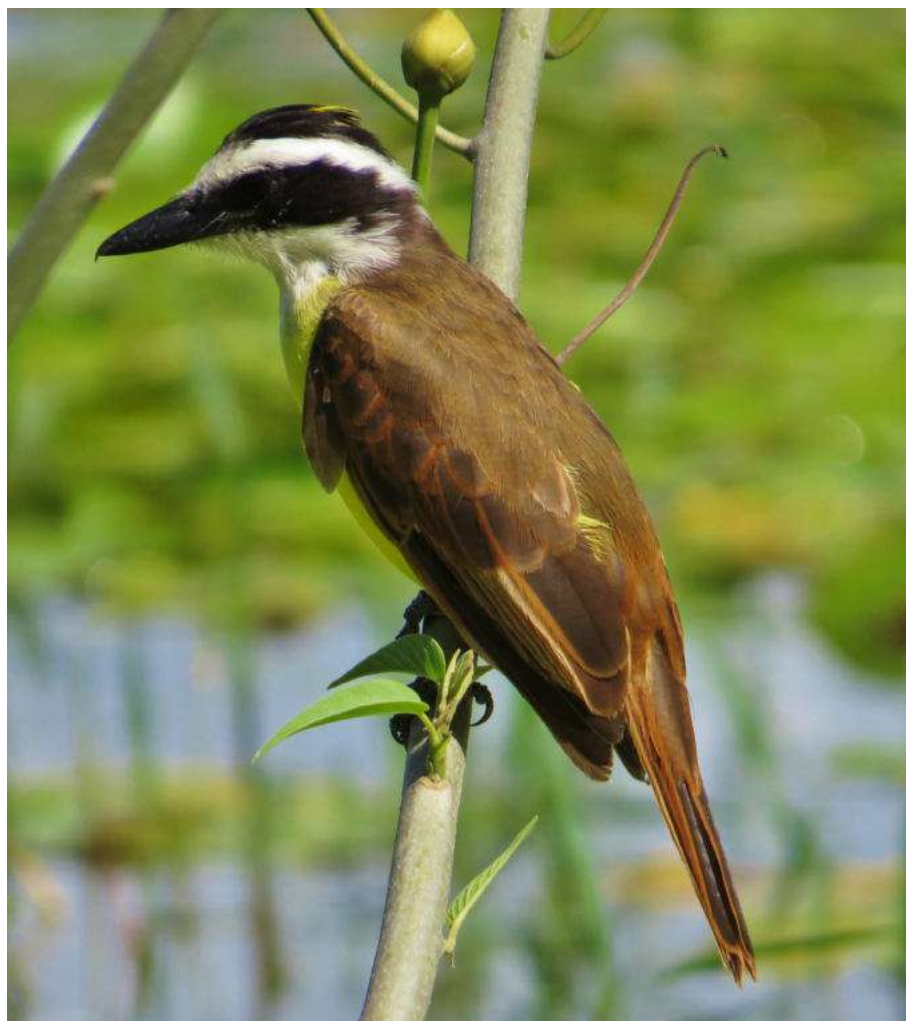
A RPPN Rosa do Sol foi criada pela Portaria IBAMA nº 119/1994. Possui uma área de 42 hectares e está localizada no município de Barra de São Miguel, pertencente a mesorregião do Leste Alagoano e microrregião de Maceió, tendo como proprietário, o Sr. Alfredo Durval Villela Cortez.

A RPPN Rosa do Sol está inserida nos sedimentos terciários da Formação Barreiras, em área de mudança de plano horizontal, compondo parte das falésias que são banhadas pela Laguna do Roteiro. A vegetação na unidade ocupa a encosta e um pequeno trecho de chá, ostenta também um restrito trecho de manguezal que margeia o corpo d'água adjacente à encosta. Na encosta a cobertura florística pode ser considerada em estágio inicial de repovoamento, com o predomínio de espécies pioneiras.

Está localizada num ambiente de grande beleza natural, o apelo cênico é marcante, com vista para o estuário formado pela Laguna, a cidade de Barra de São Miguel e os belos manguezais.

A vista da Reserva encanta pela beleza.
Foto - Neno Canuto.





O bem-te-vi canta na região que também abriga espécies consideradas ameaçadas.
Foto - Pedro Teia.

Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN): Saint Michel 1, Saint Michel 2 e Saint Michel 3

As Reservas foram criadas pelas portarias IMA n^os 017/2017; 016/2017 e 018/2017, respectivamente. Possuem uma área total de 84,37 hectares ou 0,8437km² (Saint Michel 1 com 77,67 hectares, Saint Michel 2 com 4,70 hectares e Saint Michel 3 com 2,0 hectares). Todas estão localizadas no município da Barra de São Miguel, pertencente a mesorregião do Leste Alagoano e microrregião de Maceió, tendo como proprietário o grupo Caamirá Empreendimentos Imobiliários e Turísticos SPE – LTDA.

As RPPNs Saint Michel estão localizadas em uma área de alto interesse ambiental, pois fazem parte de uma área de transição entre a vegetação litorânea pioneira e as matas de encosta dos tabuleiros costeiros, formada pela influência marinha, que delimitam a planície litorânea e seus cordões arenosos. A área em questão possui grande relevância para a conservação da biodiversidade da região, uma vez que é um dos últimos remanescentes desse tipo de ecossistema do Estado. Na área da reserva existe um mosaico de micro habitats que favorece a

ocorrência de diversos grupos da fauna. Há a presença de elementos da flora da Mata Atlântica e da Caatinga, com locais de vegetação aberta e fechada, além de dunas e brejos.

O alto nível de fragmentação e degradação dos remanescentes da região seleciona e favorece a ocorrência de espécies com hábitos mais generalistas. No entanto, a ocorrência de aves ameaçadas e raras como a jacupemba (*Penelope superciliaris alagoensis*) e chupa-dente (*Conopophaga lineata cearae*) reforça a qualidade e relevância ambiental da área em questão.

Aspecto da vegetação presente nas RPPNs Saint Michel, compostas por espécies adaptadas ao solo arenoso, típicas de áreas de praia e restinga.

Autor - Alex Nazário



O olho-de-boi é uma trepadeira comum em áreas como as das Reservas que abrigam espécies de transição entre a vegetação litorânea e as matas de encostas.

Foto - Acervo Herbário IMA

A jurubeba é uma das espécies pioneiras que ocorrem na região.
Foto - Acervo Herbário IMA



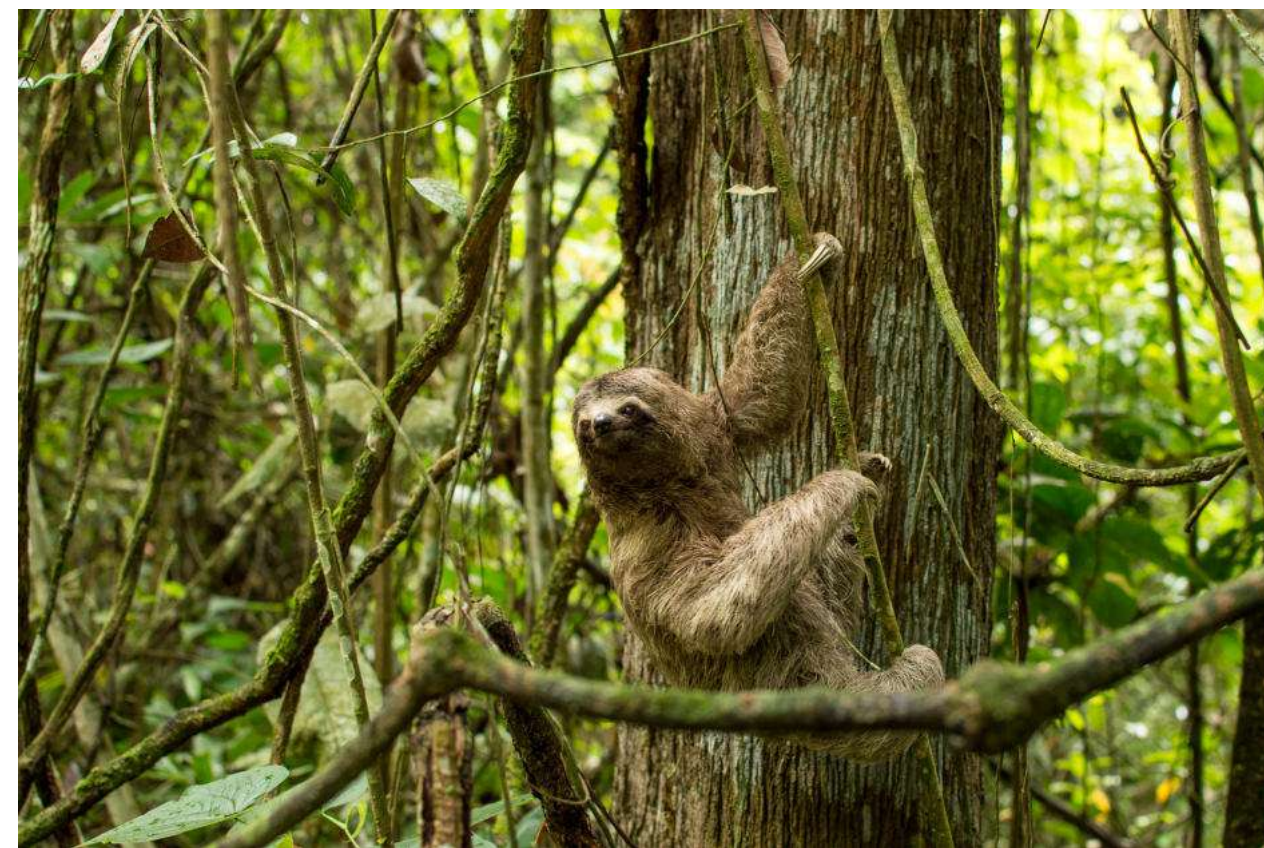
Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Salvador Lyra

A RPPN Salvador Lyra foi criada pela Portaria IMA nº 012/2017. Possui uma área de 45 hectares ou 0,45km² e está localizada no município de São Miguel dos Campos, pertencente a mesorregião do Leste Alagoano e microrregião de São Miguel dos Campos, tendo como proprietário, a Usina Caeté S/A.

Por integrar o Mosaico de RPPNs da Bacia do Rio Niquim, suas características ambientais são semelhantes as demais, sendo composta de área de mata presente nas encostas e vales que recortam o interior dos tabuleiros costeiros da região. De acordo com a formação vegetacional, ocorre na região a predominância do domínio subpernifólio, possuindo características de floresta ombrófila aberta a subcaducifólia, de característica estacional, composta por árvores espaçadas de porte arbóreo em toda a extensão da área. No interior da mata ainda foram vistos, alguns espécies nativas como Anonaceae, Apocynaceae, Fabaceae com cerca de seis metros de altura, possivelmente os últimos remanescentes da vegetação original.

A porção leste da aludida área, limita-se com o rio Niquim, no qual ocorre a captação de água da Usina Caeté. Esse curso d'água no interior da mata abriga uma vegetação de mata ciliar de grande importância para a proteção do curso d'água que é afluente do Rio Niquim.

A preguiça é um dos mamíferos que habitam a região.
Foto - Arthur Andrade.





A perereca-granulosa aparece entre as espécies encontradas na Reserva.
Foto - Willams Fagner.



A embiriba é uma das espécies registradas na flora da Reserva.
Foto - Neno Canuto.

Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Santa Maria

A RPPN Santa Maria foi criada pela Portaria IMA n° 010/2009. Possui uma área de 9,70 hectares ou 0,097km² e está localizada no município de Murici, pertencente a mesorregião do Leste Alagoano e microrregião da Mata Alagoana, tendo como proprietário o Sr. Fernando Antônio Baltar Maia

Faz parte de um complexo de sete Reservas Particulares inseridas na Área de Proteção Ambiental (APA) de Murici, que promovem a proteção de fragmentos de mata nativa na região. Dessa forma são criados importantes corredores de biodiversidade. É cortada pelo córrego conhecido como Riacho das Pedras e está estabelecida, em sua maior parte, nos vales interioranos e cristalinos da Borborema. Nas proximidades do Riacho das Pedras é possível escutar alguns anfíbios anuros vocalizando durante a noite, como a perereca-verde (*Hypsiboas albomarginatus*), a pererequinha-amarela (*Dendropsophus branneri*), a perereca-nebulosa (*Scinax nebulosus*) e a perereca (*Dendropsophus decipiens*). As margens do riacho também é visitada por serpentes, como jararaca (*Bothrops leucurus*), que procuram presas (sapos, rãs, pererecas e pequenos mamíferos). Também são encontrados lagartos, como o papa-vento (*Anolis punctatus*), a lagartixa (*Tropidurus hispidus*) e o teiú (*Tupinambis merianae*).

No local, existem algumas residências de posse da fazenda, cedidas aos trabalhadores rurais do local. O trabalho consiste em tratar os animais, e da manutenção de sítios de árvores frutíferas comum na região. Há produção artesanal de queijo coalho, pequeno comércio desenvolvido na feira livre de Murici, além da agricultura de subsistência.



O local encanta os vistantes pela exuberância.
Foto - Neno Canuto.

Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Santa Tereza

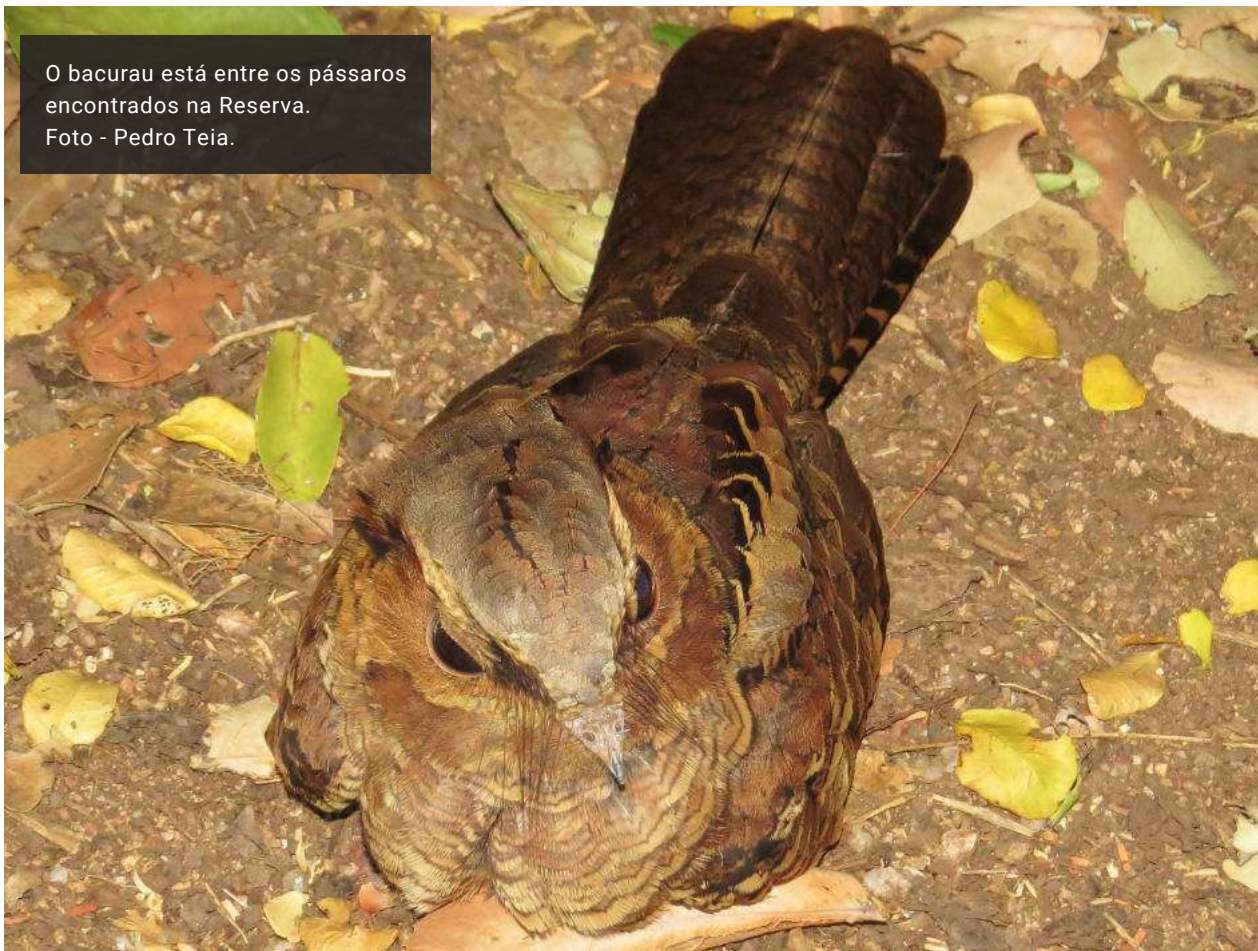
A RPPN Santa Tereza foi criada pela Portaria IBAMA nº 120/2001. Possui uma área de 148,27 hectares ou 1,4827km² e está localizada no município de Atalaia, pertencente a mesorregião do Leste Alagoano e microrregião da Mata Alagoana, tendo como proprietário o Sr. José Pereira Lyra.

Possui um trecho de mata atlântica (Floresta Ombrófila) que representa uma pequena fração do extenso corpo florestal que existia em Alagoas no passado. O trecho preservado ainda reúne um patrimônio florístico importante que ocupa encostas de tabuleiro, mostrando uma vegetação em recuperação. Na Reserva, pode ser observada, ao longo das quatro trilhas existentes, uma grande diversidade de animais. Entre as espécies de aves há o pica-pau-de-banda-branca (*Dryocopus lineatus*), o papa-formiga-pardo (*Formicivora grisea*), a maracanã-pequena (*Diopsittaca nobilis*), o caneleiro-preto (*Pachyramphus polychopterus*), além do jacupemba (*Penelope superciliaris alagoensis*), ave de porte médio que está ameaçada de extinção.

A RPPN Santa Teresa é notada pelo expressivo trabalho de reforestamento e a promoção da educação ambiental direcionada aos mais diversos grupos organizados. Detém um criatório classificado como fiel depositário pelo IBAMA e foi reconhecida pela UNESCO como Posto Avançado da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, garantindo a área como referência em preservação do bioma em Alagoas. Possui receptivo e estrutura para apoio, pesquisa, palestras e trilhas

A Reserva possui um criatório classificado pelo Ibama como fiel depositário.
Fotos - Neno Canuto.





O bacurau está entre os pássaros encontrados na Reserva.
Foto - Pedro Teia.



O ouriço-cacheiro ou quandú costuma dormir em troncos ocos durante o dia.
Foto - Micheline Lima

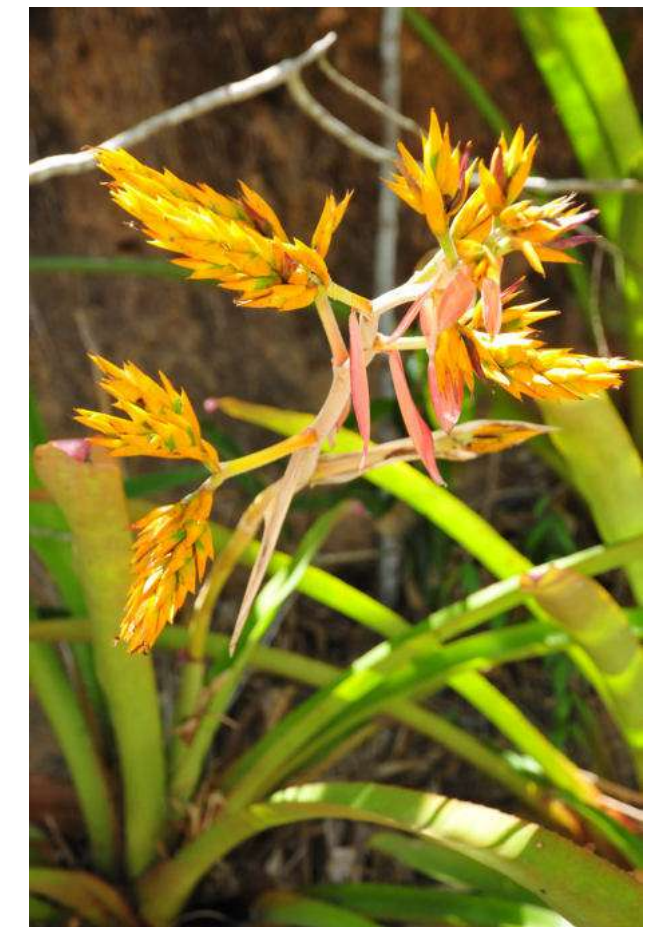
Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) São Pedro

A RPPN São Pedro foi criada pela Portaria IBA-MA nº 1295/1995. Possui uma área de 83,8 hectares ou 0,838km² e está localizada no município de Pilar, pertencente a mesorregião do Leste Alagoano e microrregião de Maceió, tendo como proprietário, o Sr. Francisco José Quintella.

Nas trilhas, o visitante tem a oportunidade de observar os animais, constantemente são flagrados mamíferos como a preguiça-comum (*Bradypus variegatus*), a cotia (*Dasyprocta aguti*) e o ouriço-caixeiro (*Coendou prehensilis*). Curiosamente, os pêlos que recobrem a pele do ouriço-caixeiro, que costuma dormir em ocos durante o dia, possuem fortes espinhos (pêlos adaptados) farpados de coloração branca ou amarelo pálido na base e na ponta, e preto ou marrom escuro no centro. Também existem várias espécies de aves, como corujas, bacuraus, beija-flores, gaviões, pica-paus, tucanos, araras e pássaros diversos, como o cabeça-encarnada (*Ceratopipra rubrocapilla*), caburé (*Glaucidium brasilianum*), pula-pula (*Basileuterus culicivorus*) e o pica-pau-anão-de-pintas-amarelas (*Picumnus exilis*), este último ameaçado de

extinção. Durante a noite pode ser escutadas a vocalização das pererecas, sapos e rãs, como o da perereca-macaco (*Phyllomedusa nordestina*). Há também espécies de serpentes, como a cobra-cipó (*Chironius exoletus*), e de lagartos, como o teiú (*Tupinambis merianae*).

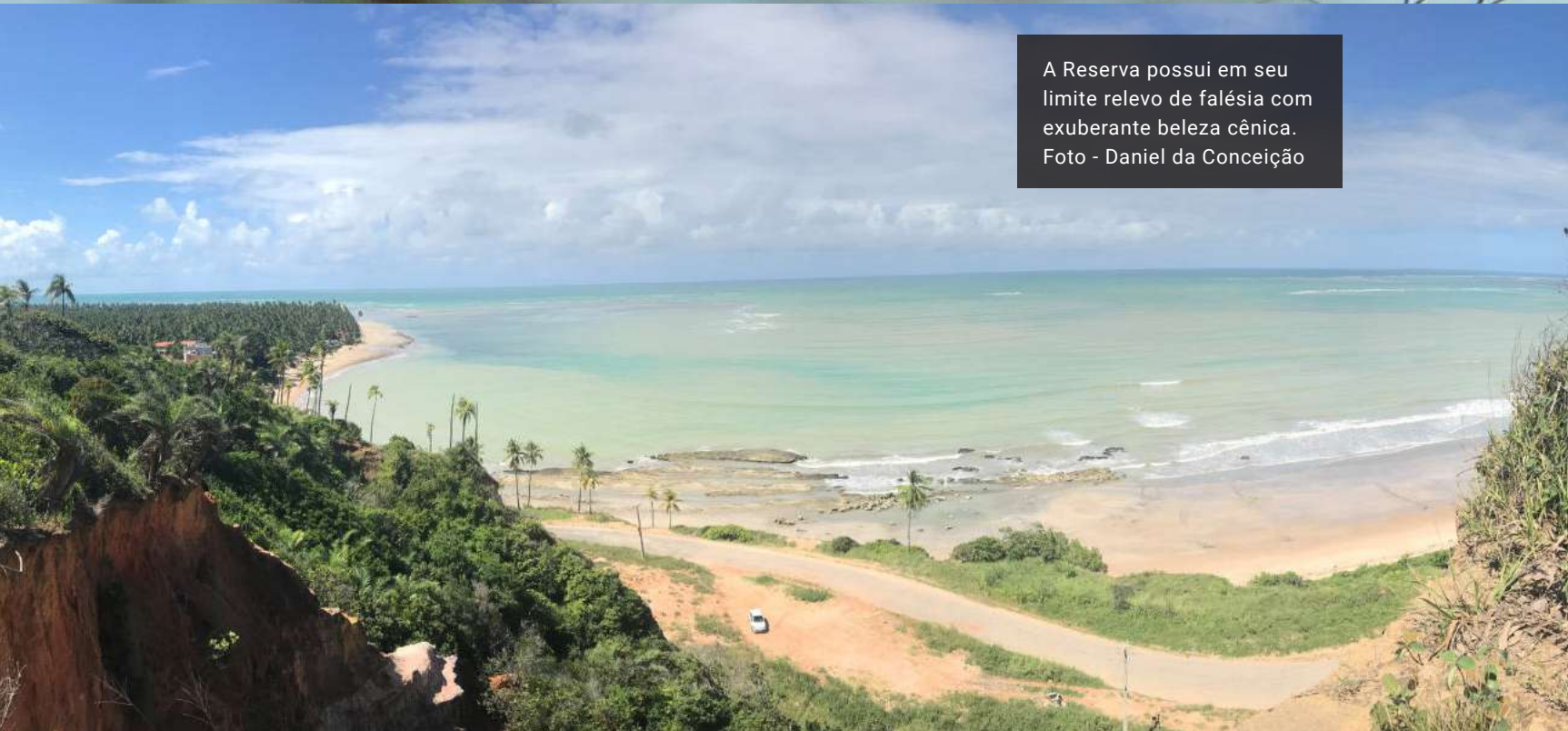
A RPPN possui receptivo e roteiro de visitação com trilhas pela mata, além de um programa de ecoturismo e educação ambiental aos visitantes. As trilhas levam a uma bica resultante do armazenamento da água de um pequeno riacho que corre na Reserva. No local, um restaurante oferece a culinária local feita a partir de produtos orgânicos, produzidos no sistema agroflorestal.



As bromélias adornam os fragmentos de vegetação nativa.
Foto - Neno Canuto.



Entre os passeriformes ue vivem na região está o sanhaçu-de-coqueiro. Foto - Pedro Teia.



A Reserva possui em seu limite relevo de falésia com exuberante beleza cênica. Foto - Daniel da Conceição

Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Sítio Bica

A RPPN Sítio Bica criada pela Portaria IMA nº 128/2019. Possui uma área de 1,23 hectares, localizada no município de Japaratinga, pertencente a mesorregião do Leste Alagoano e microrregião do Litoral Norte Alagoano, tendo como proprietária, a Sra. Maria Helena de Barros Prado Moura.

A mata da reserva é circundada por áreas com usos diversos, áreas de mata nativa, falésias e áreas urbanizadas, sendo composta majoritariamente por relevo de falésia com exuberante beleza cênica, na área conhecida como Barreiras do Boqueirão, compondo uma belíssima paisagem e atrativo turístico do município.

A área, além de abrigar espécies importantes e características fitofisionômicas semelhantes ao Cerrado, também abriga uma importante nascente que abastece parte do município de Japaratinga e as bicas de banho às margens do acesso.

É fato que áreas com essa vegetação característica abriga espécies ícones que estão na lista de espécies ameaçadas, a exemplo de *Hancornia speciosa* Gomes “mangaba”, espécie nativa utilizada na alimentação e que atualmente possui sua distribuição geográfica no Estado de Alagoas cada vez mais escassa.

Sua localização representa uma importância ambiental, pois se configura como um corredor de biodiversidade para áreas nativas interioranas e estabelece contato com a APA Costa dos Corais,



Há registro da mangabeira na Reserva, a espécie está cada vez mais escassa no Estado. Foto - Neno Canuto.



Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Tobogã

A RPPN Tobogã foi criada pela Portaria IMA nº 016/2007. Possui uma área de 1 hectare ou 0,01km² e está localizada no município de Maceió, pertencente a mesorregião do Leste Alagoano e microrregião de Maceió, tendo como proprietária a Sra. Maria Stela Cavalcante Purcell.

A Reserva Sítio Tobogã possui o atual status de menor RPPN do Estado de Alagoas e está inserida na Área de Proteção Ambiental (APA) do Catolé e Fernão Velho. Registra-se a existência de duas nascentes de grande importância ambiental e de uso para abastecimento do sítio. As duas apresentam boas condições, uma vez que possui vegetação preservada e de grande porte no entorno. As nascentes são consideradas como Áreas de Preservação Permanente (APP), de acordo com o Código Florestal Brasileiro. Representa um importante fragmento protegido e contínuo a outros de propriedades vizinhas, localizados na encosta dos tabuleiros costeiros da região.

A RPPN Sítio Tobogã busca estruturação para recepção de visitantes, estudantes e pesquisadores, é visível o envolvimento dos proprietários na conservação da Unidade, buscando a prática de atitudes sustentáveis. Além disso, detém cadeira no Conselho Gestor da APA do Catolé e Fernão Velho, onde está inserida.

Na Reserva há o registro de duas nascentes.
Foto - Neno Canuto.

Trilha em um fragmento da vegetação da Unidade.
Foto - Neno Canuto



A RPPN Vera Cruz foi a primeira a ser criada no Estado.
Foto - Neno Canuto.

Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Vera Cruz

A RPPN Vera Cruz foi criada pela Portaria IBAMA n° 068/1992. Possui uma área de 185,5 hectares ou 1,855km² e está localizada no município de Chã Preta, pertencente a mesorregião do Leste Alagoano e microrregião Serrana dos Quilombos, tendo como proprietário o Sr. Mauro Vasconcelos.

A RPPN Vera Cruz foi a primeira Unidade de Conservação desta categoria reconhecida no Estado de Alagoas. Seu interior tem aspecto denso, com árvores que chegam até 30 metros de altura. Por se tratar de uma região de transição fitogeográfica, podem ser encontradas tanto espécies que fazem parte da fauna típica da Mata Atlântica, como espécies que habitam áreas de Caatinga. Entre os mamíferos que ocorrem estão: o tatu-peba (*Euphractus sexcinctus*), a cutia (*Dasyprocta prymnolopha*), o tapiti ou coelho-do-mato (*Sylvilagus brasiliensis*), o furão (*Galictis vittata*) e o punaré (*Thrichomys apereoides*).

A RPPN Vera Cruz possui ainda uma grande riqueza de espécies de aves. Há registro do chupa-dente (*Conopophaga lineata cearae*), espécie ameaçada de extinção, além do vite-vite-de-olho-cinza (*Hylophilus amaurocephalus*), do beija-flor-vermelho (*Chrysolampis mosquitus*) e do galo-de-campina ou cardeal-do-nordeste (*Paroaria dominicana*), como espécies de áreas mais abertas.

A Reserva Fazenda Vera Cruz resguarda um trecho bem preservado de floresta, que pode ser considerada com uma amostragem representativa da vegetação que ocorria em toda a região. Situa-se em posição isolada, em comparação com o entorno, considerando-se que neste os solos estão ostensivamente ocupados pela agricultura e pecuária. A visão preservacionista do proprietário poupou a mata Vera Cruz do desaparecimento, entendendo que a mesma seria importante para a manutenção da biodiversidade regional, apesar da grande pressão sobre ela.



O punaré é um dos mamíferos presentes na Reserva.
Foto - Ubiratan Gonçalves da Silva



Após percorrer um trecho dentro da propriedade o riacho forma uma pequena cachoeira.
Foto - Neno Canuto.



Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Vila D'Água

A RPPN Vila d'Água foi criada pela Portaria IMA nº 017/2007. Possui uma área de 202,5 hectares ou 2,025km² e está localizada no município de Murici, pertencente a mesorregião do Leste Alagoano e microrregião da Mata Alagoana, tendo como proprietária a Sra. Regina Margarida Guedes Nogueira Gomes de Barros.

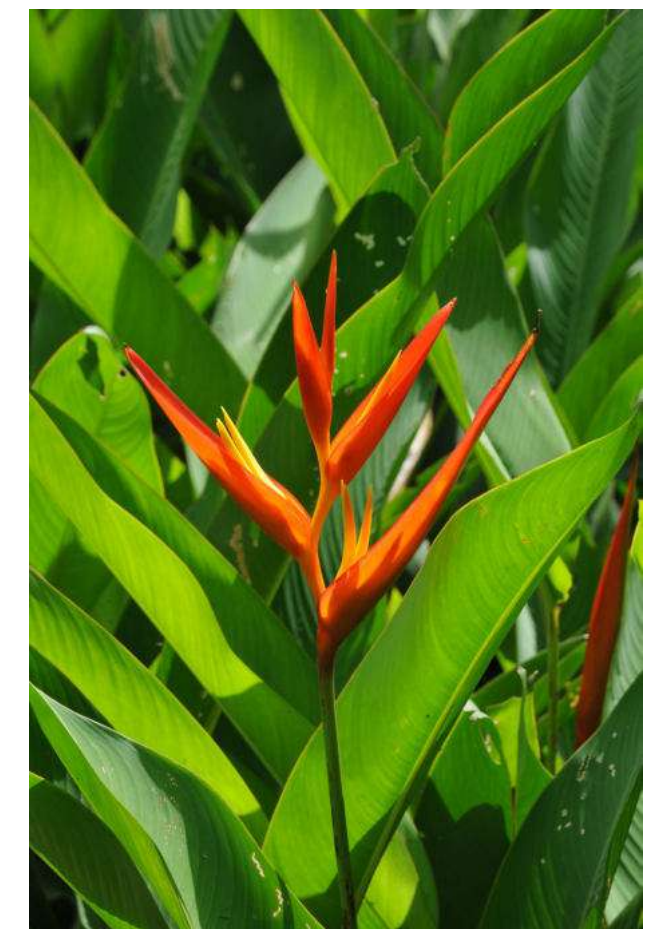
Faz parte de um complexo de sete Reservas Particulares inseridas na Área de Proteção Ambiental (APA) de Murici e que promovem a proteção de importantes fragmentos de mata nativa na região. Dessa forma são criados importantes corredores de biodiversidade na região que é densamente utilizada pela pastagem, cultura da cana e fruticulturas diversas. No aspecto hidrográfico, destaque para o riacho Pitu, afluente do rio Mundaú e de grande importância ambiental e para o uso no

abastecimento de moradores da região. Conserva área de importância ecológica e paisagística, a exemplo da Cachoeira da Vila d'Água. É constituída por floresta Ombrófila de Encosta, caracterizada por árvores altas.

A paisagem está repleta de agrupamentos de mata nos topos dos morros e pequenas propriedades rurais, em seu entorno. O trecho de mata pertencente à Unidade é rodeado de nascentes, córregos e pequenas quedas d'água, apresenta-se em bom estado de preservação e resguarda elementos significativos da biodiversidade regional.

Na área da fazenda, que abriga a reserva, é desenvolvido o cultivo de flores tropicais. Outras culturas existentes na área se resumem a macaxeira, banana e pastagem para gado, porém em menor escala.

A presença de plantas aquáticas colaboram em deixar o lugar ainda mais bonito.
Foto - Neno Canuto.



A flores tropicais, como a heliconia, são cultivadas na Reserva.
Foto - Neno Canuto.

Referências

ALAGOAS. Alagoas em Dados e Informações. Disponível em: HYPERLINK “<http://informacao.seplande.al.gov.br/>” <http://informacao.seplande.al.gov.br/>

ALAGOAS. Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas, Lei nº 5.347. Cria a Área de Proteção Ambiental do Catolé e Fernão Velho. Maio. 1992.

ALAGOAS. Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas, Lei nº 5.907. Cria a Área de Proteção Ambiental de Murici. Março. 1997.

ALAGOAS. Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas, Lei nº 4.607. Cria a Área de Proteção Ambiental de Santa Rita. Dezembro. 1984.

ALAGOAS. Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas, decreto nº 33/17. Cria a Reserva Particular do Patrimônio Natural Aldeia do Mar

ALAGOAS. Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas, decreto nº005/07. Cria a Reserva Particular do Patrimônio Natural Aldeia Verde

ALAGOAS. Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas, decreto nº 42/17. Cria a Reserva Particular do Patrimônio Natural Alfredo Elias da Rosa Oiticica

ALAGOAS. Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas, decreto nº37/17. Cria a Reserva Particular do Patrimônio Natural Anhumas III

ALAGOAS. Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas, decreto nº 39/17. Cria a Reserva Particular do Patrimônio Natural Anhumas I

ALAGOAS. Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas, decreto nº26/07. Cria a Reserva Particular do Patrimônio Natural Antônio Coutinho

ALAGOAS. Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas, decreto nº16/18. Cria a Reserva Particular do Patrimônio Natural Apolinário

ALAGOAS. Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas, decreto nº16/19. Cria a Reserva Particular do Patrimônio Natural Baixa Grande

ALAGOAS. Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas, decreto nº 25/07. Cria a Reserva Particular do Patrimônio Natural Benedito Coutinho

ALAGOAS. Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas, decreto nº015/07. Cria a Reserva Particular do Patrimônio Natural Boa Sorte

ALAGOAS. Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas, decreto nº09/17. Cria a Reserva Particular do Patrimônio Natural Boca do Rio

ALAGOAS. Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas, decreto nº015/09. Cria a Reserva Particular do Patrimônio Natural Bosque

ALAGOAS. Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas, decreto nº023/08. Cria a Reserva Particular do Patrimônio Natural Cachoeira

ALAGOAS. Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas, decreto nº012/09. Cria a Reserva Particular do Patrimônio Natural Cachoeira 340 341

ALAGOAS. Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas, decreto nº 004/07. Cria a Reserva Particular do Patrimônio Natural Canadá

ALAGOAS. Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas, decreto nº21/18. Cria a Reserva Particular do Patrimônio Natural Conceição Lyra 1

ALAGOAS. Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas, decreto nº20/18. Cria a Reserva Particular do Patrimônio Natural Conceição Lyra 2

ALAGOAS. Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas, decreto nº17/18. Cria a Reserva Particular do Patrimônio Natural Conceição Lyra 3

ALAGOAS. Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas, decreto nº19/18. Cria a Reserva Particular do Patrimônio Natural Conceição Lyra 4

ALAGOAS. Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas, decreto nº28/17. Cria a Reserva Particular do Patrimônio Natural Dubinha Guimarães

ALAGOAS. Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas, decreto nº044/09. Cria a Reserva Particular do Patrimônio Natural Estância São Luiz

ALAGOAS. Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas, decreto nº 09/12. Cria a Reserva Particular do Patrimônio Natural Estrela do Sul

ALAGOAS. Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas, decreto nº 06/17. Cria a Reserva Particular do Patrimônio Natural Eustáquio Toledo Neto

ALAGOAS. Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas, decreto nº018/13. Cria a Reserva Particular do Patrimônio Natural Garabú

ALAGOAS. Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas, decreto nº 38/17. Cria a Reserva Particular do Patrimônio Natural Guanabara

ALAGOAS. Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas, decreto nº 019/08. Cria a Reserva Particular do Patrimônio Natural Jader Ferreira

ALAGOAS. Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas, decreto nº 003/09. Cria a Reserva Particular do Patrimônio Natural Jose Abdon Malta

ALAGOAS. Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas, decreto nº22/17. Cria a Reserva Particular do Patrimônio Natural Julia Silveira Coutinho

ALAGOAS. Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas, decreto nº 07/17. Cria a Reserva Particular do Patrimônio Natural Luiz Jatobá Filho

ALAGOAS. Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas, decreto nº 35/17. Cria a Reserva Particular do Patrimônio Natural Luiz Joaquim Barbosa

ALAGOAS. Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas, decreto nº 23/18. Cria a Reserva Particular do Patrimônio Natural Macacos

ALAGOAS. Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas, decreto nº008/10. Cria a Reserva Particular do Patrimônio Natural Madeiras

ALAGOAS. Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas, decreto nº007/14. Cria a Reserva Particular do Patrimônio Natural Mata do Cedro

ALAGOAS. Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas, decreto nº 48/15. Cria a Reserva Particular do Patrimônio Natural Mato da Onça

ALAGOAS. Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas, decreto nº19/15. Cria a Reserva Particular do Patrimônio Natural Mata da Suíça II

ALAGOAS. Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas, decreto nº 08/17. Cria a Reserva Particular do Patrimônio Natural Olho D'Água

ALAGOAS. Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas, decreto nº10/19. Cria a Reserva Particular do Patrimônio Natural Oriente

ALAGOAS. Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas, decreto nº018/07. Cria a Reserva Particular do Patrimônio Natural Osvaldo Timóteo

ALAGOAS. Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas, decreto nº 08/12. Cria a Reserva Particular do Patrimônio Natural Papa Mel

ALAGOAS. Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas, decreto nº11/17. Cria a Reserva Particular do Patrimônio Natural Pindoba

ALAGOAS. Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas, decreto nº 003/07. Cria a Reserva Particular do Patrimônio Natural Placas

ALAGOAS. Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas, decreto nº013/09. Cria a Reserva Particular do Patrimônio Natural Planalto

ALAGOAS. Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas, decreto nº 010/12. Cria a Reserva Particular do Patrimônio Natural Porto Alegre

ALAGOAS. Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas, decreto nº011/09. Cria a Reserva Particular do Patrimônio Natural Porto Seguro

ALAGOAS. Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas, decreto nº 31/17. Cria a Reserva Particular do Patrimônio Natural Quebra Carro

ALAGOAS. Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas, decreto nº22/18. Cria a Reserva Particular do Patrimônio Natural Riacho Seco 342 343

ALAGOAS. Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas, decreto nº17/17. Cria a Reserva Particular do Patrimônio Natural Saint Michel 1

ALAGOAS. Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas, decreto nº16/17. Cria a Reserva Particular do Patrimônio Natural Saint Michel 2

ALAGOAS. Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas, decreto nº18/17. Cria a Reserva Particular do Patrimônio Natural Saint Michel 3

ALAGOAS. Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas, decreto nº12/17. Cria a Reserva Particular do Patrimônio Natural Salvador Lyra

ALAGOAS. Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas, decreto nº10/17. Cria a Reserva Particular do Patrimônio Natural Santa Cristina

ALAGOAS. Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas, decreto nº022/08. Cria a Reserva Particular do Patrimônio Natural Santa Fé

ALAGOAS. Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas, decreto nº010/09. Cria a Reserva Particular do Patrimônio Natural Santa Maria

ALAGOAS. Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas, decreto nº018/18. Cria a Reserva Particular do Patrimônio Natural Senador Carlos Lyra

ALAGOAS. Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas, decreto nº 22/18. Cria a Reserva Particular do Patrimônio Natural Sereno

ALAGOAS. Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas, decreto nº19/13. Cria a Reserva Particular do Patrimônio Natural Serra D'Água

ALAGOAS. Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas, decreto nº 128/19. Cria a Reserva Particular do Patrimônio Natural Sítio Bica

ALAGOAS. Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas, decreto nº 20/17. Cria a Reserva Particular do Patrimônio Natural Tarcizo Toledo Carnaúba

ALAGOAS. Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas, decreto nº016/07. Cria a Reserva Particular do Patrimônio Natural Tobogã

ALAGOAS. Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas, decreto nº018/08. Cria a Reserva Particular do Patrimônio Natural Tocaia

ALAGOAS. Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas, decreto nº014/09. Cria a Reserva Particular do Patrimônio Natural Triunfo

ALAGOAS. Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas, decreto nº017/07. Cria a Reserva Particular do Patrimônio Natural Vila D'Água

ALAGOAS. Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas. Diagnóstico físico CONSERVACIONISTA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PRATAGY. Maceió: Projeto IMA/GTZ, 1993. 109 p.

ALAGOAS. Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas, Plano de Manejo e Gestão. Área de Proteção Ambiental de Santa Rita. SEMAH/IMA 2ª Edição, 2015.

ALAGOAS. Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas. Zoneamento ambiental da Área de Proteção Ambiental (APA) de Santa Rita e Reserva Ecológica do Saco da Pedra. Maceió: Projeto IMA/GTZ, 1993. 58 p.

ALAGOAS, Inventário da Biota da Serra da Mão - Alagoas/Afrânio Farias Menezes, (coord.)--Maceió: Instituto do Meio Ambiente de Alagoas. Mineradora Vale Verde, 2012. 130 p. il.

ALAGOAS. Lei Municipal nº 928, o Município de Coruripe cria a Área de Proteção Ambiental do Poxim. dezembro. 2002.

ALAGOAS. Lei Municipal nº 12, o Município de Paripueira cria o Parque Marinho de Paripueira. junho. 1993.

ALAGOAS. Lei Municipal nº 2.541, o Município de Maceió cria o Parque Municipal de Maceió. Junho. 1993.

ALAGOAS. Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental da Marituba do Peixe. Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH). Maceió, 217 p. 2006.

ALAGOAS. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos. Disponível em: <http://www.semarh.al.gov.br/>

ALAGOAS. Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio. Portal Alagoas em Dados e Informações. Disponível em: < HYPERLINK "<http://dados.al.gov.br/>" <http://dados.al.gov.br/>>

ALAGOAS. Secretaria de Planejamento. Coordenação de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Projeto de Levantamento Ecológico Cultural das Lagoas Mundaú e Manguaba - PLEC. 2. ed. amp. Maceió: Projeto SEPLANAL/SUDENE/CNRC, 1980. v. 2.

ASSIS, J.S. et al. Biogeografia e conservação da biodiversidade – projeções para Alagoas. Maceió: Catavento. 2000. 200 p.

ASSIS, J.S. de. O uso do Sensoriamento Remoto no planejamento de Unidades de Conservação. In: SIMPÓSIO REGIONAL DE GEOPROCESSAMENTO E SENSORIAMENTO REMOTO, 1, 2002, Aracaju. Anais... Aracaju: 2002. p. 1-16.

ASSIS, J.S. et al. (2000) Vegetação. In: SOUZA, R.C. de (Coord.) (2000). Área de Proteção Ambiental de Piaçabuçu: Diagnóstico, Avaliação e Zoneamento. Maceió: EDUFAL. 424p. graf. e tabs.

AZEVEDO, D. M. C.; TAVARES, K. A. S. Identificação dos principais impactos ambientais na APA do Catolé e Fernão Velho em confronto com os objetivos estabelecidos no ato de sua criação. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia)-Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2006.

BARROS, Cícero da Silva Souza. Araceae da Reserva Particular do Patrimônio Natural de Vera Cruz, município de Chã Preta – AL. 1998. 70 f. Dissertação (Mestrado em Biologia Vegetal)-Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1998.

BRASIL. Ibama, Decreto Federal nº 1.709, cria a Área de Preservação Permanente do IBAMA. novembro. 1995.

BRASIL. Ibama, Decreto Federal nº 88.421, cria a Área de Proteção Ambiental de Piaçabuçu. junho. 1983.

BRASIL. Ibama, Decreto Federal S/N, cria a Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais. outubro. 1997.

BRASIL. Ibama, Decreto Federal S/N, cria a Estação Ecológica de Murici. maio. 2001.

BRASIL. Ibama, Decreto Federal nº 98.542, cria a Reserva Biológica de Pedra Talhada. dezembro. 1989.

BRASIL. Ibama, Decreto Federal S/N, cria a Reserva Extrativista Marinha da Lagoa do Jequiá. setembro. 2001.

BRASIL. Ibama, decreto nº 98/01. Cria a Reserva Particular do Patrimônio Natural RPPN Gulandim

BRASIL. Ibama, decreto nº 111/01. Cria a Reserva Particular do Patrimônio Natural RPPN Lula Lobo

BRASIL. Ibama, decreto nº 113/01. Cria a Reserva Particular do Patrimônio Natural RPPN Pereira

BRASIL. Ibama, decreto nº 119/94. Cria a Reserva Particular do Patrimônio Natural RPPN Rosa do Sol 344 345

BRASIL. Ibama, decreto nº 120/01. Cria a Reserva Particular do Patrimônio Natural RPPN Santa Tereza

BRASIL. Ibama, decreto nº 012/95. Cria a Reserva Particular do Patrimônio Natural São Pedro

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/>

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Plano de Manejo da APA. Costa dos Corais. Dezembro de 2012.

BRASIL. Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Lex: Brasília, 2000, julho. 179º da Independência e 112º da República.

BRASIL. Lei n. 11.516 de 28 de agosto de 2007. Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes; altera as Leis nos 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, 11.284, de

2 de março de 2006, 9.985, de 18 de julho de 2000, 10.410, de 11 de janeiro de 2002, 11.156, de 29 de julho de 2005, 11.357, de 19 de outubro de 2006, e 7.957, de 20 de dezembro de 1989; revoga dispositivos da Lei no 8.028, de 12 de abril de 1990, e da Medida Provisória no 2.216-37, de 31 de agosto de 2001; e dá outras providências. Lex: Brasília, 2007, agosto. 186º da Independência e 119º da República.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio). Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental de Piaçabuçu. Brasília, 2010.

Confederação Nacional de RPPNs. Painel de Indicadores. Disponível em: Acessado em 01/09/2020.

EMBRAPA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Domínios Geoambientais, Brasília – DF – 2008. Disponível em: HYPERLINK “<http://www.jaguaribe.cnpemembrapa.br/conteudo/geoambientais.htm>” <http://www.jaguaribe.cnpemembrapa.br/conteudo/geoambientais.htm>

EMBRAPA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Classificação dos Solos 3ª Edição, 2013 Brasília – DF – 2006. Disponível em: HYPERLINK “<https://www.embrapa.br/solos/sibcs>” <https://www.embrapa.br/solos/sibcs>

ESTEVES, Gerleni Lopes. Contribuição ao conhecimento da vegetação da restinga de Maceió. Maceió: Secretaria de Planejamento de Alagoas, Coordenação do Meio Ambiente, 1980. 42 p. (Boletim Técnico, 1).

FONSECA, Saskya Araújo. Levantamento florístico do Parque Municipal de Maceió, Alagoas. Maceió: Prefeitura de Maceió, Secretaria Municipal de Proteção ao Meio Ambiente, 2007. 58 p. (Meio ambiente: trabalhando por você).

LISTA DE ESPÉCIES DA FLORA DO BRASIL. Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Disponível em: HYPERLINK “<http://oradobrasil.jbrj.gov.br/jabot/-floradobrasil/FB9200>” <http://oradobrasil.jbrj.gov.br/jabot/-floradobrasil/FB9200>.

LYRA-LEMOS, R.P. et al. Checklist – Flora de Alagoas: Angiospermas. Instituto do Meio Ambiente de Alagoas Herbário MAC, Maceió, 2010. 141p.

LYRA-LEMOS, Rosângela Pereira de; BARROS, Cícero da Silva, S. Diagnóstico preliminar da flora dos vales da bacia do Pratygy. Maceió: Instituto do Meio Ambiente de Alagoas, 1992. 39 p. (Mimeografado)

LYRA-LEMOS, Rosângela Pereira de et al. Levantamento da flora dos campos produtivos da PETROBRAS nos municípios de Pilar e São Miguel dos Campos Alagoas: 3º relatório parcial. Maceió: Instituto do Meio Ambiente de Alagoas, Herbário MAC, 2003. Não paginado. (Mimeografado).

LYRA-LEMOS, Rosângela Pereira de et al. Projeto Checklist da flora das Reservas do Patrimônio Natural (RPPN) da mata atlântica alagoana: Usinas Santo Antônio e Camaragibe. Maceió: Instituto do Meio Ambiente de Alagoas, Herbário MAC, 2005. Não paginado. (Mimeografado).

MACHADO, Maria Aliete Bezerra Lima. Florística e fitossociologia do estrato arbóreo de fragmentos de mata atlântica da usina Coruripe – estado de Alagoas. 2003. 100 f. Dissertação (Mestrado em Agronomia: Produção Vegetal)- Universidade Federal de Alagoas, Rio Largo, 2003.

MARQUES, Regina Coeli Carneiro; LYRA-LEMOS, Rosângela Pereira de; RODRIGUES, Maria Noêmia. Processo de ocupação e uso do solo da paisagem Caeté aos dias atuais. In: NORMANDE, Eduardo. (Org.). Apoio à proteção ambiental em Alagoas: uma experiência de cooperação técnica. Maceió: Projeto SEPLAN/IMA/GTZ, 2000. p. 29-55.

MENDONÇA, Nelma Toledo. Florística e fitossociologia em fragmentos de mata atlântica – Serra da bananeira, Estação Ecológica de Murici, Alagoas. 2005. 83 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais)-Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2005.

MOTA, M.C.S., et al. Checklist das plantas vasculares e caracterização dos morros do Craunã e do Padre, município de Água Branca, Alagoas. In AmbientAL: Revista do Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas. V. 1 -. Maceió: IMA – n.1. 2017

OLIVEIRA, A. N. S. CONCEIÇÃO, D. N. PAULA, K. M. M. Definição dos limites e elaboração da base cartográfica no processo de criação da área de proteção ambiental da serra da caiçara, sertão alagoano. In: XVIII Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada. UFC Edições. Fortaleza-CE, 2019, v-1.

OLIVEIRA, A. N. S.; DANTAS, C. L. ; CARVALHO, C. P. ; TENORIO, D. A. ; LINS, N. V. . Alagoas Guia Turístico - 8 roteiros para conhecer e nunca mais esquecer. 1. ed. Maceió: Instituto Arnon de Melo, 2018. 244p .

OLIVEIRA, A. N. S.; ANDRADE, E. de L. ; CONCEICAO, D. N. ; COUTO, W. C. S. . PARCERIAS E AVANÇOS INTERINSTITUCIONAIS NA CRIAÇÃO DE RESERVAS PARTICULARES DO PATRIMÔNIO NATURAL NO ESTADO DE ALAGOAS/BRASIL. AmbientAL: Revista do Instituto de Meio Ambiente do Estado de Alagoas, v. 2, p. 93-111, 2019.

PINHEIRO, Ana Izabel Leite. Fitossociologia da comunidade arbórea da serra do Ouro na Estação Ecológica de Murici-AL. 2005. 63 f. Dissertação (Mestrado em Agronomia: Produção Vegetal)-Universidade Federal de Alagoas, Rio Largo, 2005.

Relatório IMA - DIRUC nº 066/2008 SEPLAG,

RODRIGUES, Maria Noêmia. Levantamento florístico e análise da estrutura fitossociológica de um fragmento de mata atlântica na APA do Catolé – estado de Alagoas. 2002. 71 f. Dissertação (Mestrado em Agronomia: Produção Vegetal)- Universidade Federal de Alagoas, Rio Largo, 2002.

SIQUEIRA FILHO, José Alves; et al. Fragmentos da mata atlântica de Pernambuco e Alagoas e suas bromélias: distribuição, composição riqueza e conservação. In: SIQUEIRA FILHO, José Alves.; LEME, Elton M C. (Ed.). Fragmentos de mata atlântica do nordeste: biodiversidade, conservação e suas bromélias. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2006. 360 p. Texto em português e inglês. Versão para o inglês Dorothy Sue Dunn de Araújo e Carolyn Joy Brissett.

TAVARES, K. A. S. Gestão ambiental participativa como proposta de implementação em áreas propostas: O caso da APA do Catolé e Fernão Velho/Alagoas. Trabalho de Especialização em Ciências Ambientais. Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2007.

Duas das mudanças importantes presentes na segunda edição do livro Unidades de Conservação de Alagoas – As Riquezas das Áreas Protegidas no Território Alagoano são: a divisão das descrições a partir dos Biomas, Caatinga e Mata Atlântica e a inserção de mais 36 Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) criadas a partir do ano de 2015, ou seja, após a publicação da 1ª edição.

A divisão por Bioma busca proporcionar uma melhor noção da localização das Unidades no Estado, enfatizando suas características ambientais. E, no que tange as novas RPPNs, hoje o Estado conta com 69 Unidades criadas nessa modalidade, acrescendo mais 6.693,1ha, em comparação a área total dessas reservas em 2014 e chegando a 10.583,65ha. Com isso, segundo dados do Painel de Indicadores da Confederação Nacional de RPPNs, o Estado de Alagoas está em 12º lugar em área coberta por RPPN e em 8º lugar em número de reservas particulares criadas no Brasil.

A publicação ainda mantém e amplia as informações sobre as Usc criadas em âmbito do poder público, municipal, estadual ou federal. Também apresenta as propostas de criação de novas Unidades que estão em vias de reconhecimento do pelo governo estadual, a exemplo da Área de Proteção Ambiental (APA) da Serra da Caiçara, com área prevista de 103.295ha, localizada na mesorregião do Sertão Alagoano.

Considerando a área terrestre, as Unidades de Conservação em Alagoas abrangem atualmente um total de 223.624,52ha, o que representa, aproximadamente, 7,88% do território alagoano. Com relação aos principais biomas, atualmente, a Mata Atlântica detém 14,67% do seu domínio no Estado abrangido pelas UCs, enquanto a Caatinga, apenas 1%. Com o reconhecimento das propostas de criação de novas UCs, haverá um acréscimo da área total protegida no Estado para 326.618,6 ha, aumentando o percentual de 7,88% para 11,53% do território alagoano protegido, com ganho significativo no bioma Caatinga, que passará de 1% para 10,71% de cobertura de áreas protegidas no semiárido de Alagoas.